



UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
INSTITUTO DE HISTÓRIA
PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

JULIANA MARQUES DO NASCIMENTO

GUERRILHEIRAS E BIOGRAFIAS: A IMAGEM DA MULHER MILITANTE NOS
CICLOS DE MEMÓRIA SOBRE A DITADURA CIVIL-MILITAR BRASILEIRA

NITERÓI

2019

JULIANA MARQUES DO NASCIMENTO

GUERRILHEIRAS E BIOGRAFIAS: A IMAGEM DA MULHER MILITANTE NOS
CICLOS DE MEMÓRIA SOBRE A DITADURA CIVIL-MILITAR BRASILEIRA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-
Graduação em História do Instituto de História da
Universidade Federal Fluminense, como requisito
parcial à obtenção do título de Mestra em História.

Orientadora: Profa. Dra. Janaina Martins Cordeiro

NITERÓI

2019

Ficha catalográfica automática - SDC/BCG
Gerada com informações fornecidas pelo autor

N244g Nascimento, Juliana Marques do
Guerrilheiras e biografias: : a imagem da mulher militante
nos ciclos de memória sobre a ditadura civil-militar
brasileira / Juliana Marques do Nascimento ; Janaina Martins
Cordeiro, orientador. Niterói, 2019.
200 f. : il.

Dissertação (mestrado) -Universidade Federal Fluminense,
Niterói, 2019.

DOI: <http://dx.doi.org/10.22409/PPGH.2019.m.41848712839>

1. Memória social. 2. Ditadura civil-militar. 3. Mulher
brasileira. 4. Produção intelectual. I. Cordeiro, Janaina
Martins, orientador. II. Universidade Federal Fluminense.
Instituto de História. III. Título.

CDD -

JULIANA MARQUES DO NASCIMENTO

GUERRILHEIRAS E BIOGRAFIAS: A IMAGEM DA MULHER MILITANTE NOS
CICLOS DE MEMÓRIA SOBRE A DITADURA CIVIL-MILITAR BRASILEIRA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História do Instituto de História da Universidade Federal Fluminense, como requisito parcial à obtenção do título de Mestra em História.

Orientadora: Profa. Dra. Janaina Martins Cordeiro

Aprovada em: ___/___/___

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Janaina Martins Cordeiro – UFF
Orientadora

Profa. Dra. Denise Rollemberg – UFF

Profa. Dra. Caroline Silveira Bauer – UFRGS

Profa. Dra. Luísa Lamarão – CAP-UFRJ (suplente)

Profa. Dra. Lívia Gonçalves Magalhães – UFF (suplente)

À Angela, sempre, por tornar tudo
isso e muito mais possível.

AGRADECIMENTOS

Tenho muito a agradecer por todo o aprendizado desses dois anos! Percebo, com grata surpresa, que meus agradecimentos vão, em sua maioria, para mulheres extraordinárias que contribuíram para o desenvolvimento dessa pesquisa *sobre mulheres*, de diferentes formas.

Agradeço imensamente às professoras das matérias cursadas tanto no PPGH-UFF, quanto nos programas da UERJ e da UFRJ, que ajudaram tanto na constituição de uma base teórica para este trabalho: Laura Maciel, Marcia Gonçalves, Maria Paula Araújo e Samantha Quadrat.

Às professoras Denise Rollemberg e Lívia Magalhães, que aceitaram compor a banca de qualificação e cujas sugestões e observações foram extremamente proveitosas para a elaboração da versão final da dissertação. Meus agradecimentos também às professoras que participarão da banca de defesa: Caroline Bauer, obrigada por contribuir mesmo à distância; Denise Rollemberg, agradeço pela disponibilidade mais uma vez.

À professora Marina Franco que, com a leitura de um breve resumo, fez apontamentos e críticas que mudariam – para melhor – os rumos dessa pesquisa.

À minha orientadora, Janaina Martins Cordeiro. A admiração que sinto por você é enorme! Obrigada por ter me feito sentir acolhida desde o momento em que aceitou orientar este trabalho, acreditando nele e se mostrando tão disposta e disponível. Agradeço pelas dicas de leitura, de eventos, pelas revisões tão apuradas, por compreender minhas ideias e por continuar me orientando com a mesma qualidade, mesmo à distância. Nunca pensei que fosse ter reuniões com uma orientadora pelo Skype! Obrigada por ser tão acessível e maravilhosa!

Agradeço à minha mãe, Angela, por ter acreditado que eu conseguiria, mesmo quando eu não acreditei, do processo seletivo à entrega da dissertação. Por ter se desdobrado para me bancar em Niterói, tornando tudo isso possível. Obrigada, mãe! Seu apoio é o que me motiva, sempre. Obrigada por estar sempre disposta a ler o que eu escrevo, ouvir minhas dúvidas e angústias, dar sugestões e se esforçar tanto para entender.

À tia Bia, que participou disso tudo tão ativamente, assim como de todas as fases da minha vida. Obrigada pelas palavras de incentivo e de carinho, principalmente nos momentos de desespero, por ter feito minhas mudanças de ida e de volta, pelo primeiro pedaço de bolo, mesmo a quilômetros de distância.

Ao meu pai, Milton, por ter me inspirado desde criança a amar e estudar História, por me motivar a seguir cada vez mais adiante e se demonstrar tão orgulhoso com tudo o que me proponho a fazer. Obrigada por tudo e, principalmente, por entender meus sumiços.

À vovó e ao vovô, por cuidarem tão bem da Iara enquanto eu não pude, entendendo minha ausência e sempre me recebendo com o carinho, amor e comidas gostosas de sempre.

À Juliana, sempre, por aceitar ouvir tanto sobre esse trabalho, ler e reler cada alteração. Obrigada por entender os motivos pelos quais eu não ando conseguindo ver série. Espero que isso mude logo! Obrigada ao Rafa também, pela amizade e pelas risadas.

À Janaina, amiga que Niterói me deu e São Paulo manteve, agradeço por me aceitar na sua casa, pelos brigadeirões, biscoitos e pelas tantas vezes que a gente chorou de rir. Obrigada por ter lido partes desse trabalho com a atenção que só você consegue ter.

Aos amigos historiadores. Ao André, por dividir comigo as angústias de ser historiador, por discutir minha pesquisa comigo e por dizer as palavras de incentivo que, às vezes, eu preciso tanto ouvir. Ao Carlos, companheiro de estudo sobre ditadura. Amigo, obrigada pelas trocas de livros e conversas tão leves e necessárias. Agradeço à Mariana, por se demonstrar sempre tão interessada no meu tema. Bem-vinda ao mundo doido da história, amiga! Ao João, que dividiu as angústias de PPGH, qualificação, defesa. Obrigada!

Ao Miguel, meu companheiro e parceiro de vida. Obrigada por ser tão compreensivo e dedicado, pelas dicas e críticas tão valiosas sobre esse trabalho, por acreditar e se orgulhar, e sempre dizer isso. Obrigada por aceitar fazer de Niterói a nossa cidade, do Plaza o nosso shopping e da 1001 o nosso meio de transporte oficial.

Por último, e não menos importante, à minha Iarina, por dormir ao meu lado em todos os momentos da escrita desse trabalho. Por me receber com tanto amor em cada volta para casa.

RESUMO

Levando em consideração a distinção entre memória e história, este trabalho tem por objetivo compreender que memórias foram mobilizadas em narrativas biográficas sobre guerrilheiras que atuaram durante a ditadura civil-militar brasileira. Publicadas no pós-redemocratização, as datas de produção dessas biografias são essenciais para este estudo, pois permitem o mapeamento da memória social sobre o período ditatorial, uma vez que o tempo presente da construção da narrativa influencia diretamente a maneira de recordar os eventos do passado. Pretende-se, portanto, através da análise dos discursos biográficos, produzir uma “história da memória” e, fundamentalmente, observar as permanências e rupturas das formas de lembrar, identificando as possíveis memórias hegemônicas e subterrâneas e como estas se relacionam com as demandas de seus tempos. Além da memória, outro elemento essencial para a pesquisa é o gênero, posto que as biografias selecionadas tratam exclusivamente das vidas de mulheres, sendo estas: Iara Iavelberg, com biografia escrita por Judith Patarra (1992); e Dilma Rousseff, com obra de Ricardo Batista Amaral (2011). Ao observar as formas de lembrar os passados dessas ex-guerrilheiras, será possível examinar quais os olhares lançados para as atuações femininas na política – primordialmente nas esquerdas – como e por que estas foram recuperadas e recontadas.

Palavras-chave: memória; mulheres; ditadura civil-militar

ABSTRACT

Considering the difference between memory and history, this master thesis aims to understand which memories were selected in biographical narratives about women in guerrilla groups that acted during the Brazilian civil-military dictatorship. Published in the post-democracy period, it's essential to this study to consider when these books were written, so that the social memory about the dictatorship can be mapped, once the narrative construction present time influences directly in how people remember past events. Therefore, I intend to produce a "history of memory" through the biographical speeches' analysis and, fundamentally, take notice of how, in the way of remembering, they change or stay the same. Thus, it will be possible to identify hegemonic and underground memories and how they relate with their own time demands. Besides the memory, another essential concept to this research is gender, since the selected biographies deal with women's lives exclusively: Iara Iavelberg, with biography written by Judith Patarra (1992); and Dilma Rousseff, with book by Ricardo Batista Amaral (2011). By observing the different looks on this former guerrillas' past, I will be able to examine how feminine political engagements were described – primarily in left-wing –, and how and why these stories were told.

Keywords: memory; women; civil-military dictatorship

LISTA DE ABREVIATURAS, SIGLAS E SÍMBOLOS

AI-5	Ato Institucional N° 5
ALN	Ação Libertadora Nacional
AP	Ação Popular
ARENA	Aliança Renovadora Nacional
BNM	Brasil: Nunca Mais
CCC	Comando de Caça aos Comunistas
CEIVT	Comissão Estadual de Indenização às Vítimas de Tortura do Estado de Minas
CEMDP	Comissão Especial de Mortos e Desaparecidos Políticos
CJM	Circunscrição Jurídica Militar
CNV	Comissão Nacional da Verdade
CPI	Comissão Parlamentar de Inquérito
COLINA	Comandos de Libertação Nacional
DOI-Codi	Destacamento de Operações e Informações – Centro de Operações e Defesa Interna
DOPS	Departamento de Ordem Política e Social
JEC	Juventude Estudantil Católica
MDB	Movimento Democrático Brasileiro
MPF	Ministério Público Federal
MPv	Medida Provisória
MR-8	Movimento Revolucionário Oito de Outubro
OBAN	Operação Bandeirante
OLAS	Organização Latino-Americana de Solidariedade
PC	Polícia Civil
PCB	Partido Comunista Brasileiro
PCdoB	Partido Comunista do Brasil
PE	Polícia do Exército
PM	Polícia Militar
POLOP	Organização Revolucionária Marxista – Política Operária
PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira
PT	Partido dos Trabalhadores

RM	Região Militar
SNI	Serviço Nacional de Informações
VAR-Palmares	Vanguarda Armada Revolucionária Palmares
VPR	Vanguarda Popular Revolucionária

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
CAPÍTULO 1 - UMA FEMINISTA NA REVOLUÇÃO? A BIOGRAFIA DE IARA IAVELBERG SEGUNDO JUDITH PATARRA (1980-1990).....	29
1.1 A TRAJETÓRIA DE IARA IAVELBERG	30
1.2 CONSTITUIÇÃO E ORGANIZAÇÃO DO LIVRO: A AUTORA E O PROCESSO DE ESCRITA	35
1.3 SENSUAL E DE VANGUARDA: IARA IAVELBERG SOB A ÓTICA DE PATARRA	44
CAPÍTULO 2 – O MITO DA SOCIEDADE VÍTIMA E RESISTENTE: DÉCADAS DE 1980 E 1990 E A(S) MEMÓRIA(S) DE REJEIÇÃO À DITADURA.....	61
2.1 REBELDIA E INOCÊNCIA: DITADURA E ESQUERDAS NA BIOGRAFIA DE IARA IAVELBERG.....	66
2.2 DE VOLTA AOS “ANOS REBELDES”: RECEPÇÃO DO LIVRO.....	83
CAPÍTULO 3 - UMA GUERRILHEIRA QUE NÃO GUERRILHOU: A BIOGRAFIA DE DILMA ROUSSEFF POR RICARDO BATISTA AMARAL.....	92
3.1 A TRAJETÓRIA DE DILMA ROUSSEFF	93
3.2 CONSTITUIÇÃO E ORGANIZAÇÃO DO LIVRO: O AUTOR E O PROCESSO DE ESCRITA	99
3.3 POLÍTICA E DEMOCRÁTICA: DILMA ROUSSEFF SOB A ÓTICA DE RICARDO AMARAL.....	108
CAPÍTULO 4 – “RECONCILIAÇÃO E PACIFICAÇÃO NACIONAL”: A MEMÓRIA COMO DISCURSO E POLÍTICA DE ESTADO (DÉCADAS DE 2000 E 2010).....	130
4.1 TEORIA DOS DOIS DEMÔNIOS À BRASILEIRA: DITADURA E ESQUERDAS NA BIOGRAFIA DE DILMA ROUSSEFF	140
4.2 GUERRA DE MEMÓRIA: RECEPÇÃO DO LIVRO E O PASSADO DE DILMA EM DISPUTA	165

CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	174
REFERÊNCIAS	187
ANEXOS	208
Anexo A – Capa e contracapa do livro <i>Iara: reportagem biográfica</i> , de Judith Patarra ...	208
Anexo B – Capa e contracapa de <i>A vida quer é coragem: a trajetória de Dilma Rousseff, a primeira presidenta do Brasil</i> , de Ricardo Batista Amaral	209
Anexo C – Capa da edição portuguesa do livro <i>A vida quer é coragem: a trajetória de Dilma Rousseff, a primeira presidenta do Brasil</i> , de Ricardo Batista Amaral	209
Anexo D – Capa da edição argentina de <i>La vida pide coraje: la trayectoria de Dilma Rousseff, primera presidenta de Brasil</i> , de Ricardo Batista Amaral.....	210
Anexo E – Página 14 da edição do <i>O Estado de S. Paulo</i> , de 18 de dezembro de 2011...	211

INTRODUÇÃO

Em 29 de maio de 1971, o periódico *Jornal do Brasil* publicou uma transcrição de documentos apreendidos na casa do ex-capitão do Exército e líder da Vanguarda Popular Revolucionária (VPR) Carlos Lamarca, após a invasão de um apartamento, organizada pelos órgãos de segurança da repressão. Essa reportagem, que mencionava a “amante” de Lamarca, Iara Iavelberg, contém um texto dedicado apenas a ela, sob o título “Ficha de Iara”:

Segundo os dados liberados, Iara Yavelberg [sic] era casada em São Paulo com um médico, que desquitou-se dela ao surpreendê-la, seis meses após o casamento, em uma **festinha** com estudantes. (...)

Informam que ela conheceu Lamarca nos quadros do terrorismo, através de Breno, e após algum tempo passou a viver com êle. Tem participado de atividades terroristas e esteve em Registro, tendo “abandonado a área por haver contraído doença grave em órgão genital, segundo declarações de terroristas presos”¹.

O vocabulário empregado no texto é depreciativo, com o objetivo de deslegitimar as atividades de Iavelberg, pessoais e políticas. Até mesmo uma possível doença ginecológica foi usada para desmerecê-la. Nota-se que a notícia foi publicada no contexto da ditadura civil-militar, reafirmando a posição determinada pelo regime a respeito de seus opositores.

Pouco mais de vinte anos depois, em 26 de abril de 1992, o mesmo periódico publicou uma reportagem intitulada “Iara à semelhança de Olga”, com texto-chamada na capa e duas páginas dedicadas à matéria. Noticiando o lançamento de biografia de Iavelberg, a jornalista Marília Martins descreveu a biografada:

Iara Iavelberg, militante de quatro organizações clandestinas nos anos 70, a mulher que virou a cabeça do legendário capitão Carlos Lamarca, acaba de chegar às livrarias como tema de uma impecável reportagem biográfica. Singelamente intitolado *Iara*, o volume (...) faz um retrato de sua protagonista à imagem de Olga Benário, tão trágica e tão indomável quanto a primeira mulher de Carlos Prestes².

O discurso utilizado nesta reportagem tem caráter oposto ao da notícia anterior. Iara foi representada como heroína, assim como Olga Benário³. Não é mais *terrorista*, e sim *militante*. Lamarca foi descrito como *legendário*. Em 1992, a democracia já havia sido restaurada há 4

¹ “APARELHO” estourado revela dois documentos de Lamarca. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 29 mai. 1971, 1º Caderno, p. 14.

² MARTINS, Marília. Iara à semelhança de Olga. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 26 abr. 1992, Caderno B, p. 3.

³ Olga Gutmann Benário Prestes foi militante comunista alemã, de origem judaica, nascida em 1908. Foi enviada ao Brasil para integrar o Partido Comunista Brasileiro, onde conheceu seu cônjuge, o líder Luís Carlos Prestes. Foi deportada pelo governo brasileiro para a Alemanha nazista, onde foi presa e executada, em 1942.

anos, com a promulgação da Constituição de 1988, permitindo a circulação de ideias antes censuradas e o debate sobre trajetórias de vida de opositores do regime instaurado com o golpe civil-militar de 1964, como Iara Iavelberg.

Assim, este trabalho propõe analisar obras biográficas e de trajetórias de vida de mulheres que se engajaram na luta armada durante a ditadura civil-militar, com a intenção de contribuir para uma história da memória da ditadura, analisando como os discursos sobre seus engajamentos foram elaborados, influenciados pela conjuntura democrática.

Dois livros serão estudados, publicados em contextos sociais e históricos distintos – ambos após a redemocratização –, o que permitirá uma investigação do que se recordou sobre o regime ditatorial em cada momento da democracia. São eles:

- *Iara: uma reportagem biográfica* – Judith Patarra, 1992, editora Rosa dos Tempos, biografada Iara Iavelberg;
- e *A vida quer é coragem: a trajetória de Dilma Rousseff, a primeira presidenta do Brasil* – Ricardo Batista Amaral, 2011, editora Sextante, biografada Dilma Rousseff.

As obras foram escolhidas por terem sido escritas em diferentes períodos e, assim, por trazerem memórias diversas sobre o mesmo passado – a ditadura. Além disso, os livros examinam trajetórias de mulheres distintas na luta revolucionária, demonstrando uma pluralidade de lugares da atuação feminina nas esquerdas nos anos 1960 e 1970.

Iara Iavelberg é, conforme evidenciado anteriormente, uma personagem recorrente e de destaque quando se trata de militância feminina de esquerda na ditadura. Durante seu engajamento, os órgãos de segurança, ecoados pela imprensa, condicionavam suas atividades às do guerrilheiro Carlos Lamarca, importante líder das organizações revolucionárias. Sua biografia é uma obra importante de ser examinada por ter tido ampla circulação entre o público leitor e por ter pretendido se constituir como narrativa definitiva sobre Iavelberg – dessa forma, o livro é utilizado como ponto de partida essencial e, de certa forma, incontestável para pesquisas sobre a guerrilheira e a luta armada em geral.

A outra biografia foi selecionada por sua importância a partir dos anos 2010: Dilma Rousseff foi a primeira presidenta⁴ do Brasil, eleita em 2010 e em 2014 – tendo sido esse último

⁴ Neste trabalho, usarei o termo “presidenta”. Esta foi a forma adotada por Dilma Rousseff para se autodenominar ao ser eleita. Além disso, a palavra flexionada no gênero feminino é aceita pelo Dicionário Aurélio – “mulher que preside”. Cf. ALMEIDA, Daniela. Reunião 2ª deve formalizar uso do termo "presidenta" para Dilma. *iG*, São Paulo, 2 nov. 2010. Disponível em: <<https://ultimosegundo.ig.com.br/eleicoes/reuniao-2-deve-formalizar-uso-do-termo-presidenta-para-dilma/n1237817938668.html>>. Acesso em: 16 jan. 2019.

mandato interrompido por um *impeachment*, em 2016. Durante as duas campanhas, principalmente a primeira, o passado de guerrilheira de Dilma foi recuperado pelos veículos de imprensa e eleitores em geral e muitas versões foram difundidas. O livro biográfico, publicado nos meses iniciais da primeira gestão presidencial, desejou estabelecer uma história oficial da vida da chefe de Estado, abordando inclusive sua atuação nas organizações revolucionárias. A análise do discurso construído pelo biógrafo é essencial para compreender a memória construída e evocada por uma presidenta a respeito de seu passado polêmico; memória esta que foi influenciada por demandas eleitorais e de governabilidade, e pela conciliação com opositores, em diálogo com processos anteriores de construção de uma memória oficial sobre a ditadura e a luta armada contra ela.

A diferença entre os períodos de publicação de cada uma das biografias permite compreender como a ditadura civil-militar foi compreendida e narrada em momentos políticos e sociais posteriores. Para isso, serão utilizadas as *fases de memória* mapeadas e propostas pelo historiador Marcos Napolitano, em seu texto *Recordar é vencer: as dinâmicas e vicissitudes da construção da memória sobre o regime militar brasileiro*⁵. Nesse artigo, o autor identifica uma memória hegemônica sobre a ditadura, o período em que foi forjada e como determinadas memórias subterrâneas foram se relacionando com a dominante em outros momentos da história democrática.

A primeira fase proposta por Napolitano localiza-se entre 1964 e 1974⁶, e é caracterizada pela formação de um discurso favorável ao regime vigente, com o Estado ditatorial como principal produtor de memória. Tal discurso contempla fatos como o golpe – referido pelos então governantes como “Revolução” –, a repressão à luta armada e outras formas de oposição ao regime – “guerra ao terror” – e o “milagre econômico”.

A segunda fase, mais explorada nesta dissertação, intitulada pelo autor de “A construção da memória crítica”, situa-se entre os anos de 1974 e 1994. O marco de 1974 é definido pois, segundo Napolitano, a derrota eleitoral do partido ARENA nas eleições deste ano é representativa de uma insatisfação crescente com o modo de governo. Neste momento, então, “a classe média escolarizada e os movimentos sociais se tornaram protagonistas na construção de uma memória crítica ao regime, ajudando a desgastá-lo e a deslegitimá-lo perante a opinião pública⁷”. Segundo Napolitano, essa memória crítica se tornou a memória hegemônica sobre o

⁵ NAPOLITANO, Marcos. Recordar é vencer: as dinâmicas e vicissitudes da construção da memória sobre o regime militar brasileiro. *Antíteses*, v. 8, n. 15esp., nov. 2015.

⁶ *Ibid.*, p. 12.

⁷ *Ibid.*, p. 22.

regime – e perpetuou-se durante todas as outras fases memoriais mapeadas por ele –, caracterizada por se *opor* à ditadura e por identificá-la enquanto uma “lacuna histórica”, “usurpação” – os “anos de chumbo”, alcunha que desqualifica o Estado militar e oculta o apoio civil a ele, colocando a sociedade como “‘vítima’, mas resistente e digna”⁸.

O terceiro ciclo, por sua vez localizado pelo autor entre 1995 e 2004, é denominado “As ‘leis de memória’ e a política de Estado”. A década de 1990 é vista pelo historiador como uma ruptura pois, a partir de 1995,

o Estado se pautou por uma política de reparações e de recuperação das histórias de vida (e morte) das vítimas da violência do regime militar, ao mesmo tempo em que tem promovido ações institucionais e simbólicas situadas no campo da memória hegemônica crítica à ditadura⁹.

Napolitano, então, aponta a entrada do Estado, em suas diferentes instâncias, como produtor de memória, em diversas tentativas de criar um discurso oficial sobre a ditadura – discurso este convergente com a memória hegemônica preestabelecida: conciliador, sem revanchismos, que valoriza a resistência *democrática* da sociedade e, no entanto, oculta a liderança civil tanto no golpe quanto no regime em si. Apesar de estabelecer 2004 como marco final da fase, o autor cita a Comissão Nacional da Verdade como simbólica do discurso forjado neste momento – isto pois os discursos memoriais não se restringem às suas fases e podem se manifestar em outros momentos.

A quarta e última fase, “Revisionismos ideológicos e historiográficos” [sic], de 2004 a 2014, é descrita pelo autor como o primeiro momento em que a memória hegemônica apresenta uma *fissura* e que discursos antes subterrâneos de apoio à ditadura, vindos de diversos atores sociais, ganham espaço significativo. Napolitano apresenta como hipótese para este cenário a rivalidade entre o Partido dos Trabalhadores (PT) e o Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB):

A cisão PT – PSDB que tem marcado a política brasileira do início do século XXI fez com que este último, naturalmente, flertasse com lideranças conservadoras e disputasse eleitores mais à direita, avessos ao “sapo barbudo” do petismo. O resultado é o surgimento de um liberalismo abertamente de direita e conservador, ainda que conserve traços republicanos, mas que trouxe de volta ao espaço público, uma extrema direita abertamente fascistoide e golpista¹⁰.

⁸ Idem.

⁹ Ibid., p. 25.

¹⁰ Ibid., p. 32.

Ainda que haja mais iniciativas do Estado em prol da memória, como as resultantes dos 50 anos do golpe, em 2014, “o revisionismo ganha espaço¹¹”. O autor menciona também, dentro do debate historiográfico, o aumento de estudos que questionam o conceito de *resistência* à ditadura e das reflexões sobre as direitas golpistas “por pesquisadores que não se deixaram virar reféns da memória hegemônica e suas armadilhas e restrições¹²”.

Assim, essas fases propostas pelo historiador serão mobilizadas para a análise das biografias e seus contextos de produção nessa dissertação, mas de maneira crítica e sendo problematizadas ao longo do trabalho, com acréscimos e decréscimos, além do cruzamento com outras referências historiográficas.

Sem embargo, algumas dessas críticas devem ser feitas já na introdução. A principal delas se refere ao uso do termo “revisionismo” pelo autor para caracterizar tanto determinadas correntes historiográficas, quanto discursos ideológicos que questionam a memória crítica à ditadura. Vale ressaltar, dessa forma, que há uma separação contundente entre os revisionismos ideológicos e aquilo que o autor chama de “revisionismos historiográficos”. Estes consistem no aumento de pesquisas que se desprendam da memória dominante, promovendo o desenvolvimento de estudos com enfoque não só na atuação das esquerdas, mas também das direitas. Para isso, são utilizados critérios e métodos acadêmicos. Creio que o termo usado por Napolitano para classificar esses debates não seja de maneira alguma adequado, principalmente por seu caráter depreciativo e por colocá-los no mesmo patamar de discursos conservadores, retirando sua complexidade; uma distinção mais incisiva entre os dois tipos de “revisionismo” não é feita de maneira explícita pelo historiador. Dessa forma, irei me referir, nessa dissertação, aos discursos que ressurgem a favor da ditadura como *conservadores* ou *negacionistas*, evitando o uso da palavra “revisionismo”, que pode ser mal interpretada.

A outra crítica a Napolitano se refere à divisão dos ciclos feita pelo historiador. O terceiro ciclo, que trata da entrada do Estado como produtor de memória, não traz uma ruptura forte que justifique o início de uma nova fase. O Estado vincula como “memória oficial” o discurso que já era dominante, sem alterações significativas em seu teor. Esse ponto será melhor discutido no capítulo 4.

¹¹ Ibid., p. 34.

¹² NAPOLITANO, 2015, op. cit., p. 34.

Depois de tempos de priorização da análise do coletivo e das grandes estruturas nas ciências sociais, observou-se, principalmente durante o século XX, uma revalorização do sujeito na história. Em vez de organizações, camadas sociais e partidos, a experiência individual reapareceu como fonte pertinente¹³. A chamada *guinada subjetiva*, analisada por Beatriz Sarlo, recolocou em pauta os relatos de experiências individuais¹⁴, expressados no campo historiográfico através, principalmente, da história oral e do testemunho, que “restituíram a confiança nessa primeira pessoa que narra sua vida para conservar uma lembrança ou reparar uma *identidade machucada*”¹⁵.

Essas observações são importantes, visto que o século XX foi também um século com múltiplas experiências traumáticas e muitas “identidades machucadas”¹⁶. Exemplos dos horrores vividos neste século foram os causados durante as duas grandes guerras. O extermínio em massa, perpetrado pelos nazistas, na Segunda Guerra Mundial, chocou o mundo, recolocando em evidência uma categoria do sujeito marcada pela subjetividade: a figura da *testemunha*¹⁷. A reinclusão dos relatos em primeira pessoa foi crucial, pois proporcionou a possibilidade de falar sobre as mazelas vividas, o que, no caso da escrita da história, permitiu uma mudança no ponto de vista sobre quem são os sujeitos históricos: aqueles indivíduos e grupos antes marginalizados e silenciados passam agora a protagonistas e porta-vozes de determinados processos. Portanto, as testemunhas, que são também *sobreviventes*, produzem seus relatos a fim de assegurar que os traumas aos quais foram submetidas não sejam esquecidos¹⁸.

Primo Levi, judeu e químico italiano, foi um dos sobreviventes de Auschwitz. Após ser libertado em 1945, escreveu seu primeiro livro de memórias sobre o que vivenciou no campo de concentração: a obra *É isto um homem?*, que chegou a ser rejeitada por uma editora, foi publicada pela primeira vez em 1947, porém não teve destaque entre o público leitor. O próprio Levi afirmou que: “depois do retorno de Auschwitz, eu tinha uma necessidade enorme de falar, encontrava aqui os meus velhos amigos e os enchia de histórias”¹⁹. Michael Pollak aponta que,

¹³ POLLAK, Michael. Memória e identidade social. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, 1992, p. 200-212.

¹⁴ SARLO, Beatriz. *Tempo passado: cultura da memória e guinada subjetiva*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2007.

¹⁵ *Ibid.*, p. 17, grifos meus.

¹⁶ *Idem.*

¹⁷ AVELAR, A. S.; GONÇALVES, M. A. Giro linguístico e escrita da história nos séculos XX e XXI: elementos para um debate. IN: MEDEIROS, B. F. et al. (orgs). *Teoria e historiografia: debates contemporâneos*. São Paulo: Paco Editorial, 2015.

¹⁸ GABNEBIN, Jeanne Marie. *Lembrar escrever esquecer*. São Paulo: Editora 34, 2006.

¹⁹ CAMON, Ferdinando. *Conversazione con Primo Levi*. Parma: Ugo Guanda Editore, 1997.

“para poder relatar seus sofrimentos, uma pessoa precisa antes de mais nada *encontrar uma escuta*²⁰” (grifos meus). A publicação de *A Trégua*, outro romance autobiográfico de Levi – este tratando especificamente da libertação e da volta para casa após a vida no campo –, em 1963, trouxe reconhecimento para o autor. É pertinente observar que a data de publicação é posterior ao julgamento de Adolf Eichmann²¹, em 1961 – que foi transmitido por rádios e televisões de todo o mundo e contou com depoimentos de sobreviventes dos campos. De acordo com Annette Wieviorka, “o julgamento de Eichmann conferiu às testemunhas a identidade social de sobreviventes e as transformou em portadoras de história²²”. Encontrou-se, naquele momento, finalmente, um espaço de escuta.

Os testemunhos publicados no pós-guerra e em outros períodos de trauma consistiram em uma *literatura de teor testemunhal*. Esse termo foi cunhado pelo crítico e teórico literário Márcio Seligmann-Silva, que esclarece sua importância:

A questão do testemunho tem sido cada vez mais estudada desde os anos 1970. Para evitar confusões, devemos deixar claro dois pontos centrais: a) ao invés de se falar em “literatura de testemunho”, que não é um gênero, percebemos agora uma face da literatura que vem à tona na nossa época de catástrofes e que faz com que toda a história da literatura — após duzentos anos de auto-referência — seja revista a partir do questionamento da sua relação e do seu compromisso com o “real”. Nos estudos de testemunho deve-se buscar caracterizar o “teor testemunhal” que marca toda obra literária, mas que aprendemos a detectar a partir da concentração desse teor na literatura e escritura do século XX. Esse teor indica diversas modalidades de relação metonímica entre o “real” e a escritura; b) em segundo lugar, esse “real” não deve ser confundido com a “realidade” tal como ela era pensada e pressuposta pelo romance realista e naturalista: o “real” que nos interessa aqui deve ser compreendido na chave freudiana do trauma, de um evento que justamente resiste à representação²³.

De acordo com François Hartog, esses testemunhos possuem um caráter crucial, “uma vez que o plano de extermínio previa também a supressão de todas as testemunhas, assim como dos vestígios do crime²⁴. Relatar, nesse contexto, seria uma “cura’ da alienação e da coisificação²⁵”.

²⁰ POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989, p. 6.

²¹ Adolf Eichmann foi tenente-coronel nazista e um dos principais organizadores do Holocausto. Seu julgamento ocorreu em 1961, em Jerusalém.

²² Tradução livre de: “The Eichmann trial conferred on the witnesses the social identity of survivor and transformed them into the bearers of history”. WIEVIORKA, Annette. The witness in History. *Poetics Today: International Journal for Theory and Analysis of Literature and Communication*, vol. 27, n. 2, 2006, p. 385.

²³ SELIGMANN-SILVA, Márcio. Testemunho e a política da memória: o tempo depois das catástrofes. *Proj. História*, São Paulo, v. 30, jun. 2005, p. 85.

²⁴ HARTOG, François. *Evidência da História: o que os historiadores veem*. Belo Horizonte: Autêntica, 2011, p. 211.

²⁵ SARLO, op. cit. p. 39.

A importância da inclusão dessas narrativas enquanto fonte para a produção historiográfica é inquestionável. Contudo, é preciso se atentar para um fato: os relatos adquirem um caráter de *verdade absoluta* por serem narrados por sujeitos e testemunhas oculares dos processos e acontecimentos. Essas pessoas possuem grande legitimidade para testemunhar sobre tais situações por as terem vivido e/ou presenciado diretamente. O historiador Rodrigo Motta observa que

Não raro, principalmente em seminários, o historiador é interpelado por pessoas que se sentem mais capazes para falar do passado recente, considerando seu testemunho superior ao olhar de um pesquisador que “não estava lá”²⁶.

Tendo isso em vista, faz-se primordial a distinção entre *memória* e *história*. Segundo afirma o historiador Jacques Le Goff, em seu clássico verbete “Memória”,

a memória é um elemento essencial do que se costuma chamar identidade, individual e coletiva, cuja busca é uma das atividades fundamentais dos indivíduos e das sociedades de hoje, na febre e na angústia²⁷.

Assim, a memória consiste em um discurso sobre o passado, que pode ser individual ou coletivo, *construído* por diversos grupos e instituições tanto da sociedade civil quanto do Estado²⁸, conforme ratifica Pierre Nora: “a memória emerge de um grupo que ela une, o que quer dizer, como Halbwachs o fez, que há tantas memórias quantos grupos existem; que ela é, por natureza, múltipla e desacelerada, coletiva, plural e individualizada²⁹”.

Dessa forma – ainda que o passado seja imutável –, a memória está passiva de mudança de acordo com influências do presente, conforme apontado por Lvovich e Bisquert:

As exigências do presente, o peso dos discursos dominantes sobre o passado, a mudança das condições que determinam sua audibilidade e legitimidade, as políticas de memória desenvolvidas pelo Estado, entre outros fatores, podem determinar modificações substanciais no conteúdo das memórias³⁰.

²⁶ MOTTA, Rodrigo Patto Sá. História, Memória e as disputas pela representação do passado recente. *Patrimônio e Memória*, São Paulo, Unesp, v. 9, n.1, janeiro-junho, 2013, p. 61.

²⁷ LE GOFF, Jacques. Memória. IN: *Enciclopédia Einaudi: Memória – História*. V. 1. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1984, p. 46.

²⁸ FRANCO, Marina; LEVÍN, Florencia. El pasado cercano en clave historiográfica. IN: *Historia reciente. Perspectivas y desafíos para un campo en construcción*. Buenos Aires, Paidós, 2007, p. 1.

²⁹ NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. *Proj. História*, São Paulo, vol. 10, dez. 1993, p. 9.

³⁰ Tradução livre de: “Las exigencias del presente, el peso de los discursos dominantes sobre el pasado, el cambio de las condiciones que determinan su audibilidad y legitimidad, las políticas de la memoria desarrolladas desde el Estado, entre otros factores, pueden determinar modificaciones sustanciales en los contenidos de las memorias”. LVOVICH, Daniel; BISQUERT, Jaquelina. *La cambiante memoria de la dictadura: discursos públicos, movimientos sociales y legitimidad democrática*. Buenos Aires: Biblioteca Nacional, 2008, p. 8-9.

Daniel Aarão Reis aponta que “embora querendo ser sincera, a memória, de modo solerte, ou inconsciente, desliza, se faz e se refaz em virtude de novas interpelações, ou inquietações e vivências, novos achados e ângulos de abordagem³¹”. Nesse sentido, Joel Candau também afirma que “o ato memorial tem uma dimensão teleológica. Lembrarmo-nos consiste, podíamos dizê-lo, em configurar presentemente um acontecimento passado no quadro de uma estratégia para o futuro (...)”³².

Além disso, e talvez o aspecto mais importante que caracteriza a memória, observa-se uma pretensão de ser verdadeira e *fidel* ao passado relatado. Como há uma pluralidade de pontos de vista, memórias, sobre o passado, cria-se uma disputa: “todas reivindicam a sua versão dos acontecimentos como a verdadeira, conferindo-lhe caráter sagrado e inquestionável³³”. Apesar disso, a memória é seletiva – justamente por ser diretamente influenciada pelas preferências políticas e pessoais de quem a constrói –, “nem tudo fica gravado. Nem tudo fica registrado³⁴”.

A história, ainda que também seja um discurso sobre o passado, se difere da memória por ter uma pretensão científica. De acordo com Rodrigo Motta, “o historiador deve desconfiar das suas fontes, inquiri-las em busca da verdade³⁵”. Pierre Nora, ao comparar ambas, assinala que “a história é a reconstrução sempre problemática e incompleta do que não existe mais. A memória é um fenômeno sempre atual, um elo vivido no eterno presente; a história uma representação do passado³⁶”.

Por ser uma reconstrução, a história está sempre sujeita a ser revisitada e questionada a partir do debate historiográfico. A memória, por pretender-se sagrada, envolve-se em disputas, guerras, para ter *hegemonia*. Diversas narrativas memoriais podem conviver em um mesmo espaço e tempo, contudo, há uma que se sobressai, uma *memória dominante* entre outras *memórias subterrâneas*. Segundo Michael Pollak, a memória hegemônica ou dominante pode ser produzida pelo Estado – uma *memória oficial* –, mas pode também ser produto de uma sociedade englobante em oposição a grupos minoritários³⁷ – que mantêm suas memórias subterrâneas. A emergência de determinadas lembranças em detrimento de outras é consequência das circunstâncias do presente: “essas memórias subterrâneas que prosseguem

³¹ REIS, Daniel Aarão. Ditadura e sociedade: as reconstruções da memória. IN: REIS, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo Siqueira; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (org.). *O golpe e a ditadura militar: 40 anos depois (1964-2004)*. Bauru: Edusc, 2004.

³² CANDAU, Joel. *Antropologia da memória*. São Paulo: Instituto Piaget, 2013, p. 51.

³³ MOTTA, 2013, op. cit., p. 62.

³⁴ POLLAK, 1992, op. cit., p. 4.

³⁵ MOTTA, 2013, op. cit., p. 61.

³⁶ NORA, 1993, op. cit., p. 7.

³⁷ POLLAK, 1989, op. cit., p. 5.

seu trabalho de subversão no silêncio e de maneira quase imperceptível afloram em momentos de crise em sobressaltos bruscos e exacerbados. A memória entra em disputa³⁸”.

O estudo desses movimentos é essencial para o historiador. Através do desenvolvimento de uma *história da memória*, conforme proposto por Lvovich e Bisquert, é possível realizar uma análise “da evolução das formas e os usos do passado feitos por grupos significativos sobre um período dado, em geral vinculado ao processamento de experiências fortemente traumáticas”³⁹. Janaina Cordeiro justifica a necessidade de um estudo sobre a memória: apesar de grande importância política, não se pode contentar com as *simplificações da memória*. A memória não pode ser considerada história e nem substituí-la⁴⁰. É nesta perspectiva que este estudo se insere.

As ditaduras latino-americanas foram consideradas, pela memória, experiências traumáticas que marcaram o século XX. No Brasil, em 1964 houve um golpe civil-militar, que instaurou uma ditadura e um regime de exceção, que permaneceu em vigor até 1979⁴¹, sendo restabelecido o regime democrático apenas em 1988, com a promulgação da nova Constituição – após um período de *transição* que, segundo Daniel Aarão Reis, compreende o intervalo entre essas duas datas⁴². Durante esse período, articularam-se formas de repressão à oposição e em prol de um modelo de vida baseado na ideia de “moral e bons costumes”, por meio de diversas frentes: censura, espionagem, prisões políticas, torturas e mortes.

Embora a ditadura civil-militar seja considerada um *trauma* por discursos memórias, é necessário problematizar essa perspectiva. Segundo Janaina Cordeiro, o apagamento do aspecto *civil* e, em vez disso, a responsabilização exclusiva dos militares – concretizada através do uso da expressão “ditadura militar” – transformou a sociedade em combativa e resistente, apagando o papel de setores da sociedade para a construção e manutenção do regime:

para expurgar o peso de ter vivido a ditadura, em especial os anos do *Milagre* como os *anos de ouro*, enquanto os opositores eram perseguidos, para explicar o convívio – nem sempre conflituoso – com o regime de exceção, para reconciliar-se consigo mesma, a sociedade escolheu o silêncio a respeito das relações complexas estabelecidas com o regime. Escolheu-se rememorar as *vítimas* (...) ⁴³.

³⁸ Ibid., p. 4.

³⁹ Tradução livre de: “(...) análisis de la evolución de las formas y los usos del pasado desarrollado por grupos significativos sobre un período dado, en general vinculado al procesamiento de experiencias fuertemente traumáticas”. LVOVICH & BISQUERT, 2008, op. cit., p. 10.

⁴⁰ CORDEIRO, Janaina Martins. *Lembrar o passado, festejar o presente: as comemorações do Sesquicentenário da Independência entre consenso e consentimento*. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2012, p. 321.

⁴¹ Tal periodização não é consenso na historiografia, gerando debates polêmicos. Cf. REIS, Daniel Aarão. *Ditadura e democracia no Brasil. 1964: 50 anos depois*. Rio de Janeiro: 2014.

⁴² Idem.

⁴³ CORDEIRO, 2012, op. cit., p. 320.

E quem seriam essas *vítimas*? De acordo com dados levantados pelo projeto *Brasil: Nunca Mais (BNM)*, o número total de afetados pelos processos do Superior Tribunal Militar abertos durante o período foi de 17.420, entre denunciados, indiciados, testemunhas e declarantes. Já a Comissão Nacional da Verdade, em seu relatório final produzido em 2014, reconheceu 434 mortes e desaparecimentos com motivações políticas. Esses números, apesar de muito relevantes – consistem, definitivamente, em um trauma para as esquerdas –, quando comparados à população brasileira da época, são indicativos do isolamento dos projetos revolucionários defendidos pelas organizações. Segundo Denise Rollemberg,

a luta armada foi derrotada uma vez que não houve uma relação de identidade entre o seu projeto revolucionário e os movimentos sociais (...). Sequer as propostas de enfrentamento que não fossem de luta armada, como as propostas de greves operárias e manifestações de massas, encontravam ressonância nas classes sociais⁴⁴.

Contudo, como apontado por Rollemberg, a sociedade que não apoiou a luta armada, interessou-se muito por conhecê-la⁴⁵. Ainda com o Ato Institucional nº 5 (AI-5) em vigência, em 1977, foi publicada a primeira autobiografia de um ex-guerrilheiro: *Em Câmara Lenta*, de Renato Tapajós – militante da Ala Vermelha do PCdoB –, escrita enquanto era preso político, em 1973. O sociólogo Mário Augusto Medeiros aponta que o discurso da obra tem um tom de autoavaliação, “apresentando erros e acertos dos outros e seus próprios”⁴⁶, referindo-se a um do desejo do autor de refletir criticamente sobre as ações da esquerda. Tapajós, em entrevista à Medeiros, afirmou que:

É, sobretudo, uma discussão em torno da contradição que se colocou para os militantes, em determinado momento, entre o compromisso moral e as opções políticas que se delineavam. É claro que o romance é também uma denúncia da violência repressiva e da tortura, porque ninguém pode escrever com um mínimo de honestidade sobre política em nosso país, nesse período, sem falar de tortura e de violência policial [...]. No entanto, esse não é o aspecto principal do romance. De certa forma, ele é um balanço e uma autocrítica, um esboço em torno do desmantelamento das organizações de esquerda e da reação dos militantes a respeito desse fato⁴⁷.

⁴⁴ ROLLEMBERG, Denise. Esquerdas revolucionárias e luta armada. In: Jorge Ferreira; Lucilia de Almeida Neves Delgado (org.). *O Brasil Republicano: o tempo da ditadura. Regime militar e movimentos sociais em fins do século XX*. 1ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, v. 4, p. 43-91.

⁴⁵ ROLLEMBERG, Denise. Esquecimento das memórias. IN: João Roberto Martins Filho (org.). *O golpe de 1964 e o regime militar*. São Carlos: Ed. UFSCar, 2006, p. 4.

⁴⁶ SILVA, Mário Augusto Medeiros da. *Os escritores da guerrilha urbana: literatura de testemunho, ambivalência e transição política*. São Paulo: Annablume, 2008, p. 63.

⁴⁷ Idem.

O anseio por registrar e compartilhar suas vivências era imenso, a ponto de se submeter a procedimentos tão custosos para que o livro fosse escrito. Ao ser publicada, no entanto, a obra foi censurada e o autor preso novamente. Segundo Caroline Bauer,

a negação da realidade pela censura, pela desinformação – através das versões inverídicas – e a imposição do esquecimento leva à ausência do reconhecimento social das experiências dos ex-presos e perseguidos políticos e dos familiares de mortos e desaparecidos políticos, que têm seus relatos deslegitimados e considerados irrealis, impossibilitando o processo de luto⁴⁸.

A experiência do exílio também foi raiz de uma onda de produção de testemunhos de outros militantes da esquerda armada brasileira. O livro *Memórias do exílio: Brasil (1964 – 19??)* foi uma obra coletiva, com entrevistas e manuscritos de diversos ex-guerrilheiros exilados – a maioria composta pelos libertos e banidos após as quatro capturas de embaixadores. A obra foi publicada em 1976 no cenário internacional, com primeira edição brasileira em 1978. Na introdução, os organizadores justificam a produção do livro: “em condições marcadas por rupturas históricas tais como as que provocam o exílio, a memória coletiva tem que ser feita pois ela exige um esforço consciente de recuperação para uma cultura nacional⁴⁹”. Os testemunhos são múltiplos, apesar do risco de não poderem retornar ao país por conta deles ou de haver represálias caso o fizessem. Alguns dos depoentes utilizaram pseudônimos, numa tentativa de zelar por sua segurança.

Em 1979, o jornalista Fernando Gabeira publicou *O que é isso companheiro?*, narrativa autobiográfica que tratava da captura do embaixador dos Estados Unidos no Brasil, Charles Elbrick, por militantes do Movimento Revolucionário Oito de Outubro (MR-8) e Ação Libertadora Nacional (ALN). Gabeira era ligado ao MR-8 e, durante a ação, era o responsável pelo imóvel que serviu de cativeiro. A publicação da obra se deu em uma conjuntura de transição, ainda autoritária, mas muito diferente da época da publicação do livro de Tapajós: após o fim do AI-5 e da promulgação da Lei de Anistia política (o próprio Gabeira já estava de volta ao Brasil quando do lançamento do livro). Por diversas razões, a narrativa em questão é a maior referência para o grande público quando o assunto é guerrilha, um consenso⁵⁰. Sua

⁴⁸ BAUER, Caroline Silveira. *Como será o passado?* História, historiadores e a Comissão Nacional da Verdade. São Paulo: Paco Editorial, 2017, p. 19.

⁴⁹ UCHÔA, P. C.; RAMOS, J. (org.). *Memórias do exílio: Brasil (1964-19??)* – de muitos caminhos. São Paulo: Livramento Ltda, 1978, p. 9

⁵⁰ ROLLEMBERG, 2006, op. cit., p. 3.

popularidade foi tamanha que, em 1997, ganhou uma adaptação cinematográfica. O historiador Daniel Aarão Reis aponta que:

com o recuo da ditadura militar, no quadro da abertura “lenta, segura e gradual”, a sociedade queria recuperar e se reconciliar com a história agitada dos anos 60, mas na concórdia, sem revanchismos estéreis, como aconselhavam os militares e os homens de bom senso. No contexto da mal chamada anistia recíproca, não seria possível avivar a memória sem despertar os demônios do ressentimento?⁵¹

O testemunho de Gabeira, portanto, atendia às demandas conciliatórias postas pela sociedade e, por isso, ganhou espaço e legitimidade. Apesar de denunciar a tortura, não fazia uma análise crítica sobre a ditadura e lançava um olhar de “aventura” à guerrilha.

Até a redemocratização foram publicados ainda muitos testemunhos sobre o período ditatorial, do ponto de vista das esquerdas: *Os carbonários*, de Alfredo Sirkis (1980); *Os fornos quentes* (1980) e *A fuga* (1984), de Reinaldo Guarany; *Memórias das mulheres no exílio* (1980), segundo volume de *Memórias do exílio*, supracitado; entre outros. A quantidade de livros de memória publicados que tratam de experiências individuais das esquerdas durante a ditadura civil-militar brasileira (entre eles autobiografias, biografias e romances que mesclam as duas modalidades anteriores – testemunhos em geral), a partir de 1977, cresce a cada ano, em diversos locais do país, por diversas editoras⁵². Um exemplo disso é o recente lançamento da biografia⁵³ de Herbert Daniel⁵⁴, escrita pelo historiador James Green, em julho de 2018, ano de escrita dessa dissertação. Além desse, o livro biográfico *Marighella: o guerrilheiro que incendiou o mundo*⁵⁵, de Mário Magalhães⁵⁶ sobre Carlos Marighella⁵⁷, lançado em 2012,

⁵¹ REIS, Daniel Aarão. Versões e ficções: a luta pela apropriação da memória. IN: REIS, Daniel Aarão et. al. *Versões e ficções: o sequestro da história*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1997, p. 102-3.

⁵² Em levantamento feito de biografias e autobiografias de militantes de esquerda, encontrei que quatro foram publicadas pela Editora Codecri. Uma dessas autobiografias é a *O que é isso companheiro?*, de Fernando Gabeira, obra de maior expressão quando se trata de luta armada.

⁵³ GREEN, James. *Gay e revolucionário: a vida extraordinária de Herbert Daniel – pioneiro na luta pela democracia, diversidade e inclusão*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

⁵⁴ Herbert Eustáquio de Carvalho foi um sociólogo, jornalista e ex-guerrilheiro brasileiro. Durante a luta armada, integrou as organizações POLOP, Colina, VAR-Palmares e VPR. Morreu em 1992, por complicações causadas pela AIDS.

⁵⁵ MAGALHÃES, Mário. *Marighella: o guerrilheiro que incendiou o mundo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

⁵⁶ Jornalista e escritor brasileiro. Fonte: <<https://theintercept.com/staff/mario-magalhaes/>>. Acesso em: 4 mar. 2019.

⁵⁷ Carlos Marighella, nascido em Salvador em 1911, foi um guerrilheiro comunista, criador da Ação Libertadora Nacional e um dos expoentes da luta armada durante a ditadura. Foi assassinado em uma emboscada planejada pelo DOPS, em São Paulo, em 1969. Fonte: <<http://www.fgv.br/cpd/doc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/marighella-carlos>>. Acesso em: 4 mar. 2019.

voltou a ter destaque graças ao lançamento do filme *Marighella*, dirigido por Wagner Moura⁵⁸, em 2019.

A multiplicidade desses relatos não se resume apenas em diferentes histórias de vida, mas também inclui diversas linhas de abordagem e pontos de vista sobre o ocorrido. Se há uma batalha pela memória óbvia entre os que construíram e se beneficiaram com o regime ditatorial e os que se opuseram a ele, há também disputas dentro da própria esquerda⁵⁹. Como vimos, as memórias, apesar de conterem “marcos ou pontos relativamente invariantes, imutáveis⁶⁰”, são influenciadas tanto por posicionamentos políticos e ideológicos de quem as narra, quanto pelas conjunturas e demandas do presente – tornando-as passíveis de “flutuações, transformações, mudanças constantes⁶¹”. Neste sentido, uma questão se faz pertinente para este trabalho: *quais narrativas sobre as esquerdas e a ditadura civil-militar estão vinculadas a cada biografia e em que medida isso pode se relacionar com o contexto da produção destes relatos?*

Uma outra observação relevante a ser feita é sobre quem estas histórias tratam: quantos desses livros têm mulheres como protagonistas? Dados do BNM indicam que de 15 a 20% do total de denunciados foram do sexo feminino⁶², portanto, houve expressiva participação feminina nas diversas formas de oposição à ditadura e nas lutas revolucionárias. Tendo em vista a grande quantidade de relatos autobiográficos sobre experiências das esquerdas durante a ditadura – dado os exemplos de Tapajós, Gabeira, Sirkis e Guarany, citados anteriormente – é possível, neste caso, formular uma nova questão: *se a participação feminina foi um fato, por que elas escrevem menos, em primeira pessoa, sobre suas memórias?* Numa tentativa de encontrar respostas para essa questão, Julia Insuela afirma que

Talvez o motivo seja a atitude de [as mulheres] não quererem se confrontar com essas memórias, com essas trajetórias. As questões do trauma, principalmente pela tortura, e da subjetividade feminina, inserida na discussão de gênero, têm papel significativo nessa postura⁶³.

⁵⁸ Ator, diretor e jornalista brasileiro, nascido em 1976, em Salvador.

⁵⁹ ROLLEMBERG, 2006, op. cit., passim.

⁶⁰ POLLAK, 1992, op. cit., p. 2.

⁶¹ Idem.

⁶² RIDENTI, Marcelo. As mulheres na política brasileira: os anos de chumbo. *Tempo Social*, v. 1, n. 1, 1990, p. 114.

⁶³ INSUELA, Julia Bianchi Reis. *Visões das mulheres militantes na luta armada: repressão, imprensa e (auto)biografias (Brasil – 1968/1971)*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2011, p. 115.

Os livros selecionados como fontes neste trabalho foram escritos por terceiros. Por esse motivo, outro aspecto importante para esta investigação é a figura do biógrafo. Na perspectiva de Leonor Arfuch, “a fronteira entre biografia e autobiografia não é tão nítida⁶⁴”, uma vez que “toda escrita é autobiográfica⁶⁵”. Contudo, o fato de um dos biógrafos ser do sexo masculino será levado em consideração, uma vez que essa particularidade é determinante sobre a forma de enxergar o mundo e as experiências vividas – há um *lugar de fala* masculino, que não compreende na totalidade vivências “tipicamente” femininas⁶⁶.

Para completar o tripé igualmente proposto por Arfuch sobre a constituição de ensaios biográficos – autor, biografado e leitor⁶⁷ –, dados sobre o público consumidor dessas obras serão incluídos no estudo, na medida do possível. Dessa forma, será viável identificar os motivos pelos quais determinadas biografadas foram escolhidas pelos autores e quais demandas do mercado editorial foram atendidas. Beatriz Sarlo, antecipando a resposta para esses questionamentos, aponta que “como a dimensão simbólica das sociedades em que vivemos está organizada pelo mercado, os critérios são o êxito e o alinhamento com o senso comum dos consumidores⁶⁸”. Assim, cabem as perguntas: *quais são os discursos comuns aos consumidores-alvo desses livros? Esses discursos foram incorporados nas obras?*

Destarte, a proposta deste trabalho é observar as narrativas biográficas sobre mulheres enquanto construções do presente sobre o passado, influenciadas por demandas e disputas memoriais que dizem respeito a seu próprio tempo – e não somente ao que pretendem retratar. Será possível, então, analisar criticamente as seleções, os esquecimentos e os destaques dados a determinados pontos de memória em cada época e compreender os motivos de tais escolhas.

A dissertação está dividida em 5 capítulos. Destes, o primeiro e o segundo tratam dos discursos de memória vinculados ao livro de Judith Patarra: no primeiro, é analisada a constituição do livro e a construção da personagem Iara Javelberg; no segundo, reflito a respeito da narrativa da autora sobre a ditadura e as esquerdas.

Já nos terceiro e quarto capítulos, trato do livro biográfico de Dilma Rousseff, de autoria do jornalista Ricardo Amaral, seguindo a mesma divisão: no primeiro, observo a constituição

⁶⁴ ARFUCH, Leonor. *Memoria y autobiografía: exploraciones em los limites*. Fondo de Buenos Aires: Fondo de Cultura Economica, 2013, p. 49.

⁶⁵ ARFUCH, Leonor. *O espaço biográfico: dilemas da subjetividade contemporânea*. Rio de Janeiro: Editora da UERJ, 2002, p. 76.

⁶⁶ Ao tratar de experiências tidas como “tipicamente” femininas, estou me referindo a vivências que, ao longo dos séculos, foram tidas como exclusivas do feminino, em uma perspectiva de gênero – papéis atribuídos socialmente a cada sexo. Cf. SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil para análise histórica. *Educação & Realidade*. Porto Alegre, vol. 20, nº 2, jul./dez. 1995.

⁶⁷ ARFUCH, 2013, op. cit., passim.

⁶⁸ SARLO, 2007, op. cit., p. 15.

do livro e a construção da biografada; no segundo, analiso a narrativa sobre a ditadura e as esquerdas. O último capítulo faz uma abordagem comparada de ambos os livros estudados, ressaltando as continuidades e rupturas da memória ao longo do tempo.

CAPÍTULO 1 - UMA FEMINISTA NA REVOLUÇÃO? A BIOGRAFIA DE IARA IAVELBERG SEGUNDO JUDITH PATARRA (1980-1990)

“Pessoa bonita, sensível, tranquila, solidária, Iara conseguia traduzir na prática o conselho do Guevara de ‘endurecer-se sem perder a ternura’”

Inês Etienne Romeu sobre Iara Iavelberg⁶⁹

No congresso do Partido dos Trabalhadores que anunciou sua pré-candidatura à Presidência da República, em 2010, Dilma Rousseff proferiu um discurso. Nele, afirmou:

(...) não posso deixar de ter uma lembrança especial para aqueles que não mais estão conosco. Para aqueles que caíram pelos nossos ideais. Eles fazem parte de minha história. Mais que isso: eles são parte da história do Brasil⁷⁰.

Neste momento, Dilma citou nomes de alguns militantes mortos durante a ditadura civil-militar: Carlos Alberto Soares de Freitas, Maria Auxiliadora Lara Barcelos e Iara Iavelberg. Sobre esta última, afirmou: “Iara, que falta fazem guerreiras como você⁷¹”.

Inês Etienne Romeu, em depoimento à jornalista Judith Patarra, apontou que “Iara conseguia traduzir na prática o conselho do Guevara de ‘endurecer-se sem perder a ternura⁷²”.

Maria Lúcia Carvalho, ex-guerrilheira assim como as outras duas, declarou que “tudo que fosse revolucionário, pode ter certeza que a Iara ia se interessar. Era uma pessoa que estava sempre procurando coisas mais à frente do seu tempo, muito estudiosa⁷³”.

Guerreira, terna e à frente de seu tempo. Essas características, aliadas à beleza, são as mais utilizadas para descrever Iara Iavelberg. Por diversas vezes, é denominada “musa da esquerda”, como em matéria da *Istoé*: “Iara Iavelberg tinha o rosto lindo, a cabeça brilhante e o coração revolucionário. Era a musa da esquerda brasileira em 1969 (...) ⁷⁴”; ou como no *Metro*

⁶⁹ apud PATARRA, Judith. *Iara*: reportagem biográfica. 2ª edição. Rosa dos Tempos: Rio de Janeiro, 1992, p. 349.

⁷⁰ ÍNTEGRA do discurso de Dilma Rousseff no Congresso do PT. *O Estado de S. Paulo*, 20 fev. 2018. Disponível em: <<https://politica.estadao.com.br/noticias/geral,integra-do-discurso-de-dilma-rousseff-no-congresso-do-pt,513842>>. Acesso em: 01 ago. 2019.

⁷¹ Idem.

⁷² PATARRA, 1992, op. cit., p. 349.

⁷³ MONCAU, Gabriela. Revolução e paixão na vida admirável de Iara Iavelberg. *Revista Adusp*, out. 2013, p. 63. Disponível em: <<https://adusp.org.br/files/revistas/55/mat06.pdf>>. Acesso em: 02 ago. 2018.

⁷⁴ STUART, Hugo. O guerrilheiro apaixonado. *Istoé*, n. 1948, 28 fev. 2007. Disponível em: <https://istoe.com.br/1356_O+GUERRILHEIRO+APAIXONADO/>. Acesso em: 02 ago. 2018.

Jornal que, mesmo sem citar seu nome, utiliza como manchete: “Musa da resistência armada é tema de documentário⁷⁵”.

Contribuiu muito para a formação desta “marca registrada” a publicação do livro biográfico sobre a guerrilheira, intitulado *Iara: reportagem biográfica*, escrito pela jornalista Judith Patarra e fonte para este capítulo. Aqui, abordarei o impacto desta obra para a consolidação da imagem de Iara para as esquerdas e como ela ajuda a compreender os processos de construção da memória coletiva sobre a ditadura e as oposições a ela.

1.1 A TRAJETÓRIA DE IARA IAVELBERG

Antes de morrer, deve-se plantar uma árvore, ter filhos e escrever um livro. Anna Veronica Mautner, na contracapa do livro *Iara*, declara que a biografada não fez nenhuma das três coisas: “Muitos amores, nenhum livro, nenhum diário, nem árvore, nem filho tão desejado⁷⁶”. Mesmo assim, sua história de vida teve relevância para muitos, uma vez que mereceu a publicação de uma biografia.

Iara Iavelberg foi militante de organizações revolucionárias durante a ditadura civil-militar, entre elas a Organização Revolucionária Marxista Política Operária (POLOP), Vanguarda Popular Revolucionária (VPR), Vanguarda Armada Revolucionária Palmares (VAR-Palmares) e Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8). Nasceu em 7 de maio de 1944, em São Paulo⁷⁷. Seus familiares eram judeus imigrantes – húngaros na parte materna e romenos na paterna. Foi a primeira filha de David e Eva Iavelberg, tendo outros 3 irmãos: Samuel, Raul e Rosa Iavelberg. Os pais eram comerciantes de roupas e tecidos e a família morou por muito tempo no bairro do Ipiranga, na Zona Sul da capital paulista.

Em maio de 1960, aos 16 anos, Iara se casou com Samuel Haberkorn, de 25, médico de família tradicional judia no bairro do Ipiranga. O relacionamento não foi bem visto pela família Haberkorn, mas os Iavelberg aprovavam⁷⁸. A proclama de casamento foi publicada em 13 de maio, no Diário Oficial do Estado de São Paulo:

18º subdistrito (Ipiranga)

⁷⁵ BRAGA, Tercio. Musa da resistência armada é tema de documentário. Metro Jornal, 27 mar. 2014. Disponível em: <<https://www.metrojornal.com.br/cultura/2014/03/27/musa-da-resistencia-armada-e-tema-documentario.html>>. Acesso em: 12 ago. 2018.

⁷⁶ MAUTNER, Anna Veronica. Contracapa. In: PATARRA, op. cit.,

⁷⁷ SÃO PAULO. Proclamas de casamento. Diário Oficial do Estado de São Paulo, São Paulo, 13 mai. 1960, p. 51.

⁷⁸ Depoimento de Samuel Iavelberg. EM busca de Iara. Direção: Flávio Frederico. Roteirista: Mariana Pamplona. São Paulo: Produtora Kinoscópio, 2014. Disponível em plataforma digital (90 min), son., colorido.

FAÇO SABER que pretendem se casar: Samuel Haberkorn, nascido em São Paulo, aos 21 de março de 1935, solteiro, universitário, residente neste subdistrito, filho de Israel Haberkorn e Genia Haberkorn e Iara Iavelberg, nascida em S. Paulo, aos 7 de maio de 1944, solteira, de prendas domésticas, residente neste subdistrito, filha de David Iavelberg e Eva Iavelberg. (...) ⁷⁹.

Em 1964, iniciou o curso de Psicologia na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo ⁸⁰, na época localizada na Rua Maria Antônia, epicentro do movimento estudantil nos anos 1960 e palco da “Batalha da Maria Antônia ⁸¹”. Após algum tempo cursando a universidade, iniciou sua militância na POLOP, organização na qual o irmão Samuel já militava ⁸².

Em agosto de 1965, Iara e o marido Samuel se separaram oficialmente – como indicado em publicação do Diário Oficial do Estado de São Paulo de 17 de agosto: “desquite amigável – Samuel Haberkorn e Iara Haberkorn – cumpra-se o V. Acórdão (...) ⁸³”. O casamento, segundo os que conviviam com o casal, sempre fora cheio de discordâncias e instabilidade ⁸⁴.

Neste mesmo ano, tornou-se professora do cursinho do Grêmio da faculdade de Psicologia – que, em 1968, tornou-se o Equipe Vestibulares ⁸⁵, ao qual Iara permaneceu vinculada ⁸⁶ –, graças à participação na POLOP. Seu engajamento, inicialmente, girava muito em torno do movimento estudantil, com ações voltadas para decisões sobre a estrutura do curso e a instituição em geral ⁸⁷. Chegou a ser presidente do “Centrinho” – Associação Universitária dos Estudantes de Psicologia ⁸⁸.

⁷⁹ SÃO PAULO, 1960, op. cit., p. 51.

⁸⁰ Depoimento de Samuel Iavelberg. EM busca de Iara. Direção: Flávio Frederico. Roteirista: Mariana Pamplona. São Paulo: Produtora Kinoscópio, 2014. Disponível em plataforma digital (90 min), son., colorido.

⁸¹ Confronto entre estudantes da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo e da Universidade Presbiteriana Mackenzie, em 2 de outubro de 1968. Um estudante secundarista, José Guimarães, morreu.

⁸² Depoimento de Samuel Iavelberg. EM busca de Iara. Direção: Flávio Frederico. Roteirista: Mariana Pamplona. São Paulo: Produtora Kinoscópio, 2014. Disponível em plataforma digital (90 min), son., colorido.

⁸³ SÃO PAULO. Vara da Família e das Sucessões. *Diário Oficial do Estado de São Paulo*, São Paulo, 17 ago. 1965, p. 38.

⁸⁴ Depoimento de Evelise de Souza Marra. EM busca de Iara. Direção: Flávio Frederico. Roteirista: Mariana Pamplona. São Paulo: Produtora Kinoscópio, 2014. Disponível em plataforma digital (90 min), son., colorido.

⁸⁵ Atual Colégio Equipe, localizado no bairro Higienópolis.

⁸⁶ ANÚNCIO – Equipe Vestibulares. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 18 jan. 1968, p. 9.

⁸⁷ MONCAU, 2013, op. cit., passim.

⁸⁸ Idem.

Em meados de 1967, conforme aponta a colega Ecléa Bosi, “dona Anita⁸⁹ [sic] a convidou para ser professora de Psicologia Social e ela chegou a ser docente, mas logo partiu para a clandestinidade”⁹⁰.

Em 11 de julho de 1968, Iara foi presa com o então namorado Silvério Soares Ferreira⁹¹, também militante da POLOP, e ambos foram levados para o Departamento de Ordem Política e Social (DOPS), detenção que originou seu registro no órgão de segurança⁹².

Em 1967, por ocasião do racha da POLOP, Iara passou a integrar a Vanguarda Popular Revolucionária (VPR) – uma das organizações formadas pelos dissidentes⁹³. Nessa organização, sua principal função era alugar apartamentos que serviriam como aparelhos⁹⁴ e promover assistência teórica ao círculo de estudos que funcionava à noite em Quitaúna, Osasco. Iara trabalhava como uma espécie de professora/mediadora, auxiliando os militantes com as leituras consideradas fundamentais – obras teóricas marxistas-leninistas e sobre as funções da guerrilha. Carlos Lamarca – guerrilheiro que, com o tempo, se tornou famoso sobretudo no imaginário das esquerdas brasileiras – também integrante da VPR neste período, passou a frequentar as reuniões. Com o tempo, desenvolveram um relacionamento amoroso. De acordo com matéria publicada em 1971 pelo *O Estado de S. Paulo*,

Lamarca era considerado dentro do terror como um bom elemento de ação, mas nunca um teórico. Em documentos da VPR, apreendidos pela polícia, o ex-militar era

⁸⁹ Annita de Castilho Cabral foi professora e chefe da cadeira de Psicologia do curso de Filosofia da FFCL – USP entre 1947 e 1968. Disponível em: <http://200.144.182.66/memoria/por/pessoa/508-Annita_de_Castilho_Cabral>. Acesso em 24 jun. 2016.

⁹⁰ apud MOURA, Mariluce. Narrativas sensíveis sobre grupos fragilizados. Entrevista com Ecléa Bossi. *Revista Pesquisa Fapesp*, ed. 218, abril, 2014. Disponível em: <<http://revistapesquisa.fapesp.br/2014/04/24/eclea-bosi-narrativas-sensiveis-sobre-grupos-fragilizados/>>. Acesso em: 25 mai. 2018.

⁹¹ SÃO PAULO. *Ficha – Iara Iavelberg*. Secretaria de Segurança Pública – Departamento de Ordem Política e Social, 1968. Disponível em: <<http://www.arquivoestado.sp.gov.br/uploads/acervo/textual/deops/fichas/DEOPSSPI000031.pdf>>. Acesso em: 19 dez. 2018.

⁹² DEPARTAMENTO DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL (DOPS). Prontuário – Iara Iavelberg. Secretaria da Segurança Pública, São Paulo, 11 jul. 1968. Disponível em: <<http://www.arquivoestado.sp.gov.br/uploads/acervo/textual/deops/fichas/DEOPSSPI000031.pdf>>. Acesso em: 9 fev. 2019.

⁹³ A outra seria o Comando de Libertação Nacional (COLINA). Cf. COELHO, Eurelino. SANTOS, Igor Gomes. Para a história da POLOP (1961-1983): debate historiográfico e apontamentos iniciais de pesquisa. *Anais... XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH*, São Paulo, jul. 2011. Disponível em: <http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1300874101_ARQUIVO_POLOPANPUHI.pdf>. Acesso: 20 dez. 2018.

⁹⁴ “Aparelho, no contexto da ditadura militar no Brasil, referia-se a um local (apartamento ou casa) usado como refúgio por uma “célula” (grupo de ativistas com ideal e atuação afins) de organização política clandestina e servindo também para a realização de reuniões, guarda de material de propaganda, dinheiro, armas, etc.” Fonte: APARELHO (POLÍTICA). In: *Wikipédia*, 23 ago. 2018. Disponível em: <[https://pt.wikipedia.org/wiki/Aparelho_\(pol%C3%ADtica\)](https://pt.wikipedia.org/wiki/Aparelho_(pol%C3%ADtica))>. Acesso em: 20 dez. 2018.

bastante criticado por sua falta de cultura política. Segundo um ex-terrorista, ele não tomava nenhuma decisão de caráter político antes de consultar Iara⁹⁵.

Após a constituição da VAR-Palmares, Iara e Lamarca passaram a integrar a organização. Por meio desta, Iara participou do treinamento de guerrilha no Vale do Ribeira. Foram publicados no Diário Oficial do Estado de São Paulo, em 1979, trechos do processo contra seus integrantes. Nesse texto, constam alguns entendimentos dos órgãos de segurança a respeito da atuação política de Iara enquanto ainda viva:

Yara Yavelberg [sic], ao lado de Dilma Vana e Miriam Abramovay, é a figura relevante de mulher dentro da VAR-Palmares. Tão ativa é a sua participação nos movimentos subversivos que Maria Cora Sacomani, ainda antes da própria existência da VAR, participou de reuniões clandestinas na casa de Miriam e dos Iavelbergs. Dilma Vânia [sic] coloca Yara [sic] entre as figuras que se sobressaíam. A fls. 642-646 é citada entre as participantes dos encontros realizados no apartamento da rua da Consolação, já referidos. Não há dúvida sobre a sua criminoso atuação⁹⁶.

Após a captura do embaixador suíço no Brasil, Giovanni Enrico Bucher, liderada por Lamarca, o casal passou a ser ainda mais procurado pelas autoridades da ditadura. Assim, entre 1970 e 1971, mudaram-se para o Rio de Janeiro, para integrarem-se ao MR-8. Segundo o ex-dirigente desta organização, Carlos Alberto Muniz,

na época, a VPR no Rio estava sob um cerco maior ainda, quer dizer, ela tava com uma infraestrutura pior, ela não tinha a inserção que nós [MR-8] tínhamos aqui no Rio de Janeiro. Aí eu expliquei um pouco mais sobre o que que era a nossa ideia do trabalho no campo, cheguei a dizer, a contar um pouco que nós já tínhamos companheiros deslocados pra lá. Aí eles decidiram que viriam pro MR-8⁹⁷.

⁹⁵ POLITICAMENTE, Iara dominava. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 21 set. 1971, p. 12.

⁹⁶ SÃO PAULO. Justiça Militar Federal – 1ª Auditoria da 2ª Circunscrição Judiciária Militar. *Diário Oficial do Estado de São Paulo*, São Paulo, 2 jun. 1979, p. 104.

⁹⁷ Depoimento de Carlos Alberto Muniz. EM busca de Iara. Direção: Flávio Frederico. Roteirista: Mariana Pamplona. São Paulo: Produtora Kinoscópio, 2014. Disponível em plataforma digital (90 min), son., colorido.

Com o aumento das prisões de militantes no Rio de Janeiro, ambos foram enviados para a Bahia: o capitão para o sertão, próximo ao Rio São Francisco, e Iara para Feira de Santana⁹⁸ e, posteriormente, por motivos de segurança, para Salvador⁹⁹.

Em 20 de agosto de 1971, policiais do DOI-Codi invadiram o aparelho onde Iara estava abrigada em Salvador com outros companheiros – ação integrante da chamada Operação Pajussara¹⁰⁰. A respeito da morte de Iara, o relatório da ação narra: “IARA IAVELBERG, a fim de evitar sua prisão, ocultou-se em um banheiro do apartamento vizinho; sentindo-se cercada e sofrendo a ação dos gases lacrimogêneos, suicidou-se¹⁰¹”.

Apesar de, segundo o jornalista Elio Gaspari, a operação ter sido considerada um sucesso – pois pegaram do apartamento três militantes do MR-8, uma empregada e duas crianças¹⁰² –, a morte de Iara foi vista como um possível entrave para o objetivo principal da ação: a captura de Lamarca. O próprio relatório, no subtópico “principais ensinamentos” observa:

Mesmo assim, considera-se que houve certa precipitação no deslocamento inicial das equipes para a área de Operações, apesar da evolução rápida dos acontecimentos em SALVADOR, com a morte de IARA, e a possibilidade de tal fato chegar ao conhecimento de LAMARCA, provocando a sua saída da Região de BROTAS DE MACAÚBAS¹⁰³.

Como se pode observar no trecho acima, a morte de Iara – apesar de *oficialmente* ter sido um “suicídio” – foi considerada como consequência das ações da operação, precipitadas. Mesmo assim, a tese do suicídio permaneceu um consenso e foi apropriada por diversos historiadores e jornalistas. O próprio Gaspari a reafirma: “Iara Iavelberg pulara um pequeno vão, passando de um apartamento para o outro, mas a polícia encurralou-a num quarto infestado

⁹⁸ Consta no relatório da Operação Pajussara um depoimento do então militante José Carlos de Souza, o Rocha: “Após a morte de IARA, 'ROCHA', interrogado intensamente e traumatizado por esse acontecimento, confessou que, em fins de JUNHO, havia conduzido CARLOS LAMARCA e IARA para a BAHIA, deixando esta em FEIRA DE SANTANA e dirigindo-se para a Região de BROTAS DE MACAÚBAS com LAMARCA, passando-o a JOSÉ CAMPOS BARRETO, 'JESSÉ', elemento nascido e criado em BROTAS, onde também já se encontrava LUIZ ANTONIO DE SANTA BÁRBARA, 'MERENDA', ambos realizando trabalho de campo”. MINISTÉRIO DO EXÉRCITO – IV Exército, 6ª região militar. Quartel General – 2ª seção. *Operação Pajussara – Relatório*. 1971. Disponível em: <<http://comissaodaverdade.al.sp.gov.br/upload/001-relatorio-operacao-pajussara.pdf>>. Acesso em: 19 dez. 2018.

⁹⁹ Depoimento de César Queiroz Benjamim. EM busca de Iara. Direção: Flávio Frederico. Roteirista: Mariana Pamplona. São Paulo: Produtora Kinoscópio, 2014. Disponível em plataforma digital (90 min), son., colorido.

¹⁰⁰ MINISTÉRIO DO EXÉRCITO – IV Exército, 6ª região militar. Quartel General – 2ª seção. *Operação Pajussara – Relatório*. 1971. Disponível em: <<http://comissaodaverdade.al.sp.gov.br/upload/001-relatorio-operacao-pajussara.pdf>>. Acesso em: 19 dez. 2018.

¹⁰¹ *Ibid.*, p. 2.

¹⁰² GASPARI, Elio. *A ditadura escancarada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002, p. 354.

¹⁰³ MINISTÉRIO DO EXÉRCITO, 1971, op. cit., p. 19.

de gás lacrimogênio. Ouviu-se um tiro. A bala transfixou-lhe o coração e o pulmão esquerdo¹⁰⁴”.

Durante muitos anos, porém, a família Iavelberg lutou para que o corpo de Iara fosse exumado e essa teoria pudesse ser contestada. Em 1997, os Iavelberg apresentaram caso à Comissão Especial de Mortos e Desaparecidos Políticos (CEMDP) e, durante o processo, várias testemunhas corroboraram com a tese de assassinato, em vez de suicídio¹⁰⁵. Em 2003, a demanda da família finalmente foi aceita e uma perícia, realizada pelo professor Daniel Romero Muñoz, da Universidade de São Paulo¹⁰⁶, concluiu que a ferida causada pela bala seria incompatível com um suicídio¹⁰⁷. Constatou-se, assim, que Iara Iavelberg foi assassinada, em 20 de agosto de 1971, aos 28 anos¹⁰⁸.

1.2 CONSTITUIÇÃO E ORGANIZAÇÃO DO LIVRO: A AUTORA E O PROCESSO DE ESCRITA

Iara: reportagem biográfica teve a primeira edição publicada em 30 de março de 1992, pela editora Rosa dos Tempos. Este selo, vinculado à editora Record, foi fundado em 1990 por “Rose Marie Muraro e a atriz Ruth Escobar. A ideia era criar, no Brasil, um instrumento que desse voz às mulheres, uma editora com ótica feminista¹⁰⁹”. O livro teve 4 edições, sendo a última de 19 de abril de 1993, e está esgotado, sem previsão de reimpressão¹¹⁰.

A autora Judith Patarra, jornalista e, na época da publicação, diretora da revista *Saúde*, da editora Abril, trabalhou entre 7 e 8 anos na escrita da obra – a qual ela denominou de “reportagem biográfica”, destacando seu caráter jornalístico. As fontes utilizadas por Patarra são principalmente entrevistas com familiares e amigos da biografada – a *Veja* apontou que foram mais de 100¹¹¹ –, mas também notícias publicadas na grande imprensa, panfletos e

¹⁰⁴ GASPARI, 2002, op. cit., p. 354.

¹⁰⁵ BRASIL. *Comissão Nacional da Verdade – Relatório*. Vol. III – Mortos e desaparecidos políticos. Brasília: CNV, 2014, p. 697.

¹⁰⁶ Idem.

¹⁰⁷ PAMPLONA, Mariana. *Clandestina, a vida de Iara Iavelberg em dois roteiros*. Dissertação (Mestrado em Multimeios) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2009, p. 1.

¹⁰⁸ EM busca de Iara. Direção: Flávio Frederico. Roteirista: Mariana Pamplona. São Paulo: Produtora Kinoscópio, 2014. Disponível em plataforma digital (90 min), son., colorido.

¹⁰⁹ Rosa dos Tempos. Disponível em: <http://www.record.com.br/grupoeditorial_editora.asp?id_editora=8&pag=1>. Acesso em: 21 mai. 2018.

¹¹⁰ Em janeiro de 2018, o selo foi reinaugurado com a publicação de um livro, após 12 anos da edição do último. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/cultura/livros/grupo-record-reativa-rosa-dos-tempos-seu-selo-feminino-22251894>>. Acesso em: 21 mai. 2018.

¹¹¹ GIUDICE, C. História revisitada. Entrevista: Judith Patarra. *Revista Veja*, 12 de agosto de 1992.

documentos, fotografias, outras biografias, depoimentos e a historiografia/literatura em geral sobre o tema.

Apesar das escassas informações sobre a jornalista, sabe-se que Patarra nasceu em 1935, na Alemanha, tendo hoje cerca de 83 anos. É filha do advogado e escritor Karl Lieblich, alemão e judeu que se exilou com a família no Brasil em 1937¹¹². Patarra estudou Ciências Sociais na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, na Rua Maria Antônia, na década de 1960¹¹³, assim como Iavelberg, mas nunca a conheceu. Trabalhou em grandes veículos de mídia, como o *Jornal da Tarde*¹¹⁴, *Veja*, *Cláudia*, *Superinteressante*, dentre outros. Publicou ficção também: contos na antologia *Contos Jovens*, e seu primeiro livro, *O círculo da castidade*¹¹⁵, publicado em 1969¹¹⁶. Além deste, publicou ao menos mais dois livros: *Direitos Humanos no Brasil: conferências para educadores* (1986)¹¹⁷ e *Os médicos de Cangaíba: viver é gostar de gente* (2012)¹¹⁸. Foi casada com o jornalista comunista Paulo Patarra, fundador da revista *Realidade*¹¹⁹, com quem teve três filhos, entre eles a roteirista Dani Patarra¹²⁰ e o jornalista Ivo Patarra.

O livro sobre Iara, com 521 páginas, está dividido em seis partes – Ipiranga, Maria Antônia, VPR, Lamarca, No estrangeiro e Bahia –, subdivididas em capítulos, além do Prefácio – escrito pelo jornalista Alberto Dines –, Prólogo e Epílogo. Patarra buscou “reconstituir” toda a trajetória de Iara, contando a história de seus familiares anterior ao seu nascimento, sua infância, vida familiar, estudantil, militância e morte. Toda a narrativa é feita de maneira cronológica e linear. Pierre Bourdieu, ao estudar biografias, critica essa estratégia, uma vez que, na ótica do autor, “o real é descontínuo, formado de elementos justapostos sem razão, todos

¹¹² COLFFIELD, Carol. Karl Lieblich. *Arquivo Virtual ArqShoah*, s/d. Disponível em: <<https://www.arqshoah.com/index.php/busca-geral/aei-97-lieblich-karl>>. Acesso em: 17 jun. 2018.

¹¹³ ‘ANOS Rebeldes’ desperta reações emocionadas. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 17 jul. 1992, Caderno 2, Televisão, p. 2.

¹¹⁴ CASAGRANDE, Ferdinando. *Jornal da Tarde: uma ousadia que reinventou a imprensa brasileira*. São Paulo: Alpendre, 2016.

¹¹⁵ PATARRA, Judith. *O círculo da castidade*. São Paulo: Brasiliense, 1969.

¹¹⁶ BERG, Marli. Iara, uma militante por acaso. *O Globo*, Rio de Janeiro, 3 mai. 1992, Livros, p. 6.

¹¹⁷ OCCHIUZE, Heloisa; PATARRA, Judith; COHEN, Paula (orgs.). *Direitos humanos no Brasil: conferências para educadores*. Rio de Janeiro: MPA, 1986.

¹¹⁸ PATARRA, Judith (org.). *Os médicos de Cangaíba: viver é gostar de gente*. São Paulo: Fênix, 2012.

¹¹⁹ AZEVEDO, Carlos. Patarra morreu. Viva Patarra! *Observatório da Imprensa*, 22 jan. 2008. Disponível em: <<http://observatoriodaimprensa.com.br/tv-em-questao/patarra-morreu-viva-patarra/>>. Acesso em: 17 jun. 2018.

¹²⁰ Dani Patarra escreveu longas como Proibido Proibir (2006) e Batismo de Sangue (2007), baseado no livro de Frei Betto.

eles únicos e tanto mais difíceis de serem apreendidos porque surgem de modo incessantemente imprevisto, fora de propósito, aleatório¹²¹”.

Fica evidente, após conhecer a história de vida da própria autora, a quantidade de pontos em comum entre as duas: ambas são de famílias judias, com pais imigrantes (no caso de Judith, a própria imigrou para o Brasil), com familiares perseguidos pelo nazismo e a formação na Faculdade da Maria Antônia na mesma época. Retoma-se, portanto, a observação de Leonor Arfuch sobre a proximidade entre biografia e autobiografia: “há muito de autobiográfico no modo de abordar essa vida do outro, assim como também um limite ético: não se confundir com ele¹²²”.

Esses fatores em comum podem ter sido decisivos na escolha da biografada pela biógrafa. Rachel Soihet afirma que “com frequência, o que envolve a pesquisa de uma mulher sobre uma outra vida feminina é *a vontade ou a necessidade de buscar pontos de referência para uma autodefinição* não mais fundada no modelo patriarcal, mas sobre as experiências reais das mulheres¹²³”.

No entanto, ao ser questionada sobre o motivo da preferência por Iara, Patarra não os mencionou diretamente, afirmando apenas que:

tudo começou com uma conversa com o jornalista Alberto Dines a respeito da nossa missão, como profissionais, de testemunhar sobre o que vimos e vivemos nessa época. A minha maior preocupação foi reconstruir aquele pedaço da nossa História, que não podia ser esquecido. (...) Como minha intenção não era fazer apenas um relato histórico, mas mostrar o clima e o comportamento dos anos rebeldes, vi na Iara uma personagem muito mais interessante [do que Lamarca]¹²⁴.

O jornalista citado por Patarra como encorajador da escrita da biografia tem ligação prévia com Iara. Alberto Dines foi editor-chefe do *Jornal do Brasil* na década de 1960 e início de 1970, periódico com maior incidência de artigos sobre Iavelberg nessa época¹²⁵. Após a morte dela, Dines¹²⁶ publicou um livro de contos, sendo um deles sobre o relacionamento de

¹²¹ BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. IN: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína (org.). *Usos e abusos da História Oral*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2006, p. 185.

¹²² Tradução livre de: “La frontera entre biografía y autobiografía no es entonces tan nítida, y en verdad, como observa Holroyd, hay mucho de autobiográfico en el modo de abordar esa vida del otro, así como también un límite ético: no confundirse con él”. ARFUCH, 2013, op. cit., p. 49.

¹²³ SOIHET, Rachel. Mulheres e Biografia. Significados para a História. *Locus*, v. 9, n. 1, 2003, p. 46, grifos meus.

¹²⁴ GIUDICE, op. cit., p. 8.

¹²⁵ Cf. NASCIMENTO, Juliana Marques do. “*Amante, amásia, transeira e subversiva*”: as representações de Iara Iavelberg na grande imprensa durante a ditadura civil-militar. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) – Universidade Federal de São Paulo, Guarulhos, 2016.

¹²⁶ Judeu, nascido em fevereiro de 1932 no Rio de Janeiro, iniciou sua carreira como crítico de cinema, mas enveredou para o jornalismo, tendo dirigido jornais como o *Última Hora*, *Diário da Noite*, *Jornal do Brasil*, *Folha*

Iara e Lamarca, sob os pseudônimos de Moema Iavenfeld e Mário L, intitulado “Um caso único de saudade à primeira vista”¹²⁷. Nos agradecimentos de *Iara*, Patarra se refere ao jornalista: “Alberto Dines, a inspiração e o conto sobre Iara ‘Um caso único de saúde à primeira vista’, no livro *Posso?*”¹²⁸.

Observa-se na narrativa do livro, de fato, uma tentativa de reconstrução da mentalidade dos personagens envolvidos na trama, segundo sua ótica – não só de Iavelberg, mas dos integrantes das organizações de oposição ao regime de modo geral, como o movimento estudantil, a luta armada etc. Em suma, da “Geração de 1968”.

- Você veja esse filme tcheco. Acusa a burocracia corrupta que se apossa da direção do partido e enterra o socialismo. Ventos purificadores sopram na Tchecoslováquia.
- A União Soviética um dia terá de aceitar o princípio da unidade da diversidade – reforçaram os companheiros da POLOP, provocando os comunistas. – Os PCs não podem mais subordinar-se aos interesses e estratégia russa.
- No fundo, vocês são trotsquistas envergonhados – recebiam de volta.
- De jeito nenhum. É só lembrar a tragédia na Hungria.
- Cada país é de um jeito – apaziguou Iara. – No Brasil o camponês não sabe se é gado ou gente¹²⁹.

Conforme evidenciado no trecho acima, para que isso fosse feito, a autora se fundamenta nas referências culturais e políticas atribuídas a esses grupos e recria diálogos e linhas de raciocínio, utilizando jargões e termos que, usualmente, são relacionados a eles.

As entrevistas coletadas pela jornalista são a base principal para a constituição da narrativa da obra: as impressões pessoais com riqueza de detalhes de familiares, amigos e colegas que conviveram com Iavelberg sustentam a personagem construída por Patarra. É importante salientar, no entanto, que a pesquisa e os depoimentos foram feitos cerca de 10 anos após a morte da biografada. As circunstâncias do falecimento também devem ser consideradas como grandes influenciadoras dos testemunhos e na forma de reconstruir as lembranças sobre a protagonista. A esse respeito, Michael Pollak aponta que:

É como se, numa história de vida individual (...) houvesse elementos irredutíveis, em que o trabalho de solidificação da memória foi tão importante que impossibilitou a ocorrência de mudanças. Em certo sentido, determinado número de elementos torna-se realidade, passam a fazer parte da própria essência da pessoa, muito embora outros tantos acontecimentos e fatos possam se modificar em função dos interlocutores, ou em função do movimento da fala¹³⁰.

de S. Paulo (sucursal do Rio de Janeiro) e *Exame*. Foi professor universitário e fundador do site *Observatório da Imprensa*. Faleceu em maio de 2018.

¹²⁷ DINES, Alberto. *Posso?* Rio de Janeiro: Sabiá, 1972.

¹²⁸ PATARRA, 1992, op. cit.

¹²⁹ *Ibid.*, p. 142.

¹³⁰ POLLAK, 1992, op. cit., p. 2

A jornalista não problematiza essa “solidificação da memória” e toma como *verdade* as informações testemunhadas. O livro foi escrito com total aval da família e pessoas próximas da biografada, o que coloca a narrativa em consonância com o que é autorizado e estimulado que se destaque. O único entrave para Patarra foi a recusa do ex-marido de Iara Iavelberg a testemunhar, diminuindo o espaço dedicado à vida conjugal da biografada e seus detalhes – mas não excluindo por completo, já que outros envolvidos falaram de suas impressões a respeito do relacionamento.

[Iara e Dilma] Falavam de cinema.

- Iara tinha prazer de contar filmes enquanto caminhávamos peripatéticas. Preferia os de suspense, quando se ignora quem é o criminoso. E os de amor. Sempre a riqueza de detalhes e interpretação. Também gostava de cantar. Adorava *Pra dizer Adeus*, de Edu Lobo e Torquato Neto. Pensava em Breno. Cantou trocentas vezes no meu ouvido: “Adeus, vou pra não voltar/e aonde quer que eu vá/sei que vou sozinho/.../(...)”.

Ao dormir, luzes apagadas, a conversa prosseguia e Iara acabou falando de Lamarca.

- Preciso me dar tempo, eu sei. Atravesso uma fase de definição. Lamarca faz propostas, mexe comigo. Extremamente terno, cavalheiro, educado. Mas é o Breno que me mobiliza. Gente, cada olho verde! O corpo atlético, perfeito, você reparou que lindo fica depois de tomar sol? Pena que arisco. Difícil.

- Ele diz que não se liga a ninguém porque vai pra guerrilha rural. Não sei se é verdade, nunca se prendeu. Acho que tem dificuldade de encarar uma relação.

Imaginava-o ainda líder universitário em Belo Horizonte, jogador de basquete, prêmios de natação(...).¹³¹

A análise do trecho acima – e de muitos outros no texto biográfico – evidencia uma problemática na narrativa: a tentativa da autora de preencher as lacunas deixadas pelos relatos daqueles que conviveram com a biografada, partes da personalidade e/ou dos sentimentos de Iara que, por ventura, não foram confidenciais a ninguém, sua *subjetividade*. Patarra se propõe a mobilizar também esses aspectos mais íntimos e preenche tais lacunas com sua imaginação e estimativa:

Insatisfeita, saiu do prédio e tocou o carro em direção à rua Augusta. O que devaneara? Estacionou perto da confeitaria Yara. Fui excelente aluna no colégio, primário. Cenas com Cecília, Ely. Concentrava-me, prazer nos estudos. O que aconteceu? Dona Angelina, o paradigma. Eva a exigir perfeição. Competia para ganhar. Depois veio Sá, sequidão. O científico, Honório. Onde perdi o pé? (...) ¹³².

Em alguns momentos, como o exposto acima, por consequência do uso do relato em primeira pessoa, confunde-se quem está falando: *trata-se da biografada ou da biógrafa?*

¹³¹ PATARRA, 1992, op. cit., p. 297.

¹³² Ibid., p. 156.

Portanto, nota-se que o discurso adotado por Patarra é o *indireto-livre*, aquele que mescla as modalidades de discurso direto e indireto, ou seja, as falas das personagens podem estar incluídas como diálogos ou integralmente dentro do discurso do narrador:

Não há marcas que indiquem a separação da fala do narrador da fala da personagem, como os verbos de elocução, os sinais de pontuação e as conjunções que aparecem nos discursos direto e indireto. Assim, por vezes é difícil delimitar o início e o fim do discurso da personagem, uma vez que o mesmo está inserido dentro do discurso do narrador, confundindo-se com este¹³³.

Os aspectos descritos dão ao livro um perfil de romance, de *ficção* – e, nesse sentido, a intenção de Patarra de “reconstruir aquele pedaço da nossa História” foi levada às últimas consequências: até mesmo os ângulos e momentos que não poderiam ser captados são descritos com o uso de suposições da autora baseadas no perfil construído por ela da biografada e da geração dos “anos rebeldes”.

Essa ficcionalização do real, de acordo com Sabrina Schneider, é característica de uma modalidade de escrita literária chamada de *romance-reportagem*. Essa narrativa surgiu em livros publicados por jornalistas durante os anos 1970 e esteve “geralmente focada em temas que, na organização editorial dos grandes veículos de comunicação, caberiam ao noticiário policial¹³⁴”. A autora aponta que, apesar de terem sido bem recebidas pela crítica jornalística, obras com esse estilo foram desaprovadas pela crítica literária. Tal gênero, no entanto, continuou sendo usado como um recurso por repórteres que almejem publicar

narrativas de fôlego que desejam ultrapassar, em profundidade – e, de certa forma, em grau de fidelidade ao real –, a notícia, produto do jornalismo informativo diário. Assim como o romance-reportagem setentista, tais obras também são relatos coerentes, que pretendem mostrar a “verdade” sobre algo; da mesma forma, focam em casos singulares com a intenção de retratar determinados segmentos da sociedade ou denunciar situações recorrentes na “realidade brasileira”¹³⁵.

Segundo Schneider, bem como na tradição setentista, os jornalistas que publicam essas obras procuram temas também relacionados a casos policiais e/ou *episódios traumáticos/violentos*¹³⁶. Entre as características dessa forma de narrativa estão o uso de

¹³³ NORMA CULTA. Discurso indireto livre. Disponível em: <<https://www.normaculta.com.br/discurso-indireto-livre/>>. Acesso em: 17 jun. 2018.

¹³⁴ SCHNEIDER, S. Ditadura militar e literatura “parajornalística”: desconstruindo relações. *Estudos de Literatura Brasileira Contemporânea*, 2014, p. 111.

¹³⁵ *Ibid.*, p. 117.

¹³⁶ *Idem.*

recursos para comover o leitor, descrições detalhadas e, por vezes, chocantes, “no intuito tanto de reforçar a veracidade do relato quanto de tornar mais vívida a experiência do leitor¹³⁷”. Estes elementos estão presentes no livro analisado, como se verifica no trecho a seguir que trata da despedida de Lamarca e Iavelberg, descrita com riqueza de detalhes que, por vezes, coloca o leitor no centro da cena narrada – como testemunha ocular do vivido –, com experiências sensoriais:

Despedem-se dos companheiros, afundam na quadratura das acomodações, perdi meu pavor a baratas. Vaga o tempo no espaço humilde, privilégio sem par. Banheiro comum a todos, o fio d’água a refresca-los, um é a visão do outro. Braços que agasalham, vagarosos. Lágrimas. Lábios alimentam, umidade impregnada nos corpos. Sobre a colcha áspera de tecido branco Iara presente a gravidez, arcano das profundezas. Lamarca beija a barriga, sente-o chorar, é um círculo arquetípico, murmura, música organiza, insuperável sinfonia de vitalidade, finalmente o filho. A vida recomeça. Compromisso.

(...)

O hotelzinho acordava. Abraçaram-se longamente, limpo o amor de impurezas. No refeitório, o desjejum caipira: ovo estrelado, cuscuz de tapioca e queijo frito, mamão, café, leite. Na Kombi subiram os quatro, feito moradores de Vitória da Conquista em trânsito. Na rodoviária desceram Iara e Sérgio Furtado. Pegariam o ônibus para Salvador, via Feira de Santana. Lamarca e José Carlos partiram de carro. Você fica nas mãos de Barreto, boas mãos.

A separação, rápida e indiferente a fim de evitar reparos, deixou-a anestesiada. Corria os olhos pela paisagem sem ver. Não se fixava em pensamento e mal conversou. Olha eu lá, cantou Elis. (...) ¹³⁸.

Portanto, apesar do título do livro de Patarra considerá-lo uma *reportagem biográfica*, é possível constatar que pode ser classificado como *romance-reportagem*: a jornalista escolheu o caso singular de Iara Iavelberg para descrever características do que considera uma geração inteira – a “Geração de 1968” – e a ferramenta do “romance” deu-lhe a liberdade de escolher ângulos e formas de abordagem para trabalhar a temática da ditadura e dos movimentos de oposição, mesmo que de maneira ficcionalizada. Beatriz Sarlo classifica essa forma de escrita como um *modelo realista-romântico*, em que a verdade está no detalhe: “o detalhe reforça o tom de verdade íntima do relato¹³⁹”.

Patarra, nas entrevistas analisadas, expôs a intenção de, por meio de seu livro, reconstruir determinado período histórico. Contudo, em nenhum momento falou sobre a pouca objetividade de seu relato, seu aspecto de ficção. Schneider aponta esse ocultamento como sintomático “da ideologia profissional dos jornalistas, que se organiza em torno da busca

¹³⁷ Ibid., p. 119.

¹³⁸ PATARRA, 1992, op. cit., p. 474-475.

¹³⁹ SARLO, 2007, op. cit., p. 52.

idealizada pela ‘verdade dos fatos’¹⁴⁰”, o que estimula também cobranças por outros jornalistas. Em reportagem para a *Veja* sobre o lançamento do livro, o jornalista Paulo Moreira Leite postula: “faltam, também, referências às fontes que reconstituíram cenas descritas em detalhe, como o primeiro beijo de Lamarca e Iara, que não teve testemunhas. São falhas da primeira edição, que podem ser corrigidas nas seguintes¹⁴¹”.

Aponto, no entanto, que a ausência de fontes não se deve a um erro, que pode ser corrigido, mas a uma *escolha* discursiva que faz uso da ficção como recurso, e esse aspecto não pode ser negligenciado:

é preciso compreender que a prosa do romance-reportagem, apesar de “ilusionista”, não pode ter sua ficcionalidade descartada; se o romance-reportagem é “mimético”, isso ocorre na medida em que representa personagens em ação, configurando uma intriga capaz de ser seguida pelo leitor, e não em função de “retratar” ou “espelhar” uma realidade¹⁴².

De forma complementar, Rachel Soihet aponta que, apesar do descrédito das biografias no pós-1920, quando as análises econômicas e estruturais ganharam mais destaque, a presença desse gênero de escrita se manteve entre o público feminino “na forma de *biografias romanceadas* ou de vidas edificantes de mulheres virtuosas que servissem de exemplo para jovens¹⁴³”. Nesse sentido, é importante observar que o livro de Patarra faz descrições esmiuçadas, principalmente nas partes que retratam relacionamentos, aproximando-se muito da chamada “literatura cor-de-rosa”, ou “literatura sentimental” – que tem como exemplos os famosos *Sabrina*, *Julia* e *Bianca*. Essa modalidade é caracterizada por ter, em sua maioria, mulheres como autoras e público alvo¹⁴⁴, texto com cunho sentimental – apesar da presença da erotização – e por ressaltar os dilemas internos das personagens¹⁴⁵. Denise Sousa aponta que esses três títulos foram lançados e muito vendidos nas décadas de 1970 e 1980 e que, nos anos 1990,

dando continuidade a esse perfil, surgem os *chick lits*, gênero de ficção feminino caracterizado por romances que apresentam os conflitos da mulher contemporânea, numa narrativa leve, divertida e recheada de glamour. Geralmente, as heroínas têm

¹⁴⁰ Ibid., p. 128.

¹⁴¹ LEITE, Paulo Moreira. Tiros, paixões e batom. *Revista Veja*, 8 abr. 1992, p. 88.

¹⁴² SCHNEIDER, 2014, op. cit., p. 128.

¹⁴³ SOIHET, 2003, op. cit., p. 35.

¹⁴⁴ Estudiosos do tema apontam o uso de pseudônimos femininos quando se trata de autores homens.

¹⁴⁵ SOUSA, Denise D. de C. *O saber e o sabor da literatura cor-de-rosa: a leitura dos romances das séries Sabrina, Julia e Bianca*. Tese (Doutorado em Interinstitucional em Letras). Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul; Universidade Estadual da Bahia, Porto Alegre, 2014, p. 47.

entre quinze e trinta e poucos anos e vivem cenas, como: o primeiro amor, amizade, estilos de moda, *hobbies*, como colecionar filmes e escrever na agenda ou no diário¹⁴⁶.

Tais características têm muito em comum com o que é apresentado por Patarra no livro, uma vez que ela se propõe a descrever o modo de vida da Geração de 1968, discorrendo sobre suas vidas nos mais diversos aspectos: relacionamentos amorosos e de amizade, referências culturais e políticas etc. A escolha de Iara como centro da narrativa permite que ela mobilize ainda mais esses assuntos, em razão de seu interesse por assuntos como moda, música e cinema – a personagem criada por Patarra se aproxima cada vez mais das leitoras, humanizando-se e destoando do estereótipo das guerrilheiras, que quase sempre são retratadas como masculinizadas e desprovidas de vaidade, afastadas das futilidades ditas “burguesas”.

A paixão pelo cinema aumentou. Nada como *Jaula Amorosa*, colorido, o lindo Alain Delon, Jane Fonda, direção de René Clement. Além do suspense, os aposentos secretos de onde o fugitivo espionava sem ser visto, espelho *one way*, o inconsciente a comandar do invisível, imagem infantil de Deus. Em matéria de simbolismo, comentou, tudo a ver com Psicologia. Talvez consigo mesma, culpas ancestrais à espera de expiação, medo de águas insondáveis, de ficar só.

- Sou uma pessoa gregária por excelência. Rachel bem diz, não posso viver sem gente. *Arena Conta Zumbi*, texto de Augusto Boal e Gianfrancesco Guarnieri, foi um impacto. O sistema coringa pretendia impedir a identificação dos atores com personagens. Vestidos de jeans e camisa-esporte, interpretavam múltiplos papéis. Eram narradores da peça, críticos, “resfriadores” – Brecht naturalizado. E tome História, heroísmo, reflexão. Fatos extraídos de jornais, discurso de Castelo Branco, a música de Edu Lobo, a força da atriz Dina Sfat. Em Iara ressurgiu o impulso pelo palco, adormecido desde a escola do Cambuci. Assistiu ao show *Opinião* mais de uma vez. Inesquecíveis os textos de Vianinha, Armando Costa e Paulo Pontes. Nara, doçura de bossa-nova, cantava contestação; a substituta Bethânia arrepiou no final, o pé a golpear o tablado: carcará, pega, “matá” e come! Não perdeu o show *Liberdade, Liberdade* de Flávio Rangel na Guanabara e viajou meio de amigos. Textos e documentos de Brecht, Anne Frank, Churchill, Franco, hinos da Resistência, músicas de Carnaval.

- O Brasil acorda – inflamaram-se¹⁴⁷.

A partir da análise do trecho acima, fica claro o objetivo da autora de incluir diversas referências culturais atribuídas ao período e à geração em que enquadra a biografada. Aqui destaco que, embora trate de um período lembrado como “sensível”, Patarra busca formas de suavizar a prosa biográfica, fazendo uso justamente das características que diferenciam Iara das guerrilheiras “normais”, aproximando-a das mulheres escolhidas como público-alvo. A vivência profissional da autora na revista *Cláudia* parece ter relação com a seleção de público o qual ela deseja alcançar.

¹⁴⁶ Ibid., p. 51.

¹⁴⁷ PATARRA, 1992, op. cit., p. 105.

Sousa, tratando ainda da literatura sentimental, aponta que há um projeto ideológico muito marcado nessas narrativas: “a normalização amorosa ou sexual, constituindo o sujeito feminino segundo o estado da legislação ou da moral patriarcais em vigor, com a ajuda de informações sobre ética, moral, casamento, família, felicidade, etc.¹⁴⁸”. A obra de Patarra é ambígua neste aspecto, pois, apesar de ser produzida em um contexto de destaque do feminismo e criar uma personagem “feminista”¹⁴⁹, com muitos parceiros ao longo da vida, cria uma espécie de redenção ao construir um “amor verdadeiro”: Iara, ao encontrar Lamarca, torna-se completa. Em consonância com o apresentado por Sousa como característica da literatura sentimental, tudo caminha para um *final feliz*, típico de conto de fadas¹⁵⁰ – independentemente do desfecho trágico, posto que, na narrativa de Patarra, o casal se reúne no momento da morte, através de “delírios” de Iara, numa construção que remete ao romance clássico de Romeu e Julieta: “cada um tem seu momento, aproximou-se do rosto de Lamarca. Seu homem. Ajeitou o revólver no peito, varar o coração”¹⁵¹.

Isto posto, não se pode deixar de considerar um agente essencial na produção e consumo do livro: o leitor. Através da ficcionalização do real e da romantização da narrativa, é garantida a identificação de quem lê com a situação relatada. Segundo Schneider, o leitor emerge da leitura “não como conhecedor de uma série de fatos e acontecimentos, mas como possuidor de uma experiência humana¹⁵²”. Neste momento, cabe a pergunta: *qual é essa experiência? E quais elementos do presente da escritora e do leitor ela a influenciam?*

1.3 SENSUAL E DE VANGUARDA: IARA IAVELBERG SOB A ÓTICA DE PATARRA

Durante sua narrativa, Patarra constrói imagens para os personagens, cenários e contextos político-sociais os quais pretende mobilizar. Essas imagens são permeadas por influências do presente de sua pesquisa e escrita, além das memórias hegemônicas em voga neste momento.

Iara Iavelberg, a *personagem* da obra escrita por Judith Patarra, é construída de maneira linear e contínua. A autora dá grande ênfase a atributos de sua personalidade durante a infância

¹⁴⁸ SODRÉ, Muniz. Best-seller: a literatura de mercado. 2. ed. São Paulo: Ática, 1988 apud SOUSA, op. cit., p. 52.

¹⁴⁹ Detalho aqui que, segundo a acepção empregada por Patarra, feminista seria a mulher *liberta sexualmente*. Ao longo da narrativa biográfica, a Iara de Patarra menciona apenas brevemente questões como divisão de trabalho, relação das mulheres com as atividades da vida privada etc. Mas, é notório que sua principal preocupação é em relação à vida amorosa e sexual.

¹⁵⁰ SOUSA, 2002, op. cit., p. 52.

¹⁵¹ PATARRA, 1992, op. cit., p. 515.

¹⁵² Ibid., p. 129.

e adolescência que explicarão escolhas feitas por ela na vida adulta – como a narrativa é cronológica, o desenvolvimento dessas características fica mais evidente. O desfecho da biografia é praticamente inevitável, pois começa a ser construído desde os primeiros momentos de sua vida. Bourdieu classifica essa forma de narrar uma história de vida como “ilusão biográfica”: “um trajeto, uma corrida, um *cursus*, uma passagem, uma viagem, um percurso orientado, um deslocamento linear, unidirecional, que tem um começo, etapas e um fim, no duplo sentido, de término e de finalidade, um fim da história¹⁵³”. Ao mesmo tempo em que é linear, o leitor observa, no decorrer da narrativa, o desenvolvimento e fortalecimento dessas características.

Moisés lembra-se de Eva enfileirando os filhos depois da praia, no chuveiro do banheirinho do quintal.

- Todos nus, um atrás do outro.

E de Iara a devanear ao caminharem na rua, desligada dos outros¹⁵⁴.

Mal o ano começou Iara converteu-se em polo de atração, consciente do próprio aporte¹⁵⁵.

O trecho acima evidencia que, desde a infância, a Iara de Patarra é excepcional, diferente de todos de sua família.

Um dia, por exemplo, Cecília Finger confidenciou-lhe:

- Minha mãe disse que japoneses sorriem na frente e nas costas enfiam uma faca.

Em casa ouvia coisas semelhantes, herança da Segunda Guerra. Verdade? No parquinho, ela e o irmão brincavam com crianças negras, brancas e orientais. Só guardava boas lembranças.

A observação racista da amiguinha entrou-se porque pertencia a japoneses a oficina de automóveis pegada às lojas dos Finger e Iavelberg “de cima”. E quando, por uma razão qualquer, Cecília atravessou o local cheio de trabalhadores japoneses, Iara não resistiu ao impulso de humilhá-la:

- Corre aqui, venha! Corre aqui, ninguém vai te enfiar faca nenhuma¹⁵⁶.

O relato enfatiza, sempre que possível, um *senso de justiça* presente entre as preocupações da criança Iara – em busca, possivelmente, de uma relação com seu engajamento político no futuro. A situação descrita de maneira tão detalhada, mesmo que se referindo a um episódio ocorrido décadas antes, ratifica a ideia da memória influenciada pelo presente. A esse respeito, Beatriz Sarlo aponta que tais detalhes, inseridos no modo realista-romântico de narrar,

¹⁵³ BOURDIEU, 2006, op. cit., p. 183.

¹⁵⁴ PATARRA, 1992, op. cit., p. 42.

¹⁵⁵ Ibid., p. 44.

¹⁵⁶ Ibid., p. 51.

são necessários, pois têm a função de explicar as escolhas feitas pelo personagem biografado e justificar a narrativa adotada pelo biógrafo:

Se a história tem um sentido estabelecido de antemão, os detalhes se acomodam nessa direção, mesmo quando os próprios protagonistas custam a percebê-la. Os traços, peculiaridades, defeitos menores e manias dos personagens do testemunho, acabam se organizando em algum tipo de necessidade inscrita além deles¹⁵⁷.

Contudo, talvez a característica mais marcante da biografada, segundo a ótica de Patarra, seja sua sensualidade e alta libido, fatores primordiais para explicar a sua futura libertação sexual – corroborados pelos testemunhos. Esse “atributo” é descrito pela primeira vez quando Iara tinha apenas 11 anos, e prossegue por toda a narrativa:

No clima de menor expectativa [em 1955], Iara desabrochou. Professores e colegas admiravam a excelente aluna, de ideias originais. Comunicativa, sensual, distinguia-se também por ler muito, excepcionalmente bem formada para o nível da classe¹⁵⁸.

O desejo de flertar vinha periodicamente, forte. De repente, não bastava fantasiar o amor de algum rapaz, idealizado graças a um sorriso, gesto, palavra [em 1956]¹⁵⁹.

A essa altura, Iara e Felícia tornaram-se íntimas.

- Eu tinha 14, estava no último ano. Ela, 12. Ignoro se fiquei impressionada ou me incomodou pela força. Minha primeira lembrança, no ginásio, é um misto de admiração e ressentimento. Tão competitiva! E certa pena porque se expunha demais, entrega que desdenhava consequências, desprendimento chocante, erotismo fora dos padrões da época, sobretudo no Ipiranga. Seria capaz de namorar rapaz góí, algo impensável. Lembro de meninos dizendo: “A Iara é uma putinha.” Eu pensava: por que desguarnecer assim? Claro, eu invejava a audácia que se contrapunha à minha timidez.

David ainda não percebera a inquietação da filha adolescente, vistosa, corpo de mulher, a ponto de freguesas a confundirem com a mãe na loja¹⁶⁰.

Mais uma vez, nota-se que o testemunho é incorporado como verdade ao texto. Não há uma reflexão sobre *o que* e *como* se lembra, e nem sobre qual a intenção dessas memórias. A autora as utiliza para fundamentar os aspectos que, em sua perspectiva, são a base da personalidade de Iara e que se justificam através de indícios de atitudes desde *sempre* em sua vida. Seu desenvolvimento sexual precoce parece ser usado para explicar o casamento também precoce – e malsucedido –, aos 16 anos.

Há anos, Iara observava Samuel [Haberkorn]. Adorava provocá-lo, ria-se ante o olhar severo. Acompanhou a estranha cumplicidade entre ele e a namorada Ida, vivência à

¹⁵⁷ SARLO, 2007, op. cit., p. 55.

¹⁵⁸ PATARRA, 1992, op. cit., p. 54.

¹⁵⁹ Ibid., p. 55.

¹⁶⁰ Ibid., p. 55-56.

qual ninguém tinha acesso, uma desnorteante exclusão. Atingir o jardim exclusivo pareceu-lhe o sentido da vida. O cotidiano limitava-se a um grande prólogo; dias intermináveis de obrigações, vez que outra a emoção de um jogo, prova, cinema, festa, insuficientes para apaziguá-la. Insuportável esperar a iniciação, mistérios acobertados, o próprio corpo semi-real. A música norte-americana na rádio Eldorado, à noite, prometida. *Some day he'll come along*, corpo e alma confirmados. Pele, mucosas. Quem sabe Samuel, o melhor partido do Ipiranga¹⁶¹.

Samuel [Haberkorn] não suportava ficar sozinho. Com 22 anos descobriu Iara, 13 e meio. Corpo de adulta, aguda percepção dos outros. Admirava-o sem críticas. Conhecida de sobra as neuroses do bairro, nenhuma cena a surpreenderia. Adolescente, manipulável, menos ameaçadora¹⁶².

Lembro, neste ponto, que Judith Patarra não obteve o testemunho de Samuel, ex-marido da biografada. No entanto, utilizando-se do recurso do romance-reportagem e através da ficcionalização da realidade, narra também as impressões, sentimentos e situações do ponto de vista dele. A hiperssexualização de Iara serve como justificativa para o casamento, ainda que jovem¹⁶³ e apesar da discrepância de idade, a responsabilidade e intencionalidade das famílias nesta união são neutralizados – principalmente da família Iavelberg.

A família Haberkorn reagiu horrorizada ao namoro e possível casamento. Pior do que Ida! Belicosos, infernizavam o convívio. Quanto aos Iavelberg, o caso agradava sobretudo a David. *Ansiava proteger a jovem dos próprios impulsos.*

- Vi o rapaz crescer. Médico... A gente quer ver os filhos encaminhados.

Eva oscilava, contraditória. De um lado, torcia por ver Iara numa Faculdade – exatamente aquilo que seus pais em vão lhe pediram. De outro, orgulhava-se da filha, à frente de todas na corrida matrimonial.

- Tudo por causa da pressão do bairro, terrível – acusa Shirley. – Não me lembro de um só pensamento em que me sentisse ajustada. Sofri muito, revoltada¹⁶⁴.

Patarra relaciona o apoio dos Iavelberg ao casamento a um desejo de conter a sexualidade da filha, numa atitude motivada pela preservação da moral e dos bons costumes, sentimentos conservadores atribuídos à época. No entanto, esse argumento é usado para endossar as inclinações de Iara para a libertação sexual, ratificando a ideia de que, para a jornalista, Iara estava “à frente de seu tempo” a despeito de sua pouca idade. A concepção de Iara enquanto uma mulher de vanguarda é uma constante em toda a biografia, usada como argumento pela jornalista para descrever a proeminência da biografada – mas deve ser problematizada, pois é uma *construção da memória*.

¹⁶¹ Ibid., p. 58-59.

¹⁶² Ibid., p. 62.

¹⁶³ Já para os padrões dos anos 1990, e não dos anos 1960.

¹⁶⁴ PATARRA, 1992, op. cit., p. 63, grifos meus.

O comportamento de Iara, na praia, escandalizou a colônia migrante do Ipiranga. Circulava de mãos dadas com uma amiga mais jovem, fazendo-se púbere. Não ocultava a alegria de ser observada pelos rapazes. Certa vez, ao sair da balsa do Guarujá, virou-se para a acompanhante e *reagiu em tom de 1968 e não 1960* à oferta de carona, gozando o alvoroço que provocava:

- Vamos aceitar? Sou de opinião que a gente deve experimentar de tudo na vida¹⁶⁵.

Essa representação da biografada enquanto hiperssexualizada e, por vezes, promíscua se torna contraditória com a narração de um fato profundamente explorado por Patarra: a virgindade de Iara. Segundo os relatos coletados pela autora, o casal não consumou o casamento.

Novembro terminava quando tomou o ônibus e desceu a serra, os pais em Santos. De surpresa, expôs a situação, às vezes assertiva, outras a chorar. Continuava virgem.

- Foi uma tijolada na cabeça – confessa David. – Minha vida mudou completamente. Apesar do clima de velório, não aconselharam a separação. Com interesses profissionais e vida própria, Iara manteria a paz e o *status* de esposa de um cirurgião que esperavam renomado. E quem sabe amadureceriam, superando as aflições. Iara aceitou a proposta, confortável. Afinal, gostava de Samuel. E garantia a segurança econômica, evitando a humilhação de voltar à rotina dos pais, estaca zero, independência perdida¹⁶⁶.

Embora apresente detalhadamente os casos extraconjugais mantidos por Iara, Patarra reafirma a todo momento sua virgindade. Os relatos da biógrafa possuem riqueza de detalhes e proporcionam experiências palpáveis, com a descrição de sensações, locais e odores:

Iara foi a Santo André uma última vez. Finalmente, resolver o desejo que os consumia. Honório aguardava-a no ponto de ônibus e admirou-lhe as sapatilhas enfeitadas à Brigitte Bardot. A irmã, dentista, emprestara-lhe as chaves da clínica no térreo de um sobradinho fechado nos fins de semana. Abriram o portão embaraçados, cacos de cerâmica onde fora o jardim, entrada em arco, o mundo a observá-los. Na saleta de espera, o cheiro característico de eugenol. Riso nervoso, reconheceram o terreno – consultório, quartinho de despejo. Beijaram-se de pé, longamente. Até aí, intimidade já familiar, tudo fluiu bem. Mas quando ela sentiu as mãos do namorado a percorrer suas costas sob a blusa, apavorou-se. Enrijeceu.

- Tenho muito medo de engravidar – murmurou embaraçada. E afastou-o¹⁶⁷.

Os rapazes temiam o ritmo incontido, a carga emocional e a própria inexperiência. Também os assustava o marido, crimes de honra. A ambivalência dos flertes ampliava em Iara a expectativa e sentimento de rejeição. Na verdade, pouco mais conhecia do que qualquer uma de suas amigas solteiras. Continuava virgem¹⁶⁸.

¹⁶⁵ Ibid., p. 66, grifos meus.

¹⁶⁶ Ibid., p. 67.

¹⁶⁷ Ibid., p. 75.

¹⁶⁸ Ibid., p. 86-87.

A respeito de um namoro, após o desquite, a partir do relato de Patarra fica subentendido que a falta de sexo é um problema para a biografada – problema este causado pelos traumas do casamento frustrado:

Hóspede, no Bixiga, da tia que trabalhava fora, viam-se ali regularmente. Desenvolveram proximidade. Contudo, a indisposição de Iara ao contato físico persistia. Além da profanação, perdia-se num inexplicável pavor do desconhecido, sem referências. Antonio Eduardo, inteligente e sensível, intuiu no inesperado recato de Iara – contraste com sua exuberância – o trauma que a aniquilava. Dependência da individualidade inatingível do outro, encontro perverso marcado pela solidão antes de dissolver-se ao abraço. Corpo vazio, dores, rejeição para além do tempo. Mas não sabia o que fazer. E ela se atirava no turbilhão intranquilo da Maria Antônia, impedindo-o de evoluir até estabelecerem uma espécie de jogo erótico psicológico em busca de confiança, ternura e resposta sexual¹⁶⁹.

Ao longo de grande parte do texto, a virgindade de Iara parece estar em disputa. A autora, em diversos momentos, enfatiza que a biografada ainda não foi desvirginada, contudo, dubiamente, descreve situações que se assemelham a atos sexuais, confundindo o leitor:

- Tive grande atração sexual por ele. Depois fiquei péssima. Sempre me sinto meio mal. Com qualquer homem.
Sensação de sujeita, meu lado cego preso numa enxovia. Dá vontade de me enfiar inteira no chuveiro, os cabelos, o corpo, os acontecimentos¹⁷⁰.

Iara sofria por não engravidar. Precisava de um filho, de Antonio Eduardo ou qualquer paixão. Imperioso descobrir o sentido da eternidade, ordenar o caos, reverter a corrosiva dispersão. A esterilidade é castigo somatizado, na linha da asma ou do olfato perdido que me roubou o sabor de tanta coisa, praga divina, descambava. Lembra casulo seco de borboleta. Faltava-lhe a psicoterapia, abandonada, dizia, por causa da militância¹⁷¹.

(...) O faz-de-conta da transformação e descoberta de si. Mensagens enganosas, o cotidiano num baile à fantasia, erotismo. Virtudes físicas, sociais, uma lasca de personalidade e história da outra.

- Adorei sua blusa – dizia [Iara]. – Empresta pra eu dar uma voltinha? Quanto mais vestida, mais nua¹⁷².

A esterilidade de Iara é fato conhecido¹⁷³. No entanto, essa descoberta teria sido feita antes da perda de sua virgindade? Por que a autora faz tanta questão de especular sobre o assunto?

¹⁶⁹ Ibid., p. 118.

¹⁷⁰ Ibid., p. 106.

¹⁷¹ Ibid., p. 118-119.

¹⁷² Ibid., p. 125.

¹⁷³ No documentário “Em busca de Iara”, diversas pessoas, em seus depoimentos, tratam do assunto.

Junto ao namorado [José Dirceu], o temor ao prazer desconhecido cedia, embora lhe temesse a impaciência. Terno e vaidoso, queria ajudá-la a tornar-se mulher. *A rigor, foi seu primeiro homem*¹⁷⁴.

Apenas após seu desquite oficial é que Patarra, enfim, confirma a perda da virgindade – apesar de deixar subentendido que Iara já tinha tido outras experiências –, e o escolhido parece não ser obra do acaso, uma vez que este foi uma figura importante tanto para o movimento estudantil dos anos 1960, quanto para o cenário político brasileiro dos anos 1990, momento de publicação do livro: José Dirceu¹⁷⁵.

A forte sexualização de Iara é apresentada de forma veemente quando Patarra aborda a única prisão da biografada, em 1968. Nesta ocasião, Iavelberg ficou confinada por uma semana em uma solitária no Departamento de Ordem Política e Social (DOPS), no bairro da Luz¹⁷⁶. Aparentemente sem relatos sobre o vivido por Iavelberg neste período – a menos que tenha obtido testemunho do carcereiro, mas não há referência a isso no texto –, a autora narra com detalhes a experiência:

Jornais para deitar-se e um buraco, a latrina. Lembra o congresso da UNE, amainou-se. Primeira providência, um espaço interior meu. Ninguém entra, é minha casa da força. A senha: o que vem dos baixos não me atinge. Segunda providência: romper o isolamento, *seduzir o carcereiro*.

(...)

Logo Iara ficou amiga do carcereiro, que levava a Silvério bilhetinhos carinhosos: “Saudade. Você está bem?”.

– É ruim ficar fechada porque tenho asma – choramingou ao homem. – Você arranja um jornal para eu me abanar?

Atraído, diariamente levava-lhe um exemplar novo; substitui o antigo já amassado, justificou ela ao pedi-lo, *insinuante*. Obteve que deixasse aberta a portinhola por onde entregava a comida¹⁷⁷.

Um pouco antes do desquite, Iara Iavelberg foi admitida na faculdade. A partir desse momento, o discurso de Patarra destaca o envolvimento gradual da biografada com a militância, assim, descrevendo a materialização de características presentes na narrativa desde a mais tenra idade, como o incômodo com desigualdades sociais, senso de justiça aguçado etc. Isto é, apesar de relatar uma mudança na personalidade de Iavelberg, esta não é uma ruptura propriamente dita, uma vez que estas atitudes já eram previstas – é apenas um *desabrochar*.

¹⁷⁴ PATARRA, 1992, op. cit., p. 143.

¹⁷⁵ Nos anos 1990, época de lançamento do livro, foi eleito para mandatos de Deputado Federal por São Paulo, pelo Partido dos Trabalhadores (PT).

¹⁷⁶ Onde atualmente está localizado o Memorial da Resistência.

¹⁷⁷ PATARRA, 1992, op. cit., p. 229.

Iara obstinou-se em definir a justiça intrínseca de cada conceito. Seria incoerente apregoar posicionamentos, maldizer colaboracionistas se não praticasse as convicções no dia-a-dia. Vieram-lhe os versos do sábio Hillel repetidos há dois mil anos, memória da escola do Cambuci: Se não eu, quem? Se não hoje, quando? Distanciava-se, porém, do judaísmo dos pais, da família de Samuel, do Ipiranga. Queria sacudir a ignorância, trilhar a rota dos justos¹⁷⁸.

- Vamos nos engajar em algum grupo de oposição – propôs Iara a Maria Lucia. Urgia canalizar a indignação.

Concordou. Abominavam a ditadura militar. Defendiam a Universidade livre, justiça social, o fim da miséria, a derrota do capital estrangeiro e do imperialismo.

- Então somos comunistas – abismou-se Iara, mal liberta do ideário de Samuel. É verdade que nas festas e mesas de botequim, socializar com marxistas diluía a estranheza. (...) ¹⁷⁹.

A partir deste ponto da narrativa, como se observa no trecho acima, torna-se inteligível o motivo pelo qual havia um incômodo da parte dos que conviviam com Iara, os “normais”, com suas atitudes ditas “extraordinárias”, segundo a ótica de Patarra. Concretiza-se a visão da autora de que Iara era uma mulher “à frente de seu tempo” e que esses traços eram intrínsecos à personagem, e que foram apenas *estimulados* pelo meio propício.

A jornalista confirma esse ponto de vista em uma entrevista, ao afirmar que:

Em particular, eles tinham um senso de justiça muito forte. Em 1964, quando houve o golpe, muitos deles foram vítimas das primeiras violências, quando as faculdades foram invadidas, alunos e professores foram presos. Essas arbitrariedades inocularam um sentimento de indignação muito grande, quem tinha preocupação política não podia fugir à participação. Ficar impassível era quase um crime de opinião¹⁸⁰.

A “emancipação” de Iara do meio conservador em que estava inserida sua família e sua antiga vida conjugal, iniciada com a vida acadêmica e consumada através do engajamento em organizações revolucionárias – primeiro, de acordo com Patarra, um flerte com o Partido Comunista Brasileiro (PCB) e, logo em seguida, o envolvimento concreto com a POLOP –, permitiu maior desenvolvimento de outra libertação: a de sua sexualidade. A partir de então, a personagem Iara se torna efetivamente uma ativista contra o machismo. Apesar de demorar a usar o termo “feminista” propriamente dito, a jornalista incorpora essa característica cada vez mais à personalidade de sua biografada.

Iara falou com uma colega das Ciências Sociais, “polopiana”. Queria informações. A outra animou-se. Qualquer organização ganharia prestígio se incorporasse Iara, atuante, moderna, liberada¹⁸¹.

¹⁷⁸ Ibid., p. 93.

¹⁷⁹ Ibid., p. 97.

¹⁸⁰ GIUDICE, 1992, op. cit., p. 10, grifos meus.

¹⁸¹ PATARRA, 1992, op. cit., p. 98.

O clima de abertura sexual afrontava o estado repressor, que brandia a censura e clichês moralistas como instrumentos de controle. Por isso, tudo era politizado.

- Defender o direito de uma criança chupar o dedo abre fendas no maciço autoritário. Não defendo só a liberdade de dispor de mim. Ou o direito de mulheres à vida integral, dentro das limitações que protegem o convívio social de todos. Através do comportamento combato a ditadura e a paranoia da Segurança Nacional, que vê em cada cidadão um inimigo potencial. Você não acredita, mas a última descoberta dos milicos é que em todo copidesque existe um subversivo infiltrado. Louquinhos de internar¹⁸² [disse Iara].

Esse traço da personalidade da biografada perdura por toda a obra e se mescla com sua militância nas organizações revolucionárias.

O orgulho invadiu Iara. Postura ereta, brilho de ousadia nos olhos. A militância feminina enfrenta a covardia do CCC, a direita policialesca. Como admirava a coragem¹⁸³!

À frente, microfone na mão, voz embargada, quase gerou tumulto:

- Quero pedir moção de censura ao companheiro Rubens. Ele não tem respeito pelas companheiras. Há pouco, numa reunião da Psicologia, chamou-nos de vacas. É levar as coisas a um nível muito baixo, *um machismo revoltante e ultrapassado*¹⁸⁴.

Durante congresso da POLOP na Praia Grande, litoral de São Paulo, as militantes mulheres, de acordo com Patarra, teriam ficado responsáveis pelas atividades domésticas – “compras, cozinha e ‘fachada’ de estudantes em fim de semana prolongado”. Neste momento da narrativa, Iavelberg manifesta seu incômodo:

- Absurdo o machismo desse pessoal – reclamou Iara na cozinha. – Os graduados discutem, e a gente no serviço doméstico. Fico louca da vida. De vez em quando nos concedem a honra de um palpite. Bem que eu digo, a gente só fica sabendo das coisas na cama¹⁸⁵.

Dilma concordava, grandes olhos castanhos umedecidos. Que ousadia a de Iara, enfrentar a coerção e assumir a importância dos sentimentos.

- Você é uma *feminista*, a primeira que conheço¹⁸⁶.

Dessa forma, na narrativa, Iara era exceção em sua família e exceção até mesmo dentro da luta armada, o que reforça a hipótese de que a personagem tenha sido construída como uma *vanguardista*, uma mulher à frente de seu tempo, aspecto que será melhor detalhado no próximo tópico. Por esse motivo, sua atividade na militância *per se* é, por vezes, diminuída – os objetivos

¹⁸² Ibid., p. 105.

¹⁸³ Ibid., p. 120.

¹⁸⁴ Ibid., p. 176, grifos meus.

¹⁸⁵ Ibid., p. 182.

¹⁸⁶ Ibid., p. 296-297.

genuínos da luta armada parecem pouco importantes quando comparados pela autora à suposta agenda pessoal da biografada.

Pertencer à POLOP, longe de transformar Iara em militante integral, expandiu seus contatos. Mantinha amigos de todas as tendências e conhecia os mais diversos projetos e mexericos, o que causava mal-estar na organização¹⁸⁷.

Iara, restrita ao setor intelectual, quis aprender a atirar. Exceto quanto à coragem, *não preenchia os requisitos*: habilidade manual, dureza, agressividade¹⁸⁸.

A depreciação do papel de Iara nas organizações é reproduzida pela imprensa após o lançamento da biografia. O jornalista Paulo Moreira Leite intitulou de “Tiros, paixões e batom” sua resenha do livro para a *Veja*, refletindo os principais aspectos envolvidos na vida de Iara. A respeito dos “tiros”, no entanto, faz ressalvas, citando informações obtidas através da leitura:

Esteve com Lamarca no campo de treinamento de guerrilhas no Vale do Ribeira e também aprendeu a atirar – mas a única vez que apertou o gatilho para valer foi para disparar o revólver calibre 22 com o qual se matou. Vestiu a camisa de quatro organizações – Polop, VAR-Palmares, VPR e MR-8 –, mas nunca ocupou um cargo de dirigente. Não comandou uma única ação¹⁸⁹.

Carlos Lamarca, mencionado por Leite em sua resenha, é personagem essencial da biografia: o cunho romântico da obra atinge seu ápice a partir da introdução deste personagem. Como tratado acima, o livro é dividido em unidades, a maioria delas intituladas por lugares e fases cruciais na vida de Iara – o bairro onde cresceu, a faculdade, a clandestinidade. No entanto, a unidade IV é denominada “Lamarca”, dada a importância que o capitão tem na construção da narrativa e, por conseguinte, na vida da biografada, pela ótica da biógrafa. Interessante ressaltar que os dois se conheceram em 1968 e seu relacionamento durou cerca de 3 anos, até a morte de ambos, em 1971. O relato desses três anos ocupa precisamente a metade do livro, evidenciando a centralidade dada pela autora ao capitão, embora o vivido pelo casal durante grande parte desse tempo tenha tido poucas testemunhas em virtude da clandestinidade.

Lamarca é a figura histórica a quem Iara Iavelberg esteve sempre condicionada e destinada, durante e posteriormente à ditadura: os documentos dos órgãos de repressão e a imprensa se referiam a ela como “amante”, “amásia” e “companheira” de Lamarca¹⁹⁰ etc.

¹⁸⁷ Ibid., p. 102-103.

¹⁸⁸ Ibid., p. 204.

¹⁸⁹ LEITE, 1992, op. cit., p. 87.

¹⁹⁰ Cf. INSUELA, 2011, op. cit., passim e NASCIMENTO, 2016, op. cit., passim.

Mesmo após ambos serem assassinados, continuaram sendo profundamente vinculados. Na entrevista à *Veja*, Patarra é perguntada sobre o porquê de ter escolhido Iara e não Lamarca que, segundo a entrevistadora, “teve um papel político muito mais relevante”¹⁹¹, ao que a autora responde que viu em Iara uma personagem muito mais interessante:

Ela era uma moça de família conservadora, que fez inúmeras descobertas e vivenciou as mudanças de comportamento, a revolução sexual. A trajetória de Lamarca não se prestava para abordar esses assuntos, além disso já haviam escrito um livro sobre ele. (...) Ela não pegou em armas, mas teve uma influência decisiva sobre o próprio Lamarca. No livro eu relato uma discussão sobre a decisão de não matar o embaixador da Suíça, sequestrado pela organização. Ela defendeu a vida e convenceu o companheiro com uma argumentação racional e não com uma chateação de mulherzinha¹⁹².

Apesar de Iara ser “mais interessante” para Patarra, a narrativa ainda submete grande parte das vivências da biografada à vida do guerrilheiro e dá ao relacionamento dos dois um caráter de conto de fadas – consolidando a similaridade do relato com a literatura cor-de-rosa. Em reportagem do *Jornal do Commercio*, o fascínio pelo casal é ressaltado: “o que mais a sensibilizou [Patarra] foi o romance entre Iara e Lamarca. Com a ajuda de Herbert Daniel, falecido recentemente e que foi próximo do casal, ela obteve preciosas informações sobre a intimidade dos dois¹⁹³”.

Antes de conhecê-lo, Iavelberg é sempre descrita com um vazio, o qual justifica sua busca incessante por namorados e amantes.

- Meio clandestina, fico em desvantagem – explicou [Iara]. – A militância deixa as coisas fugazes, tarefas impedem que a gente se autodetermine. Mas a vida afetiva é espaço nosso e eu preservo, além da maioria dos militantes, a perspectiva de uma vida feliz. É preocupação intencional. Quero valorizar o indivíduo e impedir que os eventos o conduzam¹⁹⁴.

(...) Iara preocupou-se com a ligação. Problemas afetivos aguçam-se na solidão dos esconderijos. Falta à VPR assistência psicológica. Meu papel é ajudar descompensados, guia-los na compreensão de si, resolver impasses. Sobretudo, aceitar a própria afetividade¹⁹⁵.

Ainda sem um primeiro encontro oficial, Patarra narra uma situação em que os dois estavam no mesmo evento, prévia ao envolvimento de ambos na militância política.

¹⁹¹ GIUDICE, 1992, op. cit., p. 8.

¹⁹² Idem.

¹⁹³ MARGUTTI, Mário. Biografia de uma guerreira. *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, 30 abr. 1992, Última Página, Capital Cultural, p. 60.

¹⁹⁴ PATARRA, 1992, op. cit., p. 275.

¹⁹⁵ Ibid., p. 289.

Num fim de semana quente, prenúncio de primavera em agosto, Tom convidou os amigos para um banho de piscina em Quintaúna. Foram de trem à cidadezinha próxima. Afonso, à paisana, passeou-os pelo quartel e Iara riu: os soldados quase interromperam o jogo de futebol à passagem das moças.

- Caímos n'água, brincamos. Depois fizemos uma rodinha de papo. O oficial-de-dia, pistola 45 na cinta, extremamente formal, participou e apresentei-o à Iara. Era Lamarca. O contato foi superficial¹⁹⁶.

Apesar de o contato ter sido *superficial*, como relatado pela própria autora, ao se conhecerem oficialmente¹⁹⁷ anos depois, em 1968, Patarra descreve um suposto reconhecimento mútuo, dando ao romance um caráter de predestinado, épico – contudo, não cita fontes:

Iara demorou a reconhecer no homem alto e magro, expressão fechada, o militar que evitava olhá-la quando esteve no quartel em 1962. Lamarca de imediato viu nela a estudante, biquíni e corpo molhado à beira da piscina, grandes olhos e lábios carnudos. Julgou ainda mais atraentes o dengue nos gestos, rosto amadurecido, gentileza no rebater um, estimular outro¹⁹⁸.

A erotização do relacionamento das personagens é posta desde seu primeiro contato, conforme demonstra o trecho acima. A sexualidade aguçada de Iara, característica constante de toda a obra, é usada como justificativa para o começo do relacionamento – segundo Patarra, ela teria tomado a iniciativa. Ao fazer essas observações, a autora utiliza eventos da época para compor o cenário:

O casamento de John Lennon e a pregação pacifista na cama de um hotel vienense lembrou-a de que estava sem namorado. Queria um homem de verdade, chega de meninos. Jocosa, o largo sorriso no rosto emagrecido, abordou Valdir, alçado à cabeça da VPR ao lado de Barreto e Espinosa.

- Você não vai me apresentar o Lamarca? Pode escrever, estou interessada.

Balançou a cabeça, jovial – como é que seus contatos secretos com o capitão chegaram a Iara? Quanto a ele, ignorava que os dois se conheciam¹⁹⁹.

A narrativa é toda permeada por impressões subjetivas de cada um – impossíveis de serem captadas posteriormente, já que ambos estavam mortos –, o que reforça o cunho romanceado do relato. Lamarca passa a ter pensamentos e sentimentos transcritos, assim como

¹⁹⁶ Ibid., p. 73.

¹⁹⁷ Aqui, o uso da palavra “oficialmente” se justifica pois Patarra insere uma situação prévia em que os dois estavam no mesmo local como uma data extraoficial em que foram apresentados. Contudo, não há relatos que corroborem com esta teoria e não há indícios de que eles se lembravam um do outro quando se conheceram de fato, no fim da década de 1960, por meio da militância.

¹⁹⁸ Ibid., p. 261.

¹⁹⁹ Ibid., p. 291.

Iavelberg, ainda que baseados em suposições da autora. A mitificação que o envolve entre as esquerdas brasileiras é transposta para o relato, através da criação de um fluxo de pensamento do capitão:

A esquerda armada é força contra força. Cedo ou tarde chegará minha opção de vida, a morte. Pensa bem se continuas comigo, teus irmãos escolheram a VAR, oportunismo escudado em trabalho político – agrediu. Eu sou vanguarda. Morreram Marighella, o Che e tantos soldados, letras de sangue no livro do internacionalismo proletário. Não me vejo no Exterior à espera de cair a camarilha ou de uma anistia revoltante. Perdão é pra mãe deles. Cada um assume seu papel de homem na História. Abro o caminho da guerrilha no país onde a perfídia assassina patriotas, hoje a pequeno-burguesia refestela-se em compras de Natal, adoram o bode-preto, não o Menino²⁰⁰.

A frequência da narração de fluxos de pensamentos aumenta muito após a entrada efetiva de Lamarca na história. Provavelmente esse recurso tenha sido escolhido pela autora para representar uma época em que ambas as personagens estão cada vez mais introspectivas e que há poucas testemunhas do cotidiano vivido: a clandestinidade. Através de reconstruções das reflexões do casal, Patarra reconstitui um romance permeado por preocupações políticas, colocando o risco iminente de morte. A biografia passa a ter dois personagens principais.

A cautela de Lamarca em relação a [sic] Heleny e Ulisses desfez-se. Dormia até tarde, almoçava e lia, a biblioteca à disposição. Ansiava preencher o que definia como “lacunas teóricas”. Começou a esperar as vindas de Iara, agora nos fins de semana. Enternecia-o a companheira livre, afetividade transbordante e mais determinada do que nos círculos de estudo em Quintaúna. É a militância, a responsabilidade de articular os grupos armados. Admirava-lhe a presença de espírito nos momentos de aflição. A risada cheia de vida. Compadecia-o a esterilidade²⁰¹.

Com poucos dias de convivência, o Lamarca de Patarra demonstra ter uma profunda percepção de quem Iara é, de marcas de sua personalidade e tem até mesmo conhecimento de aspectos muito particulares, como sua esterilidade – a qual terá grande importância no relacionamento dos dois.

Ao relatar o primeiro contato íntimo entre o casal, a autora inclui detalhes que tornam a narrativa mais *realista*, ressaltando romantismo e erotismo.

Houve um momento em que ele quis tomar café e Iara foi à cozinha presentindo, e de fato sentiu-o atrás de si, braços a segurá-la perdidos ambos em desejo, expressão de susto quando a virou para si com delicadeza, submerso em ternura, e se beijaram enlaçados, sede crescente, aquele homem cheio de energia a sorver o ar da rua, a liberdade, o gozo do sexo, finalmente onde segurar-se no vazio sem raízes.

²⁰⁰ Ibid., p. 345.

²⁰¹ Ibid., p. 294.

- Desculpe – Lamarca desprendeu-se, procurando respostas que o tranquilizassem. – Desculpe, companheira. Não sei o que aconteceu comigo. Uma fraqueza. Na sala, a tomar café, instou-o a compreender a expansão e o recuo. Vergonha ao pensar na mulher, nas crianças, confessou. Só se apaixonara duas vezes na vida e Iara, maternal, curativa como anelava sua fantasia masculina, achegou-se no sofá, rostos em fusão²⁰².

Ao contrário do que possa parecer pelo caráter realista conferido pela grande inclusão de detalhes na narrativa, a descrição é escancaradamente ficcionalizada e a autora parece abrir mão de uma pretensa “veracidade”, em nome da construção de um romance com todos os atributos que tenha direito para demonstrar sua natureza *lendária* e, conseqüentemente, predestinada. Curioso notar que, embora narre a cena apenas do primeiro beijo entre o casal, Patarra menciona o “gozo do sexo, *finalmente*”, transparecendo que a busca de Iara por prazer havia finalmente terminado – sua sexualidade aguçada poderia encontrar lugar em apenas uma pessoa, seu par ideal.

Enfraquecido, ele se entristecia a pensar na família. Loucura, amar Iara. Ela o encorajava a abrir-se, aos poucos monossilábico, quase senhas. Opunha ângulos, o ser humano vive muitas vidas, cada circunstância tem necessidades específicas, correspondem ao momento histórico, nada vem do acaso. Somos materialistas. Reprimia o medo de perde-lo, não fosse a culpa maior que o amor²⁰³.

Em busca da construção de um Lamarca *humanizado*, homem com sentimentos, de maneira oposta ao terrorista cruel concebido pela ditadura²⁰⁴, Patarra descreve remorso pelo desenvolvimento de um relacionamento extraconjugal e saudades da família, que estava refugiada em Cuba. A personagem Iara igualmente se sente culpada, contrapondo-se à imagem de *amante* insensível.

A relação dos dois, conseqüentemente, é descrita não como um caso qualquer. Apesar do grande apelo sexual, Patarra constrói um *amor verdadeiro*, que escusa a traição e as adversidades provocadas pela militância clandestina, pois, acima de tudo, tem a benção da revolução brasileira – narrativa que tem muito em comum com a imagem do casal que se consolidou entre a memória da esquerda.

- Não sei onde [Lamarca] está. Dói mas ele vive dentro de mim, eu dentro dele. Uma certeza irracional de que voltaremos a nos ver, cada momento de saudade constrói a revolução. Estamos ligados por um fio invisível, fusão à distância²⁰⁵.

²⁰² Ibid., p. 294.

²⁰³ Ibid., p. 326.

²⁰⁴ Cf. NASCIMENTO, 2016, op. cit.

²⁰⁵ PATARRA, 1992, op. cit., p. 308.

Os reacionários e a imprensa burguesa envenenam, o governo espalha a ideia de esquerda orgiaca, exijo que você compreenda, o amor de hoje é impostergável, à véspera da morte.
Reconciliaram-se.

O relacionamento entre dois mitos, só poderia ser mítico. O final de ambos, a morte, consolida a opção heroica. A partir da intensificação do isolamento, em decorrência da clandestinidade, Patarra atribui à Iara falas sobre suicídio, a fim de construir o desfecho e manter a linearidade da personagem.

Para cúmulo, alguns resistiam ao ingresso do casal na organização. Impossível absorver os dois. E já conheciam a direção, um risco.
– Amigos, é minha a última bala do meu revólver – garantia [Lamarca]. – Ninguém me pega vivo. Se a repressão descobrir este aparelho, abro os bicos de gás e acendo o isqueiro.
– Ei! Não quero morrer explodida, você nunca me falou desse plano. Meu negócio é tiro – insurgiu-se Iara, brincalhona, tom de Décio Bar²⁰⁶.

Theodomiro fará exames de laboratório e radiológicos, quanto o estraçalharam na tortura? Mil vezes a morte. Medo de morrer. É só respirar fundo e dou no gatilho, fecho os olhos e pronto, feito uma injeção²⁰⁷.

Vem a hora do jantar, sempre um lanche com pão fresquinho, queijo. Trocam amenidades na cozinha, presença escura do oceano. Acomodou-se no colchão. Benedita e a filha na sala, Jaileno e Nilda nos fundos. Ao lado, Lúcia Bernardete e Cantídio, que some de madrugada dividido em dois²⁰⁸. Fechou os olhos, a segurança manda cair fora. *Pode não ser. Se for, não me pegam viva. Meu último prazer*²⁰⁹.

Iara foi morta com um tiro no coração. Durante muitos anos vigorou a hipótese do suicídio, imposta pelos médicos-legistas ligados à ditadura. Patarra acata essa versão em sua narrativa – mesmo sem a existência de um laudo que confirmasse a causa da morte, visto que este desapareceu –, reconstituindo esse momento de maneira poética, ao transcrever os pensamentos da biografada em seus últimos momentos – embora tenham sido vividos sem testemunhas:

Havia duas possibilidades. A primeira, escapar. De que maneira, depende das circunstâncias. Os donos da casa, por exemplo, podem ajudá-la a sair à noite, no solo do carro. Tantos já escaparam assim, nas barbas da polícia (...).
A segunda alternativa é morrer, melhor não pensar. O revolucionário é um otimista. Cadeia, nunca. E nada de tomar resoluções lógicas, irrefutáveis, e na hora fazer o

²⁰⁶ Ibid., p. 460.

²⁰⁷ Ibid., p. 482.

²⁰⁸ O último aparelho em que Iara morou foi no bairro da Pituba, em Salvador. Moravam outros militantes do MR-8, Nilda e Jaileno, um jovem casal baiano, e a irmã de Nilda, Lúcia Bernardete (não-militante) e seu filho. Cantídio, amante de Lúcia e pai da criança, era o dono do apartamento e não passava todas as noites lá, uma vez que tinha uma outra família. Benedita era a babá do bebê.

²⁰⁹ PATARRA, 1992, op. cit., p. 506.

contrário. A morte ilumina a vida, coroa o sacrifício. Lega às gerações a dignidade da escolha. Morrer, morre-se de duas formas. Levo alguém junto, o clássico abrir caminho à bala; as metralhadoras inimigas reduzem o sofrimento. Ou *a bala certa no coração*, aulas de tiro, Espinosa a ensinar. A morte foca também a mente, a beleza. *Nunca um tiro na cabeça*²¹⁰.

Em nenhum momento a versão de suicídio é questionada na biografia. Ao contrário, a autora mobiliza meios para *ratificar* esse discurso, apresentando como ideia da própria Iara a opção pela morte e, sobretudo, a opção por um tiro no coração – essa escolha é justificada com a vaidade de Iara, tornando o pensamento previsível e verossímil, devido à construção da personalidade da biografada durante toda a obra: “*a morte foca também a mente, a beleza. Nunca um tiro na cabeça*”. Neste momento, pela primeira vez em todo o livro, há o testemunho de um coronel, Luiz Arthur de Carvalho²¹¹, comandante da ação:

– Era muito alva, bonita, uma beleza judaica – recorda o coronel. – Não sabíamos quem era. Mandamos telex ao Rio e responderam: provavelmente Iara. Escondemos da imprensa porque talvez nos ajudasse a localizar Lamarca²¹².

O livro apresenta outro relato, o de Paulo Rezende, “funcionário de supermercado²¹³” – citado também na biografia de Lamarca²¹⁴ – e morador do prédio. Segundo o livro de Patarra, Paulo afirmou:

Enviaram a mensagem por rádio e o aparato retornou, inclusive o coronel Luiz Arthur. Jogaram tantas bombas de gás que a fumaceira aparentava um incêndio. Na rua, usávamos lenço para respirar. *Lembro de alguns federais a dizer “a moça cometeu suicídio”*. Na época eu tinha dois colegas metidos em política. À noite contei o sucedido e eles pediram que eu verificasse marca de balas. Fui olhar no outro dia. *Nenhum tiro. Exceto ela, ninguém atirou ali dentro*²¹⁵.

Paulo, em sua exposição, faz questão de reafirmar a quantidade de tiros disparados e atestar que ele próprio conferiu-os – ressaltando sua ligação com “pessoas metidas com política”. Já na década de 1990, a família Iavelberg estava em uma batalha pela exumação do corpo de Iara, na tentativa de obter provas a respeito de um possível assassinato, e não suicídio

²¹⁰ Ibid., p. 513-514.

²¹¹ Coronel que foi Secretário de Segurança Pública da Bahia e agente da repressão durante a ditadura. Fonte: MAIA, Luiza. A Bahia não pode continuar homenageando torturadores. *Bahia Notícias*, 26 mar. 2013. Disponível em: <<https://www.bahianoticias.com.br/artigo/529-a-bahia-nao-pode-continuar-homenageando-torturadores.html>>. Acesso em: 28 jun. 2018.

²¹² PATARRA, 1992, op. cit., p. 515.

²¹³ Ibid., p. 510.

²¹⁴ JOSÉ, Emiliano; MIRANDA, Oldack de. Lamarca: o capitão da guerrilha. 18ª edição. Rio de Janeiro: Global, 2015.

²¹⁵ PATARRA, 1992, op. cit., p. 510.

– o que torna a narrativa de Patarra contraditória, uma vez que a autora usa a versão dos familiares como base para a construção de todo o livro. Assim, apesar de toda a crítica e de se propor a tratar profundamente das organizações revolucionárias contra a ditadura, fica claro que a autora não faz um questionamento considerável sobre a maior controvérsia envolvendo Iara: sua morte. Caso houvesse esse questionamento, a crítica ao regime ditatorial seria mais profunda.

Anos depois do lançamento do livro, quando a família Iavelberg finalmente obteve autorização para exumação do corpo, em 2003, Patarra foi procurada pelo *Jornal do Brasil* para falar sobre a versão veiculada no livro:

Judith ouviu a versão oficial do próprio coronel Luis Arthur [sic] mas acredita que possa ter sido forjada. “Hoje dizem que o tal garoto que viu Iara e a arma era afilhado do coronel”. Está convencida de que roubaram a história de Iara, e a do país, e está disposta a reescrever o livro depois da saída do laudo. “Naquela época ninguém falava a verdade”²¹⁶.

O laudo saiu dois anos mais tarde, em 2005, e o professor e perito da Universidade de São Paulo Daniel Romero Muñoz descartou a possibilidade de suicídio, tendo como base o rascunho do laudo original e fotos do cadáver de Iara²¹⁷, afirmando que é mais provável que ela tenha sido morta por um tiro disparado a longa distância. O livro de Patarra, no entanto, não foi reescrito mesmo após essa mudança fundamental.

O ponto de vista do suicídio reforça na narrativa o caráter de heroísmo e não põe em xeque o modo conciliatório com que a sociedade brasileira pós-redemocratização lida com a memória sobre o período ditatorial. De acordo com declaração dada ao *Jornal do Commercio* na época do lançamento da primeira edição do livro, Patarra acreditava que “Iara foi uma mulher forte, que fez tudo o que queria e morreu com dignidade, elegância e muita fé²¹⁸”. Não há espaço para revanchismos, mentalidade típica da memória dominante, forjada ainda na década de 1970 e que será discutida no próximo capítulo.

²¹⁶ COURI, Norma. Iara, símbolo dos anos de chumbo. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 5 out. 2003, País, p. A8.

²¹⁷ CORSALETTE, Conrado. Suicídio de mulher de Lamarca é improvável, diz laudo. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 27 jun. 2005, Brasil, p. A9.

²¹⁸ MARGUTTI, 1992, op. cit., p. 60.

CAPÍTULO 2 – O MITO DA SOCIEDADE VÍTIMA E RESISTENTE: DÉCADAS DE 1980 E 1990 E A(S) MEMÓRIA(S) DE REJEIÇÃO À DITADURA

“Durante os anos rebeldes, as pessoas tinham esperança, eram solidárias, acreditavam em mudanças e os interesses individuais eram absolutamente secundários”.
Judith Patarra, em entrevista à *Veja*²¹⁹

Em entrevista à *Veja* e na narrativa de *Iara*, Judith Patarra se referiu à militância durante a ditadura como *anos rebeldes*. Além disso, caracterizou os militantes como pessoas esperançosas e solidárias, imbuídas de um senso de *justiça social*, como fica evidente na citação acima – a ofensividade revolucionária é deixada de lado.

O historiador Marcos Napolitano, em seu texto *Recordar é vencer: as dinâmicas e vicissitudes da construção da memória sobre o regime militar brasileiro*²²⁰, propõe um estudo da construção da memória social sobre o período ditatorial, por meio de fases da memória. Uma das fases apresentadas é chamada pelo historiador de “A construção da memória crítica” à ditadura e teria ocorrido entre 1974 e 1994, tempo de produção e publicação do livro aqui analisado. Localizá-lo em um ciclo de memória auxilia a responder questões sobre as demandas de produção – tanto editoriais, quanto do público leitor – e sobre o discurso vinculado a respeito da ditadura, possibilitando a análise de temas sobre o presente de elaboração do livro que influenciam sua narrativa sobre o passado.

O marco inicial do ciclo é colocado pelo autor em 1974, com a ditadura ainda em vigência – ano da derrota eleitoral do partido do governo, Aliança Renovadora Nacional (ARENA). Segundo Daniel Aarão Reis, “era difícil escapar da conclusão que se impunha: a ditadura sofrera sua primeira grande derrota político-eleitoral desde o golpe de 1964”²²¹. Fatores como a crise econômica e a corrupção foram fundamentais para uma mudança na percepção sobre o governo ditatorial e, conseqüentemente, sua primeira perda²²².

A proposta de Napolitano é que, neste período, constituiu-se uma memória de oposição à ditadura, levada a cabo principalmente pela classe média intelectualizada. Segundo ele, a partir principalmente do início do processo de transição, foi-se consolidando uma memória que pretendia desassociar a sociedade do regime, “da ditadura como ‘lacuna histórica’, como

²¹⁹ GIUDICE, 1992, op. cit., p. 8.

²²⁰ NAPOLITANO, 2015, op. cit., passim.

²²¹ REIS, 2014, op. cit., p. 108.

²²² NAPOLITANO, 2015, op. cit., p. 22.

‘usurpação’ do Estado pelo autoritarismo e como era de violência política a ser superada”²²³, os chamados “anos de chumbo”. Além disso, de acordo com o historiador, a sociedade passou a se considerar *vítima* do regime e se apresentar como sempre *resistente* a ele, “fixando ‘resistência’ e ‘democracia’ como noções que combinavam senso crítico em relação ao autoritarismo do regime e pragmatismo realista em relação à ordem democrática que emergiu das suas cinzas”²²⁴. Na perspectiva de Napolitano, essa memória se tornou *hegemônica* nesse período e perdurou como dominante até, ao menos, 2013. Contudo, é necessário destacar que esses discursos, apesar de hegemônicos, não são *unos, homogêneos*: “não estamos diante de uma memória hegemônica construída unicamente pelos vencidos, mas de uma memória cheia de armadilhas que selecionou elementos e identidades políticas entre estes vencidos, colocando em um segundo plano, por exemplo, o projeto da esquerda armada”²²⁵.

Dessa forma, neste tópico, trabalharei as diferentes narrativas de memória e atores que se propuseram a lembrar da ditadura nesse período, evidenciando os elementos constitutivos dessa memória que, apesar de hegemônica, é *plural* e, de certa forma, mutável. Pretende-se, assim, complexificar as reflexões de Napolitano, vinculando cada forma de recordar a seu presente específico.

Embora coloque 1974 como data inicial da memória crítica, foi o ano de 1979, de acordo com a historiografia, o decisivo para a consolidação de um discurso opositor ao regime ditatorial. Essa “oposição”, contudo, é permeada por ambiguidades, uma vez que as discussões em torno da aprovação da Lei de Anistia, neste mesmo ano, possuíam um caráter de *conciliação*. Segundo Daniel Aarão Reis, foram estabelecidos alguns *silêncios* em nome da plena reinstauração da democracia, a respeito principalmente da tortura como política de Estado, do apoio da sociedade à ditadura e sobre o aspecto revolucionário da luta das esquerdas armadas²²⁶.

Esse pacto permitiu as primeiras *reconstruções da memória*, a princípio com muitos pontos em comum com o “mito da sociedade vítima”, proposto pelo historiador Bruno Groppo, ao tratar de como se rememora o papel civil durante regimes autoritários recém-encerrados:

Ele [o mito] consiste em apresentar a sociedade como um todo exclusivamente como uma vítima impotente de eventos e de forças sobre os quais ela não tem nenhuma

²²³ NAPOLITANO, 2015, op. cit., p. 23.

²²⁴ Ibid., p. 24.

²²⁵ Ibid., p. 19.

²²⁶ REIS, Daniel Aarão. Ditadura, anistia e reconciliação. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 23, n. 45, 2010, p. 173. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2914/1835>>. Acesso em: 14 fev. 2019.

responsabilidade. Em vez de se questionar sobre a parte de responsabilidade dos diferentes segmentos e setores da sociedade, constrói uma memória coletiva muito simplificada, mais ou menos distante da realidade histórica, e que termina por essa via por transmitir uma imagem deformada do passado²²⁷.

Ao esquecer do papel de setores da sociedade civil para o regime, do consenso e apoio de alguns, caracterizou-se a ditadura como “anos de chumbo”, opressores para todos os cidadãos brasileiros. Aqueles que se beneficiaram com os *anos de ouro* foram esquecidos, privilegiando-se a memória dos *anos de chumbo* e da opressão da ditadura sobre *todos*. Na perspectiva de Denise Rollemberg, a memória também trata as violações de direitos humanos como ações *clandestinas*, feitas nos *porões*: “a consagração da metáfora *porão* que torna invisível – leia-se, ignorado – o inadmissível, uma vez que nos subterrâneos”²²⁸.

A respeito da anistia e do discurso de memória desenvolvido e difundido a partir de então, Caroline Bauer aponta que:

forjou-se durante esse processo a denominada “ideologia da reconciliação”, baseada na premissa da equiparação da violência do Estado e das organizações de esquerda armada – o que permitia responsabilizar a todos pela violência do período e, assim, incentivar o esquecimento recíproco, através da desmemória e do silêncio²²⁹.

Tal silêncio viabilizou a criação de uma versão brasileira da “teoria dos dois demônios²³⁰”: a sociedade seria *vítima* de dois algozes – a violência política do Estado e das organizações revolucionárias. Essa memória foi criada e influenciou na forma de lembrar a ditadura durante, principalmente, a década de 1980. O popular filme *Pra frente Brasil*²³¹, de

²²⁷ GROPPPO, Bruno. O mito da sociedade como vítima: as sociedades pós-ditatoriais em face de seu passado na Europa e na América Latina. IN: ROLLEMBERG, Denise; QUADRAT, Samantha Viz. *História e memória das ditaduras no século XX*. Vol. 1. Rio de Janeiro: FGV, 2015, p. 42.

²²⁸ ROLLEMBERG, 2010, op. cit., p. 2.

²²⁹ BAUER, Caroline. Conciliação e revanchismo ao término da ditadura civil-militar brasileira: a perpetuação do medo através do perigo da “argentinização” da transição política. *Diálogos*, Maringá, v. 18, n. 1, jan./abr. 2014, p. 124.

Disponível em: https://www.researchgate.net/profile/Caroline_Bauer2/publication/265729048_Conciliacao_e_revanchismo_ao_termino_da_ditadura_civil-militar_brasileira_a_perpetuacao_do_medo_atraves_do_perigo_da_argentinizacao_da_transicao_politica/links/541c444b0cf241a65a0bf74b/Conciliacao-e-revanchismo-ao-termino-da-ditadura-civil-militar-brasileira-a-perpetuacao-do-medo-atraves-do-perigo-da-argentinizacao-da-transicao-politica.pdf. Acesso em: 2 mar. 2019.

²³⁰ Segundo Lvovich e Bisquert, “releitura do passado recente desenvolvida pelo Estado [argentino] (...) que configurará a imagem de uma sociedade vítima e inocente presa entre a violência política de extrema direita e extrema esquerda”. Cf. LVOVICH & BISQUERT, 2008, op. cit., p. 13.

²³¹ PRA frente Brasil. Direção: Roberto Farias. Roteirista: Roberto Farias. Rio de Janeiro: Produções Cinematográficas R. F. Farias Ltda.; Embrafilme - Empresa Brasileira de Filmes S.A., 1982. Disponível em plataforma digital (106 min), son., colorido.

Roberto Farias²³², lançado em 1982, pode ser entendido como uma síntese desse discurso. O filme tratou da repressão perpetrada pela ditadura, especificamente na realização da Copa do Mundo de Futebol de 1970. Contudo, os dois lados considerados extremos por Farias – os torturadores e os guerrilheiros – têm finais trágicos, com a morte, o que representa que, na ótica do diretor, ambos os “demônios” mereciam “punição”.

Apesar da demonização inicial dos dois lados, mesmo no filme há uma tendência à posituação maior das esquerdas, das *vítimas*, em oposição a uma representação dos agentes da repressão como *vilões*. De acordo com o historiador Wallace Guedes,

por mais que ambos os extremos – à esquerda e à direita – sejam punidos com a morte ao final, o primeiro recebe um tratamento consideravelmente mais positivado que o segundo, conforme discutido anteriormente; enquanto a extrema-direita é composta por vilões caricaturais, os guerrilheiros de esquerda são jovens vazios, mas movidos por boas intenções²³³.

Essa “posituação”, embora ainda tímida, já era um prelúdio de outro mito fundamental presente nos discursos de memória sobre a ditadura: o da sociedade resistente. Esse mito, mais uma vez, permite ignorar a colaboração e o consenso de setores civis com o regime, desassociando-os completamente. Ele foi incorporado de maneira mais concreta na memória sobre a ditadura a partir da valorização das trajetórias das *vítimas*, na segunda metade dos anos 1980, principalmente com o lançamento do *Brasil: Nunca Mais* (BNM). O BNM, que resultou na publicação de livro de mesmo título em 1985²³⁴, elaborado pela Comissão de Justiça e Paz da Arquidiocese de São Paulo, representou um marco na constituição da memória sobre a ditadura, com caráter de *denúncia*. A partir da cópia clandestina de processos do Supremo Tribunal Militar, o grupo responsável pôde produzir um relatório sobre as violações de direitos humanos empreendidas durante os anos ditatoriais²³⁵.

Segundo Reis, é inegável a contribuição da obra para a inauguração de uma outra forma de lembrar a ditadura: as referências fixadas pelo *Brasil: Nunca Mais* “se tornaram uma espécie de lugar-comum. Habitam discursos políticos, livros didáticos, filmes e materiais diversos de análise e divulgação. Podem ser sintetizadas numa tese: a sociedade brasileira viveu a ditadura

²³² Diretor de cinema e de televisão, nascido no estado do Rio de Janeiro em 1932. Faleceu em 2018. Fonte: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Roberto_Farias>. Acesso em: 8 mar. 2019.

²³³ GUEDES, Wallace Andrioli. *Política como produto*: “Pra frente Brasil” e o cinema de Roberto Farias. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2016, p. 107. Disponível em: <<http://www.historia.uff.br/stricto/td/1798.pdf>>. Acesso em: 2 mar. 2019.

²³⁴ ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO. *Brasil: nunca mais*. 3ª ed. Petrópolis: Vozes, 1985.

²³⁵ BRASIL: Nunca Mais. Disponível em: <<http://bnmdigital.mpf.mp.br/pt-br/>>. Acesso em: 28 jun. 2018.

como um pesadelo que é preciso exorcizar²³⁶”. A teoria dos dois demônios perdeu a força, substituída pelo *mito da sociedade resistente*, muito embora com estreitas relações com o *mito da sociedade vítima*.

Bruno Groppo afirma que a memória de uma sociedade sempre resistente à ditadura se apropria de episódios de resistência, mesmo que sejam de uma minoria, e apresenta-os como se tivessem sido comportamentos da sociedade inteira. Tais episódios, de acordo com o historiador, “são então retrospectivamente amplificados por narrativas de caráter épico-patriótico²³⁷”.

No caso específico da ditadura civil-militar brasileira, o mito da sociedade resistente²³⁸ não só *esquece* o apoio e o consenso de alguns setores ao regime, como *ressignifica* as pautas das organizações revolucionárias, apagando seus objetivos e transformando-os em luta exclusivamente de *resistência*. De acordo com Daniel Aarão Reis,

assim, a luta revolucionária contra a ditadura seria reinterpretada como uma forma de resistência ao absoluto fechamento do regime, uma tentativa imposta pela ausência de brechas institucionais que viabilizassem, de algum modo, as lutas democráticas (...). Os que haviam se levantado com armas nas mãos, bravos jovens, generosos, mas equivocados, teriam sido apenas, inconscientemente, uma espécie de “braço armado” da resistência democrática²³⁹.

Nos anos 1990, essa memória é ainda mais ressignificada e “adocicada”. Nesse momento, houve o impacto forte do lançamento de (auto)biografias e livros sobre a juventude dos anos 1960 – como, por exemplo, a obra *O ano que não terminou*, de Zuenir Ventura, lançada em fins dos anos 1980, mas com grande impacto na década seguinte; a exibição da minissérie *Anos Rebeldes*, na Rede Globo; o próprio lançamento de *Iara*, por Judith Patarra e o lançamento do filme *O que é isso, companheiro*, adaptação do livro de Fernando Gabeira. A perspectiva conciliadora da memória continua, mas intensificada, e com o olhar muito direcionado às organizações de luta armada: estas são caracterizadas como integradas por jovens de uma geração combativa, mas inocente, *rebelde* – e não *revolucionária*.

Embora a memória sobre a ditadura tenha mudado de acordo com seu presente nos períodos apresentados (1974-1994), elementos em comum permaneceram sendo vinculados a

²³⁶ REIS, 2014, op. cit., p. 13.

²³⁷ GROPPPO, 2015, op. cit., p. 43.

²³⁸ Esse conceito também foi usado por Denise Rollemberg. Cf. ROLLEMBERG, Denise. As trincheiras da memória: a Associação Brasileira de Imprensa e a ditadura (1964-1974). IN: ROLLEMBERG, Denise; QUADRAT, Samantha Viz (org.). *A construção social dos regimes autoritários: legitimidade, consenso e consentimento no século XX*. Vol. 2: Brasil e América Latina. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

²³⁹ REIS, 2014, op. cit., p. 9.

todos os discursos: os mitos da sociedade vítima e resistente, o caráter conciliador, o apagamento do sentido revolucionário e o esquecimento do apoio/consenso de setores. Esses aspectos, portanto, no meu entendimento, constituem a *memória hegemônica* nesses momentos. Ressalto, dessa forma, que esses discursos não são de todo homogêneos ou únicos, como dá a entender Marcos Napolitano, mas sim sofreram transmutações para atender as demandas específicas de seus respectivos presentes.

Além disso, não podemos esquecer que, apesar de dominantes, essas narrativas memoriais não eram as únicas. Embora sendo emitidas apenas por grupos minoritários, que não encontravam tanto respaldo na sociedade, as vozes favoráveis à ditadura sempre existiram²⁴⁰. A batalha pela memória – ou por sua hegemonia – sempre foi uma realidade; ainda que as memórias simpatizantes permanecessem *subterrâneas*, sempre estiveram lá.

2.1 REBELDIA E INOCÊNCIA: DITADURA E ESQUERDAS NA BIOGRAFIA DE IARA IAVELBERG

Como a intenção da biografia de Iara Iavelberg, segundo a autora Judith Patarra, era reconstituir uma época – os “anos rebeldes” –, a obra tem um caráter *totalizante*, ou seja, a jornalista procura, de maneira às vezes pouco acessível ao leitor, abranger todos os assuntos e pautas que ela julga tocantes à época. A quantidade de testemunhos, fontes e livros por ela consultados permite a constituição de um cenário de fato muito plural, com a vinculação de informações sobre os mais diversos aspectos públicos, tanto relacionados à política nacional, quanto internacional. Por esse motivo, apesar de o objeto principal da biografia ainda ser a vida de Iara, temáticas como o golpe de 1964, a constituição do governo ditatorial e das organizações revolucionárias, políticas empregadas e sua recepção são descritas com detalhes, em certos momentos com informações descobertas e/ou formuladas posteriormente. Por esse motivo, a narrativa empregada por Judith Patarra no livro sobre Iara dialoga muito com o discurso da memória hegemônica, e produz, por sua vez, novas memórias.

Ao relatar o golpe de 1964, a despeito de um discurso muito detalhado sobre fatos políticos em outros pontos do livro, não há menção clara aos movimentos da direita civil a favor do golpe, como as Marchas da Família com Deus pela Liberdade, por exemplo. Em um trecho

²⁴⁰ Cf. MARTINS FILHO, João Roberto. A guerra da memória: a ditadura militar nos depoimentos de militantes e militares. *Varia Historia*, Belo Horizonte, n. 28, dez. 2002. Disponível em: <https://www.academia.edu/2022291/A_guerra_da_mem%C3%B3ria_a_ditadura_militar_nos_depoimentos_de_militantes_e_militares>. Acesso em: 8 mar. 2019.

que contém uma série de informações pouco específicas, tal movimentação é mencionada indiretamente, assim como o apoio de outros setores liberais, de certa forma ofuscados por uma narrativa com grande fluxo de valores peculiares da época²⁴¹:

Os milicos golpistas brasileiros, fobia a mudanças, são paus-mandados. A Escola Superior de Guerra é o órgão brasileiro da CIA. Essa fomentadora de tiranos, com auxílio dos asseclas latifundiários e a alta burguesia, financiou a escória sevandija, *marchadeiras*, o IPES e o IBAD, falsas entidades de pesquisa devotadas ao descrédito, desestabilização, espionagem e boatos²⁴².

Após esse excerto, não há mais nenhuma alusão a tais questões. Contudo, cabe uma reflexão sobre se, mesmo as informações que foram de fato narradas, estão acessíveis para a compreensão do leitor. Isso pois são usados termos muito específicos, com os quais o público não está necessariamente familiarizado, uma vez que o leitor alvo não integra a comunidade acadêmica especializada no tema.

Se a autora pretendia fazer um relato total sobre a época, as Marchas, por exemplo, não possuíam um papel central? Seu relato é *total*, mas seguindo a perspectiva hegemônica do *mito da sociedade resistente*. Portanto, não faz sentido mencionar eventos de apoio à ditadura, se o que se quer acreditar é que todos tenham resistido.

Patarra também não trata, na maior parte do tempo, sobre lideranças civis de apoio ao golpe que, independentemente de suas intenções quanto ao prosseguimento do regime²⁴³, foram fundamentais para sua consolidação: Daniel Aarão Reis menciona como expoentes Carlos Lacerda e Magalhães Pinto e a grande mídia impressa, como *O Estado de S. Paulo*, *Jornal do Brasil* e *Correio da Manhã*²⁴⁴.

A imprensa tem um papel fundamental na obra, sendo diversas vezes mobilizada para fundamentar os pontos apresentados pela autora. No entanto, seu apoio ao golpe é suprimido. Uma das únicas menções à mídia impressa e sua suposta simpatia pelo regime está no trecho: “No dia seguinte o jornal *O Estado de S. Paulo* intitulou a sanha destruidora de ‘Diligência em Faculdade’. Mas a 15 de maio publicou um vigoroso protesto do antropólogo e sociólogo Paulo Duarte – ninguém ainda ousaria calá-lo²⁴⁵”. Contudo, a menção é rápida e de difícil compreensão, referindo-se apenas ao *título* de uma pequena nota publicada pelo jornal,

²⁴¹ Nesta parte do livro, a autora parece ter a intenção de reproduzir discussões de uma assembleia estudantil convocada pelo Grêmio da Faculdade de Filosofia.

²⁴² PATARRA, 1992, op. cit., p. 91. Este trecho tem como referência: DREIFUSS, René Armanda. *1964: a conquista do Estado – ação política, poder e golpe de classe*. Petrópolis: Vozes, 1981.

²⁴³ Para mais detalhes sobre tais impressões, Cf. REIS, 2014, op. cit., p. 49.

²⁴⁴ REIS, 2014, op. cit., p. 49.

²⁴⁵ PATARRA, 1992, op. cit., p. 92.

ocultando comentários a respeito do fato de que a edição inteira era dedicada à aprovação do novo governo.

Outra alusão à imprensa caracteriza como “parcialidade” a colaboração, de maneira eufêmica:

Certa manhã, incrédula, Iara leu nos jornais que o Exército cercava um foco guerrilheiro em Caparaó. Então, sempre se fazia alguma coisa! Nos dias seguintes comprou o *Correio da Manhã* e *Jornal do Brasil*, ambos da Guanabara, *menos tendenciosos e melhor noticiário*²⁴⁶.

Em entrevista à *Veja*, quando questionada diretamente sobre o apoio de veículos de comunicação à ditadura, a autora silencia:

Veja – *A Rede Globo foi o veículo oficial do regime militar. A minissérie [Anos Rebeldes] pode ser entendida como uma tardia revisão da História ou é puro marketing?*

Judith – Acho ótimo que a Rede Globo esteja patrocinando a minissérie. Através da telinha milhões de pessoas estão entrando em contato com essa época que foi tão rica e até hoje não tinha sido contada. Pode até ser marketing, porque depois que a Guerra Fria acabou não existe nenhum risco em tocar no assunto. (...).

Patarra não faz nenhum comentário a respeito do apoio da Rede Globo ao regime, apenas ressalta a importância de se falar sobre o assunto. Ela não conjectura os motivos pelos quais o tema ainda não tinha sido tratado – usando o fim da Guerra Fria como um obstáculo a menos, referindo-se provavelmente ao fim da bipolarização do mundo entre comunismo e capitalismo.

Da mesma forma que sobre a imprensa, a referência às lideranças civis do golpe é rápida e pouco acessível, restrita à figura de Carlos Lacerda²⁴⁷, explicitada no trecho a seguir e em mais algumas passagens durante o livro:

Em julho, Juscelino foi cassado. Revoltava os militares o enorme apoio popular de sua candidatura às eleições de 1965. A oficialidade linha-dura, insuflada por Carlos Lacerda, outro aspirante civil à presidência, exigira a medida.

– Desbancam os líderes com força eleitoral – diagnosticaram no Grêmio. – Juscelino, safardana, assistiu de camarote Jango a se enterrar. Voltaria salvador. Lacerda tira JK do páreo mas será o próximo. Mosca azul é fogo. Levam o corvo no bico.

²⁴⁶ Ibid., p. 149.

²⁴⁷ Carlos Frederico Werneck de Lacerda foi jornalista e político. Nascido em 1914, foi membro da União Democrática Nacional (UDN) e vereador, deputado federal e governador da Guanabara. Uma das lideranças civis do golpe de 1964 e, posteriormente, opositor ao regime ditatorial, formando a Frente Ampla. Faleceu em 1977, e as circunstâncias de sua morte foram questionadas por alguns jornalistas.

Linha-dura foi a nomenclatura dada pela mídia liberal e conservadora àqueles adeptos de certa “truculência de seus procedimentos”²⁴⁸. “Mosca azul” é um poema de Machado de Assis que “conta a história de um plebeu que, ao deparar-se com uma curiosa mosca azul, com ‘asas de ouro e granada’, deslumbra-se e passa a sonhar com poder e riquezas, ilusão que acaba comprometendo sua sanidade e seu senso de realidade”²⁴⁹. Ou seja, uma metáfora para sede de poder. Nas frases “desbancam os líderes com força eleitoral” e “levam o corvo no bico”, o sujeito, apesar de oculto, é o mesmo: os militares. Lacerda foi frequentemente representado em caricaturas como um corvo. Neste diálogo, a autora transmite a ideia de que os militares se utilizaram de estratégias para eliminar todos os possíveis líderes eleitorais – inclusive Lacerda que, mesmo tendo corroborado com o regime através da iniciativa para cassação de JK, seria o próximo.

Fica claro que mesmo os civis apoiadores do golpe seriam apenas peças provisórias utilizadas pelos verdadeiros golpistas – os militares. Patarra, no entanto, atribui tais ideias a uma discussão no Grêmio da Faculdade, mas sem citar fontes e/ou testemunhos que corroborem sua fidedignidade. O uso da expressão “corvo” para se referir a Lacerda – em outro trecho, sem a menção de seu nome – exige do leitor conhecimento prévio de política da época para uma boa compreensão.

O ministro da Educação, Flávio Suplicy de Lacerda, teve suas ações igualmente condicionadas ao autoritarismo da ditadura – ocultando-se sua própria truculência – através de uma fala de um possível estudante, daí sua desqualificação:

O ministro da Educação acusava colônias de vírus entre os estudantes, liderados por agitadores e pequenos ladrões, a ameaçar o futuro do povo. A POLOP, radical, decidiu boicotar a eleição.

– A ditadura usa o ministro, um funcionariozinho ignaro, para intervir no movimento universitário – discursaram na primeira assembleia.

Somente ao narrar 1967, ao tratar da Frente Ampla²⁵⁰, é que Patarra menciona de maneira mais explícita o apoio de lideranças civis ao golpe, através de uma suposta colocação de Iara:

²⁴⁸ REIS, 2014, op. cit., p. 42.

²⁴⁹ MOSCA AZUL. In: DICIONÁRIO Online de Português. Disponível em: <<https://www.dicio.com.br/mosca-azul/>>. Acesso em: 25 jun. 2018.

²⁵⁰ “Movimento político lançado em 28 de outubro de 1966 com o objetivo de lutar pela ‘restauração do regime democrático’ no Brasil, a Frente Ampla teve como principal articulador o ex-governador da Guanabara, Carlos Lacerda, e contou com a participação dos ex-presidentes Juscelino Kubitschek e João Goulart, e de seus correligionários”. Fonte: LAMARÃO, Sérgio. Articulação da oposição: a Frente Ampla. *FGV CPDOC*. Disponível

– Democratas, no fundo, são totalitários. Aponte um desses líderes civis sobreviventes das cassações que não apoiou os golpistas de 64. Abertamente ou por baixo do pano. O negócio é obrigá-los a revelar sua face ditatorial e violenta – concebeu Iara (...) ²⁵¹.

Antes de discorrer sobre o decreto do Ato Institucional nº 5, Patarra se remete a ele, tratando do assunto como um debate dentro da organização, em uma espécie de previsão:

Falavam da guerrilha próxima, porque o golpe dentro do golpe, iminente, liquidaria as medidas civis, desacreditadas aliás: greves, a federação oposicionista, eleições, reforma constitucional, anistia, o que fosse. Daí a importância dos assaltos, roubo de armas, munições, compra de áreas de cerco difícil ²⁵².

É possível observar que a autora reproduz uma noção arraigada na memória coletiva: a de que as ações armadas das esquerdas estariam condicionadas ao endurecimento do regime. Esse discurso tem relação com um elemento apresentado no tópico anterior, a respeito do esvaziamento do aspecto revolucionário das esquerdas e sua consequente transformação em “braço armado da resistência democrática”. A esse respeito, Daniel Aarão Reis afirma que a luta armada foi ressignificada enquanto uma forma de resistência ao fechamento do regime, “uma tentativa imposta pela ausência de brechas institucionais que viabilizassem, de algum modo, as lutas democráticas, uma reação desesperada à falta de alternativas ²⁵³”. Isto é, a memória hegemônica responsabilizou os militares por tudo, inclusive pelo avanço da guerrilha. Patarra chega a mencionar o caso da guerrilha de Caparaó, anterior ao AI-5, e reconstitui debates dentro da organização sobre a pertinência da ação armada. Iara, no entanto, só aceita essa tática após o AI-5.

Depois do AI-5, Quartim acreditou que os companheiros militaristas, entre os quais Espinosa e Ladislau, assumiriam a consolidação. Iara, às vezes vacilante, julgou que a luta interna traria consenso.

– Acabou o movimento estudantil. Estamos sozinhos. Se a gente der o famoso passo atrás, o golpe cai no vazio. É questão de bom senso. Vamos ajeitar as coisas no quartel e impedir a ação ²⁵⁴.

– Lamarca errou em sair do quartel. Mas é um herói – revelou Iara. – A ordem é otimismo, ver o lado positivo. Só a esquerda armada é capaz de combater regimes militares. As horrendas execuções em massa na Indonésia provam que outros

em: <https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/Jango/artigos/Exilio/Articulacao_da_oposicao>. Acesso em: 28 jun. 2018.

²⁵¹ PATARRA, 1992, op. cit., p. 191.

²⁵² Ibid., p. 265.

²⁵³ REIS, 2014, op. cit., p. 8.

²⁵⁴ PATARRA, 1992, op. cit., p. 271-272.

caminhos não funcionam. Chegaremos a ser numerosos e fortes como os tupamaros²⁵⁵.

Neste momento, cabe analisarmos o olhar de Patarra sobre a guerrilha. Em entrevista sobre o lançamento da biografia, a autora é questionada: “Hoje, quase trinta anos depois, a militância dos anos rebeldes parece um tanto *ingênua*. Essa sensação é porque já conhecemos o fim da história?”²⁵⁶; ao que Patarra responde:

Nós realmente acreditávamos que seria possível construir um país melhor, mais justo, mais alegre. O sonho virou pesadelo com o golpe de 1964, que chegou de forma violenta. Os anos rebeldes vieram em seguida como uma tentativa de resistência. Com o tempo, alguns acharam que era preciso ir além e resolveram pegar em armas. Era uma ilusão equivocada achar que seriam capazes de enfrentar a ditadura, mas eles tinham um fervor tão grande e a injustiça os revoltava tanto que hoje até dá para entender essa atitude²⁵⁷.

Patarra usa a primeira pessoa do plural ao tratar dos que sonharam com um país mais justo antes do golpe, referindo-se talvez às reformas de base propostas pelo presidente João Goulart e se incluindo como apoiadora. Todavia, ao tratar da luta armada, usa a terceira pessoa – “alguns acharam que era preciso ir além” –, criando um distanciamento entre si e os outros, “nós” e “eles”, o que confirma que a autora não se identificava com a luta armada, a qual ela considera uma “ilusão equivocada”, embora justificável, dadas as circunstâncias. A ideia de “equivoco inocente” é vinculada por Patarra quando narra as vésperas do golpe:

Mal começavam as aulas e Iara aderiu ao protesto com toda a Faculdade de Filosofia, convicta de integrar o grande movimento nacional que derrotaria as forças antinacionalistas da direita. Pouco depois, em Porto Alegre, João Pinheiro Neto qualificaria de “arreganhos senis” as diatribes anticomunistas do ex-interventor da ditadura Vargas em São Paulo. *Expressava a ingenuidade que vestia a esquerda*²⁵⁸.

Daniel Aarão Reis propõe uma distinção entre três vertentes de críticos à ditadura que, embora em certos momentos se articulassem, eram divergentes: os moderados (partidários do Movimento Democrático Brasileiro – MDB, com o apoio clandestino de PCB, a Frente Ampla, setores eclesiásticos, liberais e outras lideranças civis que apoiaram o golpe); o movimento estudantil que, segundo o historiador, “era um movimento democrático radical e preconizava

²⁵⁵ Ibid., p. 284.

²⁵⁶ GIUDICE, 1992, op. cit., p. 10, grifos meus.

²⁵⁷ Idem.

²⁵⁸ PATARRA, 1992, op. cit., p. 90, grifos meus.

derrota da ditadura”²⁵⁹; e as organizações revolucionárias clandestinas, que “não desejavam apenas se livrar da ditadura, queriam também destruir o sistema capitalista, abrindo a via para a construção de um regime alternativo, socialista”²⁶⁰.

No livro *Iara*, Patarra descreve todas as vertentes, utilizando a trajetória de Iara como exemplo linear de uma espécie de “evolução” de um projeto para o outro, como uma rota para a radicalização, representando também um crescente desenvolvimento intelectual. Num primeiro momento, Iara teria pretendido se engajar no PCB, frustrando-se. Tal frustração permite que a autora disserte sobre as divergências entre os outros setores de oposição a esse grupo.

O Partido Comunista decepcionou Iara e Maria Lucia. Os militantes insistiam no caráter nacionalista e burguês da revolução brasileira. Preconizavam a defesa do capital “nativo” e o apoio a militares antiimperialistas. E que ar desmoralizado! Ainda na véspera do golpe juravam-se próximos do poder. (...)

Desistiram. Os críticos têm razão, o PC é revisionista, o oportunismo corre solto. O socialismo nunca virá pacificamente. Só ingênuos ou mal-intencionados confiam na burguesia nacional, pronta a vender-se. E que mania, apostar em militares! Os que valiam alguma coisa grama a rua da amargura – presos, aposentados, no exílio. Talvez a opção seja mesmo a POLOP. Há intelectuais atraentes, dinamismo, dá *status*²⁶¹.

A POLOP, conforme observado por Reis, controlava “muitas entidades representativas estudantis e apareciam nas passeatas com propósitos que ultrapassavam o escopo das mesmas, ecoando palavras de ordem de enfrentamento armado com a ditadura²⁶²”, o que permite à Patarra narrar o envolvimento de Iara com o movimento estudantil. Contudo, apesar de conceber uma Iara socialista desde seu envolvimento com a organização, a tática da luta armada só é aceita por ela após o AI-5, em concordância com o trecho supracitado: “Acabou o movimento estudantil. Estamos sozinhos. Se a gente der o famoso passo atrás, o golpe cai no vazio. É questão de bom senso. Vamos ajeitar as coisas no quartel e impedir a ação²⁶³”.

Assim, curiosamente, se nota que Patarra parece identificar Iara mais com o âmbito de “anos rebeldes” da década de 1960 do que com os que “acharam que era preciso ir além e resolveram pegar em armas”. Apesar de narrar momentos em que a personagem de fato se identifica com e defende a tática guerrilheira, a autora faz questão de frisar o fato de Iara nunca ter pego em armas. Esse ponto é retomado por todos os veículos de mídia que noticiaram o

²⁵⁹ REIS, 2014, op. cit., p. 71.

²⁶⁰ Idem.

²⁶¹ PATARRA, 1992, op. cit., p. 98.

²⁶² REIS, 2014, op. cit., p. 71.

²⁶³ PATARRA, op. cit., p. 272.

lançamento do livro. Em entrevista citada previamente, Patarra afirma: “ela não pegou em armas, mas teve uma influência decisiva sobre o próprio Lamarca”²⁶⁴. Em reportagem do *Jornal do Brasil*, o discurso tem o mesmo tom: “Iara aprenderia cedo a atirar, *mas a única vez que o fez para valer foi com o revólver calibre 22 com o qual se matou. Nunca ocupou posto dirigente nas quatro organizações clandestinas que participou* – Polop, VAR-Palmares, VPR e MR-8”²⁶⁵. O texto, que é quase idêntico ao publicado dias antes pela *Veja*, supracitado, distancia Iara da ação armada concreta.

Em outra entrevista, dessa vez para o *Jornal do Commercio*, Patarra enfatiza: “mesmo sendo contra o regime adotado, nunca estive próxima da luta armada”²⁶⁶. Tal distanciamento, determinado pela autora e reproduzido pela mídia, *legítima* a trajetória de Iara e a “inocenta”, pois, não obstante seu envolvimento com as organizações armadas, ela nunca teria *de fato* participado diretamente de uma ação. A jornalista demarca de maneira evidente a separação entre Iavelberg e a “militância mais ativa”²⁶⁷, visto que ela se preocupava com questões que não pareciam pertinentes para a luta política – como namoros, por exemplo. Talvez por esse motivo a narrativa das ações *armadas* sejam descritas sem a participação e o conhecimento da personagem principal – ao menos antes de seu envolvimento concreto com Lamarca.

(...) [Iara] Aprendeu a atirar. Espinosa e ela embrenhavam-se na fazenda junto à rodovia Castelo Branco onde é hoje Alphaville. Às vezes Miriam participava.

– Ai, esse troço faz barulho! – mirava atenta, as mãos pequenas para o 38. – *Jamais serei boa atiradora.*

Treinavam na represa Billings com simulações de metralhadores e a Mugger, automática.

– Ninguém me chama para ação armada. Quero participar. Que tem a Cecília (Renata) a mais?

Não a consideravam talhada, nem boa motorista. Ninguém se preocupou em formá-la militarmente. Ficava na retaguarda, limitada às chapas de automóvel. (...)²⁶⁸.

Aprontou-se para sair com Lucia. Não deveriam estar em casa durante o assalto à agência Banespa do prédio, absurdo, bem onde a gente mora, ao menos vou almoçar comida boa de minha mãe: bife à milanesa, empadão, pudim de leite macio, enchendo a boca.

O sucesso do roubo, descrito quase como roteiro de filme nos jornais, alarmou-a.

– Eu quero ir embora, não fico mais aqui²⁶⁹.

²⁶⁴ GIUDICE, 1992, op. cit., p. 8.

²⁶⁵ MARTINS, Marília. Personagem heroica no fracasso. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 26 abr. 1992, Caderno B, p. 6.

²⁶⁶ MARGUTTI, 1992, op. cit., p. 60.

²⁶⁷ GIUDICE, 1992, op. cit.

²⁶⁸ PATARRA, 1992, op. cit., p. 244, grifos meus.

²⁶⁹ *Ibid.*, p. 255.

Iara não era apropriada para a luta armada, na ótica de sua biógrafa. Suas tarefas nas organizações consistiam em estabelecimento de contatos, através do cumprimento de pontos, panfletagens e transporte de documentos. Essas funções “minguadas” em relação ao imaginário da luta armada se adequam ao possível desejo da autora de se distanciar de relatos violentos, opção em conformidade com a memória hegemônica. Iara foi a guerrilheira perfeita, nos padrões da memória, por ser aquela que não se ajustava à guerrilha e, por esse motivo, sua trajetória se prestou à criação de um discurso que remetesse menos à materialização em táticas políticas propriamente ditas e mais aos “anos rebeldes” – usando o sentido dado por Patarra, de uma resistência “pacífica” aos padrões comportamentais vigentes –, e aos *debates* culturais e sociais considerados pela jornalista como típicos da época.

Assim, a personagem Iara Iavelberg está muito mais próxima do “nós” de Patarra, do que “deles”, a militância ativa. Esta, por sua vez, é descrita pela autora como chata, piegas e hierárquica. Em entrevista, a *Veja* pergunta diretamente: “Os militantes eram chatos?”, ao que ela responde:

(...) Conheci um sujeito que condenava quem bebia e gostava de Coca-Cola. Outro problema eram citações. O militante parece que tinha a obrigação de citar Marx, Engels e Lenin a cada três palavras. Mas não eram todos e hoje eles até merecem um desconto. A chatice era a maneira de sobreviver à repressão. Eles tinham de tomar tanto cuidado com a segurança, para não chamar a atenção, que acabavam perseguindo as pessoas extrovertidas e que davam muita bandeira²⁷⁰.

Mais uma vez, a jornalista se utiliza do artifício de responsabilizar a ditadura pela estrutura das organizações. A “chatice” à qual ela se refere é mais uma estratégia de esvaziamento do sentido revolucionário das organizações. As estratégias políticas adotadas pelos militantes, quando não distorcidas em “resistência democrática armada”, são caracterizadas como delírios ou ‘chatices’. Esse aspecto é ressaltado em diversas partes da obra:

Em 1965 formou-se uma base da POLOP só com estudantes da Psicologia e Filosofia. As exposições do dirigente, análises e debates teóricos aborreciam Iara. Mas ela acordava quando discutiam táticas para neutralizar o PC, muito atuante nas Ciências Sociais²⁷¹.

(...) – A grana vai produzir bombinha atômica? Distribuir cartórios? Aí é que está – e Iara conduziu a conversa para as próprias dúvidas. – Os milicos cada vez mais fascistas. A oposição consentida, além de legitimar a ditadura, diz que só débeis mentais imaginam aventuras insurrecionais vitoriosas. O dr. Silvana manipula o MDB, bando de ratinhos engaiolados. Contra a força, só a força.

²⁷⁰ GIUDICE, op. cit., p. 8.

²⁷¹ PATARRA, 1992, op. cit., p. 101.

– A esmo, companheira? Sem condições objetivas? *Em lugar do Debray leia os clássicos.* Disciplina militar sim, mas num partido de revolucionários profissionais, sob as ordens do comitê central. Essencial. *Lenin disse em O que fazer? que só um partido será a vanguarda das forças revolucionárias.* Aquele que organizar as denúncias e revelações políticas, visando o povo inteiro. Claro, numa etapa futura, mas a leitura de Lenin é fundamental²⁷².

Daniel Aarão Reis caracteriza essa metamorfose como forma de ignorar os objetivos de revolução:

apagou-se, assim, a perspectiva ofensiva, revolucionária, que havia moldado aquelas esquerdas. E o fato de que elas não eram de modo nenhum apaixonadas pela democracia, francamente desprezada em seus textos²⁷³.

Apesar de descrever discussões internas das organizações e de discorrer sobre os posicionamentos dos militantes, ao caracterizá-los como inocentes, a autora parece romantizar as pautas colocadas, dando lugar a uma visão de inocência, engano juvenil – convergindo com a memória hegemônica.

(...) Construiremos um socialismo único, humanista, o povo libertado da escravatura. Imaginou a avenida coalhada de gente até a praça do Correio, o Anhangabaú, a Sé, mar de bandeiras vermelhas. Sentiu-se viva, mudança social nas mãos. Respirou fundo, veria Lamarca, juntos a escrever o papel decisivo da História, aquele que vai remir, dona Angelina, dos mais torpes labéus²⁷⁴.

Convicta, [Iara] explanava que a guerrilha na América Latina não pretendia crescer e transformar-se em exército. Sua função de núcleo era catalisar a luta geral. Exerceria influência sobre o conjunto da sociedade, produzindo fontes revoltosas no campo, cidades, fábricas, escolas. Uma situação insurrecional no país. Como em Cuba²⁷⁵.

A descrição das convicções de Iara para o futuro e sua imaginação, como nos trechos citados acima, reforçam essa *inocência*, visto que a autora sabe como a história termina: tais visões e intenções não chegam nem perto de acontecer. São delírios *infundados e impossíveis* da personagem, que está tomada por *utopias* no sentido estrito da palavra – fantasias irrealizáveis.

Após o engajamento de Lamarca, seu personagem é construído, conforme expõe o texto acima, como o grande redentor dessa revolução – similar a Che Guevara, por exemplo. É um herói por excelência, humano, pacífico e com aquele “senso de justiça” descrito por Patarra

²⁷² Ibid., p. 172.

²⁷³ REIS, Daniel Aarão. Ditadura militar, esquerdas e sociedade. Rio de Janeiro: Zahar, 2000, pos. 683 (leitura em *ebook*).

²⁷⁴ PATARRA, op. cit., p. 316.

²⁷⁵ Ibid., p. 283.

como inerentes de todo militante de esquerda. Tal discurso se contrapõe veementemente ao difundido pela ditadura e a autora parece pretender *corrigir* a imagem cunhada pelo regime ditatorial: “ex-capitão do exército, traidor que se transforma num terrorista e criminoso comum”²⁷⁶. Patarra fez questão de narrar alguns dos casos que corroboraram com a formação desse pensamento, como a morte de pessoas em ações e a deserção do exército.

Em 1966, ainda primeiro-tenente, voltei ao 4º RI. Inquieto, angústia crescente, obrigado a reprimir operário em Osasco, Barreto no meio, cercar estudantes no Centro, você no meio. Não me formei para isso. O que faço aqui dentro? (...) Mas não, aprendi tanto e agora virei capitão-do-mato? À tropa ensinei morrer pelo Brasil e comando porrada em estudante? Baioneta castigando operário? Não defendemos a Pátria mas o patrão, daqui a pouco o soldado prende o pai, irmãos, vizinhos, parentes, muitos incorporados dali de perto, maluco, endoido, de manhã faço a barba, espelho, olho no olho, colaboro com um sistema contrário a todos meus princípios, qual a alternativa? O grupo medita, quero me demitir. (...) ²⁷⁷

Num dos assaltos, a 20 metros da agência bancária na rua Piratininga, Brás, Lamarca entrou no bar da esquina. Pediu café e fingiu interessar-se por uma jovem, que sorriu. Xícara na mão, voltou-se à rua como a espaiar e deu com o guarda-civil na calçada oposta, quase correndo, revólver empunhado – um faxineiro do banco pulara a janela dos fundos e preveniu-o. O companheiro que surgisse, provavelmente carregando a sacola do dinheiro, seria morto. Mirou, viu-o cair. (...)

O noticiário explorou a morte do guarda-civil.

– Não tive jeito, ele ia mandar bala. Atirei no ombro, mexeu-se, não sei, caiu. Foi tragédia – desabafou. – Minha primeira morte neguinha, uma tragédia porque sem querer, certo? O dom maior é a vida. Por isso é crime explorar o homem, trabalhar feito animal para que outro viva feito rei.

Intranquilo, registrou os discursos ideológicos que justificavam o acidente.

– Tem uma coisa sem volta, que é a morte. Estou atrelado a ela. Aceitar o fim é a condição da vitória²⁷⁸.

Evidentemente tais reflexões de Lamarca são especulações de Patarra, uma vez que foram supostamente confidenciais à Iara. Contudo, a presença desse diálogo no livro é crucial pois revela a intenção de humanizar a personagem e, conseqüentemente, suas opções políticas. A biografia, dessa forma, consolida Lamarca como herói, dialogando com a memória social das esquerdas²⁷⁹.

– O que é o imaginário! Você já faz parte da mitologia popular – entusiasmou-se Iara depois que ouviram o relato²⁸⁰.

²⁷⁶ NOGUEIRA, Jefferson Gomes. Carlos Lamarca no imaginário político brasileiro: o papel da Imprensa na construção da imagem do “Capitão Guerrilheiro”. *Revista Ágora*, Vitória, n. 7, 2008, p. 14.

²⁷⁷ PATARRA, 1992, op. cit., p. 306.

²⁷⁸ *Ibid.*, p. 307.

²⁷⁹ ROLLEMBERG, Denise. Carlos Marighella e Carlos Lamarca: memórias de dois revolucionários. FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão (org.). *As esquerdas no Brasil: revolução e democracia*. Vol. 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 2.

²⁸⁰ PATARRA, 1992, op. cit., p. 317.

– Se eu fosse um sanguinário – disse Lamarca – saía para abater meia dúzia de policiais. Sem dificuldade. Mas nossa luta é contra o Estado que sufoca os trabalhadores. Importante manter isso em vista: o inimigo principal não é a repressão. Seria um desvio – reiterou, a convencer-se. – Dirão que a luta armada terminou. Mostraremos aos operários e camponeses que o combate continua, determinado. Jamais os abandonaremos porque somos a sua vanguarda. Esse período vergonhoso da História não será uma página em branco. O povo brasileiro não passará por covarde. Houve um punhado de homens e mulheres na trincheira. Trabalhadores como Neto, camponeses como a mãe dele, funcionários da saúde como Jô. Intelectuais como Iara, militares como eu²⁸¹.

Esse trecho reproduz uma suposta reação de Lamarca ao assassinato de Carlos Marighella. Embora mencione casos de assassinato, desaparecimento e tortura, a obra de Patarra não se constitui em um livro com objetivos explícitos de *denunciar*.

Embora utilize informações coletadas pelo BNM, marco essencial nos discursos de memória que tinham a intenção de *denunciar* a violência política, a narrativa de Patarra não está inserida ou coaduna com tal discurso – o que revela que os discursos de memória variaram entre si, apesar de manterem alguns elementos em comum. Ao tratar da tortura no filme *Que bom te ver viva*, lançado poucos anos antes do livro de Patarra, em 1989, a cineasta e ex-guerrilheira Lúcia Murat²⁸² criou uma personagem, interpretada pela atriz Irene Ravache, que representa “uma geração inteira de jovens mobilizados para transformar seu país, que sofreram com as violências do governo contra o qual lutavam e carregam traumas e memórias incômodas até o presente”²⁸³. O paralelo com o filme se mostra pertinente pois ambas as narrativas, apesar de estarem em diferentes suportes, tratam de experiências femininas durante o período ditatorial e tiveram expressão no mercado consumidor.

O filme de Murat é constantemente retomado em debates sobre o período e consiste em referência até os dias atuais a respeito da atuação de mulheres na oposição à ditadura²⁸⁴ e sobre as sevícias destinadas especificamente às militantes (torturas sexuais, por exemplo)²⁸⁵.

Todavia, o livro de Patarra difere da película por abordar uma outra perspectiva. A biografia não tem o objetivo de denunciar as feridas causadas pela repressão e, por isso, optou-se por uma personagem que “suicidou-se”, foi presa apenas uma vez, antes do “endurecimento

²⁸¹ Ibid., p. 344.

²⁸² Lúcia Maria Murat de Vasconcelos é uma cineasta brasileira e ex-militante da luta armada brasileira, tendo integrado o MR-8.

²⁸³ MONTEIRO, Ygor Pires. Lúcia Murat: trajetos de vida pela ditadura civil-militar – sensibilidades cinematográficas e história pública (1989 – 2012). Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2018, p. 28.

²⁸⁴ Idem.

²⁸⁵ LEME, Caroline Gomes. Cinema e sociedade: ditadura militar no Brasil. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2011, p. 57.

do regime”, nunca foi torturada e representou mais os ares dos anos rebeldes, como os sentiram as classes médias das grandes cidades, como os sentiram Judith Patarra: clima de libertação sexual, rebeldia intelectual e festiva. Dessa forma, a autora constrói uma atmosfera de desejo por rupturas não unicamente no âmbito público, aquele da política e da economia, mas com adversidades enfrentadas também na vida privada – meio, por excelência, relacionado com as mulheres²⁸⁶.

É neste sentido que se justifica a centralidade de aspectos pessoais e subjetivos da biografada no livro. Seus relacionamentos amorosos ocupam parte maior da narrativa do que as discussões políticas empreendidas nas organizações. Patarra aplica ao contexto brasileiro o molde da revolução sexual vivida em outros países, como França e EUA, que tiveram grande atuação dos movimentos feministas de Segunda Onda já na década de 1960. “O pessoal é político” (*personal is political*) – um dos principais *slogans* do feminismo de Segunda Onda estadunidense parece, à primeira vista, ser um dos motes da narrativa de Patarra. Segundo a filósofa feminista Linda Nicholson,

para usar a terminologia da filosofia contemporânea, o *slogan* “o pessoal é político” expressava uma definição estipulante; intencionava uma mudança no entendimento tradicional do termo “político”. (...) Nesse caso, a crença popular na distinção dos campos da vida pessoal e pública foi um ingrediente importante para manter os campos separados. Questionar essa crença foi, portanto, em certa extensão, questionar a realidade constituída por ele. Resumidamente, “o pessoal é político” expressou uma definição estipulante constitutiva. Foi estipulante no que tentou redefinir o termo “político” e constitutiva enquanto uma nova definição que deve, por sua vez, afetar a realidade sendo definida. O *slogan* foi, portanto, em si, uma declaração política; por sua alocação mesma, tentou fazer uma mudança na realidade social²⁸⁷.

A biógrafa de Iara, de fato, segue nesta tradição, ao narrar fatos que concernem à vida privada da biografada de maneira tão detalhada, ao ponto de se sobrepor ao lado “político”, que se define por sua trajetória de militância nas organizações, anticapitalistas por excelência, mas não “antimachistas”. Seria Patarra também uma feminista?

A *Veja* a questiona sobre a escolha de Iara como biografada, em vez de Lamarca: não teria sido uma “opção puramente feminista?”. Ao que a autora responde que “*isso é equivalente a dizer que se fosse o Lamarca eu teria feito uma escolha machista. A Iara, independentemente*

²⁸⁶ COLLING, Ana Maria. *A resistência da mulher à ditadura militar no Brasil*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1997.

²⁸⁷ apud REIS, Ana Regina Gomes dos. *Do Segundo Sexo à Segunda Onda: discursos feministas sobre a maternidade*. Dissertação (Mestrado em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2008, p. 91.

de ser mulher e por isso despertar mais o meu interesse, era uma figura fascinante²⁸⁸”. Essa pergunta é posterior a uma já citada neste trabalho: “por que Iara e não o capitão Lamarca, que teve um papel político muito mais importante?”. A autora justifica a escolha da biografada a partir do desejo de tratar assuntos como a revolução sexual e mudanças de comportamento, vividos por Iavelberg.

Apesar de deixar a impressão que considera feminismo como o exato oposto de machismo²⁸⁹, Patarra revela um incômodo com o questionamento da entrevistadora. Esta demonstra a ideia de uma maior relevância de Lamarca por seu “papel político” – um mérito não observado por ela em Iara, cujas reflexões teriam ficado apenas no âmbito “privado”, supostamente de menor importância. Além disso, embora não considere um motivo determinante, Patarra ressalta que o fato de Iara ser mulher despertou mais seu interesse. Observa-se aqui, mais uma vez, que a autora da biografia valoriza o privado tanto quanto o político e, por isso, demarca tanto Iara enquanto uma *feminista*. Não obstante, essa perspectiva pode ser problemática ao corroborar com a ideia de que o espaço da mulher é privado, mais que o público. O que mais se destaca na trajetória da Iara de Patarra, mesmo ao sair para a militância pública, ao *transgredir*, deixando o espaço a que foi relegada por ser do sexo feminino, são suas ações privadas – o espaço feminino “por natureza”.

Contudo, é preciso problematizar a noção de uma militante feminista em plena luta armada. O feminismo de Iara, tão marcado em sua personalidade conforme descrição de Patarra, tem muito mais relação com o presente de constituição da obra do que com o tempo vivido por Iavelberg.

Há muitas divergências e disputas por um marco inicial da Segunda Onda do feminismo no Brasil. Porém, essa data teria sido na década de 1970 e não nos anos 1960, como admitido por Patarra.

A historiadora Joana Pedro aponta que, apesar de a data “oficial” ser 1975, com a organização de um evento no Rio de Janeiro intitulado “O papel e o comportamento da mulher na realidade brasileira”, patrocinado pelo Centro de Informação da ONU, algumas mulheres reivindicam outras versões²⁹⁰. Uma delas é Rose Marie Muraro, que afirma que “seu feminismo

²⁸⁸ GIUDICE, 1992, op. cit., p. 8, grifos meus.

²⁸⁹ Essa informação de Patarra é, no entanto, equivocada. Cf. BRAGA, Beatriz. O contrário do feminismo é a falta de coragem. *Revista Algo Mais*, 12 set. 2017. Disponível em: <<http://revista.algomas.com/noticias/o-contrario-do-feminismo-e-a-falta-de-coragem-por-beatriz-braga>>. Acesso em: 29 jun. 2018.

²⁹⁰ PEDRO, Joana Maria. Narrativas fundadoras do feminismo: poderes e conflitos (1970-1978). *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 26, n° 52, 2006, p. 251.

é anterior a essa data²⁹¹”, uma vez que participou de grupos de reflexão sobre textos feministas no início da década de 1970 e de um congresso organizado pelo Conselho Nacional da Mulher, em 1972²⁹². Joana Maria Pedro afirma que foi por intermédio de Muraro “que o livro *A mística feminina*, da norte-americana Betty Friedan, publicado nos Estados Unidos em 1963, ganhou edição brasileira em 1971²⁹³”.

Importante retomar que Rose Marie Muraro foi uma das fundadoras do selo editorial que publicou o livro *Iara* de Patarra, conforme dito anteriormente, o que pode ter estimulado a presença tão marcante do feminismo no discurso da obra e sua relação direta com a personagem principal. Joana Pedro aponta, no entanto, que este feminismo anterior a 1975 não estava relacionado com as organizações revolucionárias, muito pelo contrário: as reuniões feministas do início da década eram idealizadas por mulheres com boas condições econômicas, “intelectuais de esquerda” – embora incluísse também mulheres “bem relacionadas com a elite do governo²⁹⁴ [ditatorial]”, como Romy Medeiros²⁹⁵ – e que tinham acesso a países do exterior, como Estados Unidos e França, de onde traziam as leituras para serem discutidas.

Militantes de organizações clandestinas, de acordo com Joana Pedro, viam o feminismo como pauta secundária à luta efetiva, que deveria ser contra o capitalismo. Suely Gomes Costa²⁹⁶, ao ser convidada para participar desses grupos feministas por Maria do Espírito Santo²⁹⁷, afirma: “eu não me via muito no campo dela. Eu era muito mais ligada às lutas da

²⁹¹ Ibid., p. 253.

²⁹² Ibid., p. 257.

²⁹³ Idem.

²⁹⁴ Ibid., p. 258.

²⁹⁵ Romy Martins Medeiros da Fonseca foi “advogada e feminista, natural do Rio de Janeiro (RJ), foi a autora do projeto do Código Civil que mudou a situação da mulher casada. Em 1966 propôs a criação do Conselho Nacional de Mulheres do Brasil”. Nasceu em 1921 e faleceu em 2013. Fonte: MULHER: 500 ANOS ATRÁS DOS PANOS. Disponível em: <<http://www.mulher500.org.br/romy-martins-medeiros-da-fonseca-1921/>>. Acesso em: 17 jun. 2018.

²⁹⁶ Suely Gomes Costa, militante feminista, “nasceu em 1938 e mora em Niterói – RJ. Hoje, é Professora aposentada do Serviço Social da Universidade Federal Fluminense”. Fonte: PEDRO, Joana Maria. Feminismo e gênero na universidade: trajetórias e tensões da militância. *História Unisinos*, n. 9, v. 3, set./dez. 2005, p. 176.

²⁹⁷ Maria do Espírito Santo Tavares dos Santos (Santinha) foi militante comunista, é médica sanitarista e feminista brasileira.

Cf. SILVA, Tauane O. G. Maria do Espírito Santo Tavares dos Santos: a contribuição de uma mulher negra na construção dos movimentos de mulheres e feministas. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 28., 2015, Florianópolis. *Anais...*: Florianópolis: Associação Nacional de História, 2015. Disponível em: <http://www.snh2015.anpuh.org/resources/anais/39/1434415511_ARQUIVO_MariadoEspiritoSantoTavaresdosSantos-acontribuicaodeumamulhernegraconstrucaodosmovimentosdemulheresefeministas.pdf>. Acesso em: 17 jun. 2018.

esquerda do que a qualquer outra coisa. Assim, ligada a problemas existenciais e tal, eu não era (...)”²⁹⁸.

Nesse sentido, a historiadora Jessie Jane Vieira de Souza, ex-militante da ALN, em entrevista concedida a Samantha Quadrato e João Bosco Hora Góis, afirmou que a questão de gênero e emancipação feminina não era colocada nas organizações revolucionárias dos 1960/1970:

(...) naquela época isso não se colocava dessa forma e eu sempre gosto de dizer as coisas como eram naquela época, porque senão fica um pouco anacrônico. (...) Nesse contexto, essa questão não era absolutamente colocada, essa coisa de gênero, nem se falava disso. As contradições eram as contradições do capitalismo, que se resolveriam na revolução socialista. O resto era tudo um discurso pequeno-burguês²⁹⁹.

A construção da personagem Iara Iavelberg realizada por Patarra se relaciona muito mais com *essas* mulheres – feministas, de elite (ou “burguesas”), preocupadas com “problemas existenciais” e que não se envolveram com a luta armada – do que com o estereótipo da guerrilheira. Na narrativa do livro, esses aspectos são ressaltados, em contraste com os outros militantes – com os relatos dos próprios para corroborar o ponto de vista.

- Muito inteligente, certa fraqueza teórica, Iara não se destaca nos encontros da POLOP devido ao caráter doutrinário das discussões. O sectarismo dominava. Defendíamos a militância estrita, rigorosa, disciplinada – disse Eder Sader. – Insubmissa, ela faltava às reuniões por motivos que, anos depois, eu julgaria os mais saudáveis. Sua existência rica não se continha dentro de um grupo restrito, centralizador³⁰⁰.

Banharam-se [Iara e Christine] juntas no chuveiro. Ao observar a amiga, Iara escandalizou-se:

- Christine! Como é que você anda com uma perna peluda dessas?
 - Uma revolucionária pensa em depilação? – envergonhou-se.
 - Ah, que desleixo! A gente tem de estar sempre lisinha, roupa de baixo combinando. E não é pra homem, só. É pra gente³⁰¹.

- (...) Iara me parecia um elemento destacado da esquerda festiva. Preservava-se pouquíssimo. Não consigo enxerga-la mudada, pois só a recordo na vivência da Maria Antônia, roupas e mesas de bar³⁰².

²⁹⁸ Entrevista concedida por Suely Gomes Costa, realizada por Joana Maria Pedro em Florianópolis, no dia 17.02.2004, transcrita por Maise Zucco, apud PEDRO, 2006, op. cit., p. 260.

²⁹⁹ GÓIS, J. B. H.; QUADRATO, S. V. Militância política e gênero na ditadura brasileira: entrevista com Jessie Jane Vieira de Sousa. *Gênero*, Niterói, v. 8, n. 2, p. 23-41, 1 sem. 2008, p. 23.

³⁰⁰ PATARRA, 1992, op. cit., p. 127.

³⁰¹ *Ibid.*, p. 153.

³⁰² *Ibid.*, p. 195.

A narrativa que, conforme exposto, tem tom sentimentalista e, em certos aspectos, remete mais a uma novela pela quantidade de detalhes íntimos relatados, aparenta ter um direcionamento muito específico: alcançar o público feminino. Esse objetivo se consolida através da construção de uma personagem que, mesmo tendo pertencido à Geração de 1968, foge da caracterização padrão antes conferida a esta e, por isso, se aproxima do público leitor. A Iara de Patarra, apesar de seu engajamento político radical, tem preocupações como as de diversas mulheres: é vaidosa, atenta com as roupas que veste, a maquiagem que usa, é “moderna”, levanta pautas que dizem respeito às mulheres – sobretudo às mulheres dos anos 1980 e 1990 –, como a liberdade sexual, a submissão aos homens etc. A chamada Terceira Onda feminista, consolidada na década de 1990³⁰³, mas com raízes nos anos 1980. De acordo com a antropóloga Cynthia Sarti,

Nos anos 1980 o movimento de mulheres no Brasil era uma força política e social consolidada. Explicitou-se um discurso feminista em que estavam em jogo as relações de gênero. As idéias feministas difundiram-se no cenário social do país, produto não só da atuação de suas porta-vozes diretas, mas também do clima receptivo das demandas de uma sociedade que se modernizava como a brasileira. Os grupos feministas alastraram-se pelo país. Houve significativa penetração do movimento feminista em associações profissionais, partidos, sindicatos, legitimando a mulher como sujeito social particular³⁰⁴.

Essa onda feminista, que ficou conhecida como “pós-feminismo”³⁰⁵, posto que preconizava uma pluralidade de identidades e, conseqüentemente, diferentes formas de opressão femininas. São propostos novos recortes e a inclusão de mulheres silenciadas pelo feminismo de Segunda Onda, como as negras, lésbicas, bissexuais etc. De acordo com Camilla Siqueira,

Nesse momento, então, foi necessário encarar a dolorosa conclusão de que o movimento feminista vinha sendo excludente. Na primeira e na segunda ondas, mulheres como as *suffragettes* bem-educadas de classe média e as donas de casa americanas dos anos 70 e 80 tinham monopolizado as demandas feministas, em

³⁰³ MENEZES, Lená Medeiros de. Feminismo(s): reflexões sobre silêncios, resistências e descontinuidades. In: MAGALHÃES, Livia (org.). Lugar de mulher: feminismo e política no Brasil. Coleção Pensar Político. Rio de Janeiro: Oficina, 2017, p. 30.

³⁰⁴ SARTI, Cynthia. Feminismo e contexto: lições do caso brasileiro. *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 16, 2001, p. 42. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-83332001000100003>. Acesso em: 29 jun. 2018.

³⁰⁵ SIQUEIRA, Camilla Karla Barbosa. As três ondas do movimento feminista e suas repercussões no direito brasileiro. In: BEDIN, Gilmar Antonio et. al. XXIV CONGRESSO NACIONAL DO CONPEDI - UFMG/FUMEC/DOM HELDER CÂMARA, 2015, *Anais...* Disponível em: <<https://www.conpedi.org.br/publicacoes/66fsl345/w8299187/ARu8H4M8AmpZnw1Z.pdf>>. Acesso em: 30 jun. 2018, p. 338.

prejuízo de questões enfrentadas por outras mulheres que, apesar de serem também mulheres, não estavam no mesmo patamar daquelas em relação a outros marcadores sociais³⁰⁶.

Portanto, apesar da autocrítica do movimento feminista, típica da Terceira Onda, o livro de Patarra se insere muito mais como herdeiro da Segunda Onda. A personagem escolhida é de origem judaica, branca, de classe média alta e escolarizada – dialogando com as demandas do público-alvo do livro.

Contudo, em relação à memória hegemônica sobre a esquerda armada, Iara, durante a obra, mostra uma faceta mais “palatável” da militância em organizações revolucionárias, o que evita um discurso “revanchista” sobre a ditadura e, por isso, atende às demandas conciliatórias da sociedade sobre o período. Em entrevista na época do lançamento do livro, à Revista *Veja*, Patarra ratifica essa hipótese ao argumentar que:

Iara era uma exceção, junto com as duas amigas, na militância paulista. *Hoje em dia, seu comportamento seria absolutamente normal*. Ela era uma moça que gostava de se sentir bonita, de se arrumar, de se vestir bem. Só que nenhuma militante ousava gastar dinheiro com cabeleireiro, com uma minissaia ou qualquer tipo de compra. O grupo reprimia qualquer atitude que lembrasse um comportamento pequeno-burguês, como usar meia de seda e sapato de salto alto³⁰⁷.

2.2 DE VOLTA AOS “ANOS REBELDES”: RECEPÇÃO DO LIVRO

Como foi dito anteriormente, o livro *Iara* teve quatro edições publicadas, estando atualmente esgotado. A primeira foi em 30 de março de 1992 e a última em 19 de abril de 1993 – não há informações sobre as datas precisas da segunda e da terceira edições³⁰⁸. Apesar de não haver dados sobre a tiragem de cada edição, foram 4 edições em pouco mais de um ano, sendo possível supor que o livro teve vendas bem-sucedidas.

Diversos periódicos noticiaram o lançamento da biografia, tanto com notas sobre sessões de autógrafos, quanto com reportagens, resenhas e entrevistas. Judith Patarra participou de pelo menos dois programas de televisão e um de rádio tratando da obra, sendo estes: *Encontro com a imprensa*, na Rádio Jornal do Brasil, em 28 de abril de 1992; *Programa Livre*, no SBT, com reprise em 2 de fevereiro de 1993³⁰⁹; e *Opinião Nacional*, na TV Cultura, em 8 de março de 1993.

³⁰⁶ Idem.

³⁰⁷ GIUDICE, 1992, op. cit., p. 8, grifos meus.

³⁰⁸ Informações obtidas através de contato com a editora Record, por meio do funcionário Marcelo Vieira, em 17 de janeiro de 2018.

³⁰⁹ Não foi possível precisar quando o programa foi exibido pela primeira vez.

Rodrigo Patto Sá Motta adverte que “o testemunho só pode oferecer um olhar parcial e interessado, naturalmente insuficiente para quem almeja chegar próximo à verdade³¹⁰”. Ao longo deste capítulo e do anterior, analiso o livro de Patarra, criticando-o à luz desta reflexão, buscando caracterizá-lo enquanto *memória*. Motta afirma também que há casos em que esta, por sua vez, é confundida e *transformada* em história, quando testemunhos são aceitos como *sagrados*. Terá sido esse o caso de *Iara*?

Em 14 de julho de 1992 estreou a minissérie *Anos Rebeldes*³¹¹, exibida pela Rede Globo, escrita por Gilberto Braga³¹² e Sérgio Marques³¹³ e dirigida por Dennis Carvalho³¹⁴. A minissérie foi inspirada nos livros *Os carbonários*, de Alfredo Sirkis³¹⁵ (1981) e *1968: o ano que não terminou*, de Zuenir Ventura³¹⁶ (1988), dos quais a emissora adquiriu os direitos autorais³¹⁷. O impacto da minissérie foi inegável e, de acordo com Walter Clark, importante executivo da indústria televisiva, “a ‘novela’ alavancava a audiência para toda a estação”³¹⁸.

Segundo Roberto Abdala, a produção se iniciou em 12 de abril de 1992, mas a sinopse teria sido enviada bem antes à direção de produção da rede televisiva³¹⁹. Ainda assim, houve tempo para que tanto autores, quanto atores, entre outros membros da produção, tivessem contato com a biografia de Patarra. A atriz Cláudia Abreu, que viveu uma das protagonistas, Heloísa – garota de classe alta, que se envolve, ao longo da trama, com a luta armada, filha de um empresário que financiava a ditadura –, afirma ter lido o livro de Patarra “para se cercar do máximo de informações sobre os tempos que não viveu”³²⁰. Esse dado foi noticiado tanto pelo

³¹⁰ MOTTA, 2013, op. cit., p. 62.

³¹¹ ANOS rebeldes. Autor: Gilberto Braga. Direção: Denis Carvalho, Silvio Tendler e Ivan Zettel. Direção geral: Dennis Carvalho. Produção: Rede Globo de Televisão, 1992-2003. 3 DVDs (680 min). Período de exibição: de 14-7-1992 a 14-8-1992. Horário: 22h30. N. de capítulos: 20.

³¹² Autor de telenovelas brasileiro.

³¹³ Autor de telenovelas, séries e minisséries brasileiro.

³¹⁴ Ator, dublador e diretor de novelas brasileiro.

³¹⁵ Alfredo Hélio Sirkis é gestor ambiental e urbanístico, jornalista e escritor. Foi líder estudantil secundarista entre 1967 e 1968, engajando-se na VPR. Participou dos sequestros do embaixador alemão Ehrenfried von Holleben e do embaixador suíço Giovanni Enrico Bucher.

³¹⁶ Jornalista e escritor brasileiro.

³¹⁷ ABDALA JUNIOR, Roberto. Brasil anos 1990: teleficção e ditadura — entre memórias e história. *Topoi*, v. 13, n. 25, jul./dez. 2012, p. 102.

³¹⁸ *Ibid.*, p. 101, grifos meus.

³¹⁹ *Ibid.*, p. 102.

³²⁰ BITTENCOURT, Mona. Grã-fina que se alia à guerrilha é grande trunfo de ‘Anos Rebeldes’. *Revista TV Programa – Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, ano 2, n. 58, 26 jul. 1992, p. 34.

Jornal do Brasil quanto pela *Veja*, para a qual a atriz declarou que a leitura do livro auxiliou na construção de sua personagem³²¹.

Além dessa, diversas outras notícias atrelavam o livro *Iara* ao impacto gerado pela minissérie. Em *O Estado de S. Paulo*, Judith Patarra foi convidada para opinar sobre o programa de televisão:

Estou gostando muito. Acho superimportante a televisão mostrar aquela época. É um período que estava completamente recalçado. O fato de a trama política vir mesclada de uma história de amor também é muito positivo. Envolve mais o espectador, principalmente aqueles que não viveram os acontecimentos. E, depois, os anos 60 não foram apenas os anos de chumbo. Havia muito amor, ternura e generosidade naquela época. Mais que hoje³²².

A já referida entrevista com Patarra nas páginas amarelas da *Veja* de 12 de agosto de 1992, teve como assunto principal a minissérie, conforme explicitado no texto do *lead*: “a autora do livro *Iara* comenta a geração militante, corajosa e chata que agora evoca uma onda de nostalgia na minissérie *Anos Rebeldes*³²³”.

As perguntas feitas são, em geral, propostas de comparação entre o que a minissérie estava retratando e uma suposta realidade, o que aconteceu “de verdade”. Patarra foi entrevistada como uma *especialista* no período ditatorial.

Veja – Alguns personagens não estão forçados demais? Quase uma caricatura?
Judith – Sem dúvida, mas não sei se esse é um recurso necessário do próprio veículo. Talvez seja uma característica da minissérie, que tem pouco tempo para definir o personagem e por isso precisa carregar nas tintas. A mesma ressalva vale para o caso do jornalista Damasceno. Nos primeiros capítulos fica claro que ele é um comunista assumido. Depois do golpe ele larga a redação e vai para a UNE com os estudantes. Eu suponho que naquele dia todos os comunistas viajaram para o sítio, trocaram o Rio de Janeiro por Santa Catarina, para não serem presos. Mas esses erros não têm importância em si. Quem escreve ficção tem o direito de criar³²⁴.

Patarra é admitida pelo periódico como alguém com propriedade para discorrer sobre os erros e acertos cometidos pela minissérie. Ainda sobre esse tema, a entrevistadora pergunta: “Os anos rebeldes estão na moda?” e Patarra responde:

³²¹ GIANNINI, Silvio. Romance nos porões. *Veja*, 15 jul. 1992, Televisão, p. 86.

³²² ‘ANOS rebeldes’ desperta reações emocionadas. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 17 jul. 1992, Caderno 2, Televisão, p. 2.

³²³ GIUDICE, 1992, op. cit., p. 7.

³²⁴ *Ibid.*, p. 8.

Talvez seja um modismo, como voltar a usar roupas hippies e deixar o cabelo comprido. Mas eu prefiro achar que o interesse pela minissérie está relacionado às crenças e ao clima da época. (...) *O reencontro com o passado, neste momento em que o Brasil vive uma crise de valores, pode ser entendido como uma tentativa de reviver algo que foi digno de orgulho. Espero que a noção de justiça dos jovens rebeldes esteja atraindo telespectadores*³²⁵.

A “crise de valores” à qual Patarra se refere corresponde ao escândalo envolvendo o governo do presidente Fernando Collor³²⁶, em maio deste mesmo ano de 1992: “o irmão do presidente, Pedro Collor, concedeu uma entrevista à *Veja* na qual acusava Paulo César (PC) Farias, tesoureiro da campanha de Collor, de comandar um grande esquema de corrupção, com o envolvimento direto do presidente”³²⁷, tópico sobre o qual a entrevistadora pede que Patarra comente:

Veja – Nos anos 60, muitos jovens lutavam pela liberdade, contra a ditadura e havia grande politização. Hoje, a CPI do PC Farias não agita as ruas. A corrupção é um tema sem apelo para mobilizar a sociedade?

Judith – Depois do golpe militar, houve um processo de mobilização. Mas ele foi lento e restrito a alguns centros urbanos. É preciso lembrar que muitos brasileiros, talvez a maioria, não se rebelaram contra a ditadura. Ao contrário, concordavam com ela. Por isso, acredito que não é impossível mobilizar pessoas de alguns centros mais politizados para tentar modificar o atual estado das coisas. O movimento das diretas já começou em 1983 como um ato político do nada e foi crescendo aos poucos por todo o país. Agora, o mesmo fenômeno pode se repetir³²⁸.

Nesta entrevista, Patarra aproxima as mobilizações do período da ditadura com as reivindicações políticas de sua época – reforçando a relação entre a evocação do passado e sua influência no presente.

Em 21 de agosto de 1992, a *Tribuna da Imprensa* noticiou o relançamento da biografia de Iara no evento “Tarde dos anos de chumbo”, promovido pela Associação Scholem Aleichem de Cultura e Recreação, em Botafogo, no Rio de Janeiro³²⁹. Tal evento foi organizado em decorrência do encerramento da exibição da minissérie.

³²⁵ Ibid., p. 7, grifos meus.

³²⁶ Fernando Affonso Collor de Mello é um político brasileiro. Foi presidente do Brasil de 1990 até 1992, quando renunciou - após ter sido iniciado um processo de impeachment. Atualmente é Senador por Alagoas, pelo Partido Trabalhista Cristão (PTC). Fonte: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/collor-fernando>>. Acesso em: 8 mar. 2019.

³²⁷ COMO foi o processo de impeachment de Collor? *Guia do Estudante*, 14 abr. 2016. Disponível em: <<https://guiadoestudante.abril.com.br/estudo/como-foi-o-processo-de-impeachment-de-collor/>>. Acesso em: 29 jun. 2018.

³²⁸ GIUDICE, 1992, op. cit., p. 8.

³²⁹ ANOS de chumbo. *Tribuna da Imprensa*, Rio de Janeiro, 21 ago. 1992, Tribuna Bis, p. 6.

No final de 1992, em 26 de dezembro, o *Jornal do Brasil* publicou no Caderno “Ideias/Livros & Ensaios” o box “O que eles estão lendo – Os melhores de 92”, com três pessoas influentes indicando os melhores livros que leram naquele ano. Uma dessas pessoas foi José Dirceu, que indicou:

Trabalhando até 16 horas por dia nos dossiês da CPI, não tive muito tempo para leitura. Li *Os anos Mitterrand* de Franz-Olivier Giesbert, obra indispensável para quem quer governar. Ótimo também *O impeachment*, clássico do ministro Paulo Brossard. Mas o melhor, que ainda não consegui acabar, é *Iara, uma autobiografia* (sic) de Judith Patarra³³⁰.

Os livros mencionados por José Dirceu têm todos relação mais ou menos direta com o processo de *impeachment* de Collor, exceto a biografia de Iavelberg. Dirceu foi o relator da CPI “PC Farias”³³¹, processo aberto a partir da denúncia apontada anteriormente.

O lançamento da biografia de Iara teve grande impacto sobre *Anos Rebeldes*, à qual foi constantemente associada, como demonstraram as fontes analisadas. A minissérie, por sua vez, teve influência sobre o processo de *impeachment* e sobre as manifestações públicas feitas a seu favor (tão reivindicadas pela *Veja*) – que utilizaram signos e discursos criados pela oposição ao regime ditatorial e que foram veiculados na televisão³³²:

(...) testemunhos de época insistem em afirmar que se estabeleceram relações entre as manifestações públicas que precederam o processo de impeachment e a minissérie. A revista de maior circulação nacional — a *Veja* —, por exemplo, afirmava numa das reportagens sobre as manifestações pró-impeachment que nos 50 mil panfletos e 20 mil cartazes distribuídos pela União Brasileira de Estudantes Secundaristas convocando a população para a manifestação de São Paulo “se lia ‘Anos Rebeldes, próximo capítulo: Fora Collor, Impeachment Já’”³³³.

Abdala Junior aponta ainda que a minissérie apresentou um “exagero de detalhes”, tal qual a biografia constituída por Patarra:

Os detalhes de época reunidos na minissérie são mesmo impressionantes: signos dos anos 1960, de toda natureza, circulam nas mãos dos personagens, na cenografia que compõem suas ações — em cenas de estúdio ou externas, nas conversas dos personagens e até mesmo o clima de opressão que a população brasileira enfrentou durante o período da ditadura aparece representado na obra³³⁴.

³³⁰ O QUE eles estão lendo / Os melhores de 92. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 26 dez. 1992. Caderno Ideias/Livros & Ensaios, p. 12.

³³¹ JOSÉ DIRCEU. Memória Roda Viva, 29 jun. 1992. Disponível em: <http://www.rodaviva.fapesp.br/materia/725/entrevistados/jose_dirceu_1992.htm>. Acesso em: 30 jun. 2018.

³³² ABDALA JUNIOR, 2012, op. cit., p. 110.

³³³ Ibid., p. 95.

³³⁴ Ibid., p. 103.

As opções discursivas têm, de fato, muito em comum. A repercussão gerada tanto pela minissérie quanto pela obra de Patarra foi grande, uma vez que a primeira foi reprisada três vezes e a última teve todas as edições esgotadas.

Em 5 de dezembro de 1993, foi lançado o curta *Iara - Lembranças de uma mulher*, com duração de 13'32", dirigido por Alberto Baumstein³³⁵ e Renato Sacerdote³³⁶ e produzido pela VIDECOM – Vídeo Comunicações do Brasil³³⁷, com apoio da Secretaria de Cultura do Governo do Estado de São Paulo. Durante a exibição dos créditos iniciais, ouvimos um diálogo por rádio solicitando a volta dos militares para o apartamento no bairro da Pituba, em Salvador, pois uma mulher armada foi encontrada por uma criança no quarto. Um dos interlocutores afirma: “a ordem é só capturar, eu repito, é só capturar³³⁸”.

A primeira cena é uma interpretação de Mariana Pamplona, sobrinha de Iavelberg, dos últimos minutos de vida de sua tia. A cena, em preto e branco, se passa em um cômodo cheio de fumaça – gás lacrimogêneo, mencionado durante o diálogo entre os militares no rádio, para que a moça não atirasse. Iara segura uma arma e demonstra estar desesperada. Não há falas da personagem, que, quando o gás se intensifica, senta-se e aponta a arma em direção ao peito, atirando. Em seguida, a porta é arrombada pelos militares, que a encontram morta.

Após a dramatização do suicídio de Iara, é transcrita na tela uma parte do documento sobre sua morte: “... 20 ago 71 – Na operação do CODI/6 na Pituba, Salvador/Bahia: - Iara Iavelberg 27 anos, 'falecida'...”.

Então, iniciam-se os depoimentos. Todo relato é introduzido com uma foto do depoente na época em que Iara era viva, com o nome usado na época – nos casos de militantes, os nomes de guerra – e suas atividades – no caso de Patarra, jornalista; no caso dos militantes, sua organização etc.; ao exibir o vídeo “atual”, mais uma vez são colocados os nomes e as atividades exercidas, só que em relação ao presente do documentário – José Dirceu, por exemplo, é descrito como Deputado Federal.

O primeiro dos depoimentos é o de Judith Patarra – apontada como, na atualidade, “autora do livro 'Iara'” – no qual ela afirma, reproduzindo o conteúdo de sua obra:

³³⁵ Diretor e dono da produtora VIDECOM.

³³⁶ Consultor de comunicação e advogado especializado em mediação de conflitos.

³³⁷ Produtora de vídeo e multimídia de São Paulo.

³³⁸ IARA - Lembrança de uma mulher. Direção: Alberto Baumstein e Renato Sacerdote. Produção: VIDECOM e Secretaria de Cultura do Estado de São Paulo. 13'32". São Paulo: VIDECOM, 1993. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=jAZPFhArSnk>>. Acesso em: 30 jun. 2018.

A gente esqueceu muito depressa tudo o que aconteceu na ditadura. Eu tava procurando uma pessoa pra fazer uma biografia e trazer junto a época. E a Iara se prestava a isso muito bem, porque ela viveu muitas vidas na vida curta dela, né. Ela teve aquela infância muito, muito estreita, quer dizer, muito, vamos dizer, careta, né. Na época em que ela morava no Ipiranga. E depois o casamento que não deu certo, que já foi uma afronta pras coisas, vamos dizer, estabelecidas. E depois a ida dela pra Maria Antônia. Então, é outra vida, né, completamente diferente daquela que ela tinha se formado. E depois o envolvimento, a preocupação dela com a justiça social³³⁹.

Em seguida ao seu depoimento, são exibidos os testemunhos do irmão de Iara, Samuel Iavelberg; José Dirceu, ex-namorado; “Tutinha³⁴⁰”, amiga; Alfredo Sirkis, participante da captura dos embaixadores alemão e suíço; Maria Lúcia de Carvalho, amiga de Iara; Chizuo “Mário” Osava, ex-militante da VPR; Darcy Rodrigues, ex-sargento do exército e ex-militante ao lado de Lamarca e Iara; Maria do Carmo Brito, ex-militante da VPR; Rosa Iavelberg, irmã de Iara.

Todas as pessoas são mostradas testemunhando mais de uma vez, exceto Patarra – a única que não conviveu pessoalmente com Iara. Ainda assim, sua fala é a que abre o filme, tratando do contexto da época e, nos créditos, há um agradecimento feito nominalmente a ela: “agradecimentos especiais: Judith L. Patarra (autora do livro IARA) e a todos aqueles que deram seus depoimentos”. Ao que parece, a produção do documentário foi muito influenciada pela publicação do livro de Patarra.

O documentário foi contemplado com o Prêmio Estímulo para a Realização de Videotape de 1993, organizado pela Secretaria de Cultura do Estado de São Paulo – estimo que, atualmente, este prêmio corresponda ao Prêmio Estímulo ao Curta-Metragem. Criado em 1968,

é a mais antiga ação de fomento do Estado de São Paulo. Trata-se de um concurso voltado à seleção anual de projetos em audiovisual, cujo produto final sejam filmes com até 25 minutos de duração. A seleção é feita por uma comissão julgadora com cinco integrantes, sendo composta por especialistas em cinema (diretores, curadores, produtores e professores universitários) e gestores da Secretaria. Ao longo dos anos, tornou-se o principal instrumento de incentivo na formação de novos realizadores do cinema paulista, sendo mecanismo essencial da política pública de apoio ao audiovisual no Estado³⁴¹.

Após 14 anos da publicação da primeira edição da biografia de Lamarca, e dois anos após a primeira edição de *Iara*, foi lançado o filme *Lamarca*, dirigido por Sérgio Rezende,

³³⁹ Idem.

³⁴⁰ Maria Clotilde Magaldi, conhecida como Tutinha Magaldi, Psicóloga formada na USP. Foi aluna de Iara no Cursinho Popular da Filosofia e, então, viraram amigas.

³⁴¹ PRÊMIO Estímulo ao Curta-Metragem. ProacSP – Incentivo à Cultura do Estado de São Paulo. Disponível em: <http://www.proac.sp.gov.br/premio_estimulo/principal/>. Acesso em: 30 jun. 2018.

baseado no livro de Emiliano José e Oldack Miranda. O ator Paulo Betti interpretou o capitão e atriz Carla Camurati interpretou “Clara”, personagem baseada em Iara. A Revista *Cláudia*, em 1993, publicou uma nota sobre o lançamento da biografia e, na mesma edição, uma segunda tratando da representação de Iara e Lamarca no cinema:

Cinema mostra Iara e Lamarca

O cinema nacional começa a sair das trevas revisitando fantasmas da história brasileira recente. Sérgio Rezende, que dirigiu *O homem da capa preta* e *Doida demais*, começa a filmar a vida de Carlos Lamarca – oficial que deixou o Exército para aderir à luta armada no final dos anos 60 e foi morto na Bahia, em 1971. Sua ex-mulher, Iara Iavelberg, também será mostrada nas telas, em adaptação de Tizuka Yamasaki do livro *Iara*, da jornalista Judith Patarra.

Contudo, o filme sobre Iara não chegou a ser produzido.

Mais recentemente, em 2013, o jornalista Otávio Cabral publicou uma biografia de José Dirceu, intitulada *Dirceu: a biografia*, editada pela Record – a mesma responsável pelo selo Rosa dos Tempos, que publicou *Iara*. O relacionamento de Dirceu com Iavelberg toma um capítulo de um total de 23, que compreendem desde a década de 1960 até sua condenação pelo Supremo Tribunal Federal, em 2012.

Denominado “Você partiu e me deixou”³⁴², o capítulo tem como epígrafe uma frase atribuída pelo autor à Iara, mas sem referência que confirme a informação: “Cabeludo e desempregado aos 17 anos, apenas dois jogos de roupa, quase roubara. Mas arranjava quem cuidasse de si e das contas, chamego de mulheres³⁴³”. Todo o capítulo tem como fonte principal a obra de Patarra e inclui, indiscriminadamente, os diálogos criados por ela, reproduzindo até mesmo a ideia de que Dirceu teria sido o “primeiro homem” de Iara. A obra tem o objetivo de *apurar* fatos sobre José Dirceu, segundo o próprio autor no Prefácio: “se ele tinha segredos que só poderia revelar depois dos 80 anos, eu precisava desvendá-los antes disso. Se não todos, pelo menos boa parte deles”³⁴⁴. Contudo, a respeito da relação do biografado com Iara Iavelberg, não houve apuração alguma, apenas uma reprodução de informações criadas por Patarra.

A amplitude do alcance da memória vinculada ao livro de Patarra é considerável. Além de indicar a grande circulação do livro entre o público leitor e sua reprodução em outros meios

³⁴² Trecho de *Nossa Canção*, de Roberto Carlos (1966).

³⁴³ CABRAL, Otávio. *Dirceu: uma biografia*. São Paulo: Record, 2013, p. 20.

³⁴⁴ *Ibid.*, p. 10.

e suportes – notícias de jornal, documentário, historiografia, participação da autora em entrevistas –, revela também um interesse sobre a personagem – que, apesar de ser, em alguns casos, prévio ao lançamento do livro, agravou-se com ele, ultrapassando os limites da esquerda.

Iara tornou-se popular principalmente entre os setores mais à esquerda e progressistas. O interesse dessa memória específica por assuntos comuns ao dia-a-dia feminino, sua sensibilidade e *feminilidade* e a centralidade do romance na narrativa biográfica aproximam Iara do grande público – preferencialmente o feminino –, criando um laço de identidade e até mesmo de representatividade entre mulheres de classe-média – ou, leitoras de *Revista Cláudia*.

Para além disso, a narrativa vinculada por Patarra no livro está em constante diálogo com a memória hegemônica previamente discutida, que é, sem dúvidas, *crítica à ditadura*, como apontou Napolitano. Contudo, é preciso compreender o que essa “criticidade” mascara: os discursos de memória, ao rechaçarem *apenas* os militares e o governo autoritário, o fizeram em troca do *esquecimento* sobre os apoios e consensos da população, em seus diversos setores, em torno do regime – elementos fundamentais de serem *lembrados* para uma reflexão mais aprofundada sobre o período. Esse caráter *conciliador*, impregnado do *mito da sociedade resistente*, provoca uma celebração pouco crítica da oposição. Dessa forma, o projeto revolucionário é *silenciado*, substituído por um “senso de justiça” que esvazia a ideologia das esquerdas armadas.

Pode-se concluir que a *Iara*, de Patarra, tomou um lugar de *memória dominante* sobre as jovens mulheres de esquerda dos anos 1960. Se as memórias das esquerdas – embora ressignificadas como “resistência armada” – ocupam papel hegemônico na batalha por memórias sobre a ditadura, pode-se identificar uma outra batalha dentro dessa pluralidade de narrativas, dentre a qual algumas se sobressaem. *Iara* se sobressaiu e é lugar comum quando se deseja tratar da militância feminina principalmente por sua narrativa “adocicada” e acessível ao público leitor de classe média. O discurso memorial criado por Patarra é, na maioria das vezes, tomado por história. A intenção deste capítulo foi refletir sobre este aspecto e problematizá-lo, atentando para os limites da memória, as influências do presente sobre ela, que não podem ser esquecidas pelos historiadores.

CAPÍTULO 3 - UMA GUERRILHEIRA QUE NÃO GUERRILHOU: A BIOGRAFIA DE DILMA ROUSSEFF POR RICARDO BATISTA AMARAL

Perderam em 64, perderam agora em 2016. Pela família, pela inocência das crianças em sala de aula, que o PT nunca teve. Contra o comunismo, pela nossa liberdade, contra o Foro de São Paulo, pela memória do coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra, o pavor de Dilma Rousseff. Pelo Exército de Caxias, pelas nossas Forças Armadas, por um Brasil acima de tudo, e Deus acima de todos, o meu voto é sim³⁴⁵.

Em 17 de abril de 2016, dia da votação do impeachment da presidenta Dilma Rousseff no Congresso Nacional, o então deputado federal Jair Bolsonaro³⁴⁶, durante a manifestação de seu voto, fez o discurso citado acima. Dentre outros fatores, Bolsonaro justificou seu posicionamento favorável ao impedimento da presidenta com base em elementos do passado dela de militância na luta armada: demarcou duas derrotas do comunismo, a primeira em 1964, com o golpe civil-militar, e a segunda em 2016, com o início do processo de derrubada da presidenta do poder. Além disso, Bolsonaro prestou homenagem à memória do coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra, ex-chefe do DOI-Codi de São Paulo, notório torturador e responsável pelas mortes de inúmeros militantes durante a ditadura – “o pavor de Dilma”.

Este discurso, assim como toda a votação, foi transmitido por diversos canais da TV aberta – com exceção do SBT. De acordo com o *UOL*, apenas a transmissão da Rede Globo foi vista por 82 milhões de brasileiros, considerando todo o tempo de exibição (das 15h30 às 23h50). No momento de maior audiência, cerca de 34 milhões de telespectadores estavam sintonizados³⁴⁷. Segundo a *BBC Brasil*, “a emissora passou quase 500 minutos sem interrupções com a cobertura ao vivo da Câmara dos Deputados, um tempo recorde – mais até do que durante a cobertura do 11 de Setembro, em 2001”³⁴⁸.

Não houve constrangimento por parte do ex-deputado Bolsonaro em proferir um discurso a favor da ditadura civil-militar e, principalmente, de um torturador – discurso esse televisionado e assistido por milhões de brasileiros. Atitudes como esta demonstram haver uma ruptura na memória hegemônica sobre a ditadura, apresentada no primeiro capítulo desta

³⁴⁵ Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=h3VoCM91gu4>>. Acesso em: 31 jan. 2018.

³⁴⁶ No ano da publicação dessa dissertação, presidente da República.

³⁴⁷ CASTRO, Daniel. Transmissão histórica: mais de 82 milhões de brasileiros viram impeachment de Dilma pela Globo. *Notícias da TV – UOL*, 19 abr. 2016. Disponível em: <<https://noticiasdatv.uol.com.br/noticia/audiencias/mais-de-oitenta-e-dois-milhoes-de-brasileiros-viram-impeachment-de-dilma-na-globo--11045>>. Acesso em: 12 fev. 2019.

³⁴⁸ MENDONÇA, Renata. Votação do impeachment revela 5 coisas que você não sabia sobre a Câmara. *BBC Brasil*, São Paulo, 19 abr. 2016. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2016/04/160419_impeachment_revela_congresso_rm/> Acesso em: 16 jan. 2019.

dissertação – memória esta personificada na trajetória da então presidenta –, uma vez que o discurso recebeu apoio de setores da sociedade. Este episódio é um exemplo entre outros que vêm acontecendo desde meados dos anos 2010, nos quais grupos, ainda que minoritários, demonstram claramente seu apoio à ditadura. Cabe ressaltar que a fala do então deputado foi permeada por vaias e gritos de apoio no Congresso – a consolidação das batalhas pela memória.

Os questionamentos e desconfianças a respeito da militância de Dilma Rousseff, contudo, não começaram apenas no processo de impeachment, mas sim desde o lançamento de sua primeira candidatura à presidência, em 2010. Dessa forma, nesse capítulo analisarei a biografia, de certa forma “oficial”, lançada em 2011 – primeiro ano do primeiro mandato – pelo jornalista Ricardo Batista Amaral, que pareceu ter o objetivo de acalantar as inquietações dos eleitores e estabelecer uma *narrativa única* para a vida de Rousseff. Estudarei aqui em que medida o autor obteve sucesso e os limites dessa construção narrativa.

3.1 A TRAJETÓRIA DE DILMA ROUSSEFF

A história de Dilma Rousseff foi, pelo menos desde sua eleição, muito disputada por diversos atores da sociedade: imprensa, organizações e partidos políticos, indivíduos comuns etc. Uma breve busca na plataforma de compartilhamento de vídeos *YouTube* resulta em milhares de vídeos que propõem contar sua “verdadeira história”, a “história não contada” ou revelar os “segredos” de seu “passado negro” [sic] e apurar os “crimes” por ela cometidos. A atenção pode ser justificada pelo fato de Dilma ter cumprido mandatos na presidência do país. Contudo, para além disso, o motivo para toda a polêmica é, provavelmente, seu engajamento em organizações de luta armada contra a ditadura durante sua juventude – parte de sua vida que será priorizada nesta dissertação.

Dilma Vana Rousseff foi a primeira presidenta mulher do Brasil, eleita por dois mandatos consecutivos, mas já estava engajada politicamente desde a juventude. Foi militante de organizações revolucionárias durante a ditadura civil-militar, entre elas a POLOP, COLINA e VAR-Palmare. Nasceu em 14 de dezembro de 1947, em Belo Horizonte, e tem 71 anos no ano da publicação dessa dissertação. Filha de um imigrante búlgaro, Pétar Russév – ou Pedro Rousseff, no Brasil – e de uma fluminense criada em Uberaba, Dilma Jane da Silva, ela teve outros dois irmãos: Igor e Zana Rousseff. O pai trabalhava construindo imóveis e revendendo-os para obter lucro e a mãe era professora primária³⁴⁹.

³⁴⁹ SEGALLA, Amauri. A história do pai. *Istoé*, 1 nov. 2010. Disponível em: <https://istoe.com.br/103655_A+HISTORIA+DO+PAI/>. Acesso em: 17 jan. 2019.

Dilma estudou o Curso Clássico³⁵⁰ no Colégio Estadual Central de BH, entre 1964 e 1966, onde iniciou sua militância política³⁵¹, por volta dos 16 anos. O colégio era um local de grande efervescência do movimento estudantil, com atuação de diversas organizações, como a POLOP, a Ação Popular (AP), a Juventude Estudantil Católica (JEC) e o PCB³⁵² – Dilma se engajou na POLOP. Sua principal função na organização era a de editar o jornal clandestino *O Piquete*, “voltado para o trabalho de base no meio operário e sindical”³⁵³.

Nessa época, conheceu Cláudio Galeno de Magalhães Linhares, militante da POLOP desde 1962, recém-liberto da prisão, para a qual foi enviado pouco após o golpe, em junho de 1964³⁵⁴. Cláudio Galeno trabalhava no jornal *Última Hora*, em BH, e os dois começaram um namoro.

Em 1967, Dilma ingressou no curso de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) – o qual não conseguiu concluir, pois em 1969 partiu para a clandestinidade. Ainda em 1967, por ocasião do racha da POLOP³⁵⁵, houve a formação de dois grupos dissidentes, entre eles o Comandos de Libertação Nacional (COLINA) – inicialmente chamada de O. [ó pontinho]³⁵⁶. Dilma e Cláudio Galeno migraram para a COLINA, como aponta Isabel Leite:

Alguns nomes recorrentes na transição POLOP-COLINA são: Ângelo Pezzuti, João Lucas Alves, Carlos Alberto Soares, Guido Rocha, Orosinda Goulart, Juarez Brito, Apolo Lisboa, Jorge Nahas, *Dilma Vana Rousseff* [sic], Gilberto Martins Vasconcelos,

³⁵⁰ Modalidade que corresponde ao atual Ensino Médio, com duração de três anos, porém, com foco nas Ciências Humanas e área de Letras.

³⁵¹ AZEVEDO, Solange. A descoberta política no Colégio Central. *Istoé*, 1 nov. 2010. Disponível em: <https://istoe.com.br/103661_A+DESCOBERTA+DA+POLITICA+NO+COLEGIO+CENTRAL/>. Acesso em: 21 dez. 2018.

³⁵² TEIXEIRA, Aleluia Heringer Lisboa. “*Uma escola sem muros*”: Colégio Estadual de Minas Gerais (1956-1964). Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte: UFMG, 2011. Disponível em: <http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/bitstream/handle/1843/FAEC-8GAGQB/tese_uma_escola_sem_muros.pdf?sequence=1>. Acesso em: 21 dez. 2018.

³⁵³ POLOP vem contestar hegemonia dos PCs. *Memorial da democracia*, s./d. Disponível em: <<http://memorialdademocracia.com.br/card/a-polop-contesta-o-dogmatismo>>. Acesso em: 17 jan. 2019.

³⁵⁴ THOELE, Alexander. Entrevista com ex-marido da Dilma: “Éramos socialistas. E o sou até hoje”. *SwissInfo*, Bienne, 28 ago. 2014. Disponível em: <<https://www.swissinfo.ch/por/entrevista-com-ex-mrirdo-da-dilma/40570706>>. Acesso em: 17 jan. 2019.

³⁵⁵ “Grupos majoritários em Minas Gerais e São Paulo divergiram da posição da direção a respeito da questão da luta armada. As resoluções programáticas da POLOP incluíam a luta armada, até mesmo com a construção de focos, mas aqueles grupos consideravam insuficientes as formulações e exigiam respostas práticas mais imediatas. O cisma dividiu a POLOP ao meio e deu origem a duas organizações dissidentes: o Comando de Libertação Nacional (COLINA), em Minas Gerais, e a Vanguarda Popular Revolucionária (VPR), em São Paulo (depois estes grupos se ramificaram em outros estados)”. Cf. COELHO & SANTOS, 2011, op. cit., p. 5.

³⁵⁶ OLIVEIRA, Joelma Alves de. *POLOP: as origens, a coesão e a cisão de uma organização marxista (1961-1967)*. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 2007, p. 14.

Herbert Eustáquio de Carvalho, Marcos Antonio Rocha, Reinaldo José de Melo, Jorge Batista Filho e *Cláudio Galeno Linhares*³⁵⁷.

Em setembro desse mesmo ano, Dilma e Cláudio se casaram, ela com 19 e ele com 25 anos³⁵⁸. Ambos eram importantes quadros da nova organização – Dilma, especificamente, era do Setor Operário, no qual retomou a publicação d’*O Piquete*. Em seu auto de qualificação e interrogatório³⁵⁹ consta que:

(...) tendo em vista os últimos reveses a dissidência da POLOP [COLINA] resolveu ressuscitar um jornal que havia sido da POLOP, de nome PIQUETE, cuja tônica do noticiário era diatribes à linha da AP, no que diz respeito a deflagração de greves, no dizer dos articulistas, precipitadas (...) ³⁶⁰.

Dilma também era responsável pela organização de cursos de marxismo para os outros integrantes da organização, como demonstram as informações que forneceu aos agentes de segurança, sob tortura:

(...) a indagada teve oportunidade juntamente com OROSLINDA de ministrar dois cursos de capacitação política marxista [sic] para uma célula do Setor Operário, então composta por VERA LIGIA HUBRA [sic], um tal de MARCELO e um operário amigo de VERA LIGIA; Que, tal curso teve a duração aproximada de dois meses e foram as aulas ministradas na residência de VERA; (...) ³⁶¹.

Em relação às ações armadas, não há evidências concretas da participação direta ou não de Dilma; contudo, é fato que a organização as realizou durante o período de seu engajamento: “três assaltos a banco e um atentado a bomba (...); que, lembra-se a interroganda que o ataque a bomba por ela referido foi praticado na casa do Interventor do Sindicato dos Metalúrgicos; atingindo também a casa do Delegado Regional do Trabalho, pois as residências eram contíguas”³⁶². Ainda assim, a *opção* pelo engajamento em uma organização revolucionária já presumia o envolvimento com atividades armadas, independentemente de um envolvimento “direto” ou não.

No início de 1969, com o aumento das prisões de militantes do COLINA, Dilma e Cláudio tiveram que partir para a clandestinidade, na cidade do Rio de Janeiro. Pouco tempo

³⁵⁷ LEITE, Isabel. *Comandos de Libertação Nacional: oposição armada à ditadura em Minas Gerais (1967-1969)*. Dissertação (Mestrado em História e Culturas Políticas) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2009, p. 112, grifos meus.

³⁵⁸ Idem.

³⁵⁹ Interrogatório este feito sob tortura.

³⁶⁰ DOPS, 1970, op. cit., p. 1332.

³⁶¹ Ibid., p. 1333.

³⁶² Idem.

depois, Cláudio foi enviado a Porto Alegre³⁶³. Dilma, no Rio, tinha funções cada vez mais relevantes na organização: “(...) nas vésperas da fusão da COLINA com a VPR a interroganda e ERBERT [sic] foram designados para integrarem o Comando Geral da COLINA (...)”³⁶⁴. Segundo o jornalista Luiz Maklouf, ela ficou responsável pelo transporte de armas e munição, participação em reuniões e produção de documentos³⁶⁵.

Como parte da liderança da COLINA, Dilma participou da reunião em Mongaguá, ainda em 1969, que iniciou a fusão desta organização com a VPR e, posteriormente, da reunião que ratificou a união, formando a VAR-Palmares:

que, na data marcada para a nova reunião, em início de julho de 1969, a interroganda mais os elementos acima citados compareceram à reunião (...); que nessa reunião foi decidida a união das duas organizações, sendo que três foram as principais decisões tomadas na mesma, ou seja: a Escolha Geral de Área Extratática [sic] (para guerrilhas) (...); CRIAÇÃO DA VAR-PALMARES E ELEIÇÃO DO COMANDO NACIONAL (...) ³⁶⁶.

Dilma não integrou o Comando Nacional da VAR, mas passou a compor a Assessoria do Comando do Setor de Lutas Secundárias, responsável pela administração de regiões sem “colunas”³⁶⁷ guerrilheiras, setor dirigido por “Max”³⁶⁸ – o advogado Carlos Franklin Paixão de Araújo, com quem Dilma estava em um relacionamento. Em viagem ao Rio Grande do Sul para ações da Assessoria, ela terminou seu casamento com Cláudio, contando-lhe sobre seu novo relacionamento com Max³⁶⁹.

Em decorrência do “racha dos sete”, a saída de Lamarca e outros companheiros da VAR por divergências políticas, Dilma voltou às atividades de formação na organização: era a responsável pela coordenação do Setor Operário e do Setor Estudantil e “ministrava aulas de marxismo-leninismo para as duas células”³⁷⁰, para integrantes do movimento estudantil e operário, um cargo de extrema importância.

Em 16 de janeiro de 1970, Dilma foi presa e levada ao DOI-Codi, na Rua Tutóia, São Paulo. A partir desse dia, a militante foi duramente torturada durante a realização dos

³⁶³ CARVALHO, 2009, op. cit., passim.

³⁶⁴ DOPS, 1970, op. cit., p. 1334.

³⁶⁵ CARVALHO, 2009, op. cit., passim.

³⁶⁶ DOPS, 1970, op. cit., p. 1336.

³⁶⁷ Segundo Domenico Hur, “o foco devia se organizar como uma Coluna Guerrilheira em deslocamento, sendo base do futuro Exército Guerrilheiro. Quando mais organizado, poderia adquirir as características de um Exército Regular, que poderia combater e vencer o Exército do Estado”. HUR, Domenico Uhng. Cartografias da luta armada: a guerrilha como máquina de guerra. *Mnemosine*, v. 8, n. 2, 2012, p. 8.

³⁶⁸ DOPS, 1970, op. cit., p. 1337.

³⁶⁹ CARVALHO, 2009, op. cit., passim.

³⁷⁰ DOPS, 1970, op. cit., p. 1341.

interrogatórios. Seu registro oficial, no entanto, foi apenas feito no dia 19 de fevereiro, quando ela foi transferida para o DOPS, no Largo General Osório³⁷¹. Em depoimento à Comissão de Direitos Humanos, em 2001, Dilma explicou esse fato: só se passava a existir legalmente ao chegar no DOPS³⁷². Dilma permaneceu encarcerada por cerca de 3 anos, sendo transferida constantemente entre São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro – três estados onde foi processada pela Justiça Militar.

Em maio de 1970, ocorreu sua primeira transferência para Minas Gerais, com o objetivo de prestar depoimento à Auditoria da 4ª Circunscrição Jurídica Militar (CJM) realizada na cidade de Juiz de Fora. A respeito dessa época, Dilma relatou:

Mas, depois do depoimento [à Auditoria], eu fui levada, (ou melhor teria de ser levada para SP), mas fui colocada num local (encapuçada) que sobre ele tinha várias suposições: ou era uma instalação do Exército, ou Delegacia de Polícia. Mas acho que não era do Exército, pois depois estive no QG Exército e não era lá. Nesse lugar ficou sendo interrogada sistematicamente e queriam que entregasse os contatos de PM [Polícia Militar] ou PC [Polícia Civil] para viabilizar a fuga do Angelo [Pezzuti]. Não era sobretudo sobre minha militância em MG. Supuseram que, tendo apreendido documentos do Angelo que integram o processo, achavam que nossa organização tinha contatos com a PM ou PC mineira que possibilitassem fugas de presos. Acredito ter sido por isso que a tortura foi muito intensa, pois não era presa recente; não tinha “pontos” e “aparelhos” para entregar³⁷³.

Também foi torturada no 1º Batalhão da Polícia do Exército, no Rio de Janeiro, localizado na Rua Barão de Mesquita, para onde foi transferida provavelmente em dezembro de 1971. Dilma, a respeito da experiência vivida nesse local, relatou: “dentro da Barão de Mesquita (RJ) ninguém via ninguém. Havia um buraquinho, na porta, por onde se acendia cigarro”³⁷⁴.

Foi transferida novamente para Minas em janeiro de 1972:

Quando voltei para o julgamento, me colocaram numa cela, na 4ª Cia de PE, 4ª RM, lá apareceu outra vez o DOPS que me interrogava. Mas foi um interrogatório bem mais leve. Fiquei esperando o julgamento lá dentro. Um dia, a gente estava nessa cela, sem vidro. Um frio de cão. Eis que entra uma bomba de gás lacrimogênio, pois

³⁷¹ DEPARTAMENTO DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL (DOPS). Prontuário – Dilma Vana Rousseff Linhares. Secretaria da Segurança Pública, São Paulo, 19 fev. 1970. Disponível em: <<http://www.arquivoestado.sp.gov.br/uploads/acervo/textual/deops/fichas/DEOPSSPD002556.pdf>>. Acesso em: 31 jan. 2019.

³⁷² COMISSÃO ESTADUAL DE INDENIZAÇÃO ÀS VÍTIMAS DE TORTURA DO ESTADO DE MINAS (CEIVT). Depoimento de Dilma Vana Rousseff. Rio Grande do Sul, 25 out. 2001, p. 1. Disponível em: <http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/images/documentos/Capitulo9/Nota%20212%20241%20243%20-%2000092_001027_2012_80.pdf>. Acesso em: 31 jan. 2019.

³⁷³ Ibid., p. 2.

³⁷⁴ Ibid., p. 3

estavam treinando lá fora. Eu e Terezinha ficamos queimadas nas mucosas e fomos para o hospital³⁷⁵.

A respeito das sevícias sofridas, Dilma, no depoimento concedido em 2001, afirmou: “as marcas da tortura sou eu. Fazem parte de mim”³⁷⁶.

No processo de Minas Gerais, Dilma foi condenada à pena de um ano de detenção³⁷⁷, com base no artigo 36³⁷⁸; no Rio de Janeiro, a um ano e um mês³⁷⁹; em São Paulo, a quatro anos, com base no artigo 14³⁸⁰, e teve seus direitos políticos suspensos por 10 anos³⁸¹.

Como o Supremo Tribunal Militar reduziu sua pena para dois anos e um mês³⁸², em meados de 1972, Dilma foi solta e passou a viver em Porto Alegre, próximo à prisão de seu então marido, Carlos Franklin Paixão de Araújo. Nesse período, ela retomou os estudos interrompidos por conta da ida para a clandestinidade, na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, e teve seu primeiro emprego: foi estagiária da Fundação de Economia e Estatística (FEE) em 1975³⁸³. Em 1977, constava na lista de “subversivos” que trabalhavam em estatais, elaborada pelo ministro do Exército, Sylvio Frota³⁸⁴.

Após a soltura de Carlos, o casal teve uma filha, a primeira e única de Dilma, Paula Rousseff Araújo, em 1976. No período de transição para a democracia, a partir de 1979, Dilma participou ativamente das discussões que deram origem ao Partido Democrático Trabalhista (PDT), ao qual permaneceu filiada até 2001. Através do PDT, ocupou cargos em diversos governos: Secretária da Fazenda, diretora-geral da Câmara Municipal de Porto Alegre,

³⁷⁵ Idem.

³⁷⁶ Ibid., p. 4.

³⁷⁷ BRASIL: NUNCA MAIS. *Sumário do BNM 158*. Disponível em: <<http://bnmdigital.mpf.mp.br/sumarios/200/158.html#T2>>. Acesso em: 31 jan. 2019.

³⁷⁸ Art. 36. Fundar ou manter, sem permissão legal, organizações de tipo militar, seja qual fôr o motivo ou pretexto, assim como tentar reorganizar partido político cujo registro tenha sido cassado ou fazer funcionar partido sem o respectivo registro ou, ainda associação dissolvida legalmente, ou cujo funcionamento tenha sido suspenso: Pena - detenção, de 1 a 2 anos. BRASIL. *Decreto-Lei nº 314, de 13 de março de 1967*. Define os crimes contra a segurança nacional, a ordem política e social e dá outras providências. Brasília, 13 mar. 1967. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1960-1969/decreto-lei-314-13-marco-1967-366980-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 31 jan. 2019.

³⁷⁹ BRASIL: NUNCA MAIS. *Sumário do BNM 186*. Disponível em: <<http://bnmdigital.mpf.mp.br/sumarios/200/186.html>>. Acesso em: 31 jan. 2019.

³⁸⁰ Art. 14. Divulgar, por qualquer meio de publicidade, notícias falsas, tendenciosas ou deturpadas, de modo a pôr em perigo o bom nome, a autoridade o crédito ou o prestígio do Brasil: pena - detenção, de 6 meses a 2 anos.

³⁸¹ BRASIL: NUNCA MAIS. *Sumário do BNM 095*. Disponível em: <<http://bnmdigital.mpf.mp.br/sumarios/100/095.html>>. Acesso em: 31 jan. 2019.

³⁸² DILMA Rousseff. Primeira mulher a ser eleita presidente no Brasil, Dilma sofreu impeachment no Congresso. Porém, conseguiu manter o direito de assumir cargo público. *Época*, 30 jun. 2016. Disponível em: <<https://epoca.globo.com/tudo-sobre/noticia/2016/06/dilma-rousseff.html>>. Acesso em: 2 mar. 2019.

³⁸³ BIOGRAFIA da presidenta. *Governo do Brasil*, 11 jan. 2011. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/governo/2011/01/biografia-da-presidenta>>. Acesso em: 7 fev. 2019.

³⁸⁴ BAHIA vai investigar denunciados na lista. *O Estado de S. Paulo*, 26 nov. 1977, p. 12.

Secretária Estadual de Minas, Energia e Comunicação do Rio Grande do Sul e, na década de 1990, retornou à Fundação de Economia e Estatística, desta vez como diretora³⁸⁵.

Filiou-se ao PT em 2002, integrando a equipe de transição dos governos Fernando Henrique Cardoso – Luiz Inácio Lula da Silva³⁸⁶. Após a posse de Lula, foi nomeada Ministra de Minas e Energia. A partir de 2005, com o afastamento de José Dirceu³⁸⁷, foi escolhida para ocupar o cargo de Ministra-Chefe da Casa Civil, no qual permaneceu até 2010, quando foi eleita Presidenta do Brasil. Exerceu o primeiro mandato de 2011 a 2014, quando foi eleita para o segundo. Este, no entanto, foi interrompido por um *impeachment*, em 2016.

3.2 CONSTITUIÇÃO E ORGANIZAÇÃO DO LIVRO: O AUTOR E O PROCESSO DE ESCRITA

A vida quer é coragem: a trajetória de Dilma Rousseff, a primeira presidenta do Brasil teve a primeira e única edição brasileira publicada em 5 de dezembro de 2011, pelo selo Primeira Pessoa da editora Sextante. Este selo, fundado em 2010, segundo a própria editora, tem “como missão publicar histórias de brasileiros que contribuem para o crescimento da cidadania no Brasil e no mundo, dedicado a obras de não-ficção com ênfase em biografias, autobiografias, relatos, depoimentos e livros-reportagem”³⁸⁸. A tiragem inicial foi de 25 mil exemplares, não houve reimpressões e atualmente encontra-se esgotado no estoque da editora, sem previsão de relançamento³⁸⁹. Contudo, é possível adquiri-lo no formato digital, *e-book*. A capa contém uma imagem de Dilma contemporânea à publicação do livro. A contracapa, todavia, foi a que mais chamou atenção da mídia e do público leitor – uma imagem até então inédita de Dilma na juventude, em audiência da Auditoria Militar, com seus julgadores escondendo os rostos: foi apelidada por muitos de “ditadura envergonhada” (anexo B).

Em novembro de 2012, foi publicada uma edição portuguesa da obra, pela editora Clube do Autor. Tem prefácio do jornalista português Miguel Sousa Tavares³⁹⁰ e capa diferente da edição brasileira, que intercala, ao fundo, a foto clássica de Dilma na juventude e, à frente, foto

³⁸⁵ BIOGRAFIA da presidenta. *Governo do Brasil*, 11 jan. 2011. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/governo/2011/01/biografia-da-presidenta>>. Acesso em: 7 fev. 2019.

³⁸⁶ Idem.

³⁸⁷ ALENCAR, Kennedy. Lula confirma Dilma para a vaga de Dirceu na Casa Civil. *Folha de S. Paulo*, Brasília, 21 jun. 2005. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc2106200502.htm>>. Acesso em: 28 fev. 2019.

³⁸⁸ Primeira Pessoa – Histórias que mudam vidas. *Sextante*, s./d. Disponível em: <<http://www.esextante.com.br/selos/primeira-pessoa>>. Acesso em: 17 jan. 2019.

³⁸⁹ Informações obtidas com a funcionária Isabella Farias, da editora Sextante, em 7 de dezembro de 2007.

³⁹⁰ Jornalista, cronista e escritor português.

oficial da campanha de 2010 (anexo C). Ainda se encontra disponível para compra no site da editora³⁹¹. Em dezembro de 2015, mesmo mês da abertura do processo de impeachment, foi publicada a edição argentina, pela editora Taeda. Em maio do ano seguinte, foi realizada uma cerimônia de lançamento da obra, na livraria El Ateneo, uma das mais famosas de Buenos Aires. O título em tradução espanhola ficou *La vida pide coraje: la trayectoria de Dilma Rousseff, primera presidenta de Brasil*. A capa segue o mesmo padrão da edição brasileira: uma foto atual de Dilma – contudo, usando os característicos trajes vermelhos. A edição analisada neste capítulo será a brasileira (anexo D).

O autor Ricardo Batista Amaral, jornalista, trabalhou, segundo afirmações do próprio, por menos de um ano na escrita da obra: “(...) a ideia do livro surgiu logo depois da eleição de 2010. (...) Ao final da campanha, olhando, conversando com os amigos, olhando pros lados, eu não tinha, eu nunca tive o projeto de escrever o livro enquanto eu estava lá, nunca tinha conversado com ninguém sobre isso (...)”³⁹². Ou seja, Amaral teve a ideia, presumivelmente, apenas após o fim da campanha, em fins de 2010, e em fins de 2011 o livro já estava publicado.

A biografia é denominada por Amaral de “livro-reportagem” – relacionando-se com seu ofício de jornalista e a experiência prévia de 25 anos como repórter de política³⁹³. O autor afirma que percebeu “que existiam matérias ruins sobre Dilma, mas também algumas muito boas. No entanto, nenhuma conta [sua história] de uma maneira amarrada e de maneira linear. Usei um formato jornalístico”³⁹⁴. A noção da reportagem aparece no próprio texto do livro, quando, em nota de abertura, Amaral afirma que procurou “fazer um relato objetivo dos fatos, como se espera de uma reportagem (...)”³⁹⁵. Segundo Paula Rocha e Cintia Xavier, “considera-se um livro-reportagem quando uma obra trata de acontecimentos ou de fenômenos reais e utiliza, para sua produção, procedimentos metodológicos inerentes ao campo do jornalismo, sem, contudo, descartar certas nuances literárias³⁹⁶”. O livro contém, em certa medida, as “nuances literárias” descritas pelas autoras – algumas reproduções de diálogos, linguagem mais acessível

³⁹¹ A vida quer é coragem. *Clube do autor*, s./d. Disponível em: <<https://www.clubedoautor.pt/catalogo/128>>. Acesso em: 31 jan. 2019.

³⁹² GENTE que é gente. *TVC/BH*, 25 mar. 2012. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=rvKQh1TIQqM&t=590s>>. Acesso em: 31 jan. 2019.

³⁹³ THUM, Tássia. 'Presidência jamais esteve nos planos', diz autor de livro sobre Dilma. *G1*, Rio de Janeiro, 15 dez. 2011. Disponível em: <<http://g1.globo.com/politica/noticia/2011/12/presidencia-jamais-esteve-nos-planos-diz-autor-de-livro-sobre-dilma.html>>. Acesso em: 31 jan. 2019.

³⁹⁴ SOUZA, Luiz Philipe. ‘Ela é a mesma de sempre’, diz autor de livro sobre Dilma Rousseff. *Sextante em Revista*, 16 dez. 2011. Disponível em: <<http://www.sextante.com.br/noticias/?p=2964>>. Acesso em: 18 nov. 2019.

³⁹⁵ AMARAL, Ricardo Batista. *A vida quer é coragem: a trajetória de Dilma Rousseff, a primeira presidenta do Brasil*. São Paulo: Sextante, 2011, p. 8.

³⁹⁶ ROCHA, Paula Melani; XAVIER, Cintia. O livro-reportagem e suas especificidades no campo jornalístico. *Rumores*, v. 7, n. 14, jul./dez. 2013, p. 7. Disponível em: <<http://www.journals.usp.br/Rumores/article/view/69434/72014>>. Acesso em: 31 jan. 2019.

e narrativa mais poética. Não obstante, em grande parte, o autor opta por um discurso mais objetivo.

O livro tem 304 páginas e é dividido em 22 capítulos, precedidos por uma nota explicativa do autor. Há duas seções com fotografias: da própria biografada, em diversos momentos de sua vida pessoal e pública, mas também de seus familiares, amigos, imagens de momentos históricos – como uma foto de Lula discursando em greve em São Bernardo, por exemplo – cópias de documentos e notícias. No total, são 68 imagens, que provêm de fontes variadas, inclusive do acervo pessoal de Dilma. Os capítulos procuram abordar toda a vida da biografada, de sua infância até a chegada à presidência, de forma linear e cronológica – apesar de, em alguns momentos, durante a narrativa do passado, trazer elementos do futuro, de maneira teleológica. Esse aspecto, segundo Fernando Catroga, é típico da recordação: “a retrospectiva urde um enredo finalístico que domestica o aleatório, o casual, os efeitos perversos e descontínuos do real-passado quando este foi presente³⁹⁷”.

Em reportagem, *O Globo* aponta que o livro é dividido em três partes: “a primeira cobre a vida pessoal e política da presidente, da infância aos tempos do brizolismo. A segunda examina a participação no governo Lula, e a terceira trata da campanha de 2010”³⁹⁸. Embora essa divisão não seja explícita na biografia, talvez seja uma organização interna adotada pelo autor, uma vez que foi ecoada por outros veículos de imprensa, como o *Correio Braziliense*³⁹⁹.

Diversas são as fontes utilizadas por Amaral para a constituição da obra: documentos oficiais, principalmente os da época da ditadura; notícias publicadas na imprensa, específicas sobre Dilma e sobre os fatos históricos das épocas abordadas; outras biografias; historiografia e, principalmente, livros jornalísticos sobre os temas mobilizados; entrevistas com pessoas próximas à presidenta, feitas pelo próprio autor ou por terceiros, mas usadas por ele. Apesar disso, o jornalista não cita essas referências ao longo do texto – o faz *ocasionalmente*, através de notas de rodapé. Ele também não contextualiza as informações citadas, como por exemplo as entrevistas, sua época de concessão etc. – o autor cita falas de Dilma que o leitor não consegue discernir se foram direcionadas diretamente a ele ou a terceiros. Amaral, contudo, esclarece essa questão apenas para a mídia que cobriu o lançamento do livro:

Eu não a entrevistei para este livro. Usei depoimentos que ela fez para a campanha eleitoral e uma reflexão dela sobre a ditadura dado ao cineasta Silvio Tendler, que me

³⁹⁷ CATROGA, Fernando. *Memória, história e historiografia*. Rio de Janeiro: FGV, 2015, p. 21.

³⁹⁸ LIMA, Maria. Uma aventura política. *O Globo*, Rio de Janeiro, 17 dez. 2011, Prosa & Verso, p. 6.

³⁹⁹ AZEDO, Luiz Carlos. Vida devassada. *Correio Braziliense*, Brasília, 8 jan. 2012, Política, p. 5.

cedeu o depoimento integral, de 1 hora de duração. Fiz isso também para *preservar minha autonomia e a responsabilidade dela*⁴⁰⁰.

Ricardo Batista Amaral é um jornalista mineiro, nascido em Belo Horizonte em 1958, tendo atualmente cerca de 60 anos, dos quais trabalhou por 25 como repórter político em Brasília⁴⁰¹, entre os periódicos *Época*, *Valor Econômico* e agência de Notícias Reuters⁴⁰². Ocupou cargos na gestão do ex-presidente Lula, entre os quais: Assessoria Especial da Secretaria-Geral da Presidência da República entre setembro de 2003⁴⁰³ e abril de 2004; Subsecretário-Geral Adjunto da Secretaria-Geral da Presidência da República entre abril de 2004⁴⁰⁴ e abril de 2005⁴⁰⁵; Assessoria Especial da Casa Civil enquanto Dilma era ministra-chefe, entre novembro de 2009⁴⁰⁶ e março de 2010⁴⁰⁷, quando passou a trabalhar na campanha à presidência⁴⁰⁸ – contudo, voltou para o cargo na Casa Civil após o fim da campanha⁴⁰⁹, saindo novamente em janeiro⁴¹⁰, desta vez em definitivo. Este é o único livro publicado pelo jornalista.

Mesmo após o fim do governo do ex-presidente, Ricardo Amaral continuou prestando serviços ao Instituto Lula, através de sua empresa de assessoria. O Ministério Público Federal apurou que a RIMA Soluções em Comunicação Ltda., empresa de Amaral, recebeu, entre 2012

⁴⁰⁰ THUM, 2011, op. cit.

⁴⁰¹ RICARDO Batista Amaral. *Livronautas*, s/d. Disponível em: <<http://www.livronautas.com.br/ver-autor/844/ricardo-batista-amaral>>. Acesso em: 31 jan. 2019.

⁴⁰² Idem.

⁴⁰³ BRASIL. Casa Civil – Nomeações. *Diário Oficial da União*, 8 set. 2003, p. 2. Disponível em: <<http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?jornal=2&pagina=2&data=08/09/2003>>. Acesso em: 31 jan. 2019.

⁴⁰⁴ BRASIL. Casa Civil – Nomeações. *Diário Oficial da União*, 20 abr. 2004, seção 2, capa. Disponível em: <<http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?jornal=2&pagina=1&data=20/04/2004>>. Acesso em: 31 jan. 2019.

⁴⁰⁵ BRASIL. Casa Civil – Exonerações. *Diário Oficial da União*, 6 abr. 2005, p. 2. Disponível em: <<http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?jornal=2&pagina=1&data=06/04/2005>>. Acesso em: 31 jan. 2019.

⁴⁰⁶ Apesar de ser nomeado pela ministra-chefe interina, Erenice Guerra. BRASIL. Casa Civil – Nomeações. *Diário Oficial da União*, 17 nov. 2009, seção 2, capa. Disponível em: <<http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?jornal=2&pagina=1&data=17/11/2009>>. Acesso em: 31 jan. 2019.

⁴⁰⁷ BRASIL. Casa Civil – Exonerações. *Diário Oficial da União*, 1 abr. 2010, seção 2, capa. Disponível em: <<http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?jornal=2&pagina=1&data=01/04/2010>>. Acesso em: 31 jan. 2019.

⁴⁰⁸ AMARAL, 2011, op. cit., p. 8.

⁴⁰⁹ BRASIL. Casa Civil – Nomeações. *Diário Oficial da União*, 8 nov. 2010, p. 2. Disponível em: <<http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?jornal=2&pagina=2&data=08/11/2010>>. Acesso em: 31 jan. 2019.

⁴¹⁰ BRASIL. Casa Civil – Exonerações. *Diário Oficial da União*, 11 jan. 2011, seção 2, capa. Disponível em: <<http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?jornal=2&pagina=1&data=11/01/2011>>. Acesso em: 31 jan. 2019.

e 2014, R\$ 224.678,13⁴¹¹. Segundo o próprio MPF, a função da empresa é fornecer “consultoria em gestão empresarial, exceto consultoria técnica específica”⁴¹². Em depoimento prestado por Lula, após condução coercitiva em 4 de março de 2016, ao ser questionado sobre as transações com a Rima, o ex-presidente afirmou que “se recebeu dinheiro do Instituto, prestou serviço. Se prestou serviço, tem nota. Se tem nota, já foi pago os impostos direitinho”⁴¹³. Essa informação é pertinente para a análise na medida em que representa a continuidade das relações profissionais – através das assessorias – entre o jornalista Amaral e Lula, assim sendo, o PT. Não entrarei no mérito se houve ou não atividade ilegal.

O jornalista, no entanto, afirma com contundência que a obra não se trata de uma biografia autorizada e procura a todo momento se distanciar da biografada, responsabilizando-se completamente pelos pontos de vista expostos, como demonstra a nota a seguir, publicada na *Folha de São Paulo* por Amaral em resposta a uma informação veiculada em reportagem no jornal:

O livro “A vida quer é coragem” é uma reportagem sobre a trajetória e a eleição da presidente Dilma Rousseff. Não se trata de uma “biografia autorizada” (...). Todas as informações e opiniões que constam do livro são de responsabilidade do autor, não da presidente, que não teve acesso ao livro antes da publicação⁴¹⁴.

Porém, ao analisar as evidências, é possível observar que há uma relação próxima entre biógrafo e biografada, ainda que em nível profissional: Amaral trabalhou diretamente na construção da figura pública e das narrativas acerca do governo petista e da trajetória de vida de Rousseff, tendo completa consciência das escolhas discursivas e políticas feitas por esses sujeitos. Ainda que o autor negue, trabalharei com a hipótese de que há, ao menos, proximidade, ou afinidade, entre os discursos dispostos na obra biográfica e os mobilizados pelo PT em suas gestões – fundamentais para a inclusão da memória hegemônica sobre a ditadura na narrativa oficial.

⁴¹¹ MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL. *Requerimento de medidas cautelares e monitoramento de terminais telefônicos*. Procuradoria da República no Paraná – Força-Tarefa Lava Jato, Curitiba, 17 fev. 2016. Disponível em: <<https://www.conjur.com.br/dl/pedido-quebra-sigilo-mpf.pdf>>. Acesso em: 31 jan. 2019.

⁴¹² Idem.

⁴¹³ RESENDE, Narley. Justiça disponibiliza depoimento de Lula na Lava Jato. *ParanáPortal*, 18 abr. 2016. Disponível em: <<https://paranaportal.uol.com.br/politica/operacao-lava-jato/justica-disponibiliza-depoimento-de-lula-na-lava-jato/>>. Acesso em: 31 jan. 2019.

⁴¹⁴ AMARAL, Ricardo Batista. Painel do leitor – Dilma. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 13 dez. 2011, Opinião, p. A3.

Marcos Napolitano aponta que, apesar de políticas memoriais terem sido desenvolvidas já a partir dos anos 1990, foi nos governos petistas que houve “o aprofundamento de uma política de memória do Estado, calcada na memória hegemônica, crítica ao regime militar e tributária da cultura democrática”⁴¹⁵. É importante ressaltar que, durante certo tempo, Amaral *fez parte do governo*, sendo integrante do Estado enquanto produtor desta memória. Um dos objetivos da análise é identificar se houve a reprodução dessas narrativas em sua obra biográfica.

Há poucas informações concretas a respeito da opinião de Dilma sobre o resultado do livro. Em entrevista ao portal de notícias *GI*, Amaral afirmou: “a entreguei o livro na semana passada [dezembro de 2011], ela viu a foto do pai, e ficou muito emocionada. Ela gosta muito do pai e ficou emocionada em rever a imagem”⁴¹⁶. Já o jornalista Luís Carlos Azedo, em sua coluna no *Correio Braziliense*, declarou: “os petistas gostaram do livro; Dilma, não. Acha que foi muito invasivo de sua vida privada. Faz parte”⁴¹⁷. O colunista, no entanto, não cita as fontes de onde obteve essa informação. *O Globo*, em 30 de dezembro de 2011, publicou uma entrevista com o ex-marido de Dilma, Carlos Araújo:

O Globo: O que a presidente Dilma achou do livro “A vida quer é coragem”? Conversaram sobre ele?

Carlos Araújo: Teve alguma coisa lá que ela não gostou. Deve ser alguma coisa pessoal, mas ela não quis me contar.

O Globo: Foi da parte que descreve seus romances, com a Beth Mendes, enquanto ela estava presa?

Carlos Araújo: Ela pode não ter gostado disso, mas não falou o que era. Vi que estava zangada com alguma coisa. Perguntei, mas ela não quis falar. Só disse que era desnecessário⁴¹⁸.

Embora tenha se incomodado com um fato pontual, outro aspecto corrobora, em certa medida, com a hipótese de que Dilma – ou ao menos o PT – estaria de acordo com a publicação do livro: a legislação que regulamentava o assunto. O Código Civil, em seus artigos 20 e 21, afirma haver possibilidade de proibição de circulação de informações a respeito de uma pessoa, caso esta desejasse:

Art. 20. Salvo se autorizadas, ou se necessárias à administração da justiça ou à manutenção da ordem pública, a divulgação de escritos, a transmissão da palavra, ou a publicação, a exposição ou a utilização da imagem de uma pessoa *poderão ser proibidas, a seu requerimento e sem prejuízo da indenização que*

⁴¹⁵ NAPOLITANO, 2015, op. cit., p. 32.

⁴¹⁶ THUM, 2011, op. cit.

⁴¹⁷ AZEDO, 2012, op. cit., p. 5, grifos meus.

⁴¹⁸ LIMA, Maria. Corpo a corpo: Carlos Araújo. “Ninguém pense que engana a Dilma! Ela conhece todo mundo muito bem”. *O Globo*, Rio de Janeiro, 30 dez. 2011, O País, p. 4.

couber, se lhe atingirem a honra, a boa fama ou a respeitabilidade, ou se se destinarem a fins comerciais.

Parágrafo único. Em se tratando de morto ou de ausente, são partes legítimas para requerer essa proteção o cônjuge, os ascendentes ou os descendentes.

Art. 21. *A vida privada da pessoa natural é inviolável, e o juiz, a requerimento do interessado, adotará as providências necessárias para impedir ou fazer cessar ato contrário a esta norma*⁴¹⁹.

Apenas em 2016, o Supremo Tribunal Federal, em decisão favorável a uma Ação Direta de Inconstitucionalidade, declarou “inexigível o consentimento de pessoa biografada relativamente a obras biográficas, literárias ou audiovisuais, sendo por igual desnecessária autorização de pessoas retratadas como coadjuvantes (ou de seus familiares, em caso de pessoas falecidas)”⁴²⁰.

Além disso, o *El País*, em maio de 2016, noticiou que um novo livro seria escrito por Amaral – até hoje, sem lançamento: “assim que Rousseff deixar a presidência brasileira e perder metade de seu salário (que hoje é de 33.000 reais), a petista se dedicará não só a denunciar o ‘golpe’, mas também a contribuir para um novo livro que o jornalista Ricardo Batista Amaral está escrevendo sobre ela”⁴²¹.

Portanto, apesar da pretensa “autonomia” do autor em relação à narrativa, não se pode deixar de lado que, como afirma Leonor Arfuch, “o biógrafo deve realizar uma imersão na vida do outro para construir a personagem” e que, como já citado previamente, “a fronteira entre biografia e autobiografia não é tão nítida”⁴²². Essa imersão tratada por Arfuch se concretiza na obra analisada quando o jornalista se permite conjecturar pensamentos e sentimentos da biografada. Se ele não a entrevistou, como sabe como ela se sentiu?

Arfuch também trata dos motivos pelos quais um biografado é escolhido: “a ideia de resgatar personagens não suficientemente reconhecidos ou injustamente esquecidos”⁴²³. É possível notar que Amaral escolheu Dilma como biografada para resgatar sua trajetória não reconhecida – ao menos em detalhes – e, ao mesmo tempo, reparar o que ele – e o PT, possivelmente – considerava as injustiças cometidas contra esta trajetória durante a campanha

⁴¹⁹ BRASIL. *Lei n° 10.406, de 10 de janeiro de 2002*. Institui o Código Civil. Brasília, 2002, grifos meus. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/2002/L10406.htm>. Acesso em: 31 jan. 2019.

⁴²⁰ SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. Ação Direta de Inconstitucionalidade 4815. Relatora Ministra Cármen Lúcia. Disponível em: <<http://www.stf.jus.br/portal/peticaoInicial/verPeticaoInicial.asp?base=ADIN&s1=4815&processo=4815>>. Acesso em: 31 jan. 2019.

⁴²¹ BENITES, Afonso. Dilma vive últimos dias abraçada a movimentos sociais e longe dos políticos. *El País*, Brasília, 11 mai. 2016. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2016/05/11/politica/1462926904_504785.html>. Acesso em: 21 jan. 2019.

⁴²² ARFUCH, 2013, op. cit., p. 49.

⁴²³ Idem.

– especialmente pela imprensa, que, segundo ele, “assumiu, na prática, o poder de julgar e condenar, em sua missão de fiscalizar os poderes da República”⁴²⁴. Dessa forma, pode-se conjecturar que, mesmo que tente produzir uma narrativa independente, o autor imergiu em sua trajetória e fala em sua defesa – a escrita do biógrafo, neste caso, está à serviço da biografada.

Retomando os objetivos para escrita da obra, o principal propósito para a constituição de uma biografia de Dilma, de acordo com o biógrafo, foi

explicar, especialmente para os mais jovens, os contextos históricos e políticos que levaram à eleição da primeira presidenta do Brasil, a primeira mulher presidenta. E contextos também que fossem capazes de explicar por que foi Dilma Rousseff essa mulher que alcançou pela primeira vez essa posição⁴²⁵.

Esse desejo do autor se concretiza no livro por meio de sua opção narrativa, que associa fatos específicos da vida de Dilma – pessoal ou política – aos contextos históricos, políticos e sociais mais gerais contados por ele. Esse recurso é utilizado desde o princípio, quando o autor fornece ao leitor informações sobre a política brasileira, mesmo que sem relação direta alguma com a biografada:

No dia da inauguração da siderúrgica, Getúlio [Vargas] foi recebido no centro de Belo Horizonte com vaías de estudantes ligados à União Nacional Democrática (UDN) e ao Partido Comunista. JK o levou para ser aplaudido pelos operários no Barreiro. Duas semanas depois, quando chegou à cidade a notícia do suicídio, multidões enfurecidas cercaram a sede do Partido Comunista Brasileiro (PCB). Numa manobra desesperada, um estudante comunista fez um discurso inflamado contra os “verdadeiros responsáveis” pela desgraça do presidente morto: os trustes norte-americanos e os entreguistas da UDN. O jovem comunista juntou às palavras um latão de gasolina, e assim começou o incêndio do consulado dos Estados Unidos em Belo Horizonte. Dilminha tinha seis anos⁴²⁶.

De acordo com Amaral, “o objetivo do livro foi (...) contar essa história desde o começo – *tanto a história dela quanto a história recente do Brasil*”⁴²⁷. Essa fala, associada à análise do trecho apresentado, é de extrema importância, pois confirma a intenção do autor de escrever um livro de *História*, cuja função é *ensinar* os mais jovens e associar a trajetória de Dilma à história do Brasil, como se uma estivesse destinada à outra. Ou seja, ainda que a obra seja

⁴²⁴ MANZANO, Gabriel. Jornalista faz perfil simpático à guerrilheira que virou presidente. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 18 dez. 2011, Política, p. 14.

⁴²⁵ GENTE que é gente. *TVC/BH*, 25 mar. 2012. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=rvKQhTIQqM&t=590s>>. Acesso em: 31 jan. 2019.

⁴²⁶ AMARAL, 2011, op. cit., p. 24.

⁴²⁷ GENTE que é gente. *TVC/BH*, 25 mar. 2012. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=rvKQhTIQqM&t=590s>>. Acesso em: 31 jan. 2019, grifos meus.

definida enquanto um “livro-reportagem”, os limites que separam jornalismo e história ficam pouco delimitados. Em entrevista, o autor afirmou que o livro, “na verdade, trata-se de uma grande reportagem, que é como ganhar a vida, pois traz o processo histórico que levou à eleição da primeira presidente do Brasil”⁴²⁸. Na nota que abre o livro, agradece “coletivamente aos jornalistas que ajudam a escrever a História do Brasil”. Dessa forma, ainda que não explicitamente, o biógrafo revela que, em suas concepções, as funções do jornalista convergem muito com as funções do historiador.

As autoras Cintia Xavier e Paula Rocha afirmam que a modalidade do livro-reportagem tende a explorar a interseção entre as duas áreas: “é menos abrangente que o [ponto de vista] do historiador, mas mais amplo do que o do jornalista, pelo menos aquele dedicado ao noticiário”⁴²⁹. Elas apontam que “as relações entre jornalismo e história podem ser visualizadas ainda quando estas se utilizam da memória como fonte e método para as abordagens”⁴³⁰. É fato que a história e o jornalismo se utilizam da memória como fonte, mas não como método – ao menos, não a história. É notório, contudo, que o livro de Amaral se utiliza de memórias para produzir discursos também memoriais – que, para o autor, estão travestidos de história. Nesse sentido, é necessário se fazer uma distinção: apesar de ser um livro-reportagem, que mobiliza fatos históricos e utiliza como fontes memórias, este não é um livro de história.

Apesar dessa diferenciação, nota-se que o autor se vale do “caráter pedagógico da história”⁴³¹ para legitimar e justificar a existência de seu livro, no trecho citado anteriormente e em todas as entrevistas concedidas por ele:

Amaral: uma parte mais prazerosa pra mim foi reconstituir os anos 1960 em Belo Horizonte.

Edivaldo Farias: Ah, sobre isso, tenho o maior interesse, porque eu faço parte dessa geração, né... Da geração que foi caçada pelo golpe militar, mas que sobrevivemos, demos a volta por cima e companheiros estão no governo.

Amaral: *e estão aqui para contar história, né? E, por favor, contem mais, porque eu acho que o futuro do Brasil merece que vocês contem essa história*⁴³².

⁴²⁸ PEIXOTO, Mariana. Livro do jornalista Ricardo Amaral aborda trajetória de Dilma Rousseff. *Uai*, 15 mar. 2012. Disponível em: <<https://www.uai.com.br/app/noticia/e-mais/2012/03/15/noticia-e-mais,99564/livro-do-jornalista-ricardo-amaral-aborda-trajetoria-de-dilma-rousseff.shtml>>. Acesso em: 31 jan. 2019.

⁴²⁹ ROCHA & XAVIER, 2013, op. cit., p. 8.

⁴³⁰ Ibid., p. 9.

⁴³¹ BAUER, 2017, op. cit., p. 162.

⁴³² GENTE que é gente. *TVC/BH*, 25 mar. 2012. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=rvKQhTIQqM&t=590s>>. Acesso em: 31 jan. 2019, grifos meus.

Ao se valer do caráter pedagógico da história e afirmar que o futuro do Brasil depende de que essa história seja contada, Amaral demarca uma distância contundente entre o passado ditatorial e o presente do governo de Dilma. Isso, de acordo com Caroline Bauer, caracteriza a definição de dois tempos históricos distintos, o atual e o passado⁴³³. Dessa forma, segundo a concepção de Amaral, é necessário conhecer bem o passado recente para que ele não se repita – e o governo de Dilma jamais repetiria, uma vez que representava o exato oposto dos governos da ditadura.

Assim, cabe fazer-se uma pergunta: como foi esse passado que não deve ser repetido? E quais foram as ações de Dilma durante este período?

3.3 POLÍTICA E DEMOCRÁTICA: DILMA ROUSSEFF SOB A ÓTICA DE RICARDO AMARAL

O título “A vida quer é coragem” já diz muito sobre a *personagem* Dilma construída por Amaral: uma guerreira e lutadora desde a infância. Este é um excerto do livro *Grande Sertão: Veredas*, de Guimarães Rosa, citado por Dilma em seu primeiro discurso como presidenta do Brasil:

Esta, às vezes, dura caminhada me fez valorizar e amar muito mais a vida e me deu sobretudo coragem para enfrentar desafios ainda maiores. Recorro mais uma vez ao poeta da minha terra:
 “O correr da vida” – diz ele – “embrulha tudo.
 A vida é assim:
 esquenta e esfria, aperta e daí afrouxa,
 sossega e depois desinquieta.
 O que ela quer da gente é coragem”.
 É com essa coragem que vou governar o Brasil⁴³⁴.

Observa-se, dessa forma, que o título do livro dialoga com a imagem que Dilma disseminou de si mesma em seu primeiro pronunciamento enquanto chefe de Estado – demonstrando, mais uma vez, a proximidade de discursos do biógrafo e da biografada. Embora considere a biografada uma *personagem*, trabalho com a hipótese de que, em sua construção, tenham sido incorporadas intencionalidades narrativas de Amaral – claro, o *autor* da obra – mas também da própria Dilma. O biógrafo alega não a ter entrevistado diretamente, para garantir

⁴³³ BAUER, 2017, op. cit., p. 165.

⁴³⁴ ROUSSEFF, Dilma. *Discurso da Presidenta da República, Dilma Rousseff, durante Compromisso Constitucional perante o Congresso Nacional*. Brasília, 1 jan. 2011. Disponível em: <<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/dilma-rousseff/discursos/discursos-da-presidenta/discorso-da-presidenta-da-republica-dilma-rousseff-durante-compromisso-constitucional-perante-o-congresso-nacional>>. Acesso em: 31 jan. 2019.

uma pretensa “imparcialidade”, mas faz uso indiscriminado de declarações feitas por ela e entrevistas dadas a outros jornalistas. Amaral está em diálogo direto com as concepções de Dilma a respeito de sua própria vida e não há nenhum questionamento ou crítica a respeito dos relatos feitos por ela.

O livro é aberto com a narração de um episódio dramático na vida da biografada: a confirmação do diagnóstico de câncer. Neste momento, aparece a primeira menção à atuação de Dilma na ditadura: “quem passou pela violência do pau de arara, pelas máquinas de choques elétricos, pela agonia incerta de resistir à tortura sabe que a vida não é fácil. Nunca foi”⁴³⁵. O autor compara o sofrimento da tortura com as dificuldades da vida, em especial aquelas causadas pela doença que acabara de ser diagnosticada – colocando-se, nesse momento, como mensageiro da dor e dos sentimentos de Dilma.

Amaral afirmou, porém, em entrevistas concedidas, que desejava transcender os pontos pelos quais a biografada era mais conhecida – chamados por ele de “fragmentos dramáticos”, seriam três: o engajamento nas organizações revolucionárias durante a ditadura, a luta contra o câncer e a imagem de gestora forte. Segundo ele, “são dados que não compõem a realidade toda, que não explicam tudo. Embora sejam verdadeiros, não explicam tudo. O objetivo do livro foi juntar tudo isso num todo (...)”⁴³⁶. Apesar de desejar superar esses “estereótipos”, o jornalista abre o livro fazendo uso dos três – a tortura, comparada à dor da doença, em trecho previamente analisado, e a firmeza da gestora:

A ministra sentou-se numa cadeira para conversar com o médico. Falaram sobre o tratamento inadiável, doloroso e incômodo. O exame definitivo tinha chegado de um laboratório de Houston, nos Estados Unidos, naquela sexta-feira, 17 de abril. Quanto mais rápido iniciassem o procedimento terapêutico, melhor. Combinaram data e hora, ela agradeceu, despediram-se. Um breve silêncio foi quebrado por um suspiro longo, e Dilma voltou os olhos na direção do secretário particular, que tinha permanecido todo o tempo vigilante junto à porta da sala:

- A vida não é fácil. Nunca foi.

A ministra devolveu o telefone ao secretário e seguiu para a entrevista coletiva. Parecia segura. Vestia um casaco de linho vermelho sobre a blusa de seda preta, o decote redondo acompanhava a curva do colar de pérolas. Era a Dilma de sempre, respondendo com firmeza (...)”⁴³⁷.

Esses três elementos – aliados à candidatura à presidência, fato que deu mais destaque à Dilma em nível nacional –, expostos logo no primeiro capítulo do livro, atraem o leitor por serem, seguindo a linha de raciocínio do autor, os que mais são conhecidos sobre a biografada.

⁴³⁵ AMARAL, 2011, op. cit., p. 17.

⁴³⁶ GENTE que é gente. *TVC/BH*, 25 mar. 2012. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=rvKQh1TIQqM&t=590s>>. Acesso em: 31 jan. 2019.

⁴³⁷ AMARAL, 2011, op. cit., p. 12.

Após essa introdução, inicia-se a narrativa propriamente dita, que *explicará tudo*, tanto em relação à história de Dilma, quanto à “história recente” do Brasil – aquela que se pretende definitiva, oficial.

Como dito anteriormente, o texto mescla constantemente contexto histórico com fatos específicos sobre Dilma – por vezes, priorizando os contextos.

No ano em que Dilma nasceu, brilhava a estrela do mais famoso representante daquela geração: Juscelino Kubistchek, deputado federal do PSD, maior partido do país, em campanha pelo governo de Minas.

(...)

No pioneiro bairro dos Funcionários, onde a família Rousseff morava no começo dos anos 50, as ousadias urbanísticas de JK eram pouco percebidas, a não ser pelo novo calçamento das ruas, com paralelepípedos retirados das avenidas que ele mandou asfaltar. Os sinais mais visíveis de que a cidade vivia novos tempos estavam encravados no topo dos muros que protegiam as casas e dividiam quintais. Disformes, cortantes, ameaçadores, os cacos de vidro serviam para espantar os gatunos numa cidade onde a população crescia ao ritmo de 7% ao ano (...). A Dilminha eles não intimidariam. Cedo a menina aprendeu a se equilibrar sobre as bordas dos muros encarquilhados, valendo-se de alguma coragem e das plantas dos pés acentuadamente arqueadas⁴³⁸.

O primeiro trecho parece ter a intenção de introduzir Dilma em uma tradição de política mineira – ela nasceu enquanto JK, um mineiro, “o mais famoso representante daquela geração”, fazia campanha. Mesmo que a relação não seja explícita, revela uma intenção do autor de inserir a biografada em uma linha de continuidade, de eficiência mineira na esfera pública. O segundo excerto localiza a família Rousseff em BH para, então, dar um panorama da modernização urbana na cidade. É inserido também um aspecto fundamental da personalidade da biografada: a *coragem* – coragem esta incorporada a um contexto político maior:

Nos primeiros anos da rua Major Lopes, a vida ainda corria na velocidade da bicicleta amarela. Ficaria ainda mais emocionante em 1958, quando o presidente JK voltou à cidade para inaugurar a rodovia BR-3 (Rio-Belo Horizonte-Brasília, atual BR-040). A nova estrada começava ali perto, uma larga faixa de asfalto subindo da avenida do Contorno até as franjas da serra do Curral. Que pista para uma descida de bicicleta...⁴³⁹

No trecho acima, observa-se uma estratégia padrão presente em todo o livro: a descrição de um fato histórico-político para, posteriormente, inserir Dilma nesse contexto. Ela se torna agente, participante e/ou espectadora de *todos* os acontecimentos, uma vez que, na ótica do

⁴³⁸ Ibid., p. 20-21.

⁴³⁹ Ibid., p. 27-28.

autor, “seja de maneira local, regional ou nacional, em todos os momentos ela teve participação na história brasileira”⁴⁴⁰.

O incômodo com a desigualdade social e econômica também é exposto desde a infância de Dilma – assim como no caso de Iara, previamente analisado.

Pedro Rousseff era capaz de rir de coisas que deixavam dona Dilma aflita, como no dia em que a filha rasgou ao meio uma nota de alguns cruzeiros para dividir com um menino pobre (naquele tempo os pobres batiam à porta das casas para pedir trabalho, esmola ou comida).

- Onde já se viu rasgar uma nota? Que burrice! Essa menina não sabe o que é dinheiro – afligiu-se a mãe.

Não sabia mesmo, mas começava a perceber que havia muitas pessoas sem nada no mundo. Dilma se lembra de ter conversado com o pai sobre a miséria em lugares muito distantes do bairro dos Funcionários. Ele entendia por que os pobres gostavam de Getúlio.

Como a narrativa no livro é cronológica, pode-se inferir que esse acontecimento tenha sido quando Dilma tinha cerca de 10 anos. Esse fato confere à biografada uma preocupação com as questões sociais e, principalmente, a miséria desde a mais tenra idade, criando uma outra linha de continuidade, dessa vez com o “final da história”: o engajamento na política e, por fim, a chegada à presidência.

O primeiro contato efetivo de Dilma com trabalhos sociais é descrito por Amaral:

Aos domingos, as moças do Sion e os rapazes do Loyola, o colégio dos jesuítas, subiam o morro do Papagaio para dar algum tipo de assistência à população da favela, ao lado da BR-3. O Grupo Gente Nova (GGN) era uma expressão local da doutrina social da Igreja, na virada dos anos 50 para os 60. Sob a direção das freiras, ensinavam a ferver a água, ofereciam noções de higiene, ajudavam nos mutirões, *mas nada de discussão política. Muito cedo Dilma percebeu que aquele esforço não mudaria o mundo.*

“Eu me lembro dela dizendo: *‘isso é muito bom, mas não vai levar a lugar nenhum. Não resolve os problemas reais’*”, conta a professora Sônia Lacerda, amiga desde os tempos do Sion. “Me impressiona até hoje, porque ela já tinha essa percepção ali pelos 12 ou 13 anos de idade”⁴⁴¹.

Aqui, o desconforto de Dilma com as desigualdades sociais se complexifica: ela critica o assistencialismo como um fim em si próprio, sentindo falta de uma discussão mais profunda, *política* a respeito do assunto. Pode-se inferir que a Dilma de Amaral, bem precocemente, inicia uma reflexão sobre o que resolveria tais problemas: se não a Igreja e seus trabalhos voluntários, o processo revolucionário? O Estado?

⁴⁴⁰ PEIXOTO, 2012, op. cit.

⁴⁴¹ AMARAL, 2011, op. cit., p. 28.

Esses excertos se encontram no segundo capítulo, intitulado “Um homem muito alto” – em referência ao pai de Dilma, Pedro Rousseff. Durante a narração, há diversas menções a ele, que morreu quando a biografada era uma adolescente de 15 anos. A frase escolhida para encerrar essa parte do livro é fundamental para compreender a opção discursiva e *memorial* do autor: “‘Quando meu pai morreu, eu perdi o meu super-superego’, Dilma diria muito tempo depois”. O próximo capítulo – Capítulo 3: A política na esquina – inicia uma sequência de outros que abordarão o período da ditadura civil-militar e da transição para a democracia (1964-1988)⁴⁴², os selecionados para esta análise:

- Capítulo 4: A revolução tem pressa, companheiro
- Capítulo 5: A engrenagem sem retorno
- Capítulo 6: Tão logo a noite acabe
- Capítulo 7: Começar de novo
- Capítulo 8: O tempo dos lenços vermelhos

A citação da frase de Dilma a respeito da morte do pai⁴⁴³ – a qual teria causado a “perda de seu superego” – dá a ideia de uma ruptura forte causada em 1962, que será tratada pelo autor nos capítulos seguintes. É fundamental ressaltar, contudo, que o autor não cita fontes de onde essa declaração teria sido dada, a ocasião ou contexto – deixando sua interpretação aberta ao leitor.

A terceira definição do Dicionário Michaelis para a palavra “superego”, em uso coloquial, é: “indivíduo que serve de modelo ou exemplo para alguém”⁴⁴⁴ – significado que poderia ser o que Dilma almejava com sua colocação. Contudo, quem criou a expressão foi o psicanalista Sigmund Freud, quando este dividiu a personalidade em três elementos: id, ego e superego. O último seria regido pelo “princípio da moralidade”⁴⁴⁵ – o senso de certo e errado. Segundo a definição freudiana, o superego

É formado a partir das identificações com os pais, dos quais assimila ordens e proibições. Assume o papel de juiz e vigilante, uma espécie de autoconsciência moral.

⁴⁴² O autor utiliza a temporalidade “tradicional” de duração da ditadura (1964-1985). Isso será analisado no próximo tópico.

⁴⁴³ Importante salientar que o autor, apesar de atribuir essa frase à Dilma e afirmar que ela foi dita muito tempo depois dos acontecimentos narrados, não cita qual foi a ocasião em que ela foi proferida e nem para quem – se para ele ou para terceiros.

⁴⁴⁴ SUPEREGO. IN: Michaelis Online, s./d. Disponível em: <<https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/superego/>>. Acesso em: 31 jan. 2019.

⁴⁴⁵ ID, ego e superego: Freud explica! IN: *Psicoativo TV – O universo da Psicologia*, 8 set. 2016. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=AECr6BoLOig&t=246s>>. Acesso em: 31 jan. 2019.

É o controlador por excelência dos impulsos do id⁴⁴⁶ e age como colaborador nas funções do ego⁴⁴⁷. Pode tornar-se extremamente severo, anulando as possibilidades de escolha do ego⁴⁴⁸.

É possível, assim, que o emprego dessa frase logo ao fim do capítulo, num momento de transição entre a infância e a juventude – esta, permeada por engajamento político e, principalmente, *armado* – seja uma forma de o autor, sutilmente, caracterizar o envolvimento de Dilma com as organizações revolucionárias como um desvio de moral, ou um desvio dos valores vigentes na sociedade, uma vez que tinha perdido seu superego e, assim, se libertado das proibições.

Apesar de não ter sido citada, essa declaração de Dilma foi dada à *Marie Claire*, em entrevista de 2009, enquanto ainda era Ministra-Chefe da Casa Civil. Enquanto a entrevistada abordava sua militância da juventude, foi perguntada sobre a opinião de sua família a respeito disso. A resposta foi a seguinte:

Eu queria ser profissional, ganhar a vida, ser independente. Tive de convencer minha mãe, meu pai já tinha morrido. Ele morreu quando eu tinha 15 anos. *Talvez se ele estivesse vivo, o nível de proteção que ele construiria em torno de mim fosse tão forte que eu tivesse de levar algum tempo para ser o que eu fui.* Mas eu seria, inexoravelmente. Sartre, que também perdeu o pai, tem uma frase ótima sobre isso: “Morreu meu superego”. Em que pese eu ter gostado muito e ter uma relação fortíssima com meu pai, de uma certa forma, *é no momento da morte dele que - não é que eu deixo de ter um superego - deixo de ter um super-superego*⁴⁴⁹ [risos]⁴⁵⁰.

⁴⁴⁶ “Fonte da energia psíquica, é formado por pulsões e desejos inconscientes. Sua interação com as outras instâncias, é geralmente conflituosa, porque o ego, sob os imperativos do superego e as exigências da realidade, tem que avaliar e controlar os impulsos do id, permitindo sua satisfação, adiando-a ou inibindo-a totalmente”.

⁴⁴⁷ “A parte organizada do sistema psíquico que entra em contato direto com a realidade e tem a capacidade de atuar sobre ela numa tentativa de adaptação. O ego é mediador dos impulsos instintivos do id e das exigências do superego”.

⁴⁴⁸ BOTELHO, Rachel. Freud explica: entenda sete conceitos básicos da psicanálise. *Revista Galileu*, 6 nov. 2017. Disponível em: <<https://revistagalileu.globo.com/Ciencia/noticia/2017/11/freud-explica-entenda-sete-conceitos-basicos-da-psicanalise.html>>. Acesso em: 31 jan. 2019.

⁴⁴⁹ O psicanalista britânico Wilfred Bion tinha uma definição de super super-ego distinta da de Freud: “o ‘super’-superego de Bion alude a uma área psíquica que é própria do que ele chama de ‘parte psicótica da personalidade’, em cujos casos, o sujeito, indo além do ‘certo-errado’, ‘devo-não-devo’, ‘bem-mal’..., cria a sua própria moral e as suas leis com as quais ele afronta a realidade e que, a qualquer custo, ele pretende impor aos demais”. Dada a declaração de Dilma, não acredito que essa definição tenha a ver com o que ela pretendeu dizer. Através da interpretação de sua fala, fica claro que ela usou o outro “super” de uma maneira cômica, com a intenção de dar intensidade ao conceito de Freud. Fonte: ZIMERMAN, David E. *Fundamentos psicanalíticos: teoria, técnica e clínica – uma abordagem didática*. Porto Alegre: Artmed, 2007, p. 85.

⁴⁵⁰ GULLO, Carla; NEVES, Maria Laura. A mulher do presidente - Confirma a entrevista que Dilma Rousseff concedeu a Marie Claire em abril de 2009. *Marie Claire*, 16 jun. 2011. Disponível em: <<http://revistamarieclaire.globo.com/Revista/Common/0,EMI175873-17735-3,00-A+MULHER+DO+PRESIDENTE+CONFIRA+A+ENTREVISTA+QUE+DILMA+ROUSSEFF+CONCEDEU+A+M.html>>. Acesso em: 31 jan. 2019.

Dilma está tratando, no início da fala, de sua decisão de entrar para o Colégio Estadual – onde começou sua militância. Ela afirma, corroborando com a hipótese apresentada, que, caso seu pai estivesse vivo, demoraria algum tempo para ser o que foi: a militante das organizações revolucionárias, a mulher *política*. Amaral, entretanto, ao não contextualizar essa declaração, retira uma complementação importante: “Mas eu seria, inexoravelmente” – ou seja, com superego ou sem superego, Dilma, em 2009⁴⁵¹, acreditava que teria feito o que fez independente da aprovação de seu pai.

Em 2010, a então candidata à presidência foi intensamente questionada a respeito de seu passado como guerrilheira. Inúmeros veículos da imprensa se propuseram a “desvendar” o passado de Dilma. Ao utilizar aquela expressão, de certa forma descontextualizada, antes de introduzir a militância tão polêmica de Dilma na juventude, Amaral cria uma espécie de *álibi*, que a isenta de sua responsabilidade e a coloca mais próxima de uma situação de “passividade” – retira a *autonomia* de sua decisão de se engajar e caracteriza essa atitude como consequência da morte de seu pai, que, diga-se de passagem, é um homem⁴⁵².

O primeiro sinal de ruptura da biografada com o *status quo* descrito pelo autor é, em consonância com o dito por ela mesma em entrevista, a entrada no Colégio em que teve contato com a organização:

Entre a morte de Pedro Rousseff, as reuniões da Polop e o namoro com o jornalista revolucionário, a ex-aluna do Colégio Sion havia percorrido um caminho longo em ritmo veloz. Para começar, Dilma *recusou o destino comum das moças de sua classe*, que seria cursar a escola normal e tornar-se professora, como fizeram a mãe e as tias. (...) Dilma *cortou os cabelos bem curtos*, deixando aparecer a nuca, com franjas caindo como vírgulas sobre a testa⁴⁵³.

Dessa forma, antes de se engajar formalmente, Dilma já transcendia: ousou recusar o “destino comum”. Aqui está a singularidade defendida pelo autor desde o princípio: seu objetivo era explicar os contextos que levaram à eleição da primeira mulher presidenta e, para além disso, explicar por que essa mulher só poderia ter sido Dilma Rousseff. Para além da rebeldia que rompia com tradições da época, a Dilma de Amaral tem inteligência acima da média e é uma leitora voraz:

⁴⁵¹ Na entrevista à *Marie Claire*, Dilma disse coisas que contrariaria depois, durante a campanha presidencial, como o fato de ser favorável à descriminalização do aborto, por exemplo – sinal de que houve um abrandamento de seu discurso e posicionamentos com a possível chegada ao poder.

⁴⁵² Em documentos produzidos pelos órgãos de segurança durante a ditadura civil-militar e em discursos da imprensa na mesma época, era comum o condicionamento da militância de mulheres a determinados homens. Cf. COLLING, 1997, op. cit., passim; INSUELA, 2011, op. cit., passim e NASCIMENTO, 2016, op. cit., passim.

⁴⁵³ AMARAL, 2011, op. cit., p. 34.

Ela aprofundou as leituras para além da biblioteca do pai, e decidiu prestar exames para o curso científico (equivalente hoje ao ensino médio) no Colégio Estadual. Não era fácil passar no exame de admissão daquela escola pública centenária, dirigida por um reitor, com professores que não raro eram autores dos livros adotados nos melhores colégios. (...) Dilma chegou ali em março de 1964, apenas duas semanas antes do golpe militar⁴⁵⁴.

Dilma devorou o que havia disponível na literatura brasileira marxista (ou influenciada por Marx): Caio Prado Jr., Sérgio Buarque de Holanda, Celso Furtado. Um dia a secundarista surpreendeu Carlinhos com uma citação de Althusser. “Você anda lendo muita orelha de livro, menina”, ele ironizou. Carlinhos ficou mais surpreso ainda quando Dilma apresentou a ele a biblioteca que tinha em casa, para provar que lia o que citava⁴⁵⁵.

A intelectualidade de Dilma é muito bem detalhada, com anedotas a respeito de suas primeiras leituras, seu primeiro contato com os escritos de Marx, ressaltando-se sempre que esse envolvimento foi muito precoce. Fica implícito que essa foi sua porta de entrada para as organizações revolucionárias – para a POLOP, especificamente –, contudo, não há uma descrição mais detalhada de como isso ocorreu – um *silêncio*. Quando o leitor se dá conta, Dilma já é uma militante – porém, inocente e inofensiva.

Quando Dilma entrou para a Polop, a principal atividade da organização ainda era imprimir material considerado subversivo pelas autoridades, essencial para formar novos quadros, mobilizar e “educar o proletariado”⁴⁵⁶.

A organização fazia finanças à base de mensalidades, e Dilma era uma das responsáveis pelo *carnê da revolução*⁴⁵⁷.

Nos trechos acima, o autor dialoga com a memória hegemônica, destacando a “ingenuidade” da organização: o uso da expressão educar o proletariado, entre aspas, atribui um viés cômico, quase irônico, às intenções políticas dos militantes, bem como o “carnê da revolução” – especialmente porque o autor sabe que o projeto revolucionário nunca pôde sair do plano das ideias e que foi duramente reprimido. A escolha por descrever um episódio da militância de Dilma reforça essa percepção:

No final de 1966, com a organização de novo sem dinheiro, Beto Soares de Freitas selecionou uns versos da MPB – Torquato Neto, Geraldo Vandré, Chico Buarque – e pediu para Guido Rocha ilustrar com uns desenhos abstratos. Surgiram assim os cartões de Natal mais incrementados que a cidade já tinha visto. Nada podia ser menos

⁴⁵⁴ Ibid., p. 34-35.

⁴⁵⁵ Ibid., p. 36.

⁴⁵⁶ Ibid., p. 39, grifos meus.

⁴⁵⁷ Ibid., p. 40, grifos meus.

revolucionário (e mais constrangedor para uma moça de classe média) do que vender cartões de Natal na porta das lojas do centro da cidade, mas Dilma cumpriu a tarefa. Tudo pela causa...⁴⁵⁸

Ressaltando a frivolidade das ações da organização, busca-se frear o mito da violência destas e humanizá-la. Dilma era apenas uma garota da classe média – embora tentasse se desvincular dessas origens – com uma causa, *entre aspas*, revolucionária, em nome da qual se prestaria a tudo.

A biografada rompeu as tradições mais uma vez, com a opção por um casamento “não-burguês” – mais uma consequência da falta de seu superego: “aquele casamento ‘só no civil’ contrariava as convenções – mas *quem seria capaz de impor a Dilminha uma cerimônia ‘burguesa’?* A festa, com bolo, champanhe e bombons recheados de frutas, foi um dos últimos momentos de ‘vida normal’ para ela”⁴⁵⁹.

Quando afirma que o casamento ocorreu já no fim da “vida normal”, o autor introduz uma aceleração do tempo iniciada em 1967/1968; esta aceleração vem acompanhada de, em sua concepção, uma possível radicalização tanto das organizações quanto da ditadura – fatores que serão analisados no próximo tópico. “A revolução tem pressa, companheiro”. O aumento da velocidade gera também uma predominância de fatos históricos e políticos na narrativa e a subtração de aspectos relativos especificamente à Dilma. A partir desse momento, a vida da biografada perde lugar e ela se torna quase uma coadjuvante em sua própria biografia – evidenciando o desejo do autor de produzir um livro de “*história*”.

Quando é inserida no contexto mais amplo, é possível identificar uma Dilma “não-pertencente”:

A primeira cópia do livro de Debray chegou a Belo Horizonte na bagagem do ex-sargento da Aeronáutica João Lucas Alves. Ele vinha do brizolismo e se aproximou da Polop em São Paulo, onde as bases já estavam excitadas pelo ativismo militarista da ALN. A ideia era rodar uma edição clandestina em mimeógrafo e vender o livro da moda na cidade. “Revolução na revolução?” contribuiu pouco para melhorar as finanças na Polop, mas foi um catalisador eficaz da luta interna na organização. *Dilma desconfiava daquela história de “12 homens na montanha e uma revolução na planície”, mas parecia cada vez mais óbvio que não se luta sem armas contra uma ditadura militar*⁴⁶⁰.

Segundo o historiador Jean Rodrigues Sales, tanto a obra de Debray quanto a realização da Conferência da Organização Latino-Americana de Solidariedade (OLAS) em 1967

⁴⁵⁸ Ibid., p. 41.

⁴⁵⁹ Ibid., p. 43

⁴⁶⁰ Ibid., p. 47.

influenciaram os integrantes do novo COLINA no rompimento com a POLOP: “para o Colina, não restava dúvida de que ‘no Brasil estão maduras as condições para o desencadeamento da luta armada. E não somente na etapa da tomada do poder, mas durante todo o processo da luta revolucionária’”⁴⁶¹. Sales cita um documento produzido pelo COLINA em 1969, “Concepção da luta revolucionária”⁴⁶².

Ainda que tenha sido fundamental para a constituição da organização de Dilma, o livro de Debray teria gerado desconfianças na biografada, segundo Amaral, por tratar da tática do foco guerrilheiro, com base na experiência da Revolução Cubana. *Seria a Dilma de Amaral uma guerrilheira pacífica?* O autor deixa implícito que ela só aceitou aderir à nova tática porque seria a única forma de *responder à altura da ditadura*, sugerindo que havia uma *guerra* em curso: “não se luta sem armas contra uma ditadura militar”. Esse argumento parece justificar tal adesão, esvaziando-se o sentido revolucionário das organizações. Para Amaral, o objetivo dos engajamentos era *lutar contra a ditadura* e não subverter a ordem vigente.

Após um salto, sem grandes detalhes a respeito da atuação de Dilma dentro da POLOP, o autor já introduz a criação da COLINA. A participação da biografada é reduzida, mais uma vez, a apenas uma espectadora: “Dilma estava presente quando a Colina foi criada, no começo de 1968, num congresso realizado em um sítio em Contagem”⁴⁶³. Apesar de descrever atividades pelas quais companheiros de Dilma eram responsáveis e detalhar ações armadas promovidas pela organização, a biografada nunca aparece. Mesmo quando ela está envolvida em atividades, a estratégia usada é distanciá-la:

Dilma e Galeno, casados, foram morar num dos imóveis deixados por Pedro Rouseff, o apartamento 1.001 do Condomínio Solar, aquele edifício moderno perto da Faculdade de Direito. Bem localizado, o apartamento foi se transformando aos poucos num ‘aparelho’ da Colina. (...) *O apartamento do Solar recebia militantes vindos de outras cidades e servia para reuniões mais amplas*⁴⁶⁴.

O agente das construções do autor parece sempre serem outros, que não os próprios militantes – que, por sua vez, assumem sempre uma posição de passividade: o *apartamento* recebia militantes, e não seus moradores tinham a responsabilidade de abrigá-los. O *espaço* servia para reuniões mais amplas, e não os moradores organizavam reuniões.

⁴⁶¹ SALES, Jean Rodrigues. *A luta armada contra a ditadura militar: a esquerda brasileira e a influência da revolução cubana*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2007, p. 98.

⁴⁶² IN: REIS, Daniel Aarão; SÁ, Jair Ferreira de. *Imagens da revolução: documentos políticos das organizações clandestinas de esquerda dos anos 1961-1971*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1985.

⁴⁶³ AMARAL, op. cit., p. 48.

⁴⁶⁴ Ibid., p. 50.

Em outros poucos momentos, de maneira discreta e um pouco apartada do texto, Amaral especifica um pouco mais o papel de Dilma:

Marco Antônio Meyer foi recrutado no Estadual Central e dirigia a Kombi vermelha da Colina em missões pela cidade. Ele se lembra de ter ido ao Solar para ouvir um ex-sargento falar de táticas militares. Aulas práticas eram ministradas num sítio na região de Betim. (Dilma só realizou seu treinamento militar em 1969, numa fazenda no Uruguai, em outro grupo de esquerda. Ela contou que aprendeu a montar e demontar [sic] um fuzil de ‘olhos fechados’, mas nunca tentou aprender a atirar por causa da miopia acentuada.)⁴⁶⁵.

A vulnerabilidade da Colina era evidente e ameaçava os que não se envolviam nas ações armadas, como era o caso de Dilma⁴⁶⁶.

O fato de ter recebido treinamento militar em 1969 não é mencionado nenhuma outra vez no texto, a “outra organização” não é especificada e não há detalhes sobre esse momento, o que permite inferir que muitas outras atividades de Dilma são ocultadas, ou *esquecidas*. Ainda essa é incorporada por Amaral entre parênteses, quase como uma curiosidade pouco necessária – apesar de se tratar do livro que pretende contar a história dela. No trecho seguinte, o autor faz questão de afirmar, de forma casual, que Dilma *não se envolvia nas ações armadas*. Em contrapartida, não há descrição sobre quais atividades a biografada de fato se envolvia – observa-se que o autor opta por detalhar mais as atividades inofensivas, e suprimir as mais “relevantes”, ou ofensivas. Além disso, Amaral ignora o fato de que as organizações tinham divisões internas, sendo a “frente armada” apenas mais uma dessas divisões, tão importante quanto as outras, responsáveis por estratégia, formação etc.

A mudança de Dilma e seu então marido para o Rio de Janeiro – a ida para a clandestinidade – causa mais uma mudança de capítulo. Amaral intitula essa parte do livro de “A engrenagem sem retorno”: o autor enxerga que a clandestinidade e a militância a partir desse momento geravam um comprometimento do qual não havia como se arrepender. Após essa decisão, não haveria mais como voltar atrás. Não que a Dilma de Amaral não desejasse...

Uma alegria reencontrar o Beto, aliás, companheiro *Breno*, e *compartilhar as dúvidas sobre o caminho da revolução*, numa cidade grande e cosmopolita, onde não se encontrava “todo mundo” nas ruas, no cinema, no bar. *Dilma criticava o viés que a luta ia tomando, marcadamente militarista, mas seria acusada de vacilante se abrisse seus receios a qualquer um*. Com Beto era possível duvidar. Ele se torturava procurando uma formulação teórica capaz de combinar luta de massas e luta armada⁴⁶⁷.

⁴⁶⁵ Idem.

⁴⁶⁶ Ibid., p. 52.

⁴⁶⁷ Ibid., p. 54, grifos meus.

Mais uma vez, a biografada é colocada na posição de questionadora da tática adotada pelas organizações das quais ela mesma participa. Ela se encontra, segundo raciocínio construído pelo autor, impossibilitada de mudar de posição, de romper com tais posicionamentos por conta da “engrenagem”; é provável que Amaral acredite e trabalhe com a hipótese de que uma desistência levasse a apenas dois caminhos possíveis: a prisão, e tudo o que dela decorre, ou os justicamentos. Ao ressaltar que Dilma se opunha ao viés militarista da luta, ele inicia sua explicitação de uma *Dilma não-violenta*; quase uma guerrilheira *pacifista* dentro da luta armada. Essa informação é conflitante com a dada pelo próprio autor, anteriormente citada, sobre o treinamento militar feito por ela.

Talvez o episódio do treinamento militar não tenha sido retomado pois, nas memórias evocadas por Amaral, a biografada não atuava nessas frentes.

Para Dilma, a tarefa era fazer contatos e preparar os documentos políticos para a fusão da Colina com a VPR, que começava a ser discutida⁴⁶⁸.

Ao final da operação [o assalto ao cofre de Adhemar de Barros], a VAR-Palmares detinha cerca de 2,5 milhões de dólares – dinheiro ensopado, mas quente, ‘expropriado da corrupção’. Ao todo, 13 militantes se envolveram no assalto, do planejamento até a secagem das notas. *Dilma não participou*⁴⁶⁹.

Há uma separação contundente feita pelo autor a respeito das responsabilidades de Dilma – mais “burocráticas” e documentais – e das ações armadas, totalmente apartadas das primeiras. Essa diferenciação constrói uma militante que não pertence ou não concorda com o todo de sua organização – como se as atividades burocráticas não estivessem aliadas às frentes armadas. É curioso notar que o jornalista aponta que 13 militantes participaram da expropriação do cofre, “do planejamento até a secagem das notas”, mas que Dilma não se envolveu. Na mesma página, no entanto, narra:

A primeira troca [de dólares para cruzeiros novos] foi feita no dia seguinte, numa casa de câmbio em Copacabana, uma das poucas que havia então. Carlos e Espinosa ficaram do outro lado da rua, dando cobertura a Dilma e Dodora, que sabiam falar inglês e se passaram por turistas americanas. *Elas trocaram cerca de mil dólares cada uma, dinheiro que virou almoço e jantar para os famintos da VAR naquela semana*⁴⁷⁰.

Fica evidente, então, que Dilma participou *sim* do processo, envolveu-se com os dólares quando trocou uma parte deles na casa de câmbio e, logo, Amaral contradiz sua própria

⁴⁶⁸ Ibid., p. 55.

⁴⁶⁹ Ibid., p. 61

⁴⁷⁰ Idem, grifos meus.

narrativa. Há, porém, novamente uma distinção bem demarcada: o dinheiro trocado pela biografada foi usado para *alimentar* os “famintos” militantes clandestinos. O restante, de acordo com Amaral, “não trouxe felicidade à VAR-Palmares. Boa parte foi dissipada na compra de terras para sediar guerrilhas que nunca saíram do papel”⁴⁷¹ – com esse montante, Dilma não teria se envolvido.

Constata-se que a preocupação da personagem Dilma construída por Amaral é com *peessoas*, e não com a guerrilha em si, não com a *revolução* enquanto objetivo a ser concretizado. E, tendo isso como base, pode-se interpretar o seguinte trecho, de grande relevância para a construção da memória da biografada:

Para os *políticos*, como Dilma, aquele dinheiro seria suficiente para a sobrevivência da VAR-Palmares sem ter de recorrer aos arriscados e violentos assaltos. Para os *militares*, como Lamarca, serviria para comprar terras e armas modernas e deslanchar a guerrilha no interior do país⁴⁷².

Lamarca, aqui – diferentemente da personagem que aparece na biografia de Patarra – representa outra coisa: a luta armada *per se*, aquela violenta e militarizada, isolada. Lembro, neste ponto, as proposições de Denise Rollemberg e de Daniel Aarão Reis a respeito da luta armada não ter encontrado amplo apoio nos setores da sociedade⁴⁷³. Ao diferenciar Dilma de Lamarca, Amaral a afasta do estereótipo do guerrilheiro e do ideal da luta revolucionária, situando-a em outro projeto, o da luta de massas – assim, a própria Dilma não teria encontrado lugar na guerrilha. Nesse sentido, o autor opta por apresentar um depoimento dado por ela à jornalista Judith Patarra nos anos 1990 como uma exposição de seus argumentos de 20 anos antes, criticando sua própria linha de engajamento: “qual o sentido político da ação? Substituímos a guerra revolucionária por assaltos a banco. Dizer que somos compelidos a buscar fundos é quase subjetivo. Essencial seria o buscar o povo”⁴⁷⁴. A autocrítica entre membros da esquerda armada foi comum nos anos 1990, porém, é usada pelo autor para definir o que Dilma acreditava nos anos 1970, constituindo em anacronismo.

Portanto, é possível entender o aspecto principal da Dilma de Amaral: ela não pertence à burguesia – mesmo tendo vindo dela –, mas também não pertence à luta armada. A Dilma de Amaral pertence ao *povo*. Segundo o jornalista,

⁴⁷¹ Ibid., p. 62.

⁴⁷² Ibid., p. 61, grifos do autor.

⁴⁷³ ROLLEMBERG, 2003, op. cit.

⁴⁷⁴ AMARAL, 2011, op. cit., p. 64.

Ela [Dilma] faz essa opção de seguir com as organizações revolucionárias, mas dentro dela, dentro dessas organizações, ela também toma um partido. Porque havia uma dicotomia entre reforçar a luta armada ou manter a luta de massas, né. A chamada linha de massas, que era manter o trabalho, não perder o contato com a sociedade, não perder o contato com os trabalhadores. Ela sempre nessa posição... Que também é derrotada dentro [das organizações]...⁴⁷⁵

Estar ao lado do povo – e não em um projeto que este rejeitou – é o comportamento que se espera de um Chefe de Estado, destino ao qual Dilma estaria fadada – e isso fica evidenciado mais à frente, quando o autor narra seus tempos de prisão:

Dilma saía-se melhor defendendo suas opiniões do que seu tempo, *mesmo quando suas ideias pareciam indigestas para a esquerda*. Na Copa do Mundo de 70, ela torceu pela seleção brasileira com conhecimento e convicção. Era torcedora do Atlético Mineiro (“E viva o Galo!”, ela bradava), compreendia táticas de futebol e até o insondável mistério da linha de impedimento. Entre os companheiros que denunciavam a “seleção manipulada pela ditadura” e os “90 milhões em ação”, *Dilma optou pela linha de massas*. Quando a ditadura decidiu ampliar o mar territorial brasileiro de 12 para 200 milhas, antecipando-se à convenção da ONU sobre direitos do mar, parte da esquerda torceu o nariz: era uma patriotada irresponsável, criticavam. *Para Dilma, era uma questão de soberania nacional* – e ponto. (...) Em 1971, ela foi contra uma greve de fome que rachou o presídio. Ficou solidária aos grevistas, mas a repercussão do protesto foi negativa, como havia calculado⁴⁷⁶.

Amaral parece pretender criar – ou *lembrar* – uma Dilma que discorda mesmo entre seus pares – a esquerda revolucionária –, para exibi-la enquanto uma pessoa mais *conciliadora*, mais moderada – em oposição ao radicalismo das organizações – e capaz de levar em consideração a opinião da maioria – a *soberania nacional*. A biografada poderia concordar com decisões tomadas pelos governos ditatoriais, aos quais era tão crítica, caso respondessem às demandas do povo, como é o caso do episódio citado. Essas atitudes são típicas de um líder de Estado e são atribuídas pelo autor à Dilma como se fossem *inatas*, integrantes de sua personalidade desde a juventude. Esvazia-se, mais uma vez, o sentido revolucionário e ideológico da luta armada, em prol de uma visão de “bom para o povo” x “ruim para o povo”. O jornalista faz uso desse caso para estabelecer uma ponte com o seu presente, no qual a atuação política de Dilma justifica tal apoio tão inesperado: “sem as 200 milhas, a Petrobras jamais teria desenvolvido suas plataformas marítimas – nem a futura ministra Dilma Rousseff teria

⁴⁷⁵ GENTE que é gente. TVC/BH, 25 mar. 2012. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=rvKQhITIQqM&t=590s>>. Acesso em: 31 jan. 2019.

⁴⁷⁶ AMARAL, 2011, op. cit., p. 81.

anunciado ao país a descoberta da gigantescas jazidas do pré-sal, em outubro de 2008, quase 40 anos depois”⁴⁷⁷.

Interessante observar outra continuidade criada por Amaral: é bem conveniente que a Dilma da biografia tenha se colocado a favor da Copa de 1970, mesmo quando seus companheiros militantes se posicionavam firmemente contra⁴⁷⁸. O comportamento de Dilma pode estar associado ao contexto de lançamento do livro, um momento em que o país se preparava para sediar a Copa do Mundo sob a chefia da presidente, conquista de governos anteriores do PT.

O próximo capítulo é o que propõe tratar mais diretamente e exclusivamente da biografada – “Tão logo a noite acabe”, em referência à música de Paulinho da Viola, aborda o período em que Dilma esteve presa e os momentos em que foi torturada. A partir desse momento, o livro de Amaral constrói a figura de Dilma como *vítima* do Estado *militarizado*. Nessa parte da obra, o tempo da narrativa, que era extremamente acelerado, com informações espaçadas e pouco detalhadas, torna-se lento. O autor faz questão de descrever as situações minuciosamente e há constantes referências ao que a biografada estava sentindo, com a intenção de tocar o leitor.

A *Vanda* da VAR-Palmares, aliás, *Luíza*, aliás, *Estela*, estava cercada. Eram quatro horas da tarde 16 de janeiro de 1970, uma sexta-feira. Nos 22 dias seguintes, Dilma Rousseff conheceria o inferno da tortura, aonde se chegava cruzando a cancela do DOI-Codi na Rua Tutóia. Ela só voltaria a andar pelas ruas depois de passar dois anos e dez meses num presídio da ditadura⁴⁷⁹.

Ao narrar o momento de prisão de Dilma, não é ela quem está sendo presa: é Vanda, Luíza, Estela – seus nomes de guerra dentro das organizações revolucionárias. No entanto, quem vivenciou os horrores da tortura e a vida na prisão foi *Dilma*. Há um corte entre as duas *personas* da biografia: de um lado, a clandestina, militante, guerrilheira; e, de outro, a *vítima*.

Ainda havia luz quando Dilma foi jogada na cela das mulheres da Oban. Apresentou-se como *Vanda*, e uma prisioneira grávida, da ALN, deixou escapar: “Xii... você está ferrada. Eles estão loucos te esperando”.

Não é a coisa mais estimulante para se dizer a quem está na expectativa de enfrentar a tortura pela primeira vez. O medo de não suportar a violência e trair amigos é uma parte da angústia. O medo de morrer é outra⁴⁸⁰.

⁴⁷⁷ Idem.

⁴⁷⁸ Cf. ALMEIDA, Maria Hermínia Brandão Tavares de; WEISS, Luiz. Carro-zero e pau-de-arara: o cotidiano da oposição de classe média ao regime militar. IN: SCHWARCZ, Lília Moritz (org.). *História da vida privada no Brasil*. Vol. 4. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

⁴⁷⁹ AMARAL, 2011, op. cit., p. 71.

⁴⁸⁰ Idem.

O trecho acima é baseado na entrevista concedida por Dilma ao jornalista Luiz Maklouf Carvalho em 2003, publicada na *Folha* em 2005. É curioso, no entanto, a ressignificação feita por Amaral da narrativa do episódio. Na entrevista original, a fala de Dilma é a seguinte: “(...) E lembro também perfeitamente que me botaram numa cela. Muito estranho. Uma porção de mulheres. Tinha uma menina grávida que perguntou meu nome. *Eu dei meu nome verdadeiro*. Ela disse: ‘Xi, você está ferrada’”⁴⁸¹. Dilma declarou na entrevista que deu *seu nome verdadeiro*; Amaral, utilizando essa mesma fonte, opta por afirmar que ela se apresentou como Vanda, fortalecendo minha hipótese de que, em sua concepção, ela só tenha se tornado Dilma novamente após a tortura – a *vítima*.

Essa entrevista é tratada pelo biógrafo como a única vez em que Dilma falou em detalhes das torturas sofridas⁴⁸² – talvez o autor desconhecesse o depoimento dado por ela à Comissão Estadual de Indenização às Vítimas de Tortura do Estado de Minas (CEIVT), em 2001, ou que tenha escolhido, por alguma razão, não inclui-lo na narrativa biográfica. As partes selecionadas por Amaral da reportagem são as que descrevem com mais clareza a tortura: as falas em que Dilma cita os nomes dos torturadores, narra com riqueza de detalhes as sevícias e, para além disso, diz que *aguentou*.

Eu aguentei. Não disse nem onde eu morava. Não disse quem era o Max (Carlos Araújo). Não entreguei o Breno (Carlos Alberto Freitas), porque tinha muita dó (...). Primeiro, eu não queria que meus companheiros estivessem numa situação daquelas. Segundo, eu tinha medo que algum deles morresse⁴⁸³.

A Dilma de Amaral foi uma *vítima*, sem sombra de dúvidas, mas também foi *resistente* – principalmente ao não entregar seus companheiros, resultando que também se tornassem vítimas. O autor ratifica essa linha de raciocínio em entrevista concedida a Paulo Henrique Amorim:

Paulo Amorim: Ricardo, você transcreve aqui a entrevista que ela deu para um livro de um jornalista, Maklouf, em que ela descreve pormenorizadamente a tortura que foi submetida. E eu não me lembro de ter visto em nenhum momento um torturado descrever com tanta intensidade, clareza, tudo aquilo que foi submetida. E ela, é muito

⁴⁸¹ CARVALHO, Luiz Maklouf. Dilma diz ter orgulho de ideais da guerrilha. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 21 jun. 2005. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc2106200508.htm>>. Acesso em: 31 jan. 2019, grifos meus.

⁴⁸² *Ibid.*, p. 72.

⁴⁸³ *Ibid.*, p. 74, citando CARVALHO, 2005, op. cit.

importante observar, é torturada durante quanto tempo? Durante 22 dias. Todas as formas de tortura possíveis e imagináveis. E ela não falou.

Ricardo Amaral: Não, ela não... esse senhor que tá aqui [Carlos Araújo], que nos ajudou muito, não caiu graças ao silêncio dela. E outras pessoas que não caíram graças à resistência dela⁴⁸⁴.

A ideia de que ela não tenha “entregado” ninguém sob tortura é muito reproduzida na narrativa biográfica. No entanto, há um *silêncio* de Amaral em relação ao caso do operário Natael Custódio Barbosa, descrito nos processos do *Brasil: Nunca Mais* e referido por Luiz Maklouf Carvalho em uma de suas reportagens sobre Dilma, em 2009 – prévia à publicação do livro. As informações são de que Natael seria um operário ligado à VAR-Palmares e seu contato dentro da organização seria Luísa, nome de guerra de Dilma. Segundo Carvalho,

Dilma tinha encontros regulares com Natael Custódio Barbosa, que participara das greves operárias de 1968 em Osasco. “Dilma era uma companheira muito séria e dedicada, que acreditava no que estava fazendo”, disse-me Barbosa na sua casa, em Londrina, onde é caminhoneiro e vive com a mulher e três filhos.

No final de janeiro de 1970, Barbosa foi ao encontro que haviam marcado, às cinco da tarde, na movimentada rua 12 de Outubro, na Lapa. Ele vinha numa calçada, do lado oposto e em sentido contrário ao que ela deveria vir. Quando a viu, de braços cruzados, atravessou a rua, passou por ela sem dizer nada, andou uns vinte passos e, sem desconfiar de nada, voltou. “Voltei, encostei do lado dela e perguntei se estava tudo bem”, contou Barbosa, emocionadíssimo. “Ela fez aquela cara de desespero e eles caíram imediatamente em cima de mim, já me batendo, dando coronhadas e me levando para o camburão, e depois para a Oban”⁴⁸⁵.

A versão de Natael de que teria sido preso em um ponto com Dilma já consta em seu interrogatório no DOPS, de fevereiro de 1970: “que, o interrogando sempre tinha ‘contacto’ com ‘LUIZA’, tendo ‘caído’ num encontro marcado com a mesma⁴⁸⁶”. Esse episódio foi muito destacado por conservadores e por *negacionistas*: a imprensa conservadora e blogs de oposição à Dilma e ao PT em geral, culparam-na por ter delatado seu “amigo” e, inclusive, afirmaram que a redução de sua pena teria ocorrido em decorrência dessa delação⁴⁸⁷.

⁴⁸⁴ ENTREVISTA Record: Eduardo Campos (2012). *Record News*, 28 jun. 2016. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=0Pyk1sHgUxc>>. Acesso em: 14 fev. 2019.

⁴⁸⁵ CARVALHO, 2009, op. cit.

⁴⁸⁶ BNM 095, p. 195.

⁴⁸⁷ No livro *Guia politicamente incorreto dos presidentes da República* consta que “tudo indica que houve redução de sua pena em troca da delação premiada de alguns “companheiros”, como o seu amigo guerrilheiro Natael Custódio Barbosa, ao [sic] qual atraiu para um encontro em que a polícia o capturou”. Essa afirmação é feita sem a citação de fontes que permitam confirmá-la. O jornalista Reinaldo Azevedo também contou o caso em seu blog na *Veja*.

Cf. SCHMIDT, Paulo. *Guia politicamente incorreto dos presidentes da República*. Edição atualizada. São Paulo: Leya, 2017; AZEVEDO, Reinaldo. Dilma, o passado e a delação. *Blog Reinaldo Azevedo – Veja*, 6 abr. 2009. Disponível em: <<https://veja.abril.com.br/blog/reinaldo/dilma-o-passado-e-a-delacao/>>. Acesso em: 11 fev. 2019.

Como as informações foram publicadas por Luiz Maklouf Carvalho, jornalista muito consultado por Amaral para obter dados sobre a biografada, é provável que o biógrafo tenha tido conhecimento sobre esse fato e tenha optado pelo silêncio. Ao fazer essa escolha, a construção da imagem de Dilma como vítima e, de certa forma, heroína se torna mais sólida.

Em determinado ponto da narrativa, Amaral afirma: “a repressão sabia que ela era um quadro importante, *mas não desconfiava que Dilma tinha se tornado dirigente da VAR-Palmares* depois do racha de Lamarca⁴⁸⁸”. Antes de sua prisão, e após o “racha dos sete”, a única menção do autor em relação às novas funções assumidas pela biografada é: “Para Dilma, era tempo de deixar o Rio. Com a prisão de Roberto Espinosa, ela foi escalada para reorganizar a VAR-Palmares em São Paulo e dessa vez teria de ir só (...)”⁴⁸⁹ – Amaral reproduziu o que a imprensa da época⁴⁹⁰ listou como atribuição de Dilma, mas não disse de forma explícita que ela assumiu uma posição de *dirigente*. Pode-se inferir, assim, que o autor *silencia* sobre grande parte da atuação política de Dilma dentro das organizações, como dito anteriormente. O próprio fato de o biógrafo se utilizar da voz passiva – “Dilma foi escalada” – aponta para uma construção da biógrafa enquanto o oposto de uma “guerrilheira-ativa”.

Contudo, é possível conjecturar que a menção de Dilma enquanto dirigente tenha sido necessária a essa altura da narrativa para justificar a quantidade e a severidade das torturas às quais foi submetida. Uma militante com pouca visibilidade, apenas *política*, não teria sido vista com tanta importância pelos órgãos de segurança.

Apesar da tortura e do sofrimento serem elementos de centralidade no discurso biográfico, Amaral não menciona os episódios em Juiz de Fora:

Os depoimentos nas auditorias militares eram ocasiões para sair da cela e rever companheiros. Em Juiz de Fora, Dilma encontrou Gilberto Vasconcelos, o contato da Colina em Uberaba. Estudante de Medicina, um dos presos no Congresso da UNE em Ibiúna, ele operava o telex da agência do Banco do Brasil em Uberaba e foi acusado de tramar um assalto que nunca ocorreu.

(...)

Em Juiz de Fora ela também reviu Guido Rocha, seu mentor político na Polop⁴⁹¹.

Essa é mais uma evidência de que o autor não obteve acesso ao depoimento concedido por Dilma à comissão mineira. Amaral não deixa de narrar a ida dela à MG, como visto no

⁴⁸⁸ AMARAL, 2011, op. cit., p. 74, grifos meus.

⁴⁸⁹ Ibid., p. 67.

⁴⁹⁰ O próprio Amaral cita em seu texto uma matéria publicada pela imprensa após a detenção de Dilma: “Dilma Vana Rousseff Linhares (“Luíza”), oriunda da Colina de Minas Gerais e que ultimamente vinha operando na Guanabara, veio para São Paulo em dezembro de 69, por determinação do Comando Nacional da VAR-Palmares para *reestruturar esta organização subversivo-terrorista*; (...)”.

⁴⁹¹ AMARAL, 2011, op. cit., p. 85.

trecho acima, mas não trata das sevícias – escolha essa que pode ter sido consciente ou fruto de desconhecimento do documento; em vez disso, conjectura e cria um cenário de certa forma positivo e *leve* – o que não condiz com a construção da biografada enquanto *vítima*. Esse hiato na obra pode corroborar com a afirmação do jornalista de que fez um trabalho *independente*, sem o apoio de Dilma. Contudo, não se pode deixar de destacar que Dilma, em nenhuma ocasião com exceção da CEIVT, fez declarações sobre as experiências vividas em JF – por serem as mais traumáticas, é possível que ela tenha desejado mantê-las em segredo.

Amaral demonstra uma grande preocupação em atestar que Dilma não foi condenada por nenhuma ação armada, mesmo após três Inquéritos Policiais Militares (IPMs) que a investigaram exaustivamente – utilizando-se da tortura para isso: “nenhum dos três IPMs estabeleceu a participação de Dilma nas ações armadas (*assaltos a bancos, roubo de carros e armas, atentados, entre outros*) da Colina e da VAR⁴⁹²”. Ao denominar as ações que Dilma *poderia ter sido* condenada, mas não foi, ele dialoga com o discurso muito divulgado durante a campanha de 2010: a *Veja*, em junho, apontou que Dilma e seus companheiros da VAR “lutaram, mataram e morreram” para tentar implementar uma ditadura comunista⁴⁹³; a *Época*, em agosto, afirmou que “Dilma foi denunciada por chefiar greves e assessorar assaltos a banco⁴⁹⁴”, bem como *O Globo*, novembro⁴⁹⁵; a *Folha*, também em novembro, noticiou que Dilma tinha a senha de acesso para armamentos roubados⁴⁹⁶. Amaral tenta apaziguar esses discursos, fazendo uso da própria estrutura judiciária do Estado militar para dar-lhe legitimidade – “não sou eu que estou dizendo, são os próprios militares”.

O jornalista cita também as polêmicas denominações de um juiz paulista, muito retomadas em 2010 pelos veículos de imprensa:

Em São Paulo, o juiz auditor *carregou a mão na denúncia* – chamou Dilma de “papisa da subversão”, “uma das molas mestras e um dos cérebros dos esquemas revolucionários postos em prática pelas esquerdas radicais” – e obteve a pena máxima: quatro anos. Em novembro de 1972, o Superior Tribunal Militar (STM) reavaliou os processos, fixou a pena total em dois anos e um mês e determinou a soltura da ré.

⁴⁹² Ibid., p. 86.

⁴⁹³ AZEVEDO, Reinaldo. Dilma e a degradação da política: o terrorismo agora em palavras. *Veja*, São Paulo, 23 jun. 2010, atualizado em 21 fev. 2017. Disponível em: <<https://veja.abril.com.br/blog/reinaldo/dilma-e-a-degradacao-da-politica-o-terrorismo-agora-em-palavras/>>. Acesso em: 31 jan. 2019.

⁴⁹⁴ LOYOLA, Leandro; SILVA, Eumano; ROCHA, Leonel. Dilma na luta armada. *Época*, 20 ago. 2010. Disponível em: <<http://revistaepoca.globo.com/Revista/Epoca/0,,EMI163155-15223.00-DILMA+NA+LUTA+ARMADA.html>>. Acesso em: 31 jan. 2019.

⁴⁹⁵ ÉBOLI, Evandro; CARVALHO, Jailton de. Documentos da ditadura dizem que Dilma 'assessorou' assaltos a bancos. *O Globo*, 19 nov. 2010. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/politica/documentos-da-ditadura-dizem-que-dilma-assessorou-assaltos-bancos-2922841>>. Acesso em: 31 jan. 2019.

⁴⁹⁶ LEITÃO, Matheus; FERRAZ, Lucas. Dilma tinha código de acesso a arsenal usado por guerrilha. *Folha de S. Paulo*, Brasília, 20 nov. 2010. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/poder/po2011201008.htm>>. Acesso em: 31 jan. 2019.

Tendo em vista os poucos dados apresentados por Amaral em relação à atuação efetiva dentro das esquerdas revolucionárias, as falas desse juiz parecem, de fato, exageradas. O jornalista encerra a narrativa sobre o tempo de prisão da biografada com uma colocação interessante:

Num artigo sobre a luta armada contra a ditadura, o sociólogo Marcelo Ridenti registrou a atuação de 434 mulheres em organizações clandestinas, das quais pelos menos 43 foram mortas, a maioria sob tortura. Em suas memórias do cárcere, Dilma guardou a frase do dramaturgo alemão Bertold Brecht, que alguém descreveu numa parede do Presídio Tiradentes: “*Feliz é o povo que não precisa de heróis*”⁴⁹⁷.

Essa colocação antecede dois parágrafos que introduzem Luiz Inácio Lula da Silva na narrativa. Amaral descreve o que Lula estava fazendo em 1972, ano em que a biografada foi solta, e encerra o capítulo com o seguinte parágrafo: “cinco anos depois [de 1972], já presidente do sindicato, Lula comandaria a grande maré grevista que desafiou a ditadura e levantou a cabeça do movimento operário. *Eram as massas, e não apenas os heróis, abrindo enfim o caminho para a democracia*”⁴⁹⁸.

Neste ponto, Amaral opõe dois projetos distintos de luta “contra a ditadura”, um bem-sucedido e outro não: o projeto *ofensivo* da luta armada, os “heróis”, na concepção do biógrafo; e o projeto dos metalúrgicos/operários, *pacífico*, o das “massas”. Esse antagonismo explica porque a luta armada não obteve sucesso e, mais do que isso, porque a Dilma de Amaral, apesar de envolvida, *não se identificava com o projeto revolucionário*. Janaina Cordeiro coloca que: “(...) no estereótipo do herói, figura bem definida, de traços bem demarcados, comprometida com a *ação* não cabe toda a sociedade”⁴⁹⁹. Por isso, Amaral coloca como projeto que finalmente derrotou a ditadura aquele com a participação de *todos*, onde o *povo* se encaixava. Dilma finalmente consegue fazer a “transição” para esse lado ao conhecer Lula, o *líder*, mas não herói.

O que Amaral não menciona é o motivo pelo qual a frase de Brecht ficou gravada na memória de Dilma e seu significado para ela. A então ministra-chefe da Casa Civil, em 2009, concedeu uma entrevista à *Folha*:

FOLHA - Informação obtida sob tortura é de responsabilidade de quem tortura e não de quem fala? Dá para culpar a pessoa que falou?

⁴⁹⁷ AMARAL, 2011, op. cit., p. 87.

⁴⁹⁸ Idem.

⁴⁹⁹ CORDEIRO, 2012, op. cit., p. 319.

DILMA - Não dá mesmo. Até porque ali, naquela hora, tinha uma coisa muito engraçada que eu vi. Aconteceu com muita gente, não foi só comigo. É por isso que aquela pergunta é absurda, a do senador [Agripino Maia, do DEM]. A mentira é uma imensa vitória e a verdade é a derrota. *Na chegada do presídio [Tiradentes], estava escrito "Feliz do povo que não tem heróis", que era uma frase do Brecht que tem um sentido amplo. Esse fato de não precisar de heróis mostra uma grande civilidade. É preciso que cada um tenha um pouco de heroísmo*⁵⁰⁰.

Segundo Dilma, a frase “*tem um sentido amplo*”, não captado pelo biógrafo – que atribui apenas um. Além disso, ela continua: “esse fato de não precisar de heróis mostra uma grande civilidade”: pode-se inferir que Dilma esteja afirmando que um povo que não precisa de heróis está em um nível de “civilidade” alto – o que, segundo sua falta indica, não ocorria durante a ditadura. Ao tratar que “é preciso que cada um tenha um pouco de heroísmo”, ela está se referindo ao pouco heroísmo que demonstrou ao não fornecer informações verdadeiras sob tortura: “a mentira é uma imensa vitória e a verdade é a derrota”.

Contudo, fica claro que a visão de Amaral é diferente da de Dilma em 2009: a biografada é construída como *vítima*, assim como toda a sociedade, mas não é *heroína* como seus companheiros de luta armada pretendiam ser. O único caminho para a *democracia* seria o das massas, o de Lula.

A redenção da vítima perante seus perpetradores ocorre anos depois, na perspectiva de Amaral: “trinta e quatro anos depois de sair de uma prisão da ditadura, Dilma Rousseff estava diante dos oficiais-generais das três Forças, dizendo a eles como o país poderia crescer e distribuir renda, numa democracia de mais de 100 milhões de eleitores”⁵⁰¹. A oposição entre dois regimes muito distintos fica evidente aqui – Dilma está frente a frente com seus algozes, agora enquanto detentora de poder para melhorar a vida dos brasileiros, enquanto integrante de uma Brasil democrático. E é nesse futuro em que aparecem as declarações *explícitas* do livro a respeito das intenções democráticas da biografada:

O programa do PT foi uma prévia do que João Santana preparava para a propaganda eleitoral. Começava com Lula elogiando o trabalho da ex-ministra (“Não tenho dúvida de que muito do sucesso do meu governo se deve ao trabalho de coordenação que ela fez na Casa Civil”, ele dizia) e sua trajetória pessoal (“O que eu mais admiro na Dilma é a história dela, uma história de luta”). Seguia com uma pequena biografia de Dilma, destacando os cargos que ocupou e a luta contra a ditadura. Avaliando as pesquisas, Santana sugeriu “vacinar” a candidata contra versões que a apresentavam como “terrorista e assaltante de bancos”. Dilma dizia no programa:

⁵⁰⁰ ODILLA, Fernanda. Aos 19, 20 anos, achava que eu estava salvando o mundo. *Folha de S. Paulo*, Brasília, 5 abr. 2009. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc0504200908.htm>>. Acesso em: 31 jan. 2019.

⁵⁰¹ AMARAL, 2011, op. cit., p. 238.

– *Eu lutei pela liberdade e pela democracia. Lutei contra a ditadura do primeiro ao último dia. Quando o Brasil mudou, eu mudei. Mas nunca, nunca mesmo, mudei de lado*⁵⁰².

“Quem, da minha geração, *lutou pela democracia* sabe que ouvir as vozes críticas da imprensa é mil vezes preferível ao silêncio imposto pela censura”, a candidata [Dilma] afirmou, numa reunião na Associação Brasileira de Imprensa⁵⁰³.

Fácil, para ela, nunca foi. Dilma teve de superar todos os desafios que a vida colocou diante dela ao longo do caminho: a condição feminina numa sociedade machista, a militância na clandestinidade, a tortura, a cadeia, *a luta tantas vezes áspera pela democracia*, o desafio de participar do primeiro governo dirigido por um trabalhador no Brasil, a superação do câncer e uma campanha eleitoral duríssima, em que a candidata estreante enfrentou um dos mais experientes políticos do país⁵⁰⁴.

Embora a tenha caracterizado, durante a narrativa do período ditatorial, como uma *mulher das massas*, como “deslocada” dentro das organizações revolucionárias, Amaral não tinha, de fato, empregado a palavra *democracia* para definir a luta de Dilma nos anos 1960 e 1970. Essa denominação acontece apenas nos capítulos que se referem à campanha à presidência, primeiro com declarações da própria Dilma, e depois com uma apropriação deste discurso por Amaral. Ao concorrer para eleições gerais, Dilma se torna uma mulher que *sempre lutou pela democracia*, ocultando, de uma vez por todas, o lado revolucionário de seu engajamento. Construções da memória que ocorrem em razão de demandas do presente. Construções da memória que convergem com o caráter *conciliador* – afinal, quem, no Brasil, elegeria uma presidenta que pegou em armas para a derrota do capitalismo e instauração de uma nova ordem socialista? Quem elegeria uma guerrilheira que, de fato, guerrilhou?

⁵⁰² Ibid., p.

⁵⁰³ Ibid., p. 261.

⁵⁰⁴ Ibid., p. 304.

CAPÍTULO 4 – “RECONCILIAÇÃO E PACIFICAÇÃO NACIONAL”: A MEMÓRIA COMO DISCURSO E POLÍTICA DE ESTADO (DÉCADAS DE 2000 E 2010)

Conforme apontado anteriormente, a biografia de Dilma Rousseff foi publicada em 2011, primeiro ano de seu primeiro mandato presidencial – terceiro consecutivo de um representante eleito pelo PT. Essa data é crucial pois abarca dois momentos importantes para a memória sobre a ditadura e seus produtores: as políticas de Estado pela memória e a crescente cisão com a memória hegemônica sobre a ditadura, com (re)ascensão de discursos antes subterrâneos de apoio ao antigo regime ditatorial.

O primeiro desses momentos, de acordo com o historiador Marcos Napolitano, tem como marco fundador a entrada do Estado enquanto produtor de memória, formando-se um novo ciclo: “as leis de memória e a política do Estado”, que tiveram início em 1995, no governo de Fernando Henrique Cardoso (PSDB), com a aprovação da lei nº 9.140 – a Lei dos Desaparecidos Políticos do Brasil. Esta “reconhece como mortas pessoas desaparecidas em razão de participação, ou acusação de participação, em atividades políticas, no período de 2 de setembro de 1961 a 15 de agosto de 1979, e dá outras providências”⁵⁰⁵.

A grande inovação desta lei é, sem dúvidas, o reconhecimento da responsabilidade do Estado pela morte de pessoas desaparecidas. A temporalidade, contudo, ainda tem em comum com a Lei de Anistia: compreende os desaparecimentos entre 2 de setembro de 1961 a 15 de agosto de 1979, em consonância com o determinado pela lei nº 6.683, de 28 de agosto de 1979, a Lei de Anistia. No entanto, foi alterada por outra lei, a 10.536, de 14 de agosto 2002, tornando-se o período entre “2 de setembro de 1961 a 5 de outubro de 1988”⁵⁰⁶.

Outro aspecto da Lei dos Desaparecidos Políticos que está em conformidade com a Lei de Anistia é a orientação pelo “princípio de *reconciliação* e de *pacificação nacional*”⁵⁰⁷. Houve também a determinação de abertura de uma Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos (CEMDP) que, além de apurar a localização dos corpos, emitiria pareceres sobre

⁵⁰⁵ BRASIL. *Lei nº 9.140, de 4 de dezembro de 1995*. Reconhece como mortas pessoas desaparecidas em razão de participação, ou acusação de participação, em atividades políticas, no período de 2 de setembro de 1961 a 15 de agosto de 1979, e dá outras providências. Brasília, DF: Planalto, 1995. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9140compilada.htm>. Acesso em: 12 fev. 2019.

⁵⁰⁶ BRASIL. *Lei nº 10.536, de 14 de agosto de 2002*. Altera dispositivos da Lei nº 9.140, de 4 de dezembro de 1995, que reconhece como mortas pessoas desaparecidas em razão de participação, ou de acusação de participação, em atividades políticas, no período de 2 de setembro de 1961 a 15 de agosto de 1979, e dá outras providências. Brasília, DF: Planalto, 2002. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/2002/L10536.htm>. Acesso em: 12 fev. 2019.

⁵⁰⁷ Idem.

pedidos de indenização, que deveria ser concedida pelo presidente. É importante salientar que as principais demandas dos familiares, prévias à aprovação da lei, consistiam no “*conhecimento da verdade* (a revelação das condições em torno dos crimes), a apuração das responsabilidades dos envolvidos e a localização e identificação dos despojos das vítimas”⁵⁰⁸. Essas demandas, no entanto, não foram atendidas em função do não rompimento com a *Lei de Anistia e seu discurso conciliador*. A cientista política Glenda Mezarobba afirma que “o pagamento de reparações jamais figurou entre as prioridades reivindicadas”⁵⁰⁹.

Aqui, portanto, cabe um questionamento sobre a proposta de Napolitano: *seria a entrada do Estado como produtor de memória suficiente para o início de um novo ciclo?* Principalmente levando em consideração que, embora seja um produtor novo na batalha pela forma de lembrar o passado, o Estado não criou um novo discurso, mas *se apropriou* do anterior, estabelecendo uma linha de continuidade com a forma *conciliadora* de enxergar o passado. Através da análise das políticas de memória empreendidas pelos diversos governos que se seguiram a partir de 1995, será possível refletir sobre o fato de esse momento poder ser considerado um novo *ciclo* ou não.

Ainda na gestão de FHC, foi aprovada outra iniciativa pela memória: a lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002⁵¹⁰, regulamentou ações de reparação econômica “para reduzir as perdas dos que foram impedidos de exercer suas atividades por causa da perseguição política sofrida durante o arbítrio”⁵¹¹. Essa lei partiu da demanda de anistiados, que não se viram contemplados na anterior, que outorgava indenizações aos familiares de apenas mortos e desaparecidos⁵¹². A Lei dos Anistiados Políticos também criou a Comissão de Anistia, que, segundo Ana Pessoa, realizou “ações como: Caravanas da Anistia (promovendo julgamentos públicos em várias partes do país), palestras, debates, apresentação de filmes e documentários, tudo com o objetivo de suscitar as memórias dos acontecimentos ocorridos na ditadura”⁵¹³.

⁵⁰⁸ MEZAROBBA, Glenda. Entre reparações, meias verdades e impunidade: o difícil rompimento com o legado da ditadura no Brasil. *Sur*, v. 7, n. 13, dez. 2010, p. 13.

⁵⁰⁹ *Idem*.

⁵¹⁰ BRASIL. *Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002*. Regulamenta o art. 8o do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e dá outras providências. Brasília, DF: Planalto, 2002. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/2002/L10559.htm>. Acesso em: 12 fev. 2019.

⁵¹¹ MEZAROBBA, 2010, op. cit., p. 14.

⁵¹² Em 2001, por forte demanda dos anistiados, o então presidente aprovou uma Medida Provisória que regulamentasse as compensações. Cf. BRASIL. *Medida Provisória nº 65, de 28 de agosto de 2002*. Regulamenta o art. 8o do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e dá outras providências. Brasília, DF: Planalto, 2002. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/MPV/Antigas_2002/65.htm>. Acesso em: 12 fev. 2019.

⁵¹³ PESSOA, Ana D. L. B. *Da Lei de Anistia (1979) ao Programa Nacional de Direitos Humanos – PNDH – 3 (2009): políticas da memória como contribuição à educação em direitos humanos*. Dissertação (Mestrado em

Nos últimos dias de seu governo, FHC publicou o decreto nº 4.553, de 27 de dezembro de 2002⁵¹⁴, que regulamentou o acesso a documentos considerados secretos: “os prazos foram alterados substancialmente, com os ultrassecretos passando para o prazo máximo de 50 anos, secretos com o prazo máximo de 30 anos e os confidenciais, com o prazo máximo de 20 anos; também nos três casos renováveis por igual período”⁵¹⁵.

Dessa forma, apesar de responsabilizar-se a si mesmo pelos assassinatos, desaparecimentos e pela saída forçada do país – lembrando as *vítimas*, os *vencidos* e não os vencedores, aspectos esses da memória hegemônica –, promovendo reparações *financeiras*, é possível depreender que o caráter *conciliador* da memória, inaugurado pela Lei da Anistia⁵¹⁶, continuou se fazendo presente no discurso estatal. O Estado passou a ser um produtor de memória e o discurso *hegemônico*, que ganhou lugar no período de transição e nos primeiros anos da democracia, tornou-se *memória oficial*.

Com a mudança de gestão, e a chegada de Lula ao poder, a expectativa era de uma maior discussão sobre esses temas – especialmente pelo fato de o PT se apresentar como um partido de esquerda, herdeiro das lutas de oposição à ditadura. Houve, de fato, de acordo com o historiador Guilherme Gouvêa, uma disposição maior em lidar com os temas do passado autoritário – “todavia, as políticas desses governos tiveram limites claros”⁵¹⁷. Um dia antes da comemoração de 24 anos da Lei de Anistia, em 27 de agosto de 2003, Lula publicou um decreto (sem numeração)⁵¹⁸, que criava uma Comissão Interministerial para estabelecer critérios para o pagamento de indenizações a anistiados, em consonância com a lei 10.559, aprovada por FHC.

Políticas Públicas em Educação em Direitos Humanos) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2017, p. 58. Disponível em: <<https://repositorio.ufpb.br/jspui/bitstream/123456789/11820/1/Arquivototal.pdf>>. Acesso em: 12 fev. 2019.

⁵¹⁴ BRASIL. *Decreto nº 4.553, de 27 de dezembro de 2002*. Dispõe sobre a salvaguarda de dados, informações, documentos e materiais sigilosos de interesse da segurança da sociedade e do Estado, no âmbito da Administração Pública Federal, e dá outras providências. Brasília, DF: Planalto, 2002. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2002/D4553Compilado.htm>. Acesso em: 12 fev. 2019.

⁵¹⁵ FERREIRA, Lúcia de Fátima Guerra. Reflexões sobre os registros da repressão: o arquivo DOPS-PB. XXVII *Anais...* Simpósio Nacional de História – ANPUH Brasil, Natal, 22 a 26 jul. 2013, p. 3. Disponível em: <http://encontro2014.rj.anpuh.org/resources/anais/27/1364756101_ARQUIVO_Simposio2013_LuciaGuerra_ST_016.pdf>. Acesso em: 12 fev. 2019.

⁵¹⁶ REIS, Daniel Aarão. O governo Lula e a construção da memória do regime civil-militar. IN: PINTO, Antonio Costa; MARTINHO, Francisco Carlos Palomanes. *O passado que não passa: a sombra das ditaduras na Europa do Sul e América Latina*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013, p. 216.

⁵¹⁷ TORRES, Guilherme Gouvêa Soares. Sobre passados que não passam: a justiça de transição em perspectiva histórica. *Anais...* VI Congresso Internacional UFES/Paris-Est: Culturas políticas e conflitos sociais, 2017, p. 8. Disponível em: <<http://www.publicacoes.ufes.br/UFESUPEM/article/view/18061/12237>>. Acesso em: 12 fev. 2019.

⁵¹⁸ BRASIL. *Decreto de 27 de agosto de 2003*. Institui Comissão Interministerial para estabelecer critérios e forma de pagamento da reparação econômica aos anistiados políticos de que trata a Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002. Brasília, DF: Câmara dos Deputados, 2003. Disponível em:

A morosidade no cumprimento dessa lei durante o governo petista gerou insatisfação entre membros do próprio partido. Em sessão solene realizada também em comemoração aos 24 anos da Anistia, realizada na Câmara dos Deputados, houve manifestações de alguns políticos, entre eles o deputado Luiz Eduardo Greenhalgh (PT-SP): “não pode ser crível para nenhum brasileiro um governo em que o presidente seja anistiado, o Ministro-Chefe da Casa Civil tenha sido exilado, voltou e foi anistiado e oito ministros tenham sido anistiados. Este governo tem que ser o governo da anistia⁵¹⁹”. O então Deputado Federal Aloysio Nunes (PSDB-SP) também fez uma fala nesse sentido: “Lula, em uma de suas últimas entrevistas, disse uma frase que comoveu a ele mesmo e a todos nós: é um sinal da honradez política e uma marca do seu temperamento não deixar companheiros na estrada. Ele não pode deixar esses seus companheiros na estrada”⁵²⁰.

Em março de 2004, mês que marcou as lembranças dos 40 anos do golpe civil-militar, o presidente Lula publicou a Medida Provisória (MPv) n° 176, que alterou mais uma vez a lei n° 9.140, incluindo entre mortos por responsabilidade do Estado aqueles

- c) que tenham falecido em virtude de repressão policial sofrida em manifestações públicas ou em conflitos armados com agentes do poder público;
- d) que tenham falecido em decorrência de suicídio praticado na iminência de serem presas ou em decorrência de seqüelas psicológicas resultantes de atos de tortura praticados por agentes do poder público⁵²¹;

Essa MPv se tornou a lei n° 10.875 em 1° de junho de 2004⁵²², alargando ainda mais o público que se tornaria apto a receber indenizações.

Em 18 de novembro de 2005, o presidente publicou o Decreto n° 5.584, tendo a Ministra-Chefe da Casa Civil Dilma Rousseff como signatária, que determinava o recolhimento pelo Arquivo Nacional de “documentos arquivísticos públicos produzidos e recebidos pelos

<<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/sn/2003/decreto-514-27-agosto-2003-473474-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 12 fev. 2019.

⁵¹⁹ MARIZ, Cristiano. Protesto marca sessão pelos 24 anos da anistia: Advogado de famílias do Araguaia critica recurso judicial do governo. *Folha de S. Paulo*, Brasília, 29 ago. 2003. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc2908200318.htm>>. Acesso em: 12 fev. 2019.

⁵²⁰ Idem.

⁵²¹ BRASIL. *Medida Provisória n° 176, de 24 de março de 2004*. Altera dispositivos da Lei no 9.140, de 4 de dezembro de 1995, que reconhece como mortas pessoas desaparecidas em razão de participação, ou acusação de participação, em atividades políticas. Brasília, DF: Planalto, 2004. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2004/Mpv/176.htm>. Acesso em: 14 fev. 2019.

⁵²² BRASIL. *Lei n° 10.875, de 1° de junho de 2004*. Altera dispositivos da Lei no 9.140, de 4 de dezembro de 1995, que reconhece como mortas pessoas desaparecidas em razão de participação, ou acusação de participação, em atividades políticas. Brasília, DF: Planalto, 2004. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2004/Lei/L10.875.htm#art1>. Acesso em: 14 fev. 2019.

extintos Conselho de Segurança Nacional - CSN, Comissão Geral de Investigações - CGI e Serviço Nacional de Informações - SNI, que estejam sob a custódia da Agência Brasileira de Inteligência – ABIN⁵²³”.

Em agosto de 2007, foi lançado o livro-relatório “Direito à Memória e à Verdade”, com informações compiladas a partir do trabalho da CEMDP: “*Em 500 páginas, são detalhadas as circunstâncias das mortes de 339 casos analisados pela comissão. Destes, familiares de 221 desaparecidos foram indenizados pelo Estado – 118 casos foram indeferidos*”⁵²⁴. Foi a primeira documentação do Estado que responsabilizou os órgãos de segurança por tortura e mortes. Contudo, durante o lançamento da obra, Lula fez questão de declarar:

Os seus familiares e amigos, seguindo uma tradição milenar, reclamam o justo direito sagrado de sepultar seus entes queridos. E esse direito milenar e sagrado é de todos, independentemente de credo religioso ou político. *É esse direito que queremos resgatar sem rancor, sem revanchismo de qualquer ordem*⁵²⁵.

Janaina Cordeiro comenta que o texto introdutório do relatório afirma que “ao longo dos 21 anos de regime de exceção, *em nenhum momento a sociedade brasileira deixou de manifestar seu sentimento de oposição, pelos mais diversos canais e com diferentes níveis de força*⁵²⁶”. Esse discurso demonstra a apropriação pelo Estado do *mito da sociedade resistente*, elemento típico da memória dominante – configurando em mais um elemento de base para o questionamento sobre o início de um novo ciclo: essencialmente, não houve ruptura alguma nas narrativas memoriais com a entrada do poder público.

A data de lançamento do livro também foi escolhida para demarcar a posição de conciliação: o evento ocorreu em 29 de agosto, um dia após o aniversário de 28 anos da Lei de Anistia o que, segundo a comissão responsável pela elaboração da obra, “sinaliza a busca de

⁵²³ BRASIL. Decreto n° 5.584, de 18 de novembro de 2005. Dispõe sobre o recolhimento ao Arquivo Nacional dos documentos arquivísticos públicos produzidos e recebidos pelos extintos Conselho de Segurança Nacional - CSN, Comissão Geral de Investigações - CGI e Serviço Nacional de Informações - SNI, que estejam sob a custódia da Agência Brasileira de Inteligência - ABIN. Brasília, DF: Câmara dos Deputados, 2005. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/2005/decreto-5584-18-novembro-2005-539207-publicacaooriginal-37267-pe.html>>. Acesso em: 14 fev. 2019.

⁵²⁴ LULA descarta 'revanchismo' no lançamento de livro sobre mortos e desaparecidos políticos. UOL, São Paulo, 29 ago. 2007. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/ultnot/2007/08/29/ult23u535.jhtm>>. Acesso em: 14 fev. 2019.

⁵²⁵ LULA lança livro sobre ditadura e militares não comparecem. Extra, 29 ago. 2007, grifos meus. Disponível em: <<https://extra.globo.com/noticias/brasil/lula-lanca-livro-sobre-ditadura-militares-nao-comparecem-707280.html>>. Acesso em: 14 fev. 2019.

⁵²⁶ COMISSÃO ESPECIAL SOBRE MORTOS E DESAPARECIDOS POLÍTICOS. Direito à memória e à verdade. Brasília: Secretaria Especial de Direitos Humanos, 2007, p. 23 apud CORDEIRO, Janaina. “A nação que se salvou a si mesma”: entre memória e história, a Campanha da Mulher pela Democracia (1962-1974). Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2008, p. 28, grifos meus.

concordia, o sentimento de reconciliação e os objetivos humanitários que moveram estes 11 anos de trabalho”⁵²⁷. Ainda assim, o livro incomodou as Forças Armadas, gerando uma nota assinada pelo comandante do Exército, Enzo Martins Peri, que afirmava: “a Lei da Anistia, por ser parâmetro de conciliação, produziu a indispensável concordia de toda a sociedade, *até porque fatos históricos têm diferentes interpretações, dependendo da ótica de seus protagonistas*”⁵²⁸.

Essa “concordia” não parecia ser consenso entre todos os membros do governo: em 2008 o então Ministro da Justiça, Tarso Genro, declarou haver necessidade de uma modificação na Lei da Anistia que permitisse a punição de torturadores e assassinos, iniciando uma polêmica coberta pela mídia. O Ministro da Defesa, Nelson Jobim, contrariou o companheiro de governo, afirmando que a lei “‘foi auto-suficiente’ e ‘satisfez a situação que tinha para satisfazer’”. E pediu: ‘Vamos olhar para o futuro’”⁵²⁹. Na mesma ocasião, a reportagem da *Folha* perguntou ao comandante do Exército sua opinião sobre as declarações de Genro. Sua resposta foi “nenhum comentário”. “Indagado sobre o que achava da declaração de Jobim, de que não haveria mudanças na lei, *o comandante sorriu e disse: ‘Se o ministro falou, está falado*”⁵³⁰.

Alguns dias depois, no entanto, Genro declarou à imprensa a posição de Lula: “o presidente orientou e consolidou a posição que vínhamos defendendo durante a semana, de que *qualquer interpretação a respeito da Lei da Anistia é do Poder Judiciário e que o Poder Executivo não vai compartilhar dessa discussão. É uma questão atinente ao Poder Judiciário*”⁵³¹.

Em 13 de maio de 2009, foi criado o Projeto “Centro de Referência das Lutas Políticas no Brasil (1964-1985) – Memórias Reveladas”, vinculado ao Arquivo Nacional e à Casa Civil, com o objetivo de:

tornar-se espaço de convergência e difusão de documentos ou informações produzidos ou acumulados sobre o regime político que vigorou no período de 1º de abril de 1964

⁵²⁷ LULA descarta 'revanchismo' no lançamento de livro sobre mortos e desaparecidos políticos. *UOL*, São Paulo, 29 ago. 2007. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/ultnot/2007/08/29/ult23u535.jhtm>>. Acesso em: 14 fev. 2019.

⁵²⁸ COMANDANTE do Exército afirma que Anistia “produziu concordia”. *Agência Brasil*, 31 ago. 2007. Disponível em: <<http://memoria.etc.com.br/agenciabrasil/noticia/2007-09-01/comandante-do-exercito-afirma-que-anistia-produziu-concordia>>. Acesso em: 14 fev. 2019.

⁵²⁹ GUIBU, Fábio; ROCHA, Graciliano. Jobim rebate Tarso e diz que Lei da Anistia não vai mudar. *Folha de S. Paulo*, 2 ago. 2008. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc0208200802.htm>>. Acesso em: 14 fev. 2019.

⁵³⁰ Idem, grifos meus.

⁵³¹ ANDRADE, Carollina. Lula deixa Lei da Anistia para o Judiciário, diz Tarso Genro. *Último segundo IG*, 11 ago. 2008. Disponível em: <<https://ultimosegundo.ig.com.br/brasil/lula-deixa-lei-da-anistia-para-o-judiciario-diz-tarso-genro/n1237693419292.html>>. Acesso em: 14 fev. 2019.

a 15 de março de 1985, bem como pólo incentivador e dinâmico de estudos, pesquisas e reflexões sobre o tema⁵³².

Apesar de consistir em um centro de difusão de documentos relativos à *ditadura civil-militar*, não há nomeação específica do regime, tornando-o “aquele que não deve ser nomeado” – como evidenciado pelo trecho acima, o período é tratado de maneira extremamente genérica, como um “regime político que vigorou de 1º de abril de 1964 a 15 de março de 1985”. Daniel Aarão Reis a esse respeito afirma que

pode-se dizer que o atual Programa do Arquivo Nacional ‘Memórias Reveladas’ deveria ter um complemento: ‘(...) e Ocultadas’, porque no programa não aparecem as aproximações, as complicitades, os apoios que vicejaram na sociedade à sombra sinistra, dura, mas, para muitos, generosa, da ditadura. Nas Memórias Reveladas, só se revela a “resistência”, uma palavra quase mágica, homogeneizante, uma espécie de *passé-partout*, através do qual se tornam pardos todos os gatos⁵³³.

Em fins de 2009, o Decreto nº 7.037⁵³⁴ aprovou o Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH-3), produzido pela Secretaria Nacional de Direitos Humanos. Esse programa estabeleceu diretrizes e metas para a implementação de uma política pautada na defesa dos direitos humanos na sociedade brasileira, tendo um eixo específico sobre a memória: Direito à Memória e à Verdade⁵³⁵. Contudo, algumas propostas foram duramente criticadas pelo Ministério da Defesa e pelas Forças Armadas, gerando uma crise no governo. O *Estadão* apontou que “o ministro da Defesa, Nelson Jobim, e os comandantes militares Enzo Martins Peri, do Exército, e Juniti Saito, da Aeronáutica, ameaçaram pedir demissão caso o trecho sobre a Comissão da Verdade não fosse alterado”⁵³⁶. Já *O Globo* noticiou que Lula considerou “um erro da Secretaria Nacional de Direitos Humanos incluir no novo plano setorial - cujo decreto

⁵³² BRASIL. Portaria nº 204, de 13 de maio de 2009. Cria o “Centro de Referência das Lutas Políticas no Brasil (1964-1985) – Memórias Reveladas”, no âmbito do Arquivo Nacional da Casa Civil da Presidência da República. Brasília, DF: Casa Civil, 2009. Disponível em: <http://www.memoriasreveladas.gov.br/administrador/components/com_simplefilemanager/uploads/582f58e906cb30.85684117/Portaria%20204.pdf>. Acesso em: 14 fev. 2019.

⁵³³ REIS, 2013, op. cit., p. 227.

⁵³⁴ BRASIL. Decreto nº 7.037, de 21 de dezembro de 2009. Aprova o Programa Nacional de Direitos Humanos - PNDH-3 e dá outras providências. Brasília, DF: Planalto, 2009. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Decreto/D7037.htm>. Acesso em: 14 fev. 2019.

⁵³⁵ SECRETARIA de Direitos Humanos da Presidência da República. Programa Nacional de Direitos Humanos – PNDH-3. Brasília, DF: SEDH, 2010. Disponível em: <<https://pndh3.sdh.gov.br/public/downloads/PNDH-3.pdf>>. Acesso em: 14 fev. 2019.

⁵³⁶ ENTENDA a polêmica sobre a Lei da Anistia. *Estadão*, 28 abr. 2010. Disponível em: <<https://politica.estadao.com.br/noticias/geral,entenda-a-polemica-sobre-a-lei-da-anistia,544229>>. Acesso em: 14 fev. 2019.

vem provocando embate dentro e fora do governo - assuntos relacionados à Lei de Anistia⁵³⁷”. Dessa forma, em maio de 2010 foi publicado o Decreto nº 7.177, que alterou alguns pontos do documento anterior⁵³⁸:

~~e) Identificar e sinalizar locais públicos que serviram à repressão ditatorial, bem como locais onde foram ocultados corpos e restos mortais de perseguidos políticos (Decreto nº 7.037).~~

c) Identificar e tornar públicos as estruturas, os locais, as instituições e as circunstâncias relacionados à prática de violações de direitos humanos, suas eventuais ramificações nos diversos aparelhos estatais e na sociedade, bem como promover, com base no acesso às informações, os meios e recursos necessários para a localização e identificação de corpos e restos mortais de desaparecidos políticos (Alteração através do Decreto nº 7.177).

~~f) Desenvolver programas e ações educativas, inclusive a produção de material didático-pedagógico para ser utilizado pelos sistemas de educação básica e superior sobre o regime de 1964-1985 e sobre a resistência popular à repressão (Decreto nº 7.037).~~

f) Desenvolver programas e ações educativas, inclusive a produção de material didático-pedagógico para ser utilizado pelos sistemas de educação básica e superior sobre graves violações de direitos humanos ocorridas no período fixado no art. 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição de 1988 (Alteração através do Decreto nº 7.177).

~~e) Propor legislação de abrangência nacional proibindo que logradouros, atos e próprios nacionais e prédios públicos recebam nomes de pessoas que praticaram crimes de lesa humanidade, bem como determinar a alteração de nomes que já tenham sido atribuídos (Decreto nº 7.037).~~

c) Fomentar debates e divulgar informações no sentido de que logradouros, atos e próprios nacionais ou prédios públicos não recebam nomes de pessoas identificadas reconhecidamente como torturadores (Alteração através do Decreto nº 7.177).

~~d) Acompanhar e monitorar a tramitação judicial dos processos de responsabilização civil ou criminal sobre casos que envolvam atos relativos ao regime de 1964-1985 (Decreto nº 7.037).~~

d) Acompanhar e monitorar a tramitação judicial dos processos de responsabilização civil sobre casos que envolvam graves violações de direitos humanos praticadas no período fixado no art. 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição de 1988 (Alteração através do Decreto nº 7.177).

As alterações têm em comum a ocultação da especificação quanto ao regime ditatorial: retira-se a periodização de 1964-1985 e a expressão “ditatorial”. Ao contrário, os novos textos dão a ideia de que seriam apuradas violações de direitos humanos, dando a impressão de que elas possam ter sido cometidas em qualquer momento, como se não tivesse havido um momento autoritário *específico*, em que a violência tenha sido empregada como política de Estado. A

⁵³⁷ PARA Lula, Lei da Anistia é assunto da Justiça. *O Globo*, Política, 10 jan. 2001. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/politica/para-lula-lei-da-anistia-assunto-da-justica-3070982>>. Acesso em: 14 fev. 2019.

⁵³⁸ Citei aqui apenas as alterações de propostas referentes ao período da ditadura civil-militar. Porém, houve alterações também em relação à legalização do aborto, por exemplo, feitas por pressão de setores religiosos.

rápida menção ao *acompanhamento* e *monitoramento* de processos judiciais de responsabilidade de crimes cometidos entre 1964-1985 foi neutralizada, principalmente por questionar o maior princípio da Lei da Anistia – de que não haverá julgamento por nenhuma ação perpetrada nesse período. Para não haver especificação, a temporalidade foi substituída pelo período determinado pela Constituição Cidadã: de 18 de setembro de 1946 a 5 de outubro de 1988. Marcos Napolitano trata esse recurso como estratégia para não denominar um “monstro” existente: “esses marcos temporais revelam o cuidado da linguagem jurídica brasileira em não caracterizar, com todas as letras, um período evidente de exceção, marcado pela existência de um regime político de força e discricionário”⁵³⁹.

Apesar disso, grande contribuição do PNDH-3 foi a proposta de criação de uma Comissão Nacional da Verdade, que se concretizaria apenas em 2011, com a lei nº 12.528⁵⁴⁰, já na gestão de Dilma Rousseff.

Nota-se que as declarações ou propostas do governo Lula que fizeram tentativas mínimas de transcender a já tradicional política conciliatória e compensatória, retrocederam ou foram abrandadas em virtude de possíveis represálias advindas das Forças Armadas. A conciliação ou o “não-revanchismo” foram sempre usados como forma de absolvição e a denúncia concreta ou a efetiva punição nunca esteve próxima de se tornar uma política de Estado. Daniel Aarão Reis aponta que os governos civis seguiram uma tradição de postura em relação a esse tema: “ou indiferentes, como se o assunto não lhes dissesse respeito, ou, quando o propuseram à discussão, cedendo diante da negativa dos militares”.

Ambas as gestões de Lula atuaram fortemente na construção do discurso oficial de memória, muito em consonância com a memória hegemônica de oposição à ditadura: lembrou-se os *vencidos*, as vítimas, sem que isso implicasse em punição para os *vencedores*, perpetradores. Porém, paralelamente a isso, ocorria a ascensão de discursos conservadores, ou negacionistas⁵⁴¹, antes subterrâneos, indicando fissuras na memória hegemônica, e agora oficial. Ou seja, mesmo tendo optado por narrativas conciliadoras e brandas, ocultando a

⁵³⁹ NAPOLITANO, 2015, op. cit., p. 22.

⁵⁴⁰ BRASIL. *Lei nº 12.528, de 18 de novembro de 2011*. Cria a Comissão Nacional da Verdade no âmbito da Casa Civil da Presidência da República. Brasília, DF: Planalto, 2011. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Ato2011-2014/2011/Lei/L12528.htm>. Acesso em: 14 fev. 2019.

⁵⁴¹ Segundo Daniel Aarão Reis, “a revisão e o revisionismo são procedimentos essenciais e inevitáveis do ponto de vista das ciências e das artes. As ciências e as artes avançam através de revisões. O que nós não podemos fazer é negar evidências. Isso é o que se chama lá na Europa em relação àqueles que querem negar o Holocausto, aqueles que querem negar o extermínio do povo judeu na Segunda guerra Mundial, ali eles fizeram uma revisão baseada no negacionismo, né, negar uma evidência”. ‘NÃO é desconhecimento histórico, é truculência’, diz historiador sobre Bolsonaro. *Estúdio CBN – Entrevista*, 15 out. 2018. Disponível em: <<https://cbn.globoradio.globo.com/media/audio/220345/nao-e-desconhecimento-historico-e-truculencia-diz-.htm>>. Acesso em: 14 fev. 2019.

radicalidade do projeto revolucionário de determinadas esquerdas e o uso da tortura como política de Estado pelas Forças Armadas, a memória hegemônica foi duramente abalada e perdeu lugar entre os diversos setores da sociedade. Esse momento é delimitado por Napolitano como um novo ciclo de memória, marcado por esses discursos e a negação de que a ditadura tenha existido em primeiro lugar.

Para o historiador, os grandes produtores desses novos discursos são os veículos da imprensa liberal que, por se oporem aos governos do PT e aos posicionamentos por eles defendidos – inclusive a crítica à ditadura – abriram espaço para esse tipo de manifestação. Além disso, Napolitano afirma que “os erros políticos, a fragilidade ideológica e os deslizamentos morais do PT, outrora um partido que se julgava o ‘sal da terra’ para renovar a política e reinventar a democracia, obviamente deram munição para a imprensa conservadora”⁵⁴².

Como exemplo desse papel exercido pela mídia para acirrar as *disputas pela memória* está uma reportagem da *Folha de São Paulo* de abril de 2009. Tratava-se de uma entrevista com Dilma Rousseff, que publicou a reprodução de uma ficha da militante, que teria sido produzida por órgãos de segurança durante a ditadura. Nesse documento, Dilma era colocada como envolvida em uma série de ações: assaltos e planejamento de assassinatos. A legenda da foto afirmava, no entanto, que ela não havia cometido tais delitos⁵⁴³. Somente 20 dias depois, o jornal publicou outra reportagem apontando que a autenticidade do documento era questionável – apesar de não afirmar categoricamente que ele seja falso, mesmo com declarações do responsável pelo Arquivo do DOPS em São Paulo de que “essa ficha não existe no acervo. (...) Nem essa ficha nem nenhuma outra ficha de outra pessoa com esse modelo. Esse modelo de ficha a gente não conhece”⁵⁴⁴. A *Folha* também apurou que

pelo menos desde novembro [de 2008] a ficha está na internet, destacadamente em sites que se opõem à provável candidatura presidencial de Dilma. O Grupo Inconfidência, de Minas Gerais, mantém no ar uma reprodução da ficha. A entidade reúne militares e civis que defendem o regime instaurado em 1964⁵⁴⁵.

Dessa forma, percebe-se que os discursos subterrâneos de apoio à ditadura e oposição ferrenha às esquerdas atuantes no período estavam ganhando força. Não obstante terem se iniciado durante o governo Lula, tiveram como alvo principal Dilma Rousseff. Além de um

⁵⁴² NAPOLITANO, 2015, op. cit., p. 25.

⁵⁴³ ODILLA, 2009, op. cit.

⁵⁴⁴ AUTENTICIDADE da ficha de Dilma não é provada. *Folha de S. Paulo*, Rio de Janeiro, 25 abr. 2009. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc2504200915.htm>>. Acesso em: 14 fev. 2019.

⁵⁴⁵ Idem.

provável teor misógino, isso pode ter ocorrido porque Dilma teve atuação em *organizações de guerrilha*, enquanto Lula foi *apenas* um sindicalista. Independentemente dos esforços do Estado de construir uma memória segundo a qual os grupos revolucionários eram transformados em democráticos e resistentes, as memórias subterrâneas não puderam ser silenciadas.

Por esse motivo, e retornando à fonte principal de análise deste capítulo, cabe um estudo sobre como o livro de Ricardo Amaral produziu sua narrativa a respeito tanto da ditadura quanto daqueles que se opuseram a ela. Estaria Amaral, de fato, em consonância com a memória produzida pelo governo do qual participou ativamente? Quais seus artifícios para contribuir com a manutenção da hegemonia da memória de oposição – e, ao mesmo tempo, conciliação – à ditadura, tão fomentada pelos governos petistas?

4.1 TEORIA DOS DOIS DEMÔNIOS À BRASILEIRA: DITADURA E ESQUERDAS NA BIOGRAFIA DE DILMA ROUSSEFF

Ricardo Amaral, na biografia de Dilma Rousseff, apesar de pretender contar a história recente do país e de se demorar nas narrativas sobre os contextos políticos e sociais das épocas abordadas, não fornece muitos detalhes ao leitor a respeito do golpe civil-militar de 1964. O biógrafo trata como um sintoma da Guerra Fria e da oposição Estados Unidos x União Soviética os acontecimentos de março e abril de 1964:

Na moldura da Guerra Fria entre Estados Unidos e União Soviética, foi também uma fase de brutal radicalização política: a oposição da UDN, a Igreja Católica, fazendeiros e empresários mobilizavam intensamente a classe média contra o governo. Os consulados americanos distribuíam filmes anticomunistas, que padres exibiam nas praças e igrejas. Políticos alinhados com os Estados Unidos recebiam dinheiro e apoio publicitário de organizações ligadas ao Departamento de Estado.

Amaral, dessa forma, menciona o papel ativo de religiosos, fazendeiros e empresários – setores da sociedade civil – na propaganda contra o governo de João Goulart e suas reformas – incentivados pelos Estados Unidos. Em relação às mobilizações que antecederam o golpe, o autor afirma:

Jango reuniu 300 mil no Comício das Reformas, em 13 de março de 1964, quando desapropriou as margens das rodovias para a reforma agrária. Uma semana depois, a oposição botou meio milhão nas ruas de São Paulo, na Marcha da Família com Deus pela Liberdade, que esconjurava o comunismo e queria depor a “república sindicalista” de Jango. O jogo desempatou, com a derrota da esquerda, no dia 1º de abril de 1964, quando o governo Jango caiu sem disparar um tiro. O presidente

deposto exilou-se no Uruguai e orientou seus aliados a não mergulhar o país numa guerra civil⁵⁴⁶.

Embora deixe implícito as manobras golpistas, o autor não utiliza nenhum termo que denomine de fato o que ocorreu: não há menção a golpe – militar, ou civil-militar –, ditadura ou sequer Forças Armadas. O “jogo” foi desempatado com derrota da esquerda, mas não se sabe *quem* obteve a vitória; Jango caiu, mas não se sabe quem o derrubou. Esse relato muito breve e pouco explícito dos fatos destoa da estratégia que o autor afirma ter usado para a escrita do livro, mas tem muito em comum com o modelo empregado pelo PT na aprovação de leis em prol da memória: em nome de um “não-revanchismo”, os atores dos processos autoritários não são citados; o “monstro” não é nomeado. A especificação de onde veio o golpe aparece somente duas páginas depois, e de forma breve, coadjuvante: “Dilma chegou ali [no Colégio Estadual] em março de 1964, apenas duas semanas antes do golpe militar”⁵⁴⁷.

O relato de Amaral sobre o período ditatorial, entretanto, em sua grande maioria, concentra-se na trajetória das esquerdas. O ponto de partida do primeiro capítulo que trata dessa época é, justamente, a POLOP – a partir do engajamento de Cláudio Galeno, primeiro marido da biografada: “A Polop, como o nome indicava, propunha a formação ideológica e a organização da vanguarda da classe proletária, mas enquanto existiu recrutou seus quadros basicamente na pequena burguesia, que é como os marxistas chamam a classe média⁵⁴⁸”. Aqui, não obstante o uso de termos caros ao marxismo e às organizações revolucionárias – como vanguarda e classe proletária –, o autor não deixa claro ao leitor o que, em termos práticos, isso significava. Faz-se *silêncio* sobre a palavra *socialismo*, por exemplo – tão temida pelos adeptos de uma narrativa *conciliadora* e pouco “radical” e que, em suas perspectivas, deslegitimaria o engajamento da biografada. No entanto, segundo o historiador Jean Sales,

a revolução socialista aparecia como necessidade inadiável [na concepção da POLOP] para a resolução do problema da classe trabalhadora. A estratégia revolucionária, por sua vez, retomava claramente o modelo bolchevique de revolução e propunha a insurreição de massas liderada pela classe operária como caminho para se chegar ao socialismo⁵⁴⁹.

O socialismo, como exposto pelo historiador, era sim *prioridade* da POLOP, o que não fica evidente na narrativa de Amaral. Além disso, Sales também versa sobre a inserção da

⁵⁴⁶ AMARAL, 2011, op. cit., p. 33.

⁵⁴⁷ Ibid., p. 35.

⁵⁴⁸ Ibid., p. 31.

⁵⁴⁹ SALES, 2007, op. cit., p. 32.

organização nos movimentos sociais: “o grupo teve algum espaço dentro do movimento estudantil e, *principalmente, nos organismos dos militares de baixa patente*⁵⁵⁰”. Amaral silencia sobre esses militares, citando só a *pequena burguesia*, o que deixa implícito, de maneira irônica, possíveis contradições existentes na organização. Ele também descreve a primeira ação da POLOP:

Foi nesse ambiente de crítica à conciliação de classe que a ortodoxa Polop namorou com o perigo. Um grupo de Minas foi se reunir no Rio com sargentos expulsos das Forças Armadas e da PM da antiga Guanabara para discutir seriamente uma resistência armada. Eles conspiravam num apartamento em Copacabana. Não eram os únicos a pensar num contragolpe, um *putsch*, como se dizia. (...) O “Foco de Copacabana” em que a Polop se meteu frustrou-se antes mesmo de pegar em armas, com a prisão simultânea de 14 conspiradores, entre eles Guido Rocha e Cláudio Galeno. Beto Soares de Freitas escapou por pouco⁵⁵¹.

Aqueles integrantes da pequena burguesia “se meteram”, agora junto com alguns ex-militares e policiais – surgidos inesperadamente – em experiências de foco guerrilheiro, “namorando com o perigo”. É possível observar que o autor narra os acontecimentos como uma *aventura juvenil*, esvaziando seu sentido político, revolucionário e *estratégico*, mesmo que isolado das intenções da população brasileira como um todo. Jean Sales aponta que esse episódio foi denominado de “Foco de Copacabana”, como citado por Amaral, de forma pejorativa. Sales pondera que “talvez não seja o caso de procurar relacionar as ideias cubanas a esta tentativa do grupo pegar em armas contra a ditadura, uma vez que a organização, até o golpe, não via no foquismo um caminho adequado para a revolução brasileira⁵⁵²”. Essa tentativa de ação armada, na perspectiva do historiador, pode ser derivada da ideia de *insurreição das massas*, inspirada pela Revolução Russa, e pelo alinhamento da organização com as bases militares, e não, ainda, pelo foquismo em si.

Apesar de pretender se constituir enquanto um livro da *história recente do Brasil*, Amaral não pondera essas questões, reproduzindo elementos calcados na memória e que esvaziam as ideologias e especificidades políticas de cada organização. Tudo isso é jogado em um único caldo e transformado em ações *inocentes*. Tais ideias são reforçadas em outro trecho:

Cláudio Galeno era, portanto, um quadro experiente quando retornou a Belo Horizonte, e o que ele viu na pensão da Odete parecia mais um encontro de jovens rebeldes do que a reunião clandestina de uma célula revolucionária. A começar pela presença daquelas secundaristas, meninas ainda, vestidas com a blusa branca com

⁵⁵⁰ Ibid., p. 34.

⁵⁵¹ AMARAL, 2011, op. cit., p. 33.

⁵⁵² SALES, Jean Rodrigues. A Organização Revolucionária Marxista-Política Operária e a Revolução Cubana nos anos 1960. *História e Perspectivas*, Uberlândia, v. 26, n. 48, jan./jun. 2013, p. 14. Disponível em: <<http://www.seer.ufu.br/index.php/historiaperspectivas/article/view/23309>>. Acesso em: 14 fev. 2019.

gravatinha verde e a saia cinza evasê do uniforme do Colégio Estadual. Elas interrompiam a análise de conjuntura a qualquer tempo para falar de cinema, de teatro ou dos escritores da moda, Jean-Paul Sartre e Simone de Beauvoir. E o toca-discos no quarto, que não parava, o que era aquilo? Era Tamba Trio, Quarteto Novo, Zimbo Trio, era Baden Powell tocando Vinicius, até jazz americano se ouvia, antes, durante e depois da reunião (...) Carlinhos teve de explicar ao aturdido Galeno: “olha, companheiro, ou a gente faz dessa maneira ou não tem como ampliar a organização na base”.

Afinal de contas, a música era boa; a conversa, inteligente, e as meninas... Bem, as meninas eram muito interessantes (...) ⁵⁵³.

Se a narrativa tinha um caráter aventureiro, agora fica evidente que o autor também tinha um olhar do movimento como tipicamente *juvenil* – muito próxima da caracterização feita por Judith Patarra. Amaral mostra a “esquerda festiva”, que não tem nada de ameaçadora ou revolucionária, formada por jovens escolarizados da classe média, envolvidos naquelas situações por motivos circunstanciais.

Essa descrição prossegue até a segunda metade da década de 1960: “o máximo que o pessoal da Polop se arriscava fazer, até 1966, além das publicações clandestinas, era pichar os muros da cidade com palavras de ordem do tipo ‘Abaixo a ditadura’, ‘Fim do arrocho salarial’” ⁵⁵⁴. A citação demonstra uma ironia e *contradição* dentro do próprio texto: o máximo que a POLOP fazia, até 1966, era pichar muros e distribuir publicações clandestinas – mas, algumas páginas antes, o próprio Amaral descreveu uma tentativa de ação armada encabeçada pela organização. Ademais, mesmo essas pichações “inofensivas”, para o contexto da organização, estavam alinhadas a sua principal preocupação: “‘dar consciência ao proletariado’, uma vez que o momento era de preparação revolucionária, na qual a ênfase devia recair sobre o trabalho na propaganda e nas atividades de organização do proletariado” ⁵⁵⁵.

Apolo Lisboa tinha sido preso pela primeira vez depois de uma ocupação da faculdade, em setembro de 1964. Meses depois, virou notícia de novo, agora como campeão da etapa mineira do Concurso Nacional de Bíblia. Primogênito entre os 13 filhos de um pastor presbiteriano, Apolo sabia de cor a linhagem dos profetas do Antigo Testamento, os salmos do Rei Davi e os nomes de cada um dos muitos filhos do Rei Salomão. Ele guardou na memória a nota irônica de um jornal da época, algo na linha “A polícia prendeu como subversivo um rapaz que já leu a Bíblia cinco vezes”. Dilma guardou a lembrança na casa do pastor, *onde a vanguarda do proletariado foi recebida com limonada e Ki-Suco. O tempo de rebeldia quase inocente ia ficando cada vez mais distante* ⁵⁵⁶.

Impregnado de memória, o discurso de Amaral mais uma vez pinta as organizações e seus integrantes de maneira inocente – como aqueles jovens, que bebiam limonada, Ki-Suco e

⁵⁵³ Ibid., p. 34.

⁵⁵⁴ Ibid., p. 40.

⁵⁵⁵ SALES, 2007, op. cit., p. 34.

⁵⁵⁶ AMARAL, 2011, op. cit., p. 41-42, grifos meus.

ganhavam concursos de Bíblia, poderiam ser a *vanguarda do proletariado*? Porém, os primeiros sinais de radicalização e o início da perda dessa inocência, na concepção do autor, vêm com o endurecimento do regime – ignorando, mais uma vez, a experiência armada anterior:

A direção da Polop fazia o possível para conter a onda militarista que entusiasmava as bases da organização, mas *era cada vez mais difícil defender uma estratégia de luta pacífica no quadro de radicalização que se formava também pelo lado dos “gorilas”, como a esquerda chamava os generais da ditadura*⁵⁵⁷.

Fica evidente nesse trecho que Amaral considera como *pacífica* a estratégia seguida pela POLOP até 1966, e que, posteriormente a isso, aceita-se a adoção da tática de guerra de guerrilha, esta *não-pacífica*. Porém, não é isso que o historiador Jean Sales coloca: ele aponta que, antes de 1966, a POLOP se baseava nas estratégias soviéticas de insurreição do proletariado, como citado anteriormente; e que, a partir de 1966, a organização tentava conciliar essa concepção com os focos guerrilheiros, inspirados na Revolução Cubana. Em entrevista, Ruy Mauro Marini, um dos fundadores da POLOP, aponta: “nossa concepção estratégica geral era a de que *a evolução seria violenta*, com a tomada do poder concretizada por uma insurreição proletária urbana. A base do poder armado seria constituída pelas camadas inferiores das forças armadas burguesas (...)”⁵⁵⁸.

O conceito de *revolução* por si já envolve a violência e a ofensividade. Na perspectiva de Hannah Arendt, não se pode compreender o início de uma revolução sem a violência que proporcionará a ruptura política e a constituição de uma nova ordem⁵⁵⁹. O filósofo André Duarte, à luz de Arendt, afirma que, embora não se possa confundir os dois conceitos, “não há revolução sem violência”⁵⁶⁰. É possível compreender, dessa forma, que quem adiciona o componente do pacifismo é o próprio Amaral. Conquanto a estratégia da insurreição de massas não tenha a mesma ofensividade do foco guerrilheiro, ela não pode ser caracterizada como *pacífica*. Revolução alguma pode.

Essa ideia de incluir o viés *pacífico* e de *valorizá-lo*, segundo Marcos Napolitano, tem relação com a memória construída no fim da década de 1970 – muito presente na Lei de Anistia – de conciliação e pacificação nacional, e com a nova cultura política *democrática* que se esboçava. Além disso, ao tratar do engajamento político de uma presidenta eleita

⁵⁵⁷ Ibid., p. 45, grifos meus.

⁵⁵⁸ apud SALES, 2007, op. cit., p. 32, grifos meus.

⁵⁵⁹ DUARTE, André. Poder, violência e revolução no pensamento político de Hannah Arendt. *Cadernos de filosofia alemã: crítica e modernidade*, v. 21, n. 3. Edição especial Hannah Arendt, 17 dez. 2016, p. 20. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/filosofiaalema/article/view/124502>>. Acesso em: 8 fev. 2019.

⁵⁶⁰ Ibid., p. 20, grifos meus.

democraticamente, num Brasil com essa nova cultura política, é mais *legitimador* que ela tenha seguido, o máximo possível, por caminhos pacíficos e democráticos.

Ainda assim, o autor demonstra ter conhecimento sobre a influência da Revolução Russa na organização:

Criada em 1961, por dissidentes do PCB e do antigo Partido Socialista Brasileiro (PSB), e por seguidores do russo Leon Trotski, a Polop reivindicava a herança de Vladimir Lenin, pai da Revolução Soviética de 1917, e da revolucionária alemã Rosa Luxemburgo⁵⁶¹. Dentre as organizações da esquerda brasileira, era de longe a mais exigente com a formação teórica de seus militantes, um traço imposto pelo fundador, Eric Sachs (...)⁵⁶².

(...)

Não era a tomada do Palácio de Inverno, mas, se não havia propriamente uma revolução socialista no horizonte, algum tipo de mudança, transformadora e com raízes populares, parecia ao alcance da mão no começo de 1964⁵⁶³.

Para explicar a eventual radicalização – *silenciando* sobre o fato que a escolha por um caminho revolucionário já implicava em radicalidade –, Amaral a condiciona ao endurecimento da ditadura. Quem poderia permanecer inerte frente a um regime tão violento?

Logo depois de 1964, a radicalização de parte a parte, a radicalização do governo militar, que vai cada vez mais ampliando a censura, restringindo os espaços democráticos, restringindo a atuação dos partidos, a extinção... Isso tem como contraponto uma radicalização também daquela oposição das organizações revolucionárias⁵⁶⁴.

Após introduzir o acirramento nas estratégias de “ambos os lados”, o autor faz um balanço do que chama de “luta desigual que marcou uma geração”:

[A tentativa de atentado ao avião em que estaria Costa e Silva no aeroporto de Guararapes, em Recife] *Foi o primeiro disparo da esquerda na luta desigual que marcou uma geração*. Pelo lado da ditadura, o primeiro crime de sangue confirmado foi a tortura e o assassinato do ex-sargento Manoel Raimundo Soares, no Rio Grande do Sul. O corpo dele foi encontrado com as mãos amarradas numa ilha do rio Jacuí, em Porto Alegre, em agosto de 1966. Ao fim da ditadura, 20 anos depois, 379 pessoas tinham sido mortas em ações policiais, combates de rua, sob tortura nas cadeiras, em locais clandestinos de extermínio ou simplesmente dadas como “desaparecidas”, segundo a Comissão Nacional de Mortos e Desaparecidos. Grupos de esquerda foram responsáveis por 73 mortes em assaltos, tiroteios e “justiçamentos”, de acordo com o balanço do jornalista Elio Gaspari. O projeto Brasil: Nunca Mais catalogou 7.367 réus da Justiça Militar no período, dos quais 1.918 ousaram denunciar que tinham sido

⁵⁶¹ Embora tenha morado na Alemanha, Rosa Luxemburgo era polonesa.

⁵⁶² AMARAL, 2011, op. cit., p. 31.

⁵⁶³ Ibid., p. 32, grifos meus.

⁵⁶⁴ GENTE que é gente. *TVC/BH*, 25 mar. 2012. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=rvKQhTIQqM&t=590s>>. Acesso em: 31 jan. 2019.

torturados. Outras dez mil pessoas, pelo menos, foram presas sem processo na ditadura. Não é possível calcular quantas foram presas sem registro⁵⁶⁵.

O “primeiro disparo” dado pela esquerda teria sido o atentado ao avião em que Costa e Silva estaria (mas não estava) em julho de 1966⁵⁶⁶; um mês depois, viria a resposta da ditadura, com a morte do ex-sargento Manoel Raimundo. Esse trecho evidencia a ideia de *guerra*, mesmo que desigual, e, por isso o autor acha necessário citar dados de “ambos os lados” – recriando, dessa forma, uma espécie de versão brasileira da *teoria dos dois demônios*⁵⁶⁷. É possível ver muito em comum, por exemplo, com a forma de lembrar do filme *Pra frente Brasil*, mencionado no capítulo anterior. A teoria dos dois demônios, em seu país de origem, Argentina, teve lugar no momento posterior à ditadura, mas depois foi superada e é imensamente *criticada*⁵⁶⁸. No Brasil, porém, isso não ocorre: ela continua sendo recuperada como forma de manter a *conciliação*.

Para Napolitano, essa recuperação pode ser uma consequência do aumento dos discursos conservadores, sendo a coleção de Elio Gaspari a que mais fomenta a ideia⁵⁶⁹. Assim sendo, a preocupação de Amaral em não deixar de fora os números da esquerda pode ser uma estratégia para responder eventuais críticas sobre o fato de apenas ser contado *um lado da história*, reivindicação muito comum entre as Forças Armadas e outros adeptos das memórias subterrâneas. Nota-se, portanto, aspectos em comum com o PT em suas ações pela memória – abrandando-se o discurso para que ele seja bem aceito em todos os setores da sociedade, para que se torne *consenso*. Por esse motivo, nesse trecho, embora cite a violência do Estado, esta não é tratada como política institucionalizada e incentivada como prática para conter o avanço dos opositores.

Quando o general Costa e Silva tomou posse, em março de 1967, as bases da Polop já se consumiam numa disputa teórica sobre o caráter socialista da revolução brasileira e as formas de luta contra a ditadura. Em julho de 1966, Guido Rocha elaborou uma proposta de luta pacífica por uma Assembleia Constituinte Popular e Soberana. Os “gorilas” resolveram a questão a sua maneira, impondo uma Constituição e uma Lei

⁵⁶⁵ AMARAL, 2011, op. cit., p. 46.

⁵⁶⁶ A historiografia, no entanto, tem tratado sobre as ações armadas antes do golpe civil-militar. Cf. ROLLEMBERG, Denise. *O apoio de Cuba à luta armada no Brasil: o treinamento guerrilheiro*. Rio de Janeiro: Mauad, 2001. Disponível em: <http://www.historia.uff.br/nec/sites/default/files/O_apoio_de_Cuba_a_luta_armada.pdf>. Acesso em: 8 mar. 2019.

⁵⁶⁷ Segundo Lvovich e Bisquert, “releitura do passado recente desenvolvida pelo Estado [argentino] (...) que configurará a imagem de uma sociedade vítima e inocente presa entre a violência política de extrema direita e extrema esquerda”. Cf. LVOVICH & BISQUERT, 2008, op. cit., p. 13.

⁵⁶⁸ Idem.

⁵⁶⁹ NAPOLITANO, 2015, op. cit., p. 34.

de Segurança Nacional às vésperas da posse de Costa e Silva. Nas bases da Polop, a luta pela Constituinte deu lugar à fórmula cubana do foco guerrilheiro⁵⁷⁰.

No trecho acima, o autor condiciona mesmo as políticas aprovadas pela ditadura – como a nova Constituição e Lei de Segurança Nacional – ao avanço das organizações armadas: “os ‘gorilas’ resolveram a questão a sua maneira”. Ainda assim, Isabel Leite, em entrevista com Guido Rocha, – que teria proposto essa “luta pacífica” – esclarece que o militante apoiava a luta armada, desde que esta tivesse um fim:

ele chegou a apoiar a luta armada, mas em defesa de uma Assembleia Constituinte (pois o problema, em seu entendimento, estava no âmbito da legitimação do poder). Para tal objetivo era preciso uma preparação para o ingresso nesta forma de luta, não a sua deflagração sem projetos⁵⁷¹.

Fica evidente, dessa forma, que não é que Guido Rocha fosse a favor de uma *luta pacífica*, mas do uso da luta armada para atingir *resultados políticos* mais eficazes. Ainda assim, a luta pela Constituinte foi deixada de lado pela POLOP/COLINA pelo fato de ser considerada uma estratégia muito próxima da defendida pelo PCB e, portanto, *reformista*⁵⁷². Mesmo esses embates internos da organização são tratados pelo autor como *dúvidas juvenis*:

Na cabeça dos jovens militantes as dúvidas podiam ser simplificadas assim: construir o partido do proletariado ou pegar em armas contra o capitalismo opressor; ser reformista ou ser revolucionário; ser mais um intelectual pequeno-burguês ou ser um novo homem guerrilheiro?⁵⁷³

Observa-se que o relato simplifica as ideias e os debates colocados pelas esquerdas e, de certa forma, trata-os de maneira *pejorativa*. A respeito dos resultados desses questionamentos, Amaral aponta:

As contradições explodiram no fim do ano, em Campos, litoral do Rio, onde se realizou o IV Congresso da Polop. Eric Sachs apresentou seu “Programa Socialista para o Brasil”, com uma concessão à tese da guerrilha rural, desde que fosse parte de uma Frente de Esquerda Revolucionária. *As bases radicalizadas não tinham mais paciência para aquele papo equilibrista.*

⁵⁷⁰ AMARAL, 2011, op. cit., p. 46.

⁵⁷¹ LEITE, 2006, op. cit., p. 55.

⁵⁷² LEITE, Isabel Cristina. *Comandos de Libertação Nacional: oposição armada à ditadura em Minas Gerais (1967-1969)*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2009, p. 101.

⁵⁷³ AMARAL, 2011, op. cit., p. 47.

“OLAS, bolas!”, ironizou Apolo Lisboa numa rodinha do congresso. *O trocadilho virou palavra de ordem dos rebeldes sob a influência cubana*. Era o racha, como se dizia na esquerda.

(...)

A nova organização era formada por células e setores bem definidos (...). *Seu objetivo declarado era alcançar o socialismo*, e não apenas lutar contra o imperialismo⁵⁷⁴.

De fato, o documento apresentado por Eric Sachs, idealizador da POLOP, foi motivo de muitas divergências e cisões dentro da organização: “para os revolucionários rompidos, a POLOP reproduzia um discurso europeu que não cabia na realidade brasileira. Acreditavam também que a POLOP se considerava como ‘vanguarda ideológica’, porém tinha falsas concepções e reproduzia ‘frases feitas’”⁵⁷⁵. O rompimento com a POLOP e a criação de uma nova organização, no entanto, não significa que haja um *objetivo novo* de alcançar o socialismo – como se essa não fosse a intenção do primeiro grupo, como o autor dá a entender. O que ocorreu foi uma *mudança de estratégia*: o aspecto *revolucionário* permanece, mas com outra forma de atingi-lo. A *luta armada* seria a “‘forma fundamental de luta de classes na atual conjuntura – que terá que ser centralizada no campo, sob a forma de guerra de guerrilhas’, consequentemente promovendo uma organização da classe operária, com orientações claras para a derrubada do regime”⁵⁷⁶.

Tratando do envolvimento da organização com a classe operária, Amaral narra as greves e passeatas organizadas pelo movimento estudantil e dos trabalhadores em 1968:

A diminuta base operária da ex-Polop fez sua parte na greve dos operários de Contagem, organizada por militantes do Sindicato dos Metalúrgicos e pela Corrente, a dissidência mineira do PCB, braço local da ALN.

(...) Nos meses seguintes, uma lista negra de demissões se abateu sobre os trabalhadores, fábrica por fábrica, desarticulando por muitos anos o movimento operário na região.

A greve coincidiu com a eclosão das passeatas estudantis apoiadas pela classe média, pelos artistas e, agora, também pelos padres. *O movimento de massas levantava-se contra a ditadura, afinal, mas não teria folego para chegar ao fim do ano nem para romper a lógica da radicalização*⁵⁷⁷.

Para o historiador Daniel Aarão Reis, os órgãos de segurança e mesmo alguns estudiosos confundiram movimentos sociais e organizações clandestinas⁵⁷⁸. Não é o caso de Amaral, evidentemente. O autor não só antagoniza por completo as duas formas de manifestação política, como coloca como impedimento para o pleno desenvolvimento dos primeiros a

⁵⁷⁴ Ibid., p. 47-48.

⁵⁷⁵ LEITE, 2009, op. cit., p. 106.

⁵⁷⁶ Ibid., p. 106.

⁵⁷⁷ AMARAL, 2011, op. cit., p. 48.

⁵⁷⁸ REIS, 2014, op. cit., p. 71.

existência dos segundos, conforme exposto no trecho destacado. Essa tática ratifica o distanciamento radical entre as massas – mesmo os setores organizados delas – e as esquerdas revolucionárias: as últimas estariam *isoladas* do povo brasileiro por *vontade própria*, pelo desejo de serem *heroínas*. Reis aponta que os movimentos grevistas de 1968 logo “foram dominados” pela ditadura⁵⁷⁹. Amaral traz esse ponto de vista, mas atribui parte da responsabilidade à lógica de radicalização em voga. Daniel Aarão Reis, contudo, evidencia: as greves e passeatas tinham caráter democrático, porém *radical*⁵⁸⁰.

O ano de 1968 foi aquele em que o brigadeiro João Paulo Burnier tentou explodir o gasômetro do Rio, botar a culpa na oposição e lançar seus chefes em alto mar; foi o ano em que a esquerda começou a assaltar bancos, roubar armas e explodir bombas; o ano da passeata dos Cem Mil e da prisão de 920 estudantes no Congresso da UNE em Ibiúna; o ano em que a tortura foi banalizada, o Congresso Nacional foi fechado e a ditadura baixou o AI-5, transferindo todo o poder às Forças Armadas⁵⁸¹.

Nesse trecho, podemos notar um silêncio que se rompe de maneira bem discreta: para Amaral, o AI-5 transfere *todo o poder às Forças Armadas*. Se o poder foi transferido *completamente* às Forças Armadas somente em 1968, pode-se concluir que, anteriormente, o regime ditatorial era também constituído e controlado por entidades civis. Esse aspecto está ausente da narrativa de Amaral até aqui, assim como de toda a narrativa memorial construída pelo PT. Além disso, a ideia de que a tortura foi “banalizada” nos faz deduzir que ela já era prática anterior ao ato, mas *pontual*. Mesmo após sua possível banalização, Amaral não a classifica como *política de Estado*.

Em outro ponto do livro, o autor retoma o endurecimento do AI-5:

A barra ia ficando mais pesada à medida que 1968 chegava ao fim, e com ele as passeatas, a simpatia da classe média pela esquerda, a onda rebelde em Paris, Praga, São Francisco, Cidade do México... Dilma apostava que o regime endureceria de vez depois da visita da rainha Elizabeth II da Inglaterra ao Brasil. “Quando a rainha for embora, eles fecham pra valer”, ela dizia aos amigos.

(...)

No dia 13 de dezembro, Costa e Silva baixou o AI-5. Caía a máscara da ditadura. Estava fechado o Congresso, mutilado o Supremo Tribunal Federal, suspenso o habeas corpus. Intelectuais, jornalistas e artistas foram presos por serem intelectuais, jornalistas e artistas. (...) Acima de qualquer manifestação individual – cantada ou pintada, falada ou escrita – *prevaleciam os censores embrutecidos*. Acima de tudo e de todos pairava sobre o país o medo, verdadeiro soberano da nova ordem⁵⁸².

⁵⁷⁹ Ibid., p. 70.

⁵⁸⁰ Idem.

⁵⁸¹ AMARAL, 2011, op. cit., p. 48.

⁵⁸² Ibid., p. 52.

A primeira frase que chama atenção é a que diz que, a partir do fim de 1968, as esquerdas perderam uma importante *simpatia*: da classe média. O discurso do autor está profundamente calcado na memória hegemônica sobre o regime, que depreende que não apenas a classe média, como todos os setores da sociedade civil, seriam *vítimas* e estariam *resistindo* ao autoritarismo da ditadura. Esse discurso, no entanto, oculta mais uma vez um aspecto significativo de análise: a participação efetiva da sociedade civil – principalmente das classes médias – para a implementação e consolidação da ditadura. Embora tenha insinuado um rompimento com este silêncio, ratifica-o novamente.

Como tal classe poderia ter *simpatia* pelas esquerdas que, quatro anos antes, temeu de maneira tão incisiva? Janaina Cordeiro lembra da importância “da compreensão do consenso erguido em torno da ditadura civil-militar, bem como a cultura política de determinados segmentos sociais brasileiros, a qual é permeada por elementos bastante autoritários”⁵⁸³. Amaral faz exatamente o oposto: concebe a sociedade como *vítima e resistente*, que somente retira sua *simpatia* às esquerdas quando estas partem para a ação ofensiva.

Ao afirmar que “intelectuais, jornalistas e artistas foram presos por serem intelectuais, jornalistas e artistas”, Amaral reafirma sua posição em consonância com a memória hegemônica de que *todos da sociedade seriam opositores*, inclusive aos olhos do regime, ignorando o viés político das detenções e censuras – em muitos casos, legitimadas pela sociedade. O biógrafo isola os censores numa função guiada pela *brutalidade* individualizada, desmedida e sem eco entre o resto dos brasileiros. A historiadora Janaina Cordeiro, à luz de Beatriz Kushnir e Carlos Fico, aponta que:

É preciso buscar na prática da censura não apenas o Estado repressor, mas também o outro *pólo*, a sociedade que consentia, tácita ou explicitamente. O censor, o funcionário público, não é uma *entidade* à parte – a *censura* –, não está descolado da sociedade. É parte e produto dela, podendo expressar sob vários aspectos a *opinião* dos setores mais conservadores da sociedade, dessas muitas pessoas que acreditavam nos efeitos benéficos da atividade desse tipo de profissional e que não se constringiam em demandar deles uma ação mais eficaz⁵⁸⁴.

Ainda na perspectiva de Amaral, *o medo* pairava, soberano na *nova ordem* autoritária – são os *anos de chumbo*, tão característicos da memória hegemônica. Mas medo para quem? É necessário problematizar essa noção de medo generalizado: para além daqueles que estavam se

⁵⁸³ CORDEIRO, Janaina Martins. Femininas e formidáveis: o público e o privado na militância política da Campanha da Mulher pela Democracia (CAMDE). *Revista Gênero*, v. 8, 2009, p. 3. Disponível em: <http://www.historia.uff.br/nec/sites/default/files/Femininas_e_formidaveis_0.pdf>. Acesso em: 14 fev. 2019.

⁵⁸⁴ CORDEIRO, 2012, op. cit., p. 265-266.

organizando em oposição ao regime e à ordem vigente, e daqueles que *apoiavam* a consolidação da ditadura, houve também aqueles que estavam *indiferentes* – “essa espécie de personagem constante da história que atravessa os tempos em diferentes partes do mundo assistindo a toda espécie de crime sem nada ver”⁵⁸⁵.

Para enfrentar violência, só com violência – seria a estratégia da esquerda, segundo Amaral. A fusão entre VPR e COLINA é descrita pelo biógrafo como um incômodo para Dilma, como já vimos anteriormente, uma vez que a primeira “ostentava um cartel de ações espetaculares⁵⁸⁶”. A Dilma de Amaral se preocupava com a fusão, com medo da perda do “trabalho de massas⁵⁸⁷”, mas teve participação ativa nas atividades que prepararam o surgimento da nova organização conjunta – contraditório. Ao tratar da primeira ação da já VAR-Palmares, Amaral descreve:

Naquele momento havia algo mais urgente a fazer: uma grande ação de levantamento de fundos. Os grupos de esquerda sobreviviam basicamente de assaltos a bancos (seriam mais de 100 em 1970), sempre arriscados e de resultado incerto. O alvo agora era a fortuna de um político corrupto, que estaria ao alcance da mão numa casa no alto de Santa Teresa.

(...)

Ao final da operação, a VAR-Palmares detinha cerca de 2,5 milhões de dólares – dinheiro ensopado, mas quente, “expropriado da corrupção”. (...) *A Ação Grande* foi a “expropriação revolucionária” mais lucrativa de todos os tempos, mas as atenções do mundo se voltavam para a missão *Apollo 11*, que culminaria dois dias depois com a chegada do primeiro homem à Lua.

O autor, em todo o livro, utiliza as palavras assalto e sequestro para denominar as ações das esquerdas revolucionárias. Mesmo no excerto, previamente analisado, em que ele analisa os dados “de cada lado”, esses foram os termos usados – com exceção de “justiçamento”, que veio entre aspas. No trecho agora observado, ao introduzir o assunto, Amaral utiliza a palavra *assalto*; ao descrever a Ação Grande propriamente dita, emprega *expropriação*, mas sempre entre aspas, como quem exprime ironia. Daniel Aarão Reis caracteriza isso como: “hegemonia, quando os vencedores conseguem fazer com que os vencidos usem o seu vocabulário, carregado de conotações pejorativas⁵⁸⁸”. Além disso, o uso desses termos pela repressão retirava o caráter *político* e estratégico dessas ações, transformando-as em delitos comuns. Amaral se apropria fortemente do vocábulo “hegemônico” e, quando faz uso das palavras consideradas adequadas pelas esquerdas na época, o faz de maneira pejorativa.

⁵⁸⁵ ROLEMBERG, 2006, p. 3.

⁵⁸⁶ AMARAL, 2011, op. cit., p. 55.

⁵⁸⁷ Ibid., p. 58.

⁵⁸⁸ REIS, 2014, op. cit., p. 75.

Lembro aqui que essas ações foram alvo de muito questionamento durante toda a trajetória pública de Dilma, principalmente durante as duas eleições para as quais concorreu. O uso das palavras “assalto” e “sequestro” retiram o componente *político* das ações, transformando-as em delitos comuns, muito condenados pela sociedade. Por esse motivo, tanto Dilma em suas declarações, quanto Amaral na biografia, apropriam-se dessa linguagem depreciativa e *apolítica* e criam um distanciamento forte entre a ex-militante e os “delitos”, negando qualquer forma de envolvimento.

Após a Ação Grande radical das esquerdas, Amaral passa a narrar a repressão e sua articulação como forma de resposta:

Em São Paulo, a repressão passou a se organizar em torno da Oban, a Operação Bandeirante, um combinado de militares e policiais civis, comandados em tese por um major do Exército. A Oban ficava numa delegacia na rua Tutóia, no bairro do Paraíso, e era financiada pelo governo do estado e por uma caixinha de empresários. Um dos colaboradores mais ativos da caixinha, o norueguês Henning Albert Boilesen, da Ultragaz, seria morto a tiros por um comando da ALN em 1971, na fase terminal da organização.

A Oban contava com a colaboração – na verdade, concorrência – do DOPS, comandado pelo delegado Sérgio Paranhos Fleury, chefe do Esquadrão da Morte, que executava criminosos, suspeitos e desafetos da polícia. Na caça aos subversivos, Fleury atuava como parceiro do Centro de Informações da Marinha, o Cenimar. No Rio, era o Centro de Inteligência do Exército (CIE) que enfiava as botas no trabalho sujo. A competição entre as forças da ordem refletia a instabilidade dos quartéis, onde os generais disputavam o futuro da Revolução Democrática de 1964. Quem viu no AI-5 o auge da ditadura não imaginava o que estava por vir na segunda metade de 1969⁵⁸⁹.

Antes de uma análise mais aprofundada do excerto, chamo a atenção novamente para os termos. Embora se utilize de palavras próprias do vocabulário dos militares – *subversivos* e *Revolução Democrática de 1964* –, nesse caso, o autor não parece ver necessidade de *aspas* para indicar que se refere a expressões próprias daquele grupo, como no caso das esquerdas, mesmo que essas palavras pareçam inadequadas para a memória hegemônica. É, novamente, a hegemonia dos vencedores impondo e *normalizando* seu vocabulário.

Ao tratar da OBAN, o autor faz uma breve descrição dos atores fundamentais para sua criação e funcionamento: “um combinado de militares e policiais civis, comandados em tese por um major do Exército. (...) financiada pelo governo do estado e por uma caixinha de empresários”. O comando *em tese* do major do Exército indica que as ações lá empregadas não tinham comando algum e partiam do livre arbítrio dos agentes de segurança, permitindo que chegassem à barbárie, de maneira descolada da autorização estatal. Ao tratar do financiamento,

⁵⁸⁹ AMARAL, 2011, op. cit., p. 62-63.

a ausência do governo federal e a entrada de uma “caixinha” de empresários dá a ideia de algo provisório e clandestino. Essa ideia é influenciada pelos discursos da memória que não tratam a tortura e os assassinatos como *terrorismo de Estado*.

A despeito de nunca ter sido legalmente oficializada, a Operação Bandeirante foi concebida por diversos agentes do Estado, inicialmente em um evento realizado em Brasília, em que estavam presentes “todos os secretários de Segurança Pública, os comandantes das Polícias Militares e os superintendentes regionais da Polícia Federal, sob a orientação do então ministro da Justiça, Luís Antonio da Gama e Silva, e do general Carlos de Meira Mattos, chefe da Inspeção Geral das Polícias Militares”⁵⁹⁰. A “caixinha” dos empresários recebia verbas de grandes bancos brasileiros, da Federação das Indústrias de São Paulo (FIESP), de advogados, como Paulo Sawaia, industriais e empresários, como Henning Boilesen, aliciados por Antônio Delfim Netto e Gastão Vidigal – dono do Banco Mercantil de São Paulo⁵⁹¹.

A colaboração desses civis com o funcionamento de centros de tortura, como este em São Paulo, vem sendo cada vez mais divulgada e debatida e o caso de Boilesen é emblemático, principalmente pelo seu justicamento pela ALN. Esse fato foi recuperado no filme *Pra frente Brasil*, com um personagem baseado no empresário; além disso, em 2009, foi lançado um documentário intitulado *Cidadão Boilesen*⁵⁹², dirigido por Chaim Litewski. Dois fatores que podem ter influenciado Amaral a citar o caso, não obstante seu silêncio sobre colaborações civis em outros momentos.

As expressões “enfiar as botas no trabalho sujo” e “instabilidade dos quartéis” remetem à ideia de *vilania e ineficiência* – mais uma vez, dando a ideia de que essas são ações isoladas e descoladas de uma política de Estado. Esse maniqueísmo não permite a crítica profunda da estrutura estatal autoritária e da perseguição às esquerdas como um plano sistematizado. Nesse sentido, é importante ressaltar que a justificativa das divergências entre órgãos apresentada por Amaral não se sustenta: eles não “disputavam o futuro da Revolução Democrática de 1964”, como apontado por Amaral, mas sim, de acordo com Mariana Joffily:

Esse fenômeno ocorreu por duas razões distintas. A primeira está ligada à importância e ao prestígio que o combate à guerrilha urbana adquiriu no seio do regime militar, decorrente da proeminência da Segurança Nacional dentro do projeto de governo.
(...)

⁵⁹⁰ JOFFILY, Mariana. *No centro da engrenagem: os interrogatórios da Operação Bandeirante e no DOI de São Paulo*. Tese (Doutorado em História Social) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008, p. 30.

⁵⁹¹ *Ibid.*, p. 32-33.

⁵⁹² CIDADÃO Boilesen. Direção: Chaim Litewski. Roteiristas: Ana Paula Brasil e Chaim Litewski. Rio de Janeiro: Palmares Produções e Jornalismo Ltda., 2009. Disponível em plataforma digital (93 min), son., colorido.

A segunda diz respeito à uma escolha pragmática por uma política de resultados – encarnada nas memoráveis capturas de bandidos famosos e de lideranças de esquerda pelo delegado Fleury – em detrimento da centralização e coordenação efetiva das forças repressivas⁵⁹³.

O final do trecho de Amaral inaugura, de fato, os *anos de chumbo*: “quem viu no AI-5 o auge da ditadura não imaginava o que estava por vir na segunda metade de 1969”. A chegada de Emílio Garrastazu Médici à presidência é descrita pelo biógrafo:

Na primeira fala, recendendo a caserna, Médici advertiu: “Todo aquele que tentar contra a tranquilidade pública e a segurança nacional será inapelavelmente punido. Quem semear a violência colherá fatalmente a violência”. Em 31 de março, no sexto aniversário do golpe, o general Médici seria ainda mais claro: “Haverá repressão, sim. E dura, e implacável. (...)”. Nunca antes um chefe da ditadura tinha se dirigido de forma tão direta e ameaçadora aos subversivos, mas a essa altura não havia como dar meia-volta na engrenagem implacável da luta clandestina. Não havia retorno possível para quem tinha feito o caminho da revolução. A nova ordem de Médici, ordem unida, deu eficácia cruel ao comando brutal do AI-5. Em pouco mais de dois anos, as organizações revolucionárias no Brasil estariam reduzidas a apenas dois grupos: os presos e os mortos⁵⁹⁴.

Amaral faz questão de se lembrar dos integrantes das organizações revolucionárias como *vítimas*, presos ou mortos; esquece-se, porém, dos exilados. A respeito dessa “nova ordem” de Médici, o biógrafo cria uma ruptura muito forte entre os governos anteriores e este, como se tivesse havido então a invenção da repressão. Porém, é importante lembrar que Médici foi chefe do SNI durante o governo de Costa e Silva. Denise Rollemberg alerta:

No entanto, é importante ressaltar, conforme Carlos Fico, que as atribuições do SNI e das antigas seções de segurança nacional, transformadas em divisões de segurança e informações (DSIs) já tinham sido aumentadas desde janeiro de 1968. Ou seja, bem antes do AI-5, o fechamento do regime já estava no horizonte (...) ⁵⁹⁵.

Esse período é considerado o de maior repressão, de fato. Contudo, é também permeado por ambiguidades: ao mesmo tempo em que foram os *anos de chumbo*, foram também os *anos de ouro*, devido ao milagre econômico e às comemorações nacionais e patrióticas – Copa do Mundo de Futebol, dentre outros⁵⁹⁶. Amaral também lembra desse momento:

⁵⁹³ Ibid., p. 60.

⁵⁹⁴ AMARAL, 2011, op. cit., p. 65.

⁵⁹⁵ ROLLEMBERG, Denise. A ditadura civil-militar e o tempo de radicalização e barbárie (1968-1974). IN: MARTINHO, Francisco Carlos Palomanes (org.). *Democracia e ditadura no Brasil*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2006, p. 6.

⁵⁹⁶ Cf. CORDEIRO, 2009, op. cit., passim.

Viver nos subterrâneos, com medo de “cair” a qualquer momento, dava aos militantes uma sensação de isolamento incompatível com a perspectiva de construir o socialismo. Havia, sobretudo, uma nova realidade econômica e social no país, que distanciava os revolucionários das massas: a ditadura estava controlando a inflação – um ponto fraco do governo deposto em 1964 –, fazendo a economia crescer e criando empregos em ritmo veloz. (...)

O “milagre brasileiro” era financiado por uma oferta de capitais sem precedentes desde o fim da Segunda Guerra, possibilitando alto endividamento externo e grandes investimentos *num país sem greves e sem opinião pública. Seu condutor era o ministro da Fazenda Antônio Delfim Netto, um jovem professor de Economia culto e sagaz*⁵⁹⁷.

A concepção do milagre apresentada por Amaral está afinada com a historiografia: usando uma frase fundamental dita por Médici – “eu posso. Eu tenho o AI-5 na mão e, com ele, posso tudo. Se eu não posso, mais ninguém pode⁵⁹⁸” –, Janaina Cordeiro aponta a centralidade dos atos autoritários para a viabilização do milagre. Segundo ela, os mecanismos de exceção “compunham o quadro de *estabilidade e ordem* que caracterizou, para muitos, este período da ditadura. Coerção e consentimento, mais que *os dois lados da mesma moeda* compunham, sob este aspecto, elementos de uma mesma paisagem que fizeram do governo Médici, para muitos, um grande sucesso⁵⁹⁹”. Mas por que Amaral, que está em diálogo com um discurso memorial que favorece as *esquerdas*, escolheu lembrar deste aspecto?

Como observado no trecho acima, Amaral apresenta Antônio Delfim Netto, um jovem professor *culto e sagaz*. Então, o biógrafo trata de sua imagem “no auge da luta pela redemocratização, nos anos 80, Delfim se converteria no totem dos piores males da ditadura: da inflação à dívida externa, da corrupção à impunidade⁶⁰⁰”. No entanto, Amaral parece não concordar com essa visão:

No século XXI, vivendo em outro Brasil, Delfim se tornou conselheiro econômico de Lula e interlocutor da própria Dilma. A esquerda já o demonizava em 1969, mas não foi capaz de perceber o que ocorria no país real. A euforia do milagre foi embalada numa onda de patriotismo e exaltação à ditadura, impermeável a qualquer crítica marxista e, por algum tempo, até mesmo à pauta das liberdades democráticas: “Brasil, ame-o ou deixe-o”⁶⁰¹.

Retomando a ideia de que a memória se refere mais ao presente do que ao passado, Amaral utiliza dados da ditadura para justificar fatos de seu presente. O autor opta por uma *crítica do passado*, que justifica um *elogio ao presente*. As esquerdas da década de 1970

⁵⁹⁷ AMARAL, 2011, op. cit., p. 67, grifos meus.

⁵⁹⁸ apud CORDEIRO, 2012, op. cit., p. 254.

⁵⁹⁹ Idem.

⁶⁰⁰ AMARAL, 2011, op. cit., p. 67.

⁶⁰¹ Idem.

estariam cegas para a eficiência de Delfim Netto; as massas não, estas usufruíam dos benefícios proporcionados por ele. *Vivendo num outro Brasil*, Delfim se encaixa no governo Lula; apesar da aparente “esquizofrenia ideológica”, Lula soube reconhecer, na concepção do biógrafo, a competência de Delfim.

Este, por sua vez, tornou-se conselheiro econômico do ex-presidente Lula em maio de 2007⁶⁰², um ano antes da crise mundial de 2008. Mas, a aproximação teria acontecido antes, logo após a eleição de Lula, segundo mostra o *Estadão*:

Delfim, de outra geração, é um interlocutor também lembrado por Lula como o *homem que aprendeu a admirar, depois de muito criticá-lo*. Sua participação em reuniões que traçaram as diretrizes do pacote cambial mostra a influência do neoconselheiro no Planalto. “O problema da esquerda é que não tem um bom ouvido direito”, ironizou Delfim, *ao se aproximar de Lula, na campanha de 2002*. “Eu sempre achei que você daria um magnífico professor de geografia, por conhecer o Brasil.” *A partir daí foi selada uma aliança que só se aprofundou* e o ex-ministro da Fazenda no regime militar é hoje uma espécie de consultor do governo, para desespero do PT⁶⁰³.

Amaral, é claro, não lembrou de mencionar o fato de Delfim Netto, além de culto e sagaz, também ter sido um dos signatários do AI-5⁶⁰⁴ e, como apontado acima, um dos que buscavam financiamento para a sobrevivência da Operação Bandeirante. Nota-se mais uma vez que o biógrafo está *em consonância* com, ou *a serviço* dos discursos que legitimavam os governos petistas e suas escolhas.

Ao fim do capítulo, Amaral escolhe os militantes mencionados por Dilma em discurso que anunciou sua pré-candidatura à presidência, em 2010 para contar seus “desfechos”: Iara Iavelberg, Maria Auxiliadora Lara Barcelos e Carlos Alberto Soares de Freitas. Em relação à Iara:

Iara enfurnou-se com o capitão Lamarca (e com Herbert) num treinamento de guerrilha no Vale do Ribeira e depois o acompanhou em esconderijos diversos, compartilhando a ilusão nunca realizada da coluna móvel guerrilheira. Lamarca foi

⁶⁰² LULA empossa Delfim em conselho econômico. *GI*, 16 mai. 2007. Disponível em: <<http://g1.globo.com/Noticias/Politica/0,,MUL37474-5601,00-LULA+EMPOSSA+DELFIM+EM+CONSELHO+ECONOMICO.html>>. Acesso em: 6 fev. 2019.

⁶⁰³ ROSA, Vera. Time de não-petistas ganha força entre os conselheiros do presidente. *O Estado de S. Paulo*, 12 abr. 2008. Disponível em: <<https://politica.estadao.com.br/noticias/geral,time-de-nao-petistas-ganha-forca-entre-os-conselheiros-do-presidente,156007>>. Acesso em: 6 fev. 2019.

⁶⁰⁴ BRASIL. Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968. São mantidas a Constituição de 24 de janeiro de 1967 e as Constituições Estaduais; O Presidente da República poderá decretar a intervenção nos estados e municípios, sem as limitações previstas na Constituição, suspender os direitos políticos de quaisquer cidadãos pelo prazo de 10 anos e cassar mandatos eletivos federais, estaduais e municipais, e dá outras providências. Brasília, DF: Planalto, 1968. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/AIT/ait-05-68.htm>. Acesso em: 14 fev. 2019.

fuzilado pela tropa do coronel do Exército Nilton Cerqueira no sertão da Bahia, em setembro de 1971. Estava doente, faminto, esfarrapado. Em agosto, cercada pela polícia num apartamento em Salvador, Iara suicidou-se com um tiro no peito⁶⁰⁵.

O autor inclui o destino também de Lamarca, atrelado ao de Iara, reproduzindo a ideia amplamente difundida de que os dois são *um só* – mesmo que ela tenha falecido primeiro, a morte dele é descrita antes, afinal, parece ter maior importância. *Doente, faminto e esfarrapado*: como aponta Denise Rollemberg, a morte de Lamarca representa, aqui, a morte também da luta armada. Isolado das massas⁶⁰⁶.

Em relação à Iara, Amaral reproduz a versão oficial das Forças Armadas, ecoada por Judith Patarra – o próprio Amaral cita o livro como referência importante para a constituição da biografia de Dilma, tanto na obra quanto em entrevistas concedidas, mas parece não o ter problematizado. A narrativa final escolhida por Patarra continua sendo reproduzida décadas depois, em um momento que a família Iavelberg já tinha obtido a confirmação de que Iara tinha sido assassinada e seus restos mortais transferidos para a ala comum do cemitério israelita.

É provável que Amaral tenha sido alertado a respeito dessa informação e, em entrevista posterior ao lançamento do livro, afirma: “Iara morreu, há controvérsias se ela foi assassinada ou se foi um suicídio, morreu em um cerco em Salvador, quando ela estava seguindo para uma tentativa frustrada de guerrilha, mais uma, a última⁶⁰⁷”. Embora faça ressalva, o autor *continua* considerando possível a versão da ditadura e de Patarra. Além disso, aponta que a operação se deu enquanto Iara seguia para “uma tentativa frustrada de guerrilha, *mais uma, a última*”, demonstrando mais uma vez sua opinião a respeito da tática.

Ainda assim, a denúncia da tortura é uma preocupação do autor – em consonância com a construção da biografada enquanto *vítima*:

Três equipes de interrogatório se revezavam no DOI-Codi da rua Tutóia. Dilma caiu no turno do capitão Benoni de Arruda Albernaz, citado 15 vezes como torturador no levantamento de processos em auditorias militares que deu base ao livro *Brasil: nunca mais*. A equipe do capitão Albernaz era a mais temida pelos presos da Tutóia⁶⁰⁸.

Quem torturava?

O Albernaz e o substituto dele, que se chamava Tomás. Eu não sei se é nome de guerra. Quem mandava era o Albernaz, quem interrogava era o Albernaz. O Albernaz batia e dava soco. Ele dava muito soco nas pessoas. Ele começava a te interrogar. Se

⁶⁰⁵ AMARAL, 2011, op. cit., p. 67-68.

⁶⁰⁶ ROLLEMBERG, 2003, op. cit., p. 25.

⁶⁰⁷ BHConnection, 2 jan. 2012. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=eFcm8FwefM&t=1842s>>. Acesso em: 14 fev. 2019.

⁶⁰⁸ Ibid., p. 72.

não gostasse das respostas, ele te dava soco. Depois da palmatória eu fui pro pau de arara⁶⁰⁹.

Pelas mãos de um certo capitão Alberto, do DOI-Codi, Carlos ficou livre da vingança de Fleury, mas não escapou do temido capitão Benoni Albernaz. O oficial que torturou Dilma entrou no hospital militar ameaçando começar a bater no preso ali mesmo⁶¹⁰.

Albernaz ainda bateu em Carlos pelo menos três vezes na rua Tutóia⁶¹¹.

O nome do torturador é exposto em diversos momentos da narrativa, como evidenciam os trechos selecionados acima; essa atitude demonstra uma possível intenção do autor em fazer uma *denúncia*. Segundo o sociólogo Bernhard Giesen, nas últimas décadas (referindo-se aos anos 2000, 1990 e 1980), as sociedades democráticas têm procurado denunciar as ações de perpetradores em períodos de trauma. Assim, há necessidade de identificar o perpetrador por nome e rosto, e ser exibido em público. A individualização do torturador, como ser que age só, e não orientado por políticas muito bem definidas e direcionadas, contribui com a ideia de que a tortura era um desvio de personalidade, cometido por *loucos, bárbaros* – e não por integrantes de um Estado *terrorista*⁶¹². Ainda sobre Albernaz, Amaral aponta: “*ele nunca se adaptou à vida fora do porão*. Em 1984, na reserva com o posto de major, foi preso passando-se por coronel, acusado de aplicar golpes no mercado de imóveis. Colegas diziam que ele estava *louco* quando morreu, em 1993⁶¹³”.

Caroline Bauer trata da importância do uso do conceito de *terrorismo de Estado* para a compreensão das ações do Estado ditatorial: embora haja especificidades no caso da ditadura brasileira, não se pode negar que as estratégias de repressão política foram profundamente desenvolvidas, principalmente a partir de duas frentes: “a produção de informações e a ação repressiva propriamente dita⁶¹⁴”. Dessa forma, a historiadora aponta que somente através da compreensão do Estado enquanto terrorista,

práticas como o seqüestro, a tortura, a morte e o desaparecimento ganham inteligibilidade como métodos de um determinado tipo de regime político. A categoria

⁶⁰⁹ CARVALHO, Luiz Maklouf apud AMARAL, 2011, op. cit., p. 73.

⁶¹⁰ Ibid., p. 82.

⁶¹¹ Ibid., p. 83.

⁶¹² GIESEN, Bernhard. Sobre héroes, víctimas y perpetradores. Puentes, Argentina, ano 2, n. 5, out. 2001, p. 19.

⁶¹³ AMARAL, 2011, op. cit., p. 83, grifos meus.

⁶¹⁴ BAUER, Caroline Silveira. Terrorismo de Estado e repressão política na ditadura cívico-militar de segurança nacional brasileira (1964-1988). *Anais...* XXIII Simpósio Nacional de História – ANPUH, Londrina, 2005. Disponível em: <[https://www.researchgate.net/profile/Caroline_Bauer2/publication/267038337_Terrorismo_de_Estado_e_repre](https://www.researchgate.net/profile/Caroline_Bauer2/publication/267038337_Terrorismo_de_Estado_e_repressao_politica_na_ditadura_civico-militar_de_seguranca_nacional_brasileira_1964-1988/links/5442f0440cf2a6a049a8a151/Terrorismo-de-Estado-e-repressao-politica-na-ditadura-civico-militar-de-seguranca-nacional-brasileira-1964-1988.pdf)
[ssao_politica_na_ditadura_civico-militar_de_seguranca_nacional_brasileira_1964-](https://www.researchgate.net/profile/Caroline_Bauer2/publication/267038337_Terrorismo_de_Estado_e_repre
<a href=)
[1988/links/5442f0440cf2a6a049a8a151/Terrorismo-de-Estado-e-repressao-politica-na-ditadura-civico-militar-](https://www.researchgate.net/profile/Caroline_Bauer2/publication/267038337_Terrorismo_de_Estado_e_repre)
[de-seguranca-nacional-brasileira-1964-1988.pdf](https://www.researchgate.net/profile/Caroline_Bauer2/publication/267038337_Terrorismo_de_Estado_e_repre)>. Acesso em: 15 fev. 2019.

de “regime autoritário”, utilizada pelos pesquisadores brasileiros como unidade conceitual para a ditadura cívico-militar de segurança nacional brasileira, perde seu potencial explicativo, devido a generalidade do conceito. Além disso, através da utilização do conceito de terrorismo de estado, ações que poderiam ser vistas como excessos protagonizados por alguns membros do aparelho repressivo do Estado passam a ser percebidas como resultado de um sistema definido, previamente organizado e incentivado desde a própria estrutura do poder⁶¹⁵.

Notamos, então, que Amaral, ao individualizar a ação do torturador, caracteriza-o como *algoz solitário*, isentando, em certa medida, o Estado. O biógrafo não trata a questão da tortura e dos desaparecimentos como *terrorismo de Estado*, mas como *excessos* de certos agentes de segurança. Esse posicionamento pode servir para justificar sua pouca dedicação ao tratar da Lei da Anistia:

Na questão da Anistia, Figueiredo negociou a aprovação de um projeto restrito, excluindo os condenados que ainda estivessem cumprindo pena por “crimes de sangue”. *A Lei da Anistia indultou previamente os torturadores que viessem a ser acusados por “crimes conexos” na repressão aos subversivos. De qualquer forma, a porta estava aberta para o retorno dos exilados – e o mais aguardado de todos era Leonel Brizola (...)*⁶¹⁶.

Embora, supostamente, seja um livro de *responsabilidade exclusiva* de Amaral, como ele próprio mencionou, o autor se exime de fazer uma crítica mais aprofundada à Lei da Anistia. Cita os *fatos*, que demonstram um cenário não tão adequado para o ponto de vista defendido por ele – o das esquerdas –, colocando, em oposição, outro elemento que compensaria a parte ruim: “*de qualquer forma, a porta estava aberta para o retorno dos exilados*”. A demanda de *punição* para os torturadores não foi atendida, no entanto, os exilados puderam voltar para casa; a balança tinha sido equilibrada. Essa é a única fala do autor a respeito da aprovação da Lei da Anistia – apenas um parágrafo.

A ausência de uma crítica mais contundente, ou ao menos de uma fala que expusesse a insatisfação das esquerdas quando da aprovação da lei, faz crer no diálogo das concepções do autor com as do governo PT. Daniel Aarão Reis indica que “há evidências de que nem todos estiveram de acordo. De fato, ficaram nas margens os que desejavam uma anistia ampla, geral e irrestrita, o que implicaria inclusive o desmantelamento da polícia política e o julgamento dos torturadores. Essa proposta, decididamente, não empolgou as gentes⁶¹⁷”.

Ainda assim, o biógrafo parece enaltecer ações individuais de exposição e vexação dos torturadores:

⁶¹⁵ Ibid., p. 7.

⁶¹⁶ AMARAL, 2011, op. cit., p. 99.

⁶¹⁷ REIS, 2010, op. cit., p. 172.

Em 1986, ela estava numa viagem ao Uruguai na comitiva do presidente José Sarney (o vice, vindo da Arena, que assumiu com a morte de Tancredo). Na recepção oficial, Bete Mendes reconheceu o adido militar da embaixada brasileira em Montevideú, coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra. Tratava-se do Doutor Tibiriçá, o temível chefe do DOI-Codi paulista onde ela, Carlos e Dilma foram torturados. Bete o denunciou ali mesmo, forçando sua remoção do posto no exterior. Sempre foi uma mulher valente⁶¹⁸.

A punição jurídica não seria possível, pois colocaria em risco o *pacto*⁶¹⁹ nacional, mas a figura do torturador merece ser humilhada e excomungada da sociedade. Sobre a individualização da prática da tortura, é interessante observar o que coloca Bernhard Giesen a respeito da figura do perpetrador:

é requerido que sua encarnação pessoal seja expulsa, excomungada da comunidade, confinada para além de suas fronteiras. Todas as comunidades se purificam ao expulsarem o perpetrador individual, ao pecador, ao criminoso⁶²⁰.

Esse isolamento individual acalenta as inquietações causadas pelos crimes cometidos pelo Estado e exime a sociedade de sua parcela de “culpa”:

Os perpetradores foram então descritos como monstros estrangeiros, como sedutores satânicos, como criminosos diabólico, intoxicando e enganando a nação inocente. Esta radical demonização dos perpetradores purifica a nação e desmoraliza o passado. Limita a questão da responsabilidade e da culpa a alguns poucos agentes responsáveis, que foram expulsos para além dos limites da comunidade moral e isolados do grupo de gente decente⁶²¹.

Amaral, mais à frente, faz questão de citar a presença de ex-guerrilheiros e ex-torturados na composição do governo Lula:

Dos 33 ministros nomeados por Lula no primeiro dia de governo, 12 tinham militado em grupos marxistas clandestinos antes ou depois da Anistia de 1979. Destes, três conheceram a cadeia por atividades políticas (José Dirceu, banido e exilado em Cuba; Dilma Rousseff e Nilmário Miranda, torturados, cumpriram pena no país), sem contar Gilberto Gil, preso por ser artista e forçado a se exilar, Olívio Dutra e Luiz Dulci,

⁶¹⁸ AMARAL, 2011, op. cit., p. 106.

⁶¹⁹ REIS, 2010, op. cit., p. 176.

⁶²⁰ Tradução livre de: “Sin embargo, se requiere que su encarnación personal sea expulsada, excomulgada de la comunidad, confinada más allá de las fronteras. Todas las comunidades morales se purifican expulsando al perpetrador individual, al pecador, al criminal”. GIESEN, Bernhard. Sobre héroes, víctimas y perpetradores. *Puentes*, Argentina, ano 2, n. 5, out. 2001, p. 19.

⁶²¹ Tradução livre de: “Los perpetradores fueron entonces descriptos como monstruos extranjeros, como seductores satânicos, como criminales diabólicos, intoxicando y engañando a la nación inocente. Esta radical demonización de los perpetradores purifica a la nación y desmoraliza el pasado. Limita la cuestión de la responsabilidad y la culpa a unos pocos agentes responsables, que han sido expulsados más allá de los límites de la comunidad moral y echados del grupo de gente decente”. *Ibid.*, p. 22.

presos e enquadrados na Lei de Segurança Nacional por liderar greves, da mesma forma e na mesma época que o novo presidente⁶²².

É curioso o fato de em um governo constituído por essas pessoas especificamente, não haver espaço suficiente para questionamento da anistia, da forma como foi aprovada. Da mesma forma, é notável que um livro que se propõe a contar a trajetória de uma guerrilheira, *vítima* das torturas, o autor não demonstre insatisfação. *Silêncios*. Amaral parece compartilhar – e assim, *legitimar* – da estratégia do PT em *silenciar* sobre um debate a respeito da punição dos perpetradores e do uso da tortura como *política* integrante do terrorismo de Estado. Essa omissão é típica da memória hegemônica e da necessidade de manter a *conciliação nacional*.

Doutor Afrânio Araújo acionou em vão seus contatos com o mundo da lei e da ordem, até que o filho obteve uma audiência com o coronel-chefe de relações-públicas do III Exército. O tal coronel – Carlos Sabia – era, de fato, o homem do DOI-Codi na área e já farejava o projeto de distensão controlada do general Ernesto Geisel, sucessor indicado do presidente Médici, com posse marcada para março de 1974.

- Como é que está o pessoal lá na ilha [em Guaíba, Porto Alegre, presídio onde estava Carlos Araújo]? Estudando muito marxismo, *pensando na revanche?* – provocou o coronel ao receber o preso em seu quartel.

- É só dar uma folga que a gente estuda, porque temos de estar preparados para chegar ao poder. *Mas não tem isso de revanche, não.* – Carlos se lembra de ter respondido⁶²³.

O autor faz questão de destacar a *negação da revanche* por parte das esquerdas, mais uma das ações muito frequentes do PT. No caso desse excerto, ainda há uma referência a uma possível *guerra* perdida, repetida em outro momento: “sete anos depois, serviu de cárcere para os remanescentes da *guerra* que a esquerda armada perdeu”⁶²⁴. É possível observar, dessa forma, que o discurso biográfico está em consonância com o discurso da Lei da Anistia – e, conseqüentemente, *por vezes*, da memória. A historiadora Janaína Teles demonstra que:

Prevaleceu a interpretação de que a anistia teria sido recíproca, favorecendo vítimas e algozes, realçando os conhecidos argumentos de que se tratava de uma “guerra”, em que os dois lados cometeram “excessos”, equiparando injustamente a tortura praticada pelos agentes do Estado às ações políticas dos opositores da ditadura⁶²⁵.

Em entrevista na *Record News*, Ricardo Amaral é questionado pelo jornalista Paulo Henrique Amorim a respeito da Lei da Anistia:

⁶²² AMARAL, 2011, op. cit., p. 129.

⁶²³ Ibid., p. 89, grifos meus.

⁶²⁴ Ibid., p. 88, grifos meus.

⁶²⁵ TELES, Janaína de Almeida. As disputas pela interpretação da Lei de Anistia de 1979. *Ideias*, Campinas, v. 1, n. 1, 2010, p. 76. Disponível em: <<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/ideias/article/view/8649306/15861>>. Acesso em: 14 fev. 2019.

Paulo Amorim: Essa mulher, essa guerrilheira aqui, você acha que, dadas as circunstâncias políticas, ela mexe na Lei da Anistia?

Ricardo Amaral: Olha, ela será coerente. *Eu acho, eu tenho certeza que ela não tem nenhum espírito revanchista. (...) Inclusive, mexer na Lei da Anistia é algo que está fora do alcance dela.* Eu digo, como ela trata essa questão, eu não tenho dúvida que ela trata essa questão de uma maneira muito objetiva. A verdade deve ser contada, a verdade deve ser exposta. Agora, como ela disse, *ela não mudou de lado, mas o Brasil mudou, o mundo mudou.* É isso que eu entendo... *Ela não tem um espírito de revanche, de recomeçar. Até porque não faz sentido, nós vivemos situações políticas completamente diferentes.* Agora, não quer dizer que ela vá esconder, ao contrário. Eu acho que durante o governo, na Casa Civil, quando ela teve essa questão em suas mãos, ela trabalhou exatamente no sentido de avançar, de abrir arquivos, de procurar ir cada vez mais forçando essa porta. Então não tenho dúvidas em relação a isso.

Paulo Amorim: Sem revanche, mas sem esquecimento?

Ricardo Amaral: Sem revanche, mas sem ocultação⁶²⁶.

Novamente, o possível desejo por punição é visto por Amaral como “espírito revanchista”. O autor faz uma oposição profunda entre o regime ditatorial e o Brasil presidido por Lula e Dilma, afirmando que o país “mudou, o mundo mudou”, embora Dilma não tenha mudado de lado. Amaral está afirmando que, apesar de a sociedade não ter abraçado a luta das esquerdas durante a ditadura civil-militar, abraçava agora, no presente, elegendo como seus chefes de Estado representantes de um partido de esquerda. Por isso, em sua perspectiva, não haveria motivo para *revanche*, para dar continuidade à guerra, correndo o risco de perde-la.

Assim, a posição de Amaral é tão contraditória quanto a adotada pelo Estado democrático – sobretudo pelos governos do PT – em seus discursos e políticas de memória: as *vítimas* são lembradas, os torturadores expostos; não há, contudo, um esforço para que sejam punidos juridicamente. Marcos Napolitano analisa essa incoerência:

(...) convivem no mesmo Estado, discursos e ações pontuais tributários da memória crítica do regime militar, com redes institucionais que, se não endossam os valores autoritários e a violência política do passado, protegem os perpetradores impedindo qualquer punição na justiça criminal, em que pesem esforços no sentido contrário de setores do Ministério Público⁶²⁷.

Na narração dos eventos do fim da década de 1970, um novo personagem toma conta da biografia: Lula, o líder das massas.

[Ernesto Geisel] deixou também [para Figueiredo] uma onda de greves que se alastrava desde março daquele ano, uma onda iniciada na fábrica da Scania em São Bernardo, na área do sindicalista Luiz Inácio da Silva, o Lula. Figueiredo tratou as greves na base do cassetete. Tropas do Exército ocuparam São Bernardo em abril de 1979. Lula e os diretores do sindicato foram presos e acusados de crime contra a segurança nacional, mas o desafio aberto dos metalúrgicos ao overno

⁶²⁶ ENTREVISTA Record: Eduardo Campos (2012). *Record News*, 28 jun. 2016, grifos meus. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=0Pyk1sHgUxc>>. Acesso em: 14 fev. 2019.

⁶²⁷ NAPOLITANO, 2015, op. cit., p. 27.

estimulou novas paralisações pelo país – muitas até espontâneas e desorganizadas – e *catalisou a ruptura definitiva entre a ditadura e a sociedade brasileira*.

Desta forma, com a intenção de descrever os fatos que *realmente* contribuíram, em sua perspectiva, para a ruptura definitiva entre sociedade e ditadura, o biógrafo eclipsa a biografada, destacando outros atores políticos mais *relevantes* para o processo. Concretiza-se, dessa forma, sua intenção de constituir um livro da *história recente* do Brasil e, nesse ensejo, a luta armada não teve lugar de eficácia na oposição à ditadura: as massas tiveram; Lula teve. Entre muitos acertos e alguns erros, Amaral descreve a esquerda *pacífica e democrática* derrotando a ditadura, aliada ao povo:

A eleição de Brizola, no Rio, e de governadores do PMDB em São Paulo, Minas e mais sete estados mostrou o esgotamento político da ditadura. Para manter estreita maioria no Congresso, a Arena teve de contar com os senadores biônicos e com os coronéis do voto nas regiões mais pobres do país, chamadas de “burgos podres” pelo novo governador de Minas, Tancredo Neves. A ditadura chegava ao fim, faltava só marcar a data⁶²⁸.

Como evidencia o trecho acima, é importante destacar que, apesar da proeminência dada à atuação de Lula especificamente, o autor trata de toda e qualquer iniciativa em prol da redemocratização, independente de quem a tenha tomado – esquerda ou não. Essa perspectiva está em convergência com a memória dominante a medida em que coloca todos os setores da sociedade brasileira enquanto *democráticos* – até aqueles que apoiaram o golpe de 1964, em primeiro lugar. Daniel Aarão Reis, nesse sentido, salienta que “do mais moderado ao mais radical, de ex-partidários da ditadura aos que sempre se haviam colocado em oposição, de antigos exilados a lideranças recentes, todos se uniram e parecia que, efetivamente, nada poderia conter aquela pressão”⁶²⁹.

Fica claro, mais uma vez, que os inimigos eram os *militares* e que a sociedade queria uma liderança civil, independentemente se por meio de eleições diretas ou não:

Os comícios capitalizavam a maré das diretas com o slogan “Muda Brasil, Tancredo Já!”. Tancredo prometeu convocar uma Assembleia Constituinte, ao mesmo tempo que negociou com os militares uma transição pacífica, sem revanchismo. Sem pedir cargos em troca, o PDT deu a ele os votos de seus dois senadores e 23 deputados no Colégio Eleitoral. Brizola podia aguardar mais um pouco. *Além do mais, a ideia de um presidente civil, mesmo eleito indiretamente, tinha criado uma onda de entusiasmo no país.*

O PT se recusou a participar da eleição indireta e perdeu, por isso, três deputados, que decidiram votar em Tancredo (...).

⁶²⁸ AMARAL, 2011, op. cit., p. 104.

⁶²⁹ REIS, 2014, op. cit., p. 145

*Ao negar o voto a Tancredo, o PT cometeu erro político semelhante ao do velho PCB no final do governo Vargas. (...) Tancredo baixou no Hospital de Base de Brasília na véspera da posse, com o país em festa pela volta dos militares aos quartéis. Passou por oito cirurgias, duas infecções, três equipes médicas e um resfriamento criogênico até morrer, em 21 de abril, Dia de Tiradentes. A longa (38 dias) e cruel agonia fez dele um *mártir nacional, o mártir da redemocratização* – e o PT assistiu ao cortejo de multidões em São Paulo, Brasília, Belo Horizonte e São João del-Rei, onde ele foi enterrado⁶³⁰.*

A contraposição entre o PT e Tancredo Neves é evidente: o último negociou com os militares uma “transição pacífica, sem revanchismo”; o partido decidiu se manter fiel ao objetivo de reestabelecimento da democracia e, por isso, *cometeu erro político grave*. Um dos erros mais graves do PT, na perspectiva do autor, foi se opor à *transição conciliatória* – um erro que não cometeria mais. Neste momento, é possível fazer uma ponte com o presente de produção do livro: o PT radical ficou para trás; o partido que governava era marcado por essa conciliação, tão aclamada pelos brasileiros. A sociedade brasileira, com a ambição de se desligar dos militares e *esquecê-los*, aceitou o presidente civil eleito indiretamente e ainda o transformou em *mártir da redemocratização*.

Curioso notar que, embora dialogue com a memória hegemônica, o autor não considera 1985 como um marco definitivo da volta da democracia.

A redemocratização de 1985 começou pela legalização dos dois partidos comunistas e pela convocação de eleições para prefeito nas capitais, que não ocorriam havia mais de 20 anos⁶³¹.

As mágoas da campanha municipal tiveram de ser guardadas, porque em 1989 o país teria, enfim, as primeiras eleições presidenciais diretas depois de 29 anos. Para o PDT, era hora de retomar “o fio da História”, interrompido em 1964, quando Leonel Brizola era o candidato do PTB à sucessão do cunhado João Goulart. As diretas completariam o ciclo de transição do governo Sarney e da Constituinte, que aprovou em 1988 a carta democrática – com novos, modernos e amplos direitos sociais⁶³².

Amaral considera 1985 como data de início de um *ciclo de transição*, devido à volta de um civil à presidência. Silencia, porém, sobre a prévia proximidade de Sarney com a ditadura. O ciclo se conclui com a promulgação da Constituição, em 1988, e com as primeiras eleições presidenciais, de 1989 – às quais Lula concorreria.

Uma breve síntese do olhar do autor sobre a ditadura: os militares foram os únicos responsáveis pela implementação e consolidação do regime; estes são caracterizados por uma *vilania*, prioritariamente associada aos *torturadores*, que têm suas atitudes isoladas e deslocadas

⁶³⁰ AMARAL, 2011, op. cit., p. 105-106.

⁶³¹ Ibid., p. 106

⁶³² Ibid., p. 108.

de uma política de Estado. A respeito das esquerdas, imersas em uma *guerra desigual*, representam os *mocinhos*, independentemente de suas linhas de ações equivocadas ou extremadas: “ter sido presa e torturada na luta contra a ditadura era um atributo positivo, relacionado à firmeza de posições e à coragem de *combater do lado certo*”⁶³³. Mas Amaral adverte, sinalizando para um crescimento da *guerra pela memória*: a luta contra a ditadura “podia associar a candidata [Dilma] a conceitos negativos, como terrorista – palavra que teve o sentido recarregado depois dos atentados de 11 de setembro de 2001”⁶³⁴. Dessa forma, nos cabe analisar o impacto do livro, levando em consideração as demandas desses setores da sociedade que, se antes estavam subterrâneos, emergiam.

4.2 GUERRA DE MEMÓRIA: RECEPÇÃO DO LIVRO E O PASSADO DE DILMA EM DISPUTA

Antes mesmo de ser lançada, a biografia de Dilma Rousseff gerou um impacto na imprensa: a foto (anexo B), antes inédita, de Dilma na Auditoria Militar recebeu muita atenção dos veículos de comunicação. A *Época* foi a primeira a publicar, em 3 de dezembro de 2011, a fotografia em seu site, e no dia 5 em sua edição impressa⁶³⁵. Além da imagem, a reportagem reproduziu trechos do livro de Amaral, lançado no mesmo dia da revista. Os trechos foram divididos em 5 temas de destaque entre o público:

- 1) O casamento na clandestinidade
- 2) O encontro com Iara Iavelberg, a mulher de Carlos Lamarca
- 3) Na Auditoria Militar
- 4) A candidata de Lula
- 5) O ataque a Serra no primeiro debate do segundo turno da eleição de 2010

Não obstante os excertos do livro, o que reverberou na imprensa foi mesmo a fotografia, a respeito da qual as informações ainda eram escassas. A revista afirmou que “ela foi tirada em novembro de 1970 e mostra a presidente Dilma Rousseff aos 22 anos. Dilma já passara por 22 dias de tortura e respondia na ocasião a um interrogatório na sede da Auditoria Militar do Rio de Janeiro”. A construção da frase permitiu que veículos de direita, com discursos conservadores, interpretassem que a foto teria sido tirada logo após os 22 dias.

⁶³³ Ibid., p. 216.

⁶³⁴ Idem.

⁶³⁵ A trajetória de Dilma, da guerrilha ao poder. *Época*, 2 dez. 2011. Disponível em: <<http://revistaepoca.globo.com/tempo/noticia/2011/12/trajetoria-de-dilma-da-guerrilha-ao-poder.html>>. Acesso em: 14 fev. 2019.

O Estado de S. Paulo, em 4 de dezembro de 2011, apenas um dia após a publicação da foto pela *Época*, incluiu em uma reportagem sobre a presidenta a fotografia recém-divulgada. Apesar de o texto tratar sobre a imagem de Dilma no exterior, a fotografia possui uma pequena legenda que se refere ao livro de Amaral:

Livro relata a trajetória da ex-guerrilheira
Foto divulgada pela revista *Época* retrata a presidente Dilma, então com 22 anos, durante um interrogatório na sede da Auditoria Militar do Rio de Janeiro. A imagem, feita em 1970, é uma reprodução que consta no processo da Justiça Militar. A fotografia está no livro *A vida quer é coragem*, do jornalista Ricardo Amaral⁶³⁶.

Por não estar relacionada com o conteúdo da reportagem em si, a foto parece ter sido adicionada de última hora, para que não ficasse de fora da publicação – o que indica a dimensão do impacto que ela causou.

O Globo, também em 4 de dezembro, publicou a imagem em uma matéria intitulada “Em foto inédita, Dilma sob interrogatório”. A reportagem é, substancialmente, um resumo da publicada pela *Época*, e trata da relação biógrafo-biografada: “Além de publicar documentos, Amaral também se baseou nos anos de convivência com a presidente, durante o período em que foi assessor da Casa Civil e, posteriormente, da campanha de Dilma⁶³⁷”. *Correio Braziliense*, na mesma data, publicou reportagem e a famosa foto, incluindo informações mais detalhadas sobre o lançamento do livro, apesar de não haver previsão de quando ocorreria em Brasília⁶³⁸.

Reinaldo Azevedo, então jornalista da *Veja*, também no dia 4, publicou um texto em seu blog, “O que a foto de Dilma sugere, revela e esconde”, no qual trata a biografia de Amaral como “hagiografia” – palavra que, segundo o dicionário Google, significa “biografia ou estudo sobre biografia de santos” e/ou “biografia excessivamente elogiosa”⁶³⁹. Azevedo questiona:

Segundo se informa, Dilma havia sido torturada durante 22 dias antes de ser apresentada ao tribunal. Não vou pôr isso em dúvida. É coisa séria demais! Noto apenas que alguém que se deixa torturar pela lógica se vê obrigado a indagar por que os trogloditas que a seveciaram interromperam o serviço sujo para dar curso ao aspecto legal e formal da prisão⁶⁴⁰.

⁶³⁶ MANZANO, Gabriel. ‘Faxina’ faz Dilma repetir prestígio de Lula no exterior. *O Estado de S. Paulo*, 4 dez. 2011, Nacional, p. A8.

⁶³⁷ JUSTUS, Paulo. Em foto inédita, Dilma sob interrogatório. *O Globo*, São Paulo, 4 dez. 2011, 2ª edição, O País, p. 9.

⁶³⁸ LUIZ, Edson; BRAGA, Juliana. Retrato de Dilma quando guerrilheira. *Correio Braziliense*, Brasília, 4 dez. 2011, Política, p. 7.

⁶³⁹ AZEVEDO, Reinaldo. O que a foto de Dilma sugere, revela e esconde. *Blog Reinaldo Azevedo – Veja*, 4 dez. 2011. Disponível em: <<https://veja.abril.com.br/blog/reinaldo/o-que-a-foto-de-dilma-sugere-revela-e-esconde/>>. Acesso em: 15 fev. 2019.

⁶⁴⁰ Idem.

Azevedo, apesar de afirmar que não colocará em dúvida a tortura sofrida por Dilma, questiona como alguém que *se deixa torturar*, não se pergunta o motivo pelo qual é deslocado repentinamente para uma audiência, permeada de legalidade e formalidade. O que Azevedo parece ignorar é o fato de que a audiência militar ocorreu 10 meses após a prisão de Dilma e, conseqüentemente, após as sessões de tortura. A partir de então, o jornalista disserta em consonância com a “teoria dos dois demônios”, dos quais a esquerda seria o mais ameaçador: “Dada a brutal diferença de aparato, fôssemos criar um “Índice de Letalidade” dos esquerdistas armados e das forças do regime, aqueles ganhariam de muito longe. No campeonato na morte, as esquerdas são sempre invencíveis. É inútil competir⁶⁴¹”. O jornalista escolheu mostrar fotos de dois homens que, segundo ele, não tiveram a mesma sorte de Dilma: Mário Kozel Filho e Alberto Mendes Júnior, mortos em ações das organizações revolucionárias – “felizmente, Dilma sobreviveu e é hoje umas das beneficiárias, em certa medida, de sua própria derrota, já que é a democracia que a conduziu ao posto máximo do país. Este garoto, no entanto, não teve igual sorte⁶⁴²”.

No dia seguinte, Reinaldo Azevedo escreveu outro texto a respeito do mesmo tema e esclarece o ponto em relação à data da tortura e quando a fotografia foi tirada:

Ela foi presa em 16 de janeiro de 1970, e o interrogatório foi feito em novembro. Daria tempo para ter se recuperado. O ponto que interessa à lógica é outro. Sessões de tortura ao longo de 22 dias, conforme a versão influente, não eram prática dos trogloditas dos porões. As coisas costumavam ser mais rápidas e letais. Mas não! Eu não vou especular a respeito e, já escrevi aqui em outras ocasiões, acho que não se deve fazê-lo. Até porque havia, sim, torturadores operando nos porões do regime. **NINGUÉM PRECISA NEGAR A PRÁTICA DA TORTURA PARA DIZER AS COISAS CERTAS A RESPEITO DAQUELE TEMPO⁶⁴³.**

Embora não possa ir contra os fatos, o jornalista encontra outro ponto que relativize a alegação de tortura de Dilma: segundo ele, não era prática dos “trogloditas dos porões” torturar por tanto tempo – apesar de não citar fontes de onde obteve essas informações. Alerta, então, para o que chama de “*photoshop* da história”, contrariando os argumentos de que a foto seria falsa:

⁶⁴¹ Idem.

⁶⁴² Idem.

⁶⁴³ AZEVEDO, Reinaldo. O problema da jovem Dilma no tribunal é o photoshop na história, não na fotografia. Ou: quem mostra e quem cobre a cara. *Blog do Reinaldo Azevedo – Veja*, 5 dez. 2011, grifos do autor. Disponível em: <<https://veja.abril.com.br/blog/reinaldo/o-problema-da-jovem-dilma-no-tribunal-e-o-photoshop-na-historia-na-fotografia-ou-quem-mostra-e-quem-cobre-a-cara/>>. Acesso em: 15 fev. 2019.

O QUE SE PRETENDE COM O ESCARCEU EM TORNO DESSA FOTOGRAFIA É OPERAR UM PHOTOSHOP NA HITÓRIA. É isso que tem de ser combatido. NÃO CAIAM NA CILADA DE DESCONFIAR DA VERACIDADE DA IMAGEM. TENHAM, ISTO SIM, É A CLAREZA PARA DESCONFIAR DO NOVO OFICIALISMO⁶⁴⁴.

Esse “novo oficialismo” seriam os discursos da memória contra a ditadura e em favor das esquerdas – a memória hegemônica, que, contudo, não seria nova, como apresentei nesse trabalho. Porém, pode ter gerado um incômodo por ter atingido o plano oficial, estatal, com a eleição de uma ex-guerrilheira à presidência. Azevedo descreve ações de justiça feitas pelas organizações durante a ditadura e conclui: “A tortura é uma prática asquerosa. Mas o que dizer de grupos que matam inocentes e jogam em cima do cadáver um manifesto explicando os “motivos”, responsabilizando-o por sua própria morte? Será coisa, assim, tão moralmente superior?”⁶⁴⁵.

Outro colunista da *Veja*, em 5 de dezembro, publicou em sua coluna: “Também quero falar da foto da presidente Dilma, quando jovem, presa diante de um tribunal militar. Vamos lá”. O jornalista Ricardo Setti dá sua opinião a respeito da foto e o que ela representa: “Em primeiro lugar, vejo uma jovem filha de família burguesa e educada em colégio de freiras que resolveu, ainda em seus verdes anos, dar um passo que milhões de brasileiros, à época — inclusive eu —, *consideravam errado*: partir para a clandestinidade e a chamada luta armada⁶⁴⁶”. Ainda que menos incisivo do que Azevedo, Setti também corrobora com a teoria dos dois demônios:

Errado, em minha opinião, porque a violência política só atrai mais violência. (...) Errado porque, sem ter a mais mínima chance de derrotar o regime, deram a ele, com assaltos, atentados terroristas, assassinatos e sequestros, justificativa para endurecer ainda mais, violar ainda mais os direitos humanos, espremer e reduzir ainda mais os direitos civis e permanecer no poder mais tempo, talvez, do que poderia ter permanecido⁶⁴⁷.

Nota-se, dessa forma, que muitos dos maiores veículos da mídia publicaram, logo após a *Época*, a fotografia de Dilma Rousseff jovem – a grande maioria deles no dia 4 de dezembro

⁶⁴⁴ Idem.

⁶⁴⁵ Idem.

⁶⁴⁶ SETTI, Ricardo. Também quero falar da foto da presidente Dilma, quando jovem, presa diante de um tribunal militar. Vamos lá. *Ricardo Setti*, 5 dez. 2011, grifos meus. Disponível em: <<http://www.ricardosetti.com/tambem-querer-falar-da-foto-da-presidente-dilma-quando-jovem-presa-diante-de-um-tribunal-militar-vamos-la/>>. Acesso em: 15 fev. 2019.

⁶⁴⁷ Idem.

de 2011⁶⁴⁸. Era de se esperar que isso acontecesse, afinal tratava-se de uma foto inédita da presidenta da República em sua juventude, sendo julgada por uma auditoria militar. Quase todos utilizaram a palavra “guerrilheira” para descrever Dilma na juventude, com a exceção dos colunistas da *Veja*, com ênfase em Reinaldo Azevedo, que utilizou a palavra “terrorista”. Não obstante seja apenas *um* veículo dentre os analisados emissário desses novos discursos, a *Veja* condensa em seu blog narrativas que estavam se multiplicando em blogs pessoais e veículos menores. Além disso, seus textos têm grande alcance entre o público-leitor, gerando muito engajamento – comentários e compartilhamentos. Dessa forma, fica evidente uma fissura na hegemonia da memória de oposição à ditadura – estavam (re)emergindo discursos que colocavam a sociedade como vítima de dois demônios; notoriamente, porém, demoniza-se com maior intensidade um lado específico, a esquerda.

A despeito de sua intenção de se constituir como um livro que contasse a “verdadeira trajetória” de Dilma, antes mesmo de seu lançamento, os discursos conservadores vociferaram. Neste momento, no entanto, todos os holofotes estavam voltados apenas para a *fotografia*, uma vez que o livro estava em vias de ser lançado e ainda não havia tempo hábil para uma crítica mais aprofundada do discurso.

A primeira das reportagens que se propõe a analisar a narrativa biográfica em que me aprofundarei será a publicada pelo *O Globo*, em 17 de dezembro, intitulada “Uma aventura política”, por Maria Lima – o título se apropria da expressão empregada pelo próprio Amaral para definir a trajetória de Dilma. Apesar da centralidade da foto no texto, a militância de Dilma durante a ditadura recebe pouco destaque:

No calor da campanha presidencial, quando começaram a aparecer os vários personagens da vida da até então pouco conhecida “gerentona” do governo Lula, uma declaração de seu ex-marido, Carlos Araújo, falando da paixão imediata pela beleza da jovem guerrilheira Vanda, gerou comentários desconfiados. A imagem que vinha à cabeça de muitos era a de uma jovem meio masculinizada, com óculos fundo de garrafa e semblante emburrado. A divulgação de uma foto inédita publicada no livro-reportagem “A vida quer é coragem” (Primeiro Plano) [sic], do jornalista Ricardo Batista Amaral, prova que Araújo, o Max do tempo de militância, tinha razão⁶⁴⁹.

⁶⁴⁸ Importante destacar que a foto – e, conseqüentemente o lançamento do livro – teve relevância também aos olhos da imprensa internacional. Cf. DIFUNDEN uma foto inédita de Dilma durante un interrogatorio militar. *Clarín*, Argentina, 4 dez. 2011, Mundo. Disponível em: <https://www.clarin.com/mundo/difunden-inedita-dilma-interrogatorio-militar_0_H1ZL4JcnP7g.html>. Acesso em: 15 fev. 2019.

A. J. La guerrillera Rousseff. *El País*, Rio de Janeiro, 3 dez. 2011. Disponível em: <https://elpais.com/internacional/2011/12/04/actualidad/1322957715_676401.html>. Acesso em: 15 fev. 2019.

e, mais tarde, ROMERO, Simon. Leader’s Torture in the ’70s Stirs Ghosts in Brazil. *The New York Times*, Nova Iorque, 4 ago. 2012. Disponível em: <https://www.nytimes.com/2012/08/05/world/americas/president-rousseffs-decades-old-torture-detailed.html?_r=1&pagewanted=all>. Acesso em: 15 fev. 2019.

⁶⁴⁹ LIMA, 2011, op. cit., p. 6.

Ao tratar da militância de Dilma, a repórter apenas o faz mobilizando um estereótipo vinculado a essa e a outras guerrilheiras: a masculinização. Ainda que o livro de Amaral não faça essa descrição propriamente dita, é o que ecoa para a imprensa; tal ideia está, de certa forma, alinhada à imagem criada pelo próprio regime ditatorial em relação às mulheres militantes de esquerda: mulheres que ousavam ocupar o espaço público através de seu engajamento político só poderiam querer *ter* homens, ou *sê-los*⁶⁵⁰. Apesar de não ser da mesma forma que o livro de Amaral, há também aqui um esvaziamento do elemento político, em prol do privado – espaço, na tradição patriarcal, por excelência ocupado pela mulher.

Fica perceptível que, muito embora a matéria se proponha a analisar o discurso biográfico, ela pouco o faz – ao menos em relação ao engajamento de Dilma na ditadura. O que prevalece são as noções anteriores à narrativa de Amaral, aliadas às impressões geradas pela divulgação da fotografia.

O *Estado de S. Paulo*, em 18 de dezembro, publicou a matéria “Jornalista faz perfil simpático à guerrilheira que virou presidente”, por Gabriel Manzano. Nela, o jornalista trata do “cartão de visita” do livro: “a foto da jovem Estela, ou Vanda, ou Luiza – enfim Dilma – aos 22 anos, depondo como militante da VAR-Palmares à Justiça militar do Rio de Janeiro”⁶⁵¹. Não obstante, a foto não está publicada. A reportagem critica sutilmente Amaral, ao afirmar que o livro, apesar de se pretender neutro e objetivo, só faz críticas aos “tucanos” e aos “não-petistas”. Ao narrar os principais pontos da escrita biográfica, o jornalista, a respeito do período ditatorial, enfatiza a prisão de Dilma, que teria ocorrido por “incompetência” sua – essa palavra é, inclusive, usada como subtítulo. Questiona também o relato rápido sobre a expropriação do cofre de Adhemar de Barros. Fica evidente, assim, que, por mais que a intenção de Amaral tenha sido estabelecer uma narrativa única e, em certa medida, oficial para a trajetória de Dilma, ele encontra resistência entre os próprios veículos de comunicação.

Importante ressaltar também a organização da página na qual a matéria está publicada (anexo E): ela se encontra no canto inferior direito, dividindo a folha com apenas uma outra notícia, que trata do lançamento de biografia sobre o ditador Emílio Garrastazu Médici – esta, ocupando toda a metade superior. A legenda da matéria afirma: “Em tempos de Comissão da Verdade, livro de general defende legado da ditadura” e trata, em linhas gerais, da popularidade de Médici e do desejo dos autores da biografia em estabelecer um contraponto à sua imagem

⁶⁵⁰ COLLING, 1997, op. cit., p. 84.

⁶⁵¹ MANZANO, 2011, op. cit.

como incitador de tortura e fomentador dos “anos de chumbo”. Enquanto, como dito acima, a legenda da matéria sobre Dilma tem como subtítulo a palavra incompetente, sem aspas, o subtítulo de Médici é ‘*democrata*’, com aspas simples. A guerra pela memória materializada na página do jornal.

Com discurso completamente descolado da narrativa biográfica de Amaral, *O Globo* publicou outra notícia a respeito da fotografia de Dilma. A reportagem “a história por trás da foto de Dilma”, escrita, mais uma vez, por Maria Lima, é aberta com a seguinte frase: “no começo de 2011, quando o país *assistia meio incrédulo* à festança de chegada ao poder de uma mulher e ex-guerrilheira, caiu nas mãos do pesquisador Vladimir Sachetta, por acaso, três fotos que revelam um dos momentos mais marcantes da ‘terrorista’ Vanda”⁶⁵². A “incredulidade do país”, descrita por Maria Lima, se deve ao fato de a presidenta ser mulher e ex-guerrilheira; no entanto, ela negligencia o fato de que foi este mesmo país que a elegeu. Novamente, não é possível enxergar os marcos da narrativa de Amaral – que chegou a dar declarações para a constituição da matéria – no discurso disseminado pela imprensa.

O lançamento da biografia, dessa forma, foi amplamente coberto pela imprensa. Além das reportagens citadas, foram publicadas outras em jornais – impressos e digitais⁶⁵³ – e em blogs pessoais de jornalistas de diversas partes do país⁶⁵⁴. Por um deles, inclusive, chegou a ser classificado como tentativa do “lulopetismo” de “fazer narrativa falsa da história contemporânea⁶⁵⁵”.

Amaral foi convidado para conceder entrevistas também em programas de TV, como: “Em Pauta”, da Globo News (28 dez. 2011); “BH Connection”, da BH News Tv (02 jan. 2012);

⁶⁵² LIMA, Maria. A história por trás da foto de Dilma. *O Globo*, Brasília, 23 dez. 2011, O País, p. 12.

⁶⁵³ AGÊNCIA Estado. Jornalista lança biografia da presidente Dilma Rousseff. *Estadão*, Cultura, São Paulo, 23 jan. 2012. Disponível em: <<https://cultura.estadao.com.br/noticias/geral,jornalista-lanca-biografia-da-presidente-dilma-rousseff,826175>>. Acesso em: 12 fev. 2019.

AUTOR de biografia de Dilma comenta a obra; leia trecho. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 13 dez. 2011. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/livrariadafolha/1020429-autor-de-biografia-de-dilma-comenta-a-obra-leia-trecho.shtml>>. Acesso em: 12 fev. 2019;

D’ÁVILA, Ulisses. A vida quer é coragem. *O Fluminense*, 1 fev. 2016. Disponível em: <<http://www.ofluminense.com.br/en/cultura/vida-quer-é-coragem>>. Acesso em: 12 fev. 2019.

FRANCO, Bernardo Mello. Livro de Dilma liga Serra a ataques anônimos em 2010. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 12 dez. 2011, Poder, p. A8.

THUM, 2011, op. cit.;

⁶⁵⁴ AMORIM, Paulo Henrique. Como Dilma vai entrar para a História. Com uma foto. *Conversa Afiada*, 9 jan. 2012. Disponível em: <<https://www.conversaafiada.com.br/brasil/2012/01/09/como-dilma-vai-entrar-para-a-historia-com-uma-foto>>. Acesso em: 12 fev. 2019.

⁶⁵⁵ BRAGA, Políbio. Anti-dica de leitura – A vida quer é coragem. *Políbio Braga*, 3 abr. 2018. Disponível em: <<https://polibiobraga.blogspot.com/2018/03/anti-dica-de-leitura-vida-quer-e-coragem.html>>. Acesso em: 12 fev. 2019.

“Entrevista Record”, da Record News (10 jan. 2012); e “Gente que é Gente”, da TVC/BH (25 mar. 2012).

Lideranças de esquerda manifestaram estarem lendo o livro. Mário Soares, ex-presidente de Portugal e líder do Partido Socialista, em sua coluna no jornal português *Diário de Notícias* declarou:

Os nossos irmãos brasileiros vão de vento em popa. Felizmente! (...) A sucessora de Luís Inácio Lula da Silva, Dilma Rousseff, resistente à ditadura militar, torturada, eleita primeira Presidenta do Brasil, é uma personalidade política de excepcional qualidade e valentia. Recomendo aos meus leitores o interessante livro biográfico escrito por Ricardo Batista Amaral sobre a trajetória de Dilma Rousseff intitulado *A Vida Quer É Coragem. O Brasil é um país irmão, membro da CPLP, que, por todas as razões, devemos acompanhar de perto*⁶⁵⁶.

Em 2 de fevereiro de 2012, a *Folha* publicou em seu painel que Fidel Castro estaria lendo a biografia, e teria contado a Dilma a respeito⁶⁵⁷. Pouco depois, no dia 10 do mesmo mês, o portal de notícias *IG* afirmou que Lula também estaria lendo a obra: “O ex-presidente Lula tem passado os dias no apartamento em São Bernardo do Campo. Ele tem lido diversas biografias, entre elas as de Nelson Mandela, Franklin Roosevelt e o livro *A vida quer é coragem*, do jornalista Ricardo Amaral, que relata a vida da presidenta Dilma Rousseff⁶⁵⁸”.

A partir de 2016, com a consolidação do *impeachment*, blogs conservadores e jornais pessoais lembraram o livro de Amaral. O jornalista Alexandre Parrode publicou no *Jornal Opção* que “Livro sobre Dilma Rousseff é vendido por 5 reais e ninguém quer comprar”. O repórter foi a uma livraria em Goiânia e obteve uma declaração do vendedor: “Apesar da excelente promoção, ninguém quer comprar⁶⁵⁹”. Outros blogs noticiaram, em 2018, a venda do livro a R\$2,99⁶⁶⁰.

⁶⁵⁶ SOARES, Mário. Tempos difíceis. *Diário de Notícias*, 3 jan. 2012. Disponível em: <<https://www.dn.pt/opiniao/opiniao-dn/mario-soares/interior/tempos-difíceis-2217529.html>>. Acesso em: 12 fev. 2019.

⁶⁵⁷ LO PRETE, Renata. Painel. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 2 fev. 2012, Poder, p. A4.

⁶⁵⁸ GALHARDO, Ricardo. Na cabeceira de Lula. *IG*, 10 fev. 2012. Disponível em: <<http://poderonline.ig.com.br/index.php/tag/franklin-roosevelt/>>. Acesso em: 12 fev. 2019.

⁶⁵⁹ PARRODE, Alexandre. Livro sobre Dilma Rousseff é vendido por 5 reais e ninguém quer comprar. *Jornal Opção*, Goiânia, 30 jan. 2016. Disponível em: <<https://www.jornalopcao.com.br/colunas-e-blogs/imprensa/livro-sobre-dilma-rousseff-e-vendido-por-5-reais-e-ninguem-quer-comprar-57612/>>. Acesso em: 12 fev. 2019.

⁶⁶⁰ Cf. ONOFRE, Jair. Preço do livro sobre a ex-presidente Dilma "A vida quer é coragem" por R\$ 2,99. *Bahia na política*, 5 jan. 2018. Disponível em: <<http://www.bahianapolitica.com.br/noticias/64236/preco-do-livro-sobre-a-ex-presidente-dilma-a-vida-quer-e-coragem-por-rs-299.html>>. Acesso em: 12 fev. 2019.

Conforme já apontado, a publicação do livro teve bastante repercussão por diversos veículos de mídia, repercussão esta impulsionada principalmente pela divulgação da fotografia de uma presidenta em uma situação de julgamento em primeira mão pelo autor em seu livro. Uma biografia que trata da vida de uma presidenta naturalmente obteria destaque – contudo, pela análise das fontes feita acima, é possível concluir que a *narrativa* de Amaral não foi de fato o centro das atenções.

Esse é um problema, considerando as intenções originais do livro: estabelecer um relato que, em certa medida, *esclarecesse* a trajetória de Dilma e que não deixasse espaço para questionamentos ou *negacionismos*; constituir-se enquanto um livro de “História Verdadeira” não só da biografada, mas também do país – uma *História Oficial*. O que aconteceu, no entanto, foi exatamente o oposto: o discurso biográfico foi ressignificado e usado justamente para deslegitimar a trajetória de Dilma.

A publicação obteve, sem dúvida, boa recepção por parte das esquerdas e suas lideranças – principalmente entre os petistas e governistas –, justamente por convergir com a memória dominante de oposição à ditadura e, ao mesmo tempo, *conciliadora*, “não-revanchista”. Mas, reforçou os questionamentos dos opositores, principalmente por ser caracterizado como um livro-propaganda, e por isso digno de desconfiança, além de ter sido interpretado como um mensageiro de “inverdades”. Nesse sentido, os esforços do biógrafo em contar versões “dos dois lados” – acentuando uma perspectiva de teoria dos dois demônios – não se mostraram eficazes em acalantar as inquietações e suprimir os discursos subterrâneos negacionistas e de apoio à ditadura que estavam ressurgindo.

A trajetória do livro pode ser considerada uma metáfora para a memória hegemônica: suas constantes tentativas de demonstrar as esquerdas dos anos 1960 e 1970 como pacíficas e democráticas não encontraram mais lugar numa sociedade que se via cada vez menos representada por essas esquerdas; a obra de Amaral, assim como a memória de crítica à ditadura, perdeu seu lugar de *hegemonia* perante a sociedade brasileira, que caminha para uma nova forma de relembrar o período da ditadura, reaproximando-se dos ideais de autoritarismo evocados em 1964. O passado se altera em função das demandas do presente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

FOLHA: Eu li a biografia dela e lá conta que ela levou a senhora no Jambert para cortar o cabelo...

DILMA: Ela levou sim. Ela gostava muito de bons cabeleireiros, ela tinha muito bom gosto.

FOLHA: Mas era meio incompatível com a rotina que vocês tinham, não?

DILMA: A gente andava na rua, entramos num cabeleireiro, cortamos e saímos.

FOLHA: Mas era um salão chiquíssimo, que servia champanhe aos clientes...

Duas amigas e companheiras de revolução, vivendo de forma clandestina na cidade do Rio de Janeiro no fim da década de 1960, procuradas pela polícia política e com suas fotos estampadas em cartazes por todo o país, tinham um problema muito sério a resolver: uma *juba* fora de moda. Decidiram, então, ir a um dos salões mais caros da cidade, em Ipanema, o Jambert – frequentado pela alta sociedade carioca e que servia champanhe à vontade. Seus nomes eram conhecidos pelos órgãos de segurança: Dilma Rousseff e Iara Iavelberg.

Esse episódio é muito lembrado sempre que se trata de Iara ou do passado de engajamento de Dilma contra a ditadura. Foi narrado pela primeira vez na biografia de Iara, de autoria de Judith Patarra:

- A gente precisa se cuidar – já automatizara o discurso, – Olha, vou levar você ao Jambert para cortar sua juba fora de moda. Não está certo esconder o rosto desse jeito. Ele corta bem, acaba sendo mais barato.

Quem se divertiu com a argumentação foi outra companheira de Belo Horizonte, Maria do Carmo Brito, a Lia. Conheciam-se desde os tempos da POLOP, quando trabalhavam no setor de imprensa e propaganda.

- Seu cabelo é muito grande, crespo e você ainda usa essa gaforinha! – insistiu Iara, já usando expressões inusitadas em São Paulo. – Um corte realça seus olhos bonitos. Juro!

Dilma obedeceu. Beberam o champanha que ofereciam no cabelereiro e saiu de cabelos curtos. Penteava-os com os dedos. (...) ⁶⁶¹

A partir disso, ganhou a imprensa em diversos momentos – principalmente após Dilma se tornar ministra-chefe da Casa Civil. Ricardo Batista Amaral também o descreveu em *A vida quer é coragem*:

Iara cuidava da aparência, vestia-se com bom gosto e racionalizava a vaidade natural. “Faz bem à autoestima. Quem se acha interessante trabalha melhor, é mais segura, dá menos bandeira”, ela disse uma vez a Dodora.

⁶⁶¹ PATARRA, 1992, op. cit., p. 298.

Com esse papo na ponta da língua e um surpreendente cartão de crédito, Iara convenceu Dilma a “cortar essa juba fora de moda” no salão do badalado Carlos Jambert, onde serviam champanhe às clientes. “Você é uma feminista, Iara, a primeira que conheço”, admirou-se a nova amiga⁶⁶².

O jornalista Elio Gaspari, célebre autor de uma série de livros sobre a ditadura, narrou o assunto no volume *Ditadura escancarada*, mas incluir a presença de Dilma:

Poucos meses depois da fuga de Quintaúna o capitão [Lamarca] se apaixonara pela musa da VPR, a Clara [Iara Lavelberg], uma mulher bonita, com enormes olhos claros. Vaidosa, era capaz de sair de um aparelho para cortar o cabelo e tomar champanhe no Jambert de Ipanema, o melhor e mais caro salão do país⁶⁶³.

O livro é de 2002, antes de Dilma ganhar projeção na política nacional. Posteriormente, em reportagem para a *Folha*, publicada em 2005, ano em que Rousseff passa a ocupar o cargo na Casa Civil, Gaspari retoma o episódio, incluindo-a: “Um dia Iara levou Vanda/Dilma para uma aventura da vaidade. Cortaram cabelo no salão Jambert da Ataulfo de Paiva, o preferido da grã-finagem carioca, onde servia-se champanhe aos clientes⁶⁶⁴”

A *Folha* retomou o assunto duas outras vezes, com matérias de autoria da jornalista Fernanda Odilla, ambas de 2009 – em uma delas, publicou como autêntica uma ficha falsificada, que atribuía à Dilma diversos crimes durante a ditadura. Nessa mesma reportagem, a jornalista deixa implícito que o corte de cabelo teria sido financiado pelos dólares expropriados na Ação Grande: “A extravagância foi bancada depois da ação que deu fama à VAR-Palmares: o assalto ao cofre do ex-governador de São Paulo Adhemar de Barros, guardado na casa da amante dele, com cerca de US\$ 2,4 milhões⁶⁶⁵. Essa informação, porém, não consta no livro de Patarra e não há fontes que a confirmem.

Odilla realizou entrevista com Dilma, publicada na *Folha* e com trecho na epígrafe deste capítulo, na qual quase 10 perguntas foram dedicadas ao assunto do salão. Apesar de toda ênfase dada pela repórter, Dilma afirma: “Era um bom lugar, mas não é uma coisa relevante na minha vida⁶⁶⁶”.

Por que, dentre tantos outros fatos, escolher justamente esse episódio para ser *lembrado* a respeito das trajetórias de ambas as militantes?

⁶⁶² AMARAL, 2011, op. cit., p. 298.

⁶⁶³ GASPARI, 2002, op. cit., p. 343, grifos meus.

⁶⁶⁴ GASPARI, Elio. Delúbio tem a idade do Brasil. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 26 jun. 2005. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc2606200511.htm>>. Acesso em: 15 fev. 2019.

⁶⁶⁵ ODILLA, Fernanda. Grupo de Dilma planejava sequestrar Delfim. *Folha de S. Paulo*, Brasília, 5 abr. 2009. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc0504200906.htm>>. Acesso em: 12 fev. 2019.

⁶⁶⁶ ODILLA, 2009, op. cit.

Não obstante os livros analisados nesta dissertação tenham sido publicados em períodos diferentes – o primeiro no início da década de 1990 e o segundo no início dos anos 2010 –, ambos os autores fizeram uma escolha bem demarcada ao optarem por biografadas *mulheres*. Judith Patarra poderia ter escolhido Lamarca; Ricardo Amaral poderia ter escolhido Lula. Contudo, embora tenham a condição feminina em comum, as duas personagens são construídas de maneiras muito distintas; e talvez o episódio narrado na introdução deste capítulo seja emblemático de cada uma.

A Iara de Patarra usufrui de liberdade sexual incomum para sua época e seu meio, é extremamente vaidosa e, por isso, rompe com o estereótipo típico da guerrilheira, vista como masculinizada.

A Dilma de Amaral, por sua vez, não tem sua beleza física descrita pelo autor em momento algum – embora ele utilize o adjetivo “linda” para descrever outras militantes, como a própria Iara e Carmela Pezzuti. A biografada é firme, direta, pouco vaidosa; optou por se casar duas vezes, sempre em relacionamentos estáveis e duradouros, deslocando-se do estereótipo de “puta comunista”, mas incorrendo em outro, o da guerrilheira masculinizada.

A historiadora Ana Maria Colling, ao realizar uma pesquisa com ex-militantes de organizações revolucionárias, concluiu que “além da caracterização da mulher militante como prostituta, a repressão trabalhava na tentativa de desmoralização com duas outras ideias: a de que as mulheres estavam buscando homens e a de mulher-macho”⁶⁶⁷. Ainda que não sejam discursos ligados à repressão – muito pelo contrário, são *críticos* a eles, como se apresenta a memória dominante sobre a ditadura em geral –, é possível observar *continuidades* nas narrativas biográficas: a Iara de Patarra, de certa forma, estava à busca de homens; a Dilma de Amaral, mesmo que não explicitamente, possui as características esperadas pela sociedade de um homem.

Independentemente de serem mulheres diferentes, e poderem representar a pluralidade da atuação feminina no engajamento político das esquerdas revolucionárias, os autores constroem suas personagens de forma que as estratégias e convicções políticas postas naquele momento ficam de lado. Cada uma à sua maneira, com seus próprios atributos, encontrava formas de fugir à militância *per se* em que estavam envolvidas. Ambas são retratadas de como pacíficas e/ou inadequadas para a luta armada – Iara nunca pegou em armas, exceto para tirar sua própria vida⁶⁶⁸; Dilma nunca quis atirar, era míope⁶⁶⁹. Além disso, possuem suas agendas

⁶⁶⁷ COLLING, 1997, op. cit., 84.

⁶⁶⁸ De acordo com a narrativa de Patarra. Sabe-se, porém, que Iara foi assassinada, como dito anteriormente.

⁶⁶⁹ AMARAL, 2011, op. cit., p. 13.

individuais e prioritárias, que não aquelas colocadas pelas organizações: Iara era “feminista” e queria lutar pelos direitos das mulheres; Dilma era uma mulher das massas, e apoiaria o que quer que elas apoiassem.

É possível observar, assim, duas estratégias diferentes de *esvaziamento da luta revolucionária* nas narrativas, em prol da inclusão de pautas mais referentes ao(s) tempo(s) presente(s) dos biógrafos. No caso de Iara, seria adequado para o contexto dos anos 1980 e 1990, e as demandas colocadas nesse período, que a “musa das esquerdas” fosse também *feminista*, livre e rebelde. Essa construção possibilitaria uma maior identificação com as mulheres leitoras do livro, brancas, de classe média, que questionavam o papel de soberanas apenas do espaço privado. Seria mais palatável conhecer a história de uma mulher que, acima de tudo, fora *resistente* e guerreira – mas não tão guerrilheira.

No caso de Dilma, recém-eleita presidenta da República quando do lançamento do livro e, antes disso, Ministra-Chefe da Casa Civil em dois mandatos do governo Lula, seria mais apropriado para a estabilidade do governo e a conciliação com as oposições a construção de uma “personagem” crítica às opções radicais e, sobretudo, muito democrática. Seu engajamento nas organizações revolucionárias causou estranhamento da mídia e das oposições antes mesmo do início da campanha eleitoral e esses incômodos precisavam ser atenuados.

Dessa forma, a luta armada não ocupa lugar central na narrativa específica sobre nenhuma das biografadas. Por que, então, os biógrafos escolheram mulheres *guerrilheiras* para escrever biografias se não pretendiam falar da guerrilha? No caso de Dilma, a eleição para a presidência pode ser usada como justificativa para um livro dedicado à sua trajetória de vida. Contudo, o caso de Iara é curioso: uma mulher que morreu muitíssimo jovem e dedicou os últimos anos de sua vida *exclusivamente* à luta revolucionária foi retratada como *imprópria* para ela.

É fato, como vimos, que a sociedade brasileira não apoiou a guerrilha; no entanto, quis conhecê-la. Porém, percebe-se um pré-requisito para que essas memórias sejam aceitas: um abrandamento dos discursos, uma tentativa de *apaziguar* os engajamentos. Esse abrandamento é, como vimos, resultado do *mito da sociedade resistente*, que precisava acreditar que foi *contra a ditadura* desde o princípio. Assim, viu na atuação das esquerdas revolucionárias a oportunidade de uma ressignificação e consequente transformação desta em “braço armado da resistência democrática”. Como resultado, observamos nas biografias guerrilheiras que, “na verdade”, nunca tiveram intenção de guerrilhar – tinham apenas um “senso de justiça” aguçado e um incômodo latente com o regime autoritário. O desejo de subverter a ordem capitalista é

minimizado, pois representaria uma *ofensividade* que a sociedade brasileira não estaria preparada para lidar.

Nos momentos em que essas ideologias ofensivas são colocadas em pauta, os fatos que se sobressaem nas trajetórias de vida das militantes, então, são aqueles que apontam possíveis contradições com as ideologias defendidas. Lembra-se das idas aos salões de elite, dos amores, das peças e filmes assistidos, dos questionamentos em relação às organizações; silencia-se sobre as funções dessas mulheres dentro da militância, de suas contribuições teóricas e estratégicas, de suas ações em nome das ideologias que defendiam. Uma lembrança mais *adocicada* e idealizada, mais *conciliatória*, tem lugar garantido na memória dominante sobre a ditadura.

A ditadura tinha concepções bem marcadas do que seria a “mulher ideal” nos moldes de sociedade defendidos: após o golpe civil-militar, a imagem era de uma “mãe, esposa, dona-de-casa”, semelhante ao perfil das mulheres integrantes da Campanha da Mulher pela Democracia (CAMDE), entidade feminina conservadora organizadora das Marchas da Família com Deus pela Liberdade⁶⁷⁰. Já a partir dos anos 1970, houve uma alteração neste padrão, que incluía “as ambivalências do processo de modernização conservadora: se a mulher ainda alimentava o sonho da família e dos filhos – o lar perfeito –, este parecia cada vez menos incompatível com a carreira profissional”⁶⁷¹.

Nenhuma dessas imagens, no entanto, é compatível com a da mulher militante, *comunista*; muito pelo contrário, representa sua *antítese* completa. Isso ocorreu pois os padrões definidos pela ditadura eram *anticomunistas*, caracterizando as guerrilheiras não só como *terroristas*, mas também como “não-mulheres”. Ana Maria Colling aponta que, na perspectiva da repressão, as mulheres militantes eram duplamente desviantes: ousavam, assim como os homens, ao reivindicarem uma nova ordem política e social, oposta à ordem vigente; porém, mais que isso, transgrediam ainda mais por adentrarem o espaço público, o espaço da política e das decisões, masculino por excelência⁶⁷².

Mesmo em suas biografias, que pretendem se distanciar tanto dos discursos defendidos pelo “antigo regime” ditatorial, notamos uma aproximação em relação à interpretação do engajamento das mulheres: elas estão *presas* no espaço privado; *invisíveis* no espaço público. Os livros, dessa forma, reproduzem estereótipos tradicionais a respeito dos papéis femininos. Seus cargos dentro das organizações são *esquecidos* ou não são os aspectos centrais que os

⁶⁷⁰ CORDEIRO, Janaina. *Mães do ano: a CAMDE e a imagem da mulher nos primeiros anos da ditadura civil-militar*. 2019. No prelo.

⁶⁷¹ Idem.

⁶⁷² COLLING, 1997, op. cit.

livros se propõem a expor. A ofensividade da luta armada, seu aspecto *revolucionário*, não gera empatia entre o público leitor e, por isso, é secundarizado, por vezes terceirizado – não parece ser “coisa de mulher”.

Os homens, por sua vez, são responsáveis, nas biografias, pelas ações mais violentas: Carlos Marighella, Carlos Lamarca, Juarez Brito, Ângelo Pezzuti são lembrados como *revolucionários*. Às mulheres caberia a contemplação dessas ações. Contudo, através da análise dos documentos produzidos pelo Estado ditatorial, nota-se que, embora não considerassem o engajamento de forma alguma *adequado* para as mulheres, houve reconhecimento do papel político desempenhado por elas, ignorados, em certa medida, pelos biógrafos:

Yara Yavelberg [sic], ao lado de Dilma Vana e Miriam Abramovay, é a figura relevante de mulher dentro da VAR-Palmares. Tão ativa é a sua participação nos movimentos subversivos que Maria Cora Sacomani, ainda antes da própria existência da VAR, participou de reuniões clandestinas na casa de Miriam e dos Iavelbergs. Dilma Vânia [sic] coloca Yara [sic] entre as figuras que se sobressaíam. A fls. 642-646 é citada entre as participantes dos encontros realizados no apartamento da rua da Consolação, já referidos. Não há dúvida sobre a sua criminosa atuação⁶⁷³.

Dilma Vana Rousseff Linhares, “Joana D’Arc” da subversão. A figura feminina de expressão tristemente notável. (...) Não há [como] especificar sua ação, pois tudo o que foi feito no setor teve sua atuação direta. Praticamente foi a organizadora e distribuidora de funções. Seu nome está em qualquer parte do processo, como se pode verificar pelo que até agora foi exposto e pelo que se dirá⁶⁷⁴.

Embora não mais em um contexto de Estado autoritário, a sociedade brasileira continua com uma estrutura fortemente patriarcal, diretamente refletida nas narrativas biográficas. Mesmo quando decidiram por adentrar o espaço público, engajar-se em causas *revolucionárias* por vontade própria, as prioridades dessas mulheres são invertidas e *recordadas* como mais brandas, menos políticas, e mais pessoais. Há uma tentativa, diretamente influenciada pelo machismo e pelos papéis de gênero, de enquadrá-las o máximo possível em papéis de “feminilidade” aceitáveis dentro das biografias. Dessa maneira, por mais que tivesse havido um vasto engajamento político, termina-se por *lembrar* sempre, de forma quase icônica, apenas uma suposta ida a um cabeleireiro de luxo.

⁶⁷³ SÃO PAULO. Justiça Militar Federal – 1ª Auditoria da 2ª Circunscrição Judiciária Militar. *Diário Oficial do Estado de São Paulo*, São Paulo, 2 jun. 1979, p. 104.

⁶⁷⁴ BRASIL. Justiça Militar – 1ª Auditoria da 2ª Circunscrição Judiciária Militar. *Brasil: Nunca Mais*, Processo 095, São Paulo, 10 ago. 1970, p. 6.

Apesar dos diferentes momentos de produção, os dois livros produzem discursos memoriais muito semelhantes – influenciados pela memória hegemônica. Esta, como já vimos, foi constituída com base no *mito da sociedade resistente* e na *conciliação*, além do apagamento do sentido revolucionário das esquerdas. Esses aspectos permitem ocultar o consenso, e por vezes apoio, de setores da sociedade civil ao golpe e à ditadura em si; além disso, ocultam o uso da violência como política do terrorismo de Estado. Dessa forma, a punição dos perpetradores não só se mostra “desnecessária”, como uma ameaça à democracia – uma demanda vingativa, *revanchista*.

Esse discurso teve o mesmo caráter da Lei da Anistia: segundo Denise Rollemberg, “o *reencontro* de 1979 e dos anos seguintes – com os exilados e os presos políticos, ‘da sociedade com a democracia’ – criou um fosso entre o passado e o futuro, como se para fazer este fosse preciso *esquecer* aquele”⁶⁷⁵. As próprias esquerdas aderiram a essa forma de lembrar – ou esquecer –, fazendo prevalecer “a interpretação segundo a qual o regime se impunha exclusivamente pela repressão ou manipulando os baixos níveis de escolaridade das maiorias ou dominando os meios de comunicação”⁶⁷⁶.

Segundo essa forma de lembrar, ambos os livros tratam do golpe civil-militar como uma ação repressiva, sem demanda prévia da sociedade. O golpe, na perspectiva dos biógrafos, partiu unicamente dos militares, em um ato de *vilania* que condenou o país. Dessa forma, nenhum deles enxerga – ou lembra – a ditadura como “produto da sociedade”. Segundo Janaina Cordeiro, é necessário compreender o período ditatorial assim, reconhecendo que

houve apoios declarados, engajados, militantes, mas também os silenciosos. Aqueles que faziam parte de uma espécie de *engrenagem do consentimento*, ou seja, uma lógica de pensamento de acordo com a qual aquela determinada situação é a única escolha possível ou, ao menos, a mais razoável, restando, portanto, a obediência⁶⁷⁷.

Em relação às organizações de esquerda, os autores divergem um pouco. Judith Patarra romantiza a “resistência” – os chamados “anos rebeldes”. Muito embora haja uma certa demarcação entre a militância de Iara e a guerrilha em si – silenciando sobre o fato de que a biografada estava inserida nessa forma de engajamento –, ambas as formas de organização são tratadas como “inocentes” e “tipicamente juvenis”. Há, claro, mais uma vez, um esvaziamento do aspecto revolucionário, em nome de um pretenso senso de justiça inerente aos militantes, que os fizeram tomar decisões *extremadas*. Patarra, apesar disso, procura humanizar os

⁶⁷⁵ ROLLEMBERG, 2006, op. cit., p. 5.

⁶⁷⁶ Idem.

⁶⁷⁷ CORDEIRO, 2012, op. cit., p. 31.

responsáveis pelas ações mais violentas, fazendo uso do seu formato de escrita para isso, colocando arrependimento e culpa nos pensamentos dos personagens. Eram todos jovens, inconsequentes, movidos por utopias.

Amaral, por sua vez, publicou seu livro em um momento que discursos conservadores e negacionistas ganhavam lugar. Por isso, observa-se sua estratégia de construir dois lados de uma guerra que, mesmo que injusta, produziu efeitos para a sociedade vítima. Dessa forma, o autor apresenta as ações das esquerdas como delitos violentos – cita os números de mortos em ação, trata dos “assaltos” e “sequestros” –, que, segundo ele, tiveram como resposta o endurecimento da repressão. Em certa medida, o biógrafo reatualiza a teoria dos dois demônios, buscando, no entanto, isentar sua personagem, que sempre teria se oposto aos “excessos” das esquerdas, enquanto sofreu na própria carne os “excessos” cometidos pelo Estado ditatorial. Assim, trata da tortura, dos assassinatos e desaparecimentos como atos violentos, porém com certo caráter de “clandestinidade”, fruto da loucura de alguns torturadores. Nunca como *terrorismo de Estado*.

Quanto a Judith Patarra, no tocante às ações repressivas do Estado ditatorial, a autora pouco trata do assunto. Ao escolher Iara como biografada, Patarra selecionou uma militante que proporcionaria uma narrativa que ela considerava mais *leve*, uma vez que sua única prisão foi curta e prévia ao AI-5 e que, ao menos *oficialmente*, sua morte teria sido um suicídio – dessa forma, não precisaria mobilizar discursos a respeito da violência política. O que contribui para ratificar ainda essa de *escolha* de Patarra, é sua recusa em ao menos apontar a controvérsia – naquela altura, já denunciada pela família – quanto à morte de Iara; além disso, a biógrafa faz uso de depoimento de um dos agentes de segurança responsáveis pela ação que a assassinou. A fala deste agente é tratada por Patarra como verdade, evidenciando contradições no discurso que enaltece os “anos rebeldes”, mas que não questiona os perpetradores.

Bernhard Giesen afirma que as sociedades modernas têm diversas formas de lidar com a confissão de uma culpa coletiva do passado: “alguns estão dispostos a reconhecer sua responsabilidade nacional por um genocídio do passado; outros se resistem a fazê-lo”⁶⁷⁸. Ainda que não se configurem como *genocídio*, como o autor aponta, os crimes cometidos pelo terrorismo de Estado precisam ser vistos como violações. O Brasil, porém, parece *resistir* a admitir sua culpa coletiva: sob uma suposta “memória crítica à ditadura” se escondem as culpas do apoio de setores da sociedade civil ao regime e o fato de que nem todos foram resistentes a

⁶⁷⁸ GIESEN, 2001, op. cit., p. 19.

todo tempo. Ambas as biografias contribuem para manter o *pacto social* que mantém a memória da ditadura conciliadora e, por isso, não toca nas feridas.

Conforme apresentado, ambos os biógrafos são *jornalistas*. Estão inseridos em um contexto de aumento de livros que tratam de assuntos históricos e/ou biografias, cuja autoria é de jornalistas e repórteres. O historiador Benito Schmidt aponta como justificativa para o interesse desses profissionais na escrita de biografias, especificamente, a influência da literatura no movimento do *new journalism*⁶⁷⁹, e, dessa forma, o interesse pela “aplicação das técnicas ficcionais a textos de não-ficção⁶⁸⁰”.

É fato que os dois autores se utilizam de *técnicas ficcionais*, mas, pode-se identificar essas características prioritariamente no livro de Patarra: a autora tem como objetivo principal a *reconstituição* completa das personagens as quais busca retratar, preenchendo as lacunas com situações criadas por sua imaginação. Recria cenários, pensamentos, sensações até mesmo sensoriais, o que basicamente insere o leitor dentro de um mundo criado pela biógrafa – que se passa como o mundo “verdadeiro” vivido por Iara.

Amaral, por sua vez, apesar de também usar elementos ficcionais para dar leveza à sua narrativa e, de certa forma, preencher algumas lacunas, utiliza menos os recursos de diálogos, por exemplo – muito embora, em diversas ocasiões, ele transcreva os sentimentos e pensamentos da biografada, a qual ele alegou não ter entrevistado ou se aproximado para a constituição do livro.

Os dois autores fazem muito uso de fontes orais – depoimentos de pessoas próximas às biografadas –, mas também de notícias publicadas pela imprensa e documentos oficiais para fundamentar suas pesquisas. No entanto, observa-se que eles não lançam olhares críticos a tais fontes, aceitando suas informações como *verdade* a ser incorporada integralmente no texto. Não questionam a origem dos dados obtidos ou a riqueza de detalhes vinculada – muito pelo contrário, quanto mais detalhes, mais a impressão de *veracidade*. Além disso, ambos apenas esporadicamente citam referências sobre a procedência do que é vinculado – muitas vezes, inclusive, essas informações são deliberadamente ocultadas, como no caso de Amaral,

⁶⁷⁹ Também conhecido como Jornalismo Literário, surgido na década de 1960, nos Estados Unidos, tem como principal objetivo mesclar a narrativa jornalística com a literária, ainda assim constituindo obras de não-ficção.

⁶⁸⁰ SCHMIDT, Benito Bisso. Construindo Biografias ... Historiadores e Jornalistas: Aproximações e Afastamentos. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 10, n. 19, 1997, p. 5. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2040/1179>>. Acesso em: 16 fev. 2019.

principalmente –, o que, segundo Benito Schmidt, é comum às escritas biográficas feitas por jornalistas:

Deve-se ressaltar também que o jornalista quase nunca separa com nitidez a sua fala enquanto narrador da transcrição dos documentos. (...) privilegiou-se a fluidez da narrativa ao invés da precisão formal que, longe de ser apenas um artifício técnico, permite ao leitor conhecer as informações que serviram de base para a construção do texto e cotejar as mesmas com as interpretações do autor⁶⁸¹.

Nota-se que os jornalistas possuem um maior compromisso com a linguagem, a escrita e a fluidez de seus discursos, e menor, ou nulo, com a criticidade que o método historiográfico requer de suas fontes. Ainda assim, como afirmam Schmidt e Beatriz Sarlo, a riqueza de detalhes não causa estranhamento no leitor, muito pelo contrário, confere legitimidade e veracidade à narrativa⁶⁸². Dessa forma, observamos que, apesar de serem livros de *memória*, são julgados como livros de História – e até se pretendem como tal. O historiador Marcos Silva declara que a história, como tema, “é uma legítima dimensão de muitos saberes — Sociologia, Economia, Teatro, Romance, Cinema, Jornalismo... Outra coisa é sua identidade como *campo de conhecimento* homônimo⁶⁸³”. É por isso que, segundo ele, há que se fazer uma separação contundente entre a escrita do jornalista e a do historiador:

Não se trata de preciosismo técnico: o método específico garante ao historiador um texto de natureza explicativa e demonstrativa, que vai além das opiniões dos personagens ou do próprio historiador. Quando os profissionais de outros campos de saber (e alguns historiadores irmanados com estes) tomam a História apenas como tema, esse zelo não costuma ser mantido⁶⁸⁴.

É por isso que se faz necessário retornar ao ponto de partida deste trabalho: a diferença entre história e memória. Ainda que mobilizem a história ou períodos dela como tema, os livros aqui analisados trazem discursos de *memória*. Pretendem-se *verdadeiros*, não seguem o rigor metodológico historiográfico e condicionam o passado ao presente, fazendo *uso* dele da forma que melhor convém para atender as demandas postas por seu tempo. Por isso, foram identificados nesses discursos seleções, esquecimentos, silêncios. São movimentos típicos da memória, que se pretende soberana, mas que responde a disputas.

⁶⁸¹ Ibid., p. 9.

⁶⁸² SARLO, 2007, op. cit.

⁶⁸³ SILVA, Marcos. Jornalismo retrospectivo e quase-história (imaginem se a ditadura fosse desavergonhada!). *Adusp*, São Paulo, maio 2005, p. 81. Disponível em: <<https://www.adusp.org.br/files/revistas/34/r34a11.pdf>>. Acesso em: 16 fev. 2019.

⁶⁸⁴ Idem.

O historiador francês Henry Rousso tratou da constituição do campo específico de estudo da história da memória, cujo objetivo seria fazer a história das expressões que resultam na memória coletiva. Rousso aponta que: “a história da memória tem sido quase sempre uma *história das feridas abertas pela memória*, não sendo no fundo senão uma manifestação, entre outras, das interrogações atuais e palpitantes sobre certos períodos que ‘não passam’”⁶⁸⁵. O historiador ainda trata da relação profunda entre a história da memória e a análise das culturas políticas de uma sociedade.

Nesse sentido, essa pesquisa pretendeu se constituir como contribuição para uma *história da memória*, através da análise das biografias e os discursos nelas empregados, sobre a ditadura civil-militar brasileira. De acordo com Carlos Fico, a categoria do *trauma* é essencial para caracterizar as experiências das esquerdas: “particularmente, a prisão, a tortura e a morte desses rapazes e moças tornaram a fase final do processo um evento traumático”⁶⁸⁶. Porém, é preciso problematizar o fato de que a ditadura civil-militar, nas concepções da memória tratada nesse trabalho, constitua-se como trauma para toda a sociedade.

Essa característica específica da memória oculta fatores cruciais para a compreensão da ditadura pós-64, como o papel de setores da sociedade no pacto construído em torno do regime⁶⁸⁷, viabilizado a partir de uma cultura política específica, com bases num “conservadorismo-autoritário” e marcada por forte anticomunismo⁶⁸⁸. Além disso, o distanciamento entre as organizações revolucionárias e a sociedade é colocado como fruto da *repressão*, e não da não identificação da segunda com o projeto político e revolucionário das primeiras. Ao fazer uma leitura de si mesma sempre como *resistente* e *democrática*, a sociedade esquece de aspectos não tão agradáveis de serem lembrados e faz as pazes consigo mesma.

Ao mesmo tempo em que os brasileiros eram lembrados como *resistentes*, os militares eram colocados na posição de *vilões* – principalmente os perpetradores de violações de direitos humanos, promovidas nos centros de tortura e desaparecimento. Estabeleceu-se um maniqueísmo forte que, apesar disso, não mereceu punição no âmbito jurídico. A transição para

⁶⁸⁵ ROUSSO, Henry. A memória não é mais o que era. IN: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína (org.). *Usos e abusos da História Oral*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2006.

⁶⁸⁶ FICO, Carlos. Ditadura militar brasileira: aproximações teóricas e historiográficas. *Tempo e argumento*, Florianópolis, v. 9, n. 20, jan./abr. 2017, p. 44.

⁶⁸⁷ CORDEIRO, 2012, op. cit.,

⁶⁸⁸ Idem.

a democracia e a Lei da Anistia, muito pelo contrário, evocavam a *conciliação*, prevenindo qualquer punição, esta caracterizada como “revanchismo”: “em relação aos militares a anistia se tratava de uma medida para o futuro, quanto a uma expectativa ou possibilidade de responsabilização penal⁶⁸⁹”. Camuflaram-se as ações violentas do Estado em *excessos individuais*, eclipsando a ideia de terrorismo estatal. “Exatamente onde não houve muita resistência é que não se deve remexer no passado”, diz Daniel Aarão Reis. “Todos resistiram, todos resistimos, assim parecia melhor”⁶⁹⁰.

Ao questionar tais memórias, minha intenção não foi minimizar o sofrimento daqueles atingidos pela tortura, os desaparecidos e assassinados; não foi contribuir para uma “teoria dos dois demônios”⁶⁹¹, mas sim, questioná-la, buscando evidenciar as contradições de uma sociedade marcada por uma cultura política autoritária, não obstante lembre de si mesma como pacífica e democrática. Como declara Janaina Cordeiro, “é preciso, sobretudo no âmbito da pesquisa acadêmica, tentar superar os limites impostos pelas batalhas de memória”⁶⁹².

Ainda assim, é preciso destacar um fato: a historiografia que se propôs a estudar a memória dominante sobre a ditadura, aquela que favorecia os “vencidos” e renegava os “vencedores”, foi constituída, sobretudo, na segunda metade dos anos 2000, quando o Brasil vivia um outro contexto político e social. Tendo em vista a data de produção dessa dissertação, cabe tomarmos emprestado o questionamento feito por Caroline Bauer: “como será o passado?”⁶⁹³; qual será o futuro da memória e, sobretudo, das políticas de memória sobre o passado recente?

O primeiro livro analisado – biografia de Iara Iavelberg –, apesar de todas as suas especificidades, encontrou lugar mesmo trazendo como personagem principal uma integrante de organizações revolucionária. Teve quatro edições esgotadas e desfrutava de profunda legitimidade entre o público leitor. O segundo – a respeito de Dilma Rousseff –, por sua vez, precisou *abrandar* ainda mais seus discursos, pois foi publicado em um momento de batalhas pela memória acirradas, com aumento de discursos negacionistas. Contudo, só teve uma edição que, inicialmente, teve boas vendas, mas, após a crise do governo de Dilma, foi renegado pelos consumidores. Apesar de ter como proposta, mesmo que indireta, estabelecer uma *história*

⁶⁸⁹ BAUER, 2017, op. cit., p. 17.

⁶⁹⁰ apud ROLLEMBERG, 2006, op. cit., p. 5.

⁶⁹¹ Destacar a ofensividade das esquerdas armadas não significa justificar sua repressão e assassinato pelo Estado ditatorial – terrorismo de Estado.

⁶⁹² CORDEIRO, 2012, op. cit., p. 27.

⁶⁹³ BAUER, 2017, op. cit.

oficial da ex-presidenta, foi extremamente criticado e malvisto pelos conservadores que ganharam espaço na última década.

Por fim, fica claro que é preciso refletir o lugar da memória dominante no presente do país. É preciso questionar se estaríamos diante da formação de um novo ciclo de memória, com novas narrativas hegemônicas. Essa reflexão auxiliará na compreensão do contexto social e político que se configura, uma vez que a memória está mais relacionada com o seu presente do que com o passado que se propõe a lembrar.

REFERÊNCIAS

Audiovisual

ANOS rebeldes. Autor: Gilberto Braga. Direção: Denis Carvalho, Silvio Tendler e Ivan Zettel. Direção geral: Dennis Carvalho. Produção: Rede Globo de Televisão, 1992-2003. 3 DVDs (680 min). Período de exibição: de 14-7-1992 a 14-8-1992. Horário: 22h30. N. de capítulos: 20.

CIDADÃO Boilesen. Direção: Chaim Litewski. Roteiristas: Ana Paula Brasil e Chaim Litewski. Rio de Janeiro: Palmares Produções e Jornalismo Ltda., 2009. Disponível em plataforma digital (93 min), son., colorido.

EM busca de Iara. Direção: Flávio Frederico. Roteirista: Mariana Pamplona. São Paulo: Produtora Kinoscópio, 2014. Disponível em plataforma digital (90 min), son., colorido.

IARA - Lembrança de uma mulher. Direção: Alberto Baumstein e Renato Sacerdote. Produção: VIDECOM e Secretaria de Cultura do Estado de São Paulo. 13'32". São Paulo: VIDECOM, 1993. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=jAZPFhArSnk>>. Acesso em: 30 jun. 2018.

ID, ego e superego: Freud explica! IN: *Psicoativo TV – O universo da Psicologia*, 8 set. 2016. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=AECr6BoLOig&t=246s>>. Acesso em: 31 jan. 2019.

NÃO é hora de chorar. Direção e roteiro: Pedro Chaskel e Luiz Alberto Sanz. Produção: Departamento de Cinema da Universidade do Chile (Cine Experimental). Santiago: Cine Experimental, 1971. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=11bZZ1TWepM&t=1747s>>. Acesso em: 04 jul. 2018.

PRA frente Brasil. Direção: Roberto Farias. Roteirista: Roberto Farias. Rio de Janeiro: Produções Cinematográficas R. F. Farias Ltda.; Embrafilme - Empresa Brasileira de Filmes S.A., 1982. Disponível em plataforma digital (106 min), son., colorido.

Biografias e autobiografias

AMARAL, Ricardo Batista. *A vida quer é coragem: a trajetória de Dilma Rousseff, a primeira presidenta do Brasil*. São Paulo: Sextante, 2011.

CABRAL, Otávio. *Dirceu: uma biografia*. São Paulo: Record, 2013.

GREEN, James. *Gay e revolucionário: a vida extraordinária de Herbert Daniel – pioneiro na luta pela democracia, diversidade e inclusão*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

JOSÉ, Emiliano; MIRANDA, Oldack de. *Lamarca: o capitão da guerrilha*. 18ª edição. Rio de Janeiro: Global, 2015.

PATARRA, Judith. *Iara: reportagem biográfica*. São reportagem biográfica. 2ª edição. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1992.

UCHÔA, P. C.; RAMOS, J. (org.). *Memórias do exílio: Brasil (1964-19??)* – de muitos caminhos. São Paulo: Livramento Ltda, 1978.

Imprensa

A. J. La guerrillera Rousseff. *El País*, Rio de Janeiro, 3 dez. 2011. Disponível em: <https://elpais.com/internacional/2011/12/04/actualidad/1322957715_676401.html>. Acesso em: 15 fev. 2019.

A trajetória de Dilma, da guerrilha ao poder. *Época*, 2 dez. 2011. Disponível em: <<http://revistaepoca.globo.com/tempo/noticia/2011/12/trajetoria-de-dilma-da-guerrilha-ao-poder.html>>. Acesso em: 14 fev. 2019.

A vida quer é coragem. *Clube do autor*, s./d. Disponível em: <<https://www.clubedoautor.pt/catalogo/128>>. Acesso em: 31 jan. 2019.

AGÊNCIA Estado. Jornalista lança biografia da presidente Dilma Rousseff. *Estadão*, Cultura, São Paulo, 23 jan. 2012. Disponível em: <<https://cultura.estadao.com.br/noticias/geral,jornalista-lanca-biografia-da-presidente-dilma-rousseff,826175>>. Acesso em: 12 fev. 2019.

ALENCAR, Kennedy. Lula confirma Dilma para a vaga de Dirceu na Casa Civil. *Folha de S. Paulo*, Brasília, 21 jun. 2005. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc2106200502.htm>>. Acesso em: 28 fev. 2019.

ALMEIDA, Daniela. Reunião 2ª deve formalizar uso do termo "presidenta" para Dilma. *iG*, São Paulo, 2 nov. 2010. Disponível em: <<https://ultimosegundo.ig.com.br/eleicoes/reuniao-2-deve-formalizar-uso-do-termo-presidenta-para-dilma/n1237817938668.html>>. Acesso em: 16 jan. 2019.

AMARAL, Ricardo Batista. Painel do leitor – Dilma. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 13 dez. 2011, Opinião, p. A3.

AMORIM, Paulo Henrique. Como Dilma vai entrar para a História. Com uma foto. *Conversa Afiada*, 9 jan. 2012. Disponível em: <<https://www.conversaafiada.com.br/brasil/2012/01/09/como-dilma-vai-entrar-para-a-historia-com-uma-foto>>. Acesso em: 12 fev. 2019.

ANDRADE, Carollina. Lula deixa Lei da Anistia para o Judiciário, diz Tarso Genro. *Último segundo IG*, 11 ago. 2008. Disponível em: <<https://ultimosegundo.ig.com.br/brasil/lula-deixa-lei-da-anistia-para-o-judiciario-diz-tarso-genro/n1237693419292.html>>. Acesso em: 14 fev. 2019.

ANOS de chumbo. *Tribuna da Imprensa*, Rio de Janeiro, 21 ago. 1992, Tribuna Bis, p. 6.

‘ANOS Rebeldes’ desperta reações emocionadas. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 17 jul. 1992, Caderno 2, Televisão, p. 2.

ANÚNCIO – Equipe Vestibulares. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 18 jan. 1968, p. 9.

“APARELHO” estourado revela dois documentos de Lamarca. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 29 mai. 1971, 1º Caderno, p. 14.

AUTENTICIDADE da ficha de Dilma não é provada. *Folha de S. Paulo*, Rio de Janeiro, 25 abr. 2009. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc2504200915.htm>>. Acesso em: 14 fev. 2019.

AUTOR de biografia de Dilma comenta a obra; leia trecho. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 13 dez. 2011. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/livrariadafolha/1020429-autor-de-biografia-de-dilma-comenta-a-obra-leia-trecho.shtml>>. Acesso em: 12 fev. 2019

AZEDO, Luiz Carlos. Vida devassada. *Correio Braziliense*, Brasília, 8 jan. 2012, Política, p. 5.

AZEVEDO, Carlos. Patarra morreu. Viva Patarra! *Observatório da Imprensa*, 22 jan. 2008. Disponível em: <<http://observatoriodaimprensa.com.br/tv-em-questao/patarra-morreu-viva-patarra/>>. Acesso em: 17 jun. 2018.

AZEVEDO, Reinaldo. Dilma e a degradação da política: o terrorismo agora em palavras. *Blog Reinaldo Azevedo – Veja*, São Paulo, 23 jun. 2010, atualizado em 21 fev. 2017. Disponível em: <<https://veja.abril.com.br/blog/reinaldo/dilma-e-a-degradacao-da-politica-o-terrorismo-agora-em-palavras/>>. Acesso em: 31 jan. 2019.

_____. Dilma, o passado e a delação. *Blog Reinaldo Azevedo – Veja*, 6 abr. 2009. Disponível em: <<https://veja.abril.com.br/blog/reinaldo/dilma-o-passado-e-a-delacao/>>. Acesso em: 11 fev. 2019.

_____. O problema da jovem Dilma no tribunal é o photoshop na história, não na fotografia. Ou: quem mostra e quem cobre a cara. *Blog do Reinaldo Azevedo – Veja*, 5 dez. 2011. Disponível em: <<https://veja.abril.com.br/blog/reinaldo/o-problema-da-jovem-dilma-no-tribunal-e-o-photoshop-na-historia-nao-na-fotografia-ou-quem-mostra-e-quem-cobre-a-cara/>>. Acesso em: 15 fev. 2019.

_____. O que a foto de Dilma sugere, revela e esconde. *Blog Reinaldo Azevedo – Veja*, 4 dez. 2011. Disponível em: <<https://veja.abril.com.br/blog/reinaldo/o-que-a-foto-de-dilma-sugere-revela-e-esconde/>>. Acesso em: 15 fev. 2019.

AZEVEDO, Solange. A descoberta política no Colégio Central. *Istoé*, 1 nov. 2010. Disponível em: <https://istoe.com.br/103661_A+DESCOBERTA+DA+POLITICA+NO+COLEGIO+CENTRAL/>. Acesso em: 21 dez. 2018.

BAHIA vai investigar denunciados na lista. *O Estado de S. Paulo*, 26 nov. 1977, p. 12.

BENITES, Afonso. Dilma vive últimos dias abraçada a movimentos sociais e longe dos políticos. *El País*, Brasília, 11 mai. 2016. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2016/05/11/politica/1462926904_504785.html>. Acesso em: 21 jan. 2019.

BERG, Marli. Iara, uma militante por acaso. *O Globo*, Rio de Janeiro, 3 mai. 1992, Livros, p. 6.

BHConnection, 2 jan. 2012. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=eFcmm8FwefM&t=1842s>>. Acesso em: 14 fev. 2019.

BITTENCOURT, Mona. Grã-fina que se alia à guerrilha é grande trunfo de ‘Anos Rebeldes’. *Revista TV Programa – Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, ano 2, n. 58, 26 jul. 1992, p. 34.

BOTELHO, Rachel. Freud explica: entenda sete conceitos básicos da psicanálise. *Revista Galileu*, 6 nov. 2017. Disponível em: <<https://revistagalileu.globo.com/Ciencia/noticia/2017/11/freud-explica-entenda-sete-conceitos-basicos-da-psicanalise.html>>. Acesso em: 31 jan. 2019.

BRAGA, Beatriz. O contrário do feminismo é a falta de coragem. *Revista Algo Mais*, 12 set. 2017. Disponível em: <<http://revista.algoMais.com/noticias/o-contrario-do-feminismo-e-a-falta-de-coragem-por-beatriz-braga>>.

BRAGA, Políbio. Anti-dica de leitura – A vida quer é coragem. *Políbio Braga*, 3 abr. 2018. Disponível em: <<https://polibiobraga.blogspot.com/2018/03/anti-dica-de-leitura-vida-quer-e-coragem.html>>. Acesso em: 12 fev. 2019.

BRAGA, Tercio. Musa da resistência armada é tema de documentário. *Metro Jornal*, 27 mar. 2014. Disponível em: <<https://www.metrojornal.com.br/cultura/2014/03/27/musa-da-resistencia-armada-e-tema-documentario.html>>. Acesso em: 12 ago. 2018.

BRAZIL’S Dilma Rousseff fights for her political survival. *The Newsmakers Special*, 8 fev. 2018. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=O-rV7FcAd88>>. Acesso em: 31 jan. 2019.

CARVALHO, Luiz Maklouf. As armas e os varões: a educação política e sentimental de Dilma Rousseff. *Revista Piauí*, ed. 31, abr. 2009.

_____. Dilma diz ter orgulho de ideais da guerrilha. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 21 jun. 2005. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc2106200508.htm>>.

CASTRO, Daniel. Transmissão histórica: mais de 82 milhões de brasileiros viram impeachment de Dilma pela Globo. *Notícias da TV – UOL*, 19 abr. 2016. Disponível em: <<https://noticiasdatv.uol.com.br/noticia/audiencias/mais-de-oitenta-e-dois-milhoes-de-brasileiros-viram-impeachment-de-dilma-na-globo--11045>>. Acesso em: 12 fev. 2019.

COMANDANTE do Exército afirma que Anistia “produziu concórdia”. *Agência Brasil*, 31 ago. 2007. Disponível em: <<http://memoria.ebc.com.br/agenciabrasil/noticia/2007-09-01/comandante-do-exercito-afirma-que-anistia-produziu-concordia>>. Acesso em: 14 fev. 2019.

CORSALETTE, Conrado. Suicídio de mulher de Lamarca é improvável, diz laudo. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 27 jun. 2005, Brasil, p. A9.

COURI, Norma. Iara, símbolo dos anos de chumbo. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 5 out. 2003, País, p. A8.

D'ÁVILA, Ulisses. A vida quer é coragem. *O Fluminense*, 1 fev. 2016. Disponível em: <<http://www.ofluminense.com.br/en/cultura/vida-quer-é-coragem>>. Acesso em: 12 fev. 2019.

DIFUNDEN uma foto inédita de Dilma durante un interrogatorio militar. *Clarín*, Argentina, 4 dez. 2011, Mundo. Disponível em: <https://www.clarin.com/mundo/difunden-inedita-dilma-interrogatorio-militar_0_H1ZL4JcnP7g.html>. Acesso em: 15 fev. 2019.

DILMA Rousseff. Primeira mulher a ser eleita presidente no Brasil, Dilma sofreu impeachment no Congresso. Porém, conseguiu manter o direito de assumir cargo público. *Época*, 30 jun. 2016. Disponível em: <<https://epoca.globo.com/tudo-sobre/noticia/2016/06/dilma-rousseff.html>>. Acesso em: 2 mar. 2019.

ÉBOLI, Evandro; CARVALHO, Jailton de. Documentos da ditadura dizem que Dilma 'assessorou' assaltos a bancos. *O Globo*, 19 nov. 2010. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/politica/documentos-da-ditadura-dizem-que-dilma-assessorou-assaltos-bancos-2922841>>. Acesso em: 31 jan. 2019.

ENTENDA a polêmica sobre a Lei da Anistia. *Estadão*, 28 abr. 2010. Disponível em: <<https://politica.estadao.com.br/noticias/geral,entenda-a-polemica-sobre-a-lei-da-anistia,544229>>. Acesso em: 14 fev. 2019.

ENTREVISTA Record: Eduardo Campos (2012). *Record News*, 28 jun. 2016. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=0Pyk1sHgUxc>>. Acesso em: 14 fev. 2019.

FRANCO, Bernardo Mello. Livro de Dilma liga Serra a ataques anônimos em 2010. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 12 dez. 2011, Poder, p. A8.

GALHARDO, Ricardo. Na cabeceira de Lula. *IG*, 10 fev. 2012. Disponível em: <<http://poderonline.ig.com.br/index.php/tag/franklin-roosevelt/>>. Acesso em: 12 fev. 2019.

GASPARI, Elio. Delúbio tem a idade do Brasil. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 26 jun. 2005. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc2606200511.htm>>. Acesso em: 15 fev. 2019.

GENTE que é gente. *TVC/BH*, 25 mar. 2012. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=rvKQh!TIQqM&t=590s>>. Acesso em: 31 jan. 2019.

GIANNINI, Silvio. Romance nos porões. *Veja*, 15 jul. 1992, Televisão, p. 86.

GIUDICE, C. História revisitada. Entrevista: Judith Patarra. *Revista Veja*, 12 de agosto de 1992, p. 6.

GUIBU, Fábio; ROCHA, Graciliano. Jobim rebate Tarso e diz que Lei da Anistia não vai mudar. *Folha de S. Paulo*, 2 ago. 2008. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc0208200802.htm>>. Acesso em: 14 fev. 2019.

GULLO, Carla; NEVES, Maria Laura. A mulher do presidente - Confira a entrevista que Dilma Rousseff concedeu a Marie Claire em abril de 2009. *Marie Claire*, 16 jun. 2011. Disponível em: <<http://revistamarieclaire.globo.com/Revista/Common/0,,EMI175873-17735-3,00-A+MULHER+DO+PRESIDENTE+CONFIRA+A+ENTREVISTA+QUE+DILMA+ROUSS EFF+CONCEDEU+A+M.html>>. Acesso em: 31 jan. 2019.

ÍNTEGRA do discurso de Dilma Rousseff no Congresso do PT. *O Estado de S. Paulo*, 20 fev. 2018. Disponível em: <<https://politica.estadao.com.br/noticias/geral,integra-do-discurso-de-dilma-rousseff-no-congresso-do-pt,513842>>. Acesso em: 01 ago. 2019.

LEITÃO, Matheus; FERRAZ, Lucas. Dilma tinha código de acesso a arsenal usado por guerrilha. *Folha de S. Paulo*, Brasília, 20 nov. 2010. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/poder/po2011201008.htm>>. Acesso em: 31 jan. 2019.

LEITE, Paulo Moreira. Tiros, paixões e batom. *Revista Veja*, 8 abr. 1992, p. 88.

LIMA, Maria. Corpo a corpo: Carlos Araújo. “Ninguém pense que engana a Dilma! Ela conhece todo mundo muito bem”. *O Globo*, Rio de Janeiro, 30 dez. 2011, O País, p. 4.

_____. Uma aventura política. *O Globo*, Rio de Janeiro, 17 dez. 2011, Prosa & Verso, p. 6.

LO PRETE, Renata. Painel. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 2 fev. 2012, Poder, p. A4.

LOYOLA, Leandro; SILVA, Eumano; ROCHA, Leonel. Dilma na luta armada. *Época*, 20 ago. 2010. Disponível em: <<http://revistaepoca.globo.com/Revista/Epoca/0,,EMI163155-15223,00-DILMA+NA+LUTA+ARMADA.html>>. Acesso em: 31 jan. 2019.

LUCENA, Eliana. Comissão indeniza guerrilheiros. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 12 set. 1996, Brasil, p. 8.

LULA descarta 'revanchismo' no lançamento de livro sobre mortos e desaparecidos políticos. *UOL*, São Paulo, 29 ago. 2007. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/ultnot/2007/08/29/ult23u535.jhtm>>. Acesso em: 14 fev. 2019.

LULA empossa Delfim em conselho econômico. *GI*, 16 mai. 2007. Disponível em: <<http://g1.globo.com/Noticias/Politica/0,,MUL37474-5601,00-LULA+EMPOSSA+DELFIN+EM+CONSELHO+ECONOMICO.html>>. Acesso em: 6 fev. 2019.

LULA lança livro sobre ditadura e militares não comparecem. *Extra*, 29 ago. 2007. Disponível em: <<https://extra.globo.com/noticias/brasil/lula-lanca-livro-sobre-ditadura-militares-nao-comparecem-707280.html>>. Acesso em: 14 fev. 2019.

MAIA, Luiza. A Bahia não pode continuar homenageando torturadores. *Bahia Notícias*, 26 mar. 2013. Disponível em: <<https://www.bahianoticias.com.br/artigo/529-a-bahia-nao-pode-continuar-homenageando-torturadores.html>>. Acesso em: 28 jun. 2018.

MANZANO, Gabriel. ‘Faxina’ faz Dilma repetir prestígio de Lula no exterior. *O Estado de S. Paulo*, 4 dez. 2011, Nacional, p. A8.

_____. Jornalista faz perfil simpático à guerrilheira que virou presidente. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 18 dez. 2011, Política, p. 14.

MARGUTTI, Mário. Biografia de uma guerreira. *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, 30 abr. 1992, Última Página, Capital Cultural, p. 60.

MARIZ, Cristiano. Protesto marca sessão pelos 24 anos da anistia: Advogado de famílias do Araguaia critica recurso judicial do governo. *Folha de S. Paulo*, Brasília, 29 ago. 2003. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc2908200318.htm>>. Acesso em: 12 fev. 2019.

MARTINS, Marília. Iara à semelhança de Olga. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 26 abr. 1992, Caderno B, p. 3.

_____. Personagem heroica no fracasso. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 26 abr. 1992, Caderno B, p. 6.

MENDONÇA, Renata. Votação do impeachment revela 5 coisas que você não sabia sobre a Câmara. *BBC Brasil*, São Paulo, 19 abr. 2016. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2016/04/160419_impeachment_revela_congresso_rm>/ Acesso em: 16 jan. 2019.

‘NÃO é desconhecimento histórico, é truculência’, diz historiador sobre Bolsonaro. *Estúdio CBN – Entrevista*, 15 out. 2018. Disponível em: <<https://cbn.globoradio.globo.com/media/audio/220345/nao-e-desconhecimento-historico-e-truculencia-diz-.htm>>. Acesso em: 14 fev. 2019.

O QUE eles estão lendo / Os melhores de 92. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 26 dez. 1992. Caderno Ideias/Livros & Ensaios, p. 12.

ODILLA, Fernanda. Aos 19, 20 anos, achava que eu estava salvando o mundo. *Folha de S. Paulo*, Brasília, 5 abr. 2009. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc0504200908.htm>>. Acesso em: 31 jan. 2019.

_____. Dilma diz não ter a mesma cabeça da época em que era guerrilheira; veja a íntegra da entrevista. *Folha de S. Paulo*, Brasília, 5 abr. 2009. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2009/04/545690-dilma-diz-nao-ter-a-mesma-cabeca-da-epoca-em-que-era-guerrilheira-veja-a-integra-da-entrevista.shtml>>. Acesso em: 15 fev. 2019.

_____. Grupo de Dilma planejava sequestrar Delfim. *Folha de S. Paulo*, Brasília, 5 abr. 2009. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc0504200906.htm>>. Acesso em: 12 fev. 2019.

ONOFRE, Jair. Preço do livro sobre a ex-presidente Dilma "A vida quer é coragem" por R\$ 2,99. *Bahia na política*, 5 jan. 2018. Disponível em: <<http://www.bahianapolitica.com.br/noticias/64236/preco-do-livro-sobre-a-ex-presidente-dilma-a-vida-quer-e-coragem-por-rs-299.html>>. Acesso em: 12 fev. 2019.

PARA Lula, Lei da Anistia é assunto da Justiça. *O Globo*, Política, 10 jan. 2001. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/politica/para-lula-lei-da-anistia-assunto-da-justica-3070982>>. Acesso em: 14 fev. 2019.

PARRODE, Alexandre. Livro sobre Dilma Rousseff é vendido por 5 reais e ninguém quer comprar. *Jornal Opção*, Goiânia, 30 jan. 2016. Disponível em: <<https://www.jornalopcao.com.br/colunas-e-blogs/imprensa/livro-sobre-dilma-rousseff-e-vendido-por-5-reais-e-ninguem-quer-comprar-57612/>>. Acesso em: 12 fev. 2019.

PEIXOTO, Mariana. Livro do jornalista Ricardo Amaral aborda trajetória de Dilma Rousseff. *Uai*, 15 mar. 2012. Disponível em: <<https://www.uai.com.br/app/noticia/e-mais/2012/03/15/noticia-e-mais,99564/livro-do-jornalista-ricardo-amaral-aborda-trajetoria-de-dilma-rousseff.shtml>>. Acesso em: 31 jan. 2019.

POLITICAMENTE, Iara dominava. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 21 set. 1971, p. 12.

RESENDE, Narley. Justiça disponibiliza depoimento de Lula na Lava Jato. *ParanáPortal*, 18 abr. 2016. Disponível em: <<https://paranaportal.uol.com.br/politica/operacao-lava-jato/justica-disponibiliza-depoimento-de-lula-na-lava-jato/>>. Acesso em: 31 jan. 2019.

ROMERO, Simon. Leader's Torture in the '70s Stirs Ghosts in Brazil. *The New York Times*, Nova Iorque, 4 ago. 2012. Disponível em: <https://www.nytimes.com/2012/08/05/world/americas/president-rousseffs-decades-old-torture-detailed.html?_r=1&pagewanted=all>. Acesso em: 15 fev. 2019.

ROSA, Vera. Time de não-petistas ganha força entre os conselheiros do presidente. *O Estado de S. Paulo*, 12 abr. 2008. Disponível em: <<https://politica.estadao.com.br/noticias/geral,time-de-nao-petistas-ganha-forca-entre-os-conselheiros-do-presidente,156007>>. Acesso em: 6 fev. 2019.

SEGALLA, Amauri. A história do pai. *Istoé*, 1 nov. 2010. Disponível em: <https://istoe.com.br/103655_A+HISTORIA+DO+PAI/>. Acesso em: 17 jan. 2019.

SETTI, Ricardo. Também quero falar da foto da presidente Dilma, quando jovem, presa diante de um tribunal militar. Vamos lá. *Ricardo Setti*, 5 dez. 2011, grifos meus. Disponível em: <<http://www.ricardosetti.com/tambem-querer-falar-da-foto-da-presidente-dilma-quando-jovem-presa-diante-de-um-tribunal-militar-vamos-la/>>. Acesso em: 15 fev. 2019.

SOARES, Mário. Tempos difíceis. *Diário de Notícias*, 3 jan. 2012. Disponível em: <<https://www.dn.pt/opiniao/opiniao-dn/mario-soares/interior/tempos-dificeis-2217529.html>>. Acesso em: 12 fev. 2019.

SOUZA, Luiz Philipe. 'Ela é a mesma de sempre', diz autor de livro sobre Dilma Rousseff. *Sextante em Revista*, 16 dez. 2011. Disponível em: <<http://www.sextante.com.br/noticias/?p=2964>>. Acesso em: 18 nov. 2019.

STUDART, Hugo. O guerrilheiro apaixonado. *Istoé*, n. 1948, 28 fev. 2007. Disponível em: <https://istoe.com.br/1356_O+GUERRILHEIRO+APAIXONADO/>. Acesso em: 02 ago. 2018.

THOELE, Alexander. Entrevista com ex-marido da Dilma: "Éramos socialistas. E o sou até hoje". *SwissInfo*, Bienne, 28 ago. 2014. Disponível em: <<https://www.swissinfo.ch/por/entrevista-com-ex-mrido-da-dilma/40570706>>. Acesso em: 17 jan. 2019.

THUM, Tássia. 'Presidência jamais esteve nos planos', diz autor de livro sobre Dilma. *GI*, Rio de Janeiro, 15 dez. 2011. Disponível em: <<http://g1.globo.com/politica/noticia/2011/12/presidencia-jamais-esteve-nos-planos-diz-autor-de-livro-sobre-dilma.html>>. Acesso em: 31 jan. 2019.

Legislação, peças jurídicas e documentos do Estado

BIOGRAFIA da presidenta. *Governo do Brasil*, 11 jan. 2011. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/governo/2011/01/biografia-da-presidenta>>. Acesso em: 7 fev. 2019.

BRASIL. *Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968*. São mantidas a Constituição de 24 de janeiro de 1967 e as Constituições Estaduais; O Presidente da República poderá decretar a intervenção nos estados e municípios, sem as limitações previstas na Constituição, suspender os direitos políticos de quaisquer cidadãos pelo prazo de 10 anos e cassar mandatos eletivos federais, estaduais e municipais, e dá outras providências. Brasília, DF: Planalto, 1968. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/AIT/ait-05-68.htm>. Acesso em: 14 fev. 2019.

_____. Casa Civil – Nomeações. *Diário Oficial da União*, 8 set. 2003, p. 2. Disponível em: <<http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?jornal=2&pagina=2&data=08/09/2003>>. Acesso em: 31 jan. 2019.

_____. Casa Civil – Nomeações. *Diário Oficial da União*, 20 abr. 2004, seção 2, capa. Disponível em: <<http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?jornal=2&pagina=1&data=20/04/2004>>. Acesso em: 31 jan. 2019.

_____. Casa Civil – Exonerações. *Diário Oficial da União*, 6 abr. 2005, p. 2. Disponível em: <<http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?jornal=2&pagina=1&data=06/04/2005>>. Acesso em: 31 jan. 2019.

_____. Casa Civil – Nomeações. *Diário Oficial da União*, 17 nov. 2009, seção 2, capa. Disponível em: <<http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?jornal=2&pagina=1&data=17/11/2009>>. Acesso em: 31 jan. 2019.

_____. Casa Civil – Exonerações. *Diário Oficial da União*, 1 abr. 2010, seção 2, capa. Disponível em: <<http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?jornal=2&pagina=1&data=01/04/2010>>. Acesso em: 31 jan. 2019.

_____. Casa Civil – Nomeações. *Diário Oficial da União*, 8 nov. 2010, p. 2. Disponível em:

<<http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?jornal=2&pagina=2&data=08/11/2010>>. Acesso em: 31 jan. 2019.

_____. Casa Civil – Exonerações. *Diário Oficial da União*, 11 jan. 2011, seção 2, capa. Disponível em:

<<http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?jornal=2&pagina=1&data=11/01/2011>>. Acesso em: 31 jan. 2019.

_____. *Comissão Nacional da Verdade – Relatório*. Vol. III – Mortos e desaparecidos políticos. Brasília: CNV, 2014.

_____. *Decreto-Lei nº 314, de 13 de março de 1967*. Define os crimes contra a segurança nacional, a ordem política e social e dá outras providências. Brasília, DF: Planalto, 1967. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1960-1969/decreto-lei-314-13-marco-1967-366980-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 31 jan. 2019.

_____. *Decreto nº 4.553, de 27 de dezembro de 2002*. Dispõe sobre a salvaguarda de dados, informações, documentos e materiais sigilosos de interesse da segurança da sociedade e do Estado, no âmbito da Administração Pública Federal, e dá outras providências. Brasília, DF: Planalto, 2002. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2002/D4553Compilado.htm>. Acesso em: 12 fev. 2019.

_____. *Decreto nº 7.037, de 21 de dezembro de 2009*. Aprova o Programa Nacional de Direitos Humanos - PNDH-3 e dá outras providências. Brasília, DF: Planalto, 2009. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Atos2007-2010/2009/Decreto/D7037.htm>. Acesso em: 14 fev. 2019.

_____. *Decreto de 27 de agosto de 2003*. Institui Comissão Interministerial para estabelecer critérios e forma de pagamento da reparação econômica aos anistiados políticos de que trata a Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002. Brasília, DF: Câmara dos Deputados, 2003. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decree/sn/2003/decreto-514-27-agosto-2003-473474-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 12 fev. 2019.

_____. *Lei nº 9.140, de 4 de dezembro de 1995*. Reconhece como mortas pessoas desaparecidas em razão de participação, ou acusação de participação, em atividades políticas, no período de 2 de setembro de 1961 a 15 de agosto de 1979, e dá outras providências. Brasília, DF: Planalto, 1995. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9140compilada.htm>. Acesso em: 12 fev. 2019.

_____. *Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002*. Institui o Código Civil. Brasília, DF: Planalto, 2002, grifos meus. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/2002/L10406.htm>. Acesso em: 31 jan. 2019.

_____. *Lei nº 10.536, de 14 de agosto de 2002*. Altera dispositivos da Lei no 9.140, de 4 de dezembro de 1995, que reconhece como mortas pessoas desaparecidas em razão de participação, ou de acusação de participação, em atividades políticas, no período de 2 de setembro de 1961 a 15 de agosto de 1979, e dá outras providências. Brasília, DF: Planalto,

2002. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/2002/L10536.htm>. Acesso em: 12 fev. 2019.

_____. *Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002*. Regulamenta o art. 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e dá outras providências. Brasília, DF: Planalto, 2002. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/2002/L10559.htm>. Acesso em: 12 fev. 2019.

_____. *Lei nº 10.875, de 1º de junho de 2004*. Altera dispositivos da Lei no 9.140, de 4 de dezembro de 1995, que reconhece como mortas pessoas desaparecidas em razão de participação, ou acusação de participação, em atividades políticas. Brasília, DF: Planalto, 2004. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2004/Lei/L10.875.htm#art1>. Acesso em: 14 fev. 2019.

_____. *Lei nº 12.528, de 18 de novembro de 2011*. Cria a Comissão Nacional da Verdade no âmbito da Casa Civil da Presidência da República. Brasília, DF: Planalto, 2011. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Lei/L12528.htm>. Acesso em: 14 fev. 2019.

_____. *Medida Provisória nº 65, de 28 de agosto de 2002*. Regulamenta o art. 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e dá outras providências. Brasília, DF: Planalto, 2002. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/MPV/Antigas_2002/65.htm>. Acesso em: 12 fev. 2019.

_____. *Medida Provisória nº 176, de 24 de março de 2004*. Altera dispositivos da Lei no 9.140, de 4 de dezembro de 1995, que reconhece como mortas pessoas desaparecidas em razão de participação, ou acusação de participação, em atividades políticas. Brasília, DF: Planalto, 2004. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2004/Mpv/176.htm>. Acesso em: 14 fev. 2019

_____. *Portaria nº 204, de 13 de maio de 2009*. Cria o “Centro de Referência das Lutas Políticas no Brasil (1964-1985) – Memórias Reveladas”, no âmbito do Arquivo Nacional da Casa Civil da Presidência da República. Brasília, DF: Casa Civil, 2009. Disponível em: <http://www.memoriasreveladas.gov.br/administrator/components/com_simplefilemanager/uploads/582f58e906cb30.85684117/Portaria%20204.pdf>. Acesso em: 14 fev. 2019.

COMISSÃO ESTADUAL DE INDENIZAÇÃO ÀS VÍTIMAS DE TORTURA DO ESTADO DE MINAS (CEIVT). Depoimento de Dilma Vana Rousseff. Rio Grande do Sul, 25 out. 2001, p. 1. Disponível em: <http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/images/documentos/Capitulo9/Nota%20212%20241%20243%20-%2000092_001027_2012_80.pdf>. Acesso em: 31 jan. 2019.

DEPARTAMENTO DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL. Auto de qualificação e interrogatório – Dilma Vana Rousseff Linhares. Secretaria da Segurança Pública, São Paulo, 26 fev. 1970, p. 1332. Disponível em: <http://bnmdigital.mpf.mp.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=BIB_01&pesq=catequese%20do>. Acesso em 31 jan. 2019.

_____. Prontuário – Dilma Vana Rousseff Linhares. Secretaria da Segurança Pública, São Paulo, 19 fev. 1970. Disponível em:

<<http://www.arquivoestado.sp.gov.br/uploads/acervo/textual/deops/fichas/DEOPSSPD002556.pdf>>. Acesso em: 31 jan. 2019.

_____. Prontuário – Iara Iavelberg. Secretaria da Segurança Pública, São Paulo, 11 jul. 1968. Disponível em:

<<http://www.arquivoestado.sp.gov.br/uploads/acervo/textual/deops/fichas/DEOPSSPI000031.pdf>>. Acesso em: 9 fev. 2019.

MINISTÉRIO DO EXÉRCITO – IV Exército, 6ª região militar. Quartel General – 2ª seção. *Operação Pajussara – Relatório*. 1971. Disponível em:

<<http://comissaodaverdade.al.sp.gov.br/upload/001-relatorio-operacao-pajussara.pdf>>. Acesso em: 19 dez. 2018.

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL. *Requerimento de medidas cautelares e monitoramento de terminais telefônicos*. Procuradoria da República no Paraná – Força-Tarefa Lava Jato, Curitiba, 17 fev. 2016. Disponível em: <<https://www.conjur.com.br/dl/pedido-quebra-sigilo-mpf.pdf>>. Acesso em: 31 jan. 2019.

ROUSSEFF, Dilma. *Discurso da Presidenta da República, Dilma Rousseff, durante Compromisso Constitucional perante o Congresso Nacional*. Brasília, 1 jan. 2011. Disponível em: <<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/dilma-rousseff/discursos/discursos-da-presidenta/discurso-da-presidenta-da-republica-dilma-rousseff-durante-compromisso-constitucional-perante-o-congresso-nacional>>. Acesso em: 31 jan. 2019.

SÃO PAULO. *Ficha – Iara Iavelberg*. Secretaria de Segurança Pública – Departamento de Ordem Política e Social, 1968. Disponível em:

<<http://www.arquivoestado.sp.gov.br/uploads/acervo/textual/deops/fichas/DEOPSSPI000031.pdf>>. Acesso em: 19 dez. 2018.

_____. Justiça Militar Federal – 1ª Auditoria da 2ª Circunscrição Judiciária Militar. *Diário Oficial do Estado de São Paulo*, São Paulo, 2 jun. 1979, p. 104.

_____. Proclamas de casamento. *Diário Oficial do Estado de São Paulo*, São Paulo, 13 mai. 1960, p. 51.

_____. Vara da Família e das Sucessões. *Diário Oficial do Estado de São Paulo*, São Paulo, 17 ago. 1965.

SECRETARIA de Direitos Humanos da Presidência da República. *Programa Nacional de Direitos Humanos – PNDH-3*. Brasília, DF: SEDH, 2010. Disponível em:

<<https://pndh3.sdh.gov.br/public/downloads/PNDH-3.pdf>>. Acesso em: 14 fev. 2019.

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. Ação Direta de Inconstitucionalidade 4815. Relatora Ministra Cármen Lúcia. Disponível em:

<<http://www.stf.jus.br/portal/peticaoInicial/verPeticaoInicial.asp?base=ADIN&s1=4815&processo=4815>>. Acesso em: 31 jan. 2019.

Livros, artigos, dissertações e teses

ABDALA JUNIOR, Roberto. Brasil anos 1990: teleficação e ditadura — entre memórias e história. *Topoi*, v. 13, n. 25, jul./dez. 2012.

ALMEIDA, Maria Hermínia Brandão Tavares de; WEISS, Luiz. Carro-zero e pau-de-arara: o cotidiano da oposição de classe média ao regime militar. IN: SCHWARCZ, Lília Moritz (org.). *História da vida privada no Brasil*. Vol. 4. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

ARFUCH, Leonor. *Memoria y autobiografía: exploraciones em los limites*. Fondo de Buenos Aires: Fondo de Cultura Economica, 2013.

_____. *O espaço biográfico: dilemas da subjetividade contemporânea*. Rio de Janeiro: Editora da UERJ, 2002.

ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO. Brasil: nunca mais. 3ª ed. Petrópolis: Vozes, 1985.

AVELAR, A. S.; GONÇALVES, M. A. Giro linguístico e escrita da história nos séculos XX e XXI: elementos para um debate. IN: MEDEIROS, B. F. et al. (orgs). *Teoria e historiografia: debates contemporâneos*. São Paulo: Paco Editorial, 2015.

BAUER, Caroline Silveira. *Como será o passado? História, historiadores e a Comissão Nacional da Verdade*. São Paulo: Paco Editorial, 2017.

_____. Conciliação e revanchismo ao término da ditadura civil-militar brasileira: a perpetuação do medo através do perigo da “argentinização” da transição política. *Diálogos*, Maringá, v. 18, n. 1, jan./abr. 2014, p. 124. Disponível em: https://www.researchgate.net/profile/Caroline_Bauer2/publication/265729048_Conciliacao_e_revanchismo_ao_termino_da_ditadura_civil-militar_brasileira_a_perpetuacao_do_medo_atraves_do_perigo_da_argentinizacao_da_transicao_politica/links/541c444b0cf241a65a0bf74b/Conciliacao-e-revanchismo-ao-termino-da-ditadura-civil-militar-brasileira-a-perpetuacao-do-medo-atraves-do-perigo-da-argentinizacao-da-transicao-politica.pdf. Acesso em: 2 mar. 2019.

_____. Terrorismo de Estado e repressão política na ditadura cívico-militar de segurança nacional brasileira (1964-1988). *Anais... XXIII Simpósio Nacional de História – ANPUH*, Londrina, 2005. Disponível em: https://www.researchgate.net/profile/Caroline_Bauer2/publication/267038337_Terrorismo_de_Estado_e_repressao_politica_na_ditadura_civico-militar_de_seguranca_nacional_brasileira_1964-1988/links/5442f0440cf2a6a049a8a151/Terrorismo-de-Estado-e-repressao-politica-na-ditadura-civico-militar-de-seguranca-nacional-brasileira-1964-1988.pdf. Acesso em: 15 fev. 2019.

BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. IN: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína (org.). *Usos e abusos da História Oral*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2006.

CAMON, Ferdinando. *Conversazione con Primo Levi*. Parma: Ugo Guanda Editore, 1997.

CANDAU, Joel. *Antropologia da memória*. São Paulo: Instituto Piaget, 2013.

CASAGRANDE, Ferdinando. *Jornal da Tarde: uma ousadia que reinventou a imprensa brasileira*. São Paulo: Alpendre, 2016.

CATROGA, Fernando. *Memória, história e historiografia*. Rio de Janeiro: FGV, 2015.

COELHO, Eurelino. SANTOS, Igor Gomes. Para a história da POLOP (1961-1983): debate historiográfico e apontamentos iniciais de pesquisa. *Anais... XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH*, São Paulo, jul. 2011. Disponível em: http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1300874101_ARQUIVO_POLOPANPUHI.pdf. Acesso: 20 dez. 2018.

COLLING, Ana Maria. *A resistência da mulher à ditadura militar no Brasil*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1997.

CORDEIRO, Janaina. “*A nação que se salvou a si mesma*”: entre memória e história, a Campanha da Mulher pela Democracia (1962-1974). Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2008.

_____. Anos de chumbo ou anos de ouro? A memória social sobre o governo Médici. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 22, n. 43, jan./jun. 2009, p. 85-104. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/eh/v22n43/v22n43a05.pdf>. Acesso em: 14 fev. 2019.

_____. Femininas e formidáveis: o público e o privado na militância política da Campanha da Mulher pela Democracia (CAMDE). *Revista Gênero*, v. 8, 2009, p. 3. Disponível em: http://www.historia.uff.br/nec/sites/default/files/Femininas_e_formidaveis_0.pdf. Acesso em: 14 fev. 2019.

_____. *Lembrar o passado, festejar o presente: as comemorações do Sesquicentenário da Independência entre consenso e consentimento*. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2012.

DINES, Alberto. *Posso?* Rio de Janeiro: Sabiá, 1972.

DUARTE, André. Poder, violência e revolução no pensamento político de Hannah Arendt. *Cadernos de filosofia alemã: crítica e modernidade*, v. 21, n. 3, p. 13-27. Edição especial Hannah Arendt, 17 dez. 2016. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/filosofiaalema/article/view/124502>. Acesso em: 8 fev. 2019.

FERREIRA, Lúcia de Fátima Guerra. Reflexões sobre os registros da repressão: o arquivo DOPS-PB. XXVII *Anais... Simpósio Nacional de História – ANPUH Brasil*, Natal, 22 a 26 jul. 2013. Disponível em: http://encontro2014.rj.anpuh.org/resources/anais/27/1364756101_ARQUIVO_Simposio2013_LuciaGuerra_ST016.pdf. Acesso em: 12 fev. 2019.

FICO, Carlos. Ditadura militar brasileira: aproximações teóricas e historiográficas. *Tempo e argumento*, Florianópolis, v. 9, n. 20, jan./abr. 2017.

FRANCO, Marina; LEVÍN, Florencia. El pasado cercano en clave historiográfica. IN: *Historia reciente*. Perspectivas y desafíos para un campo en construcción. Buenos Aires, Paidós, 2007.

GABNEBIN, Jeanne Marie. *Lembrar escrever esquecer*. São Paulo: Editora 34, 2006.

GASPARI, Elio. *A ditadura escancarada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

GIESEN, Bernhard. Sobre héroes, víctimas y perpetradores. *Puentes*, Argentina, ano 2, n. 5, out. 2001.

GÓIS, J. B. H.; QUADRAT, S. V. Militância política e gênero na ditadura brasileira: entrevista com Jessie Jane Vieira de Sousa. *Gênero*, Niterói, v. 8, n. 2, p. 23-41, 1 sem. 2008.

GUEDES, Wallace Andrioli. *Política como produto: “Pra frente Brasil” e o cinema de Roberto Farias*. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2016, p. 107. Disponível em: <<http://www.historia.uff.br/stricto/td/1798.pdf>>. Acesso em: 2 mar. 2019.

HARTOG, François. *Evidência da História: o que os historiadores veem*. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.

HUR, Domenico Uhng. Cartografias da luta armada: a guerrilha como máquina de guerra. *Mnemosine*, v. 8, n. 2, 2012.

INSUELA, Julia Bianchi Reis. *Visões das mulheres militantes na luta armada: repressão, imprensa e (auto)biografias (Brasil – 1968/1971)*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2011.

JOFFILY, Mariana. *No centro da engrenagem: os interrogatórios da Operação Bandeirante e no DOI de São Paulo*. Tese (Doutorado em História Social) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

LE GOFF, Jacques. Memória. IN: *Enciclopédia Einaudi: Memória – História*. V. 1. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1984.

LEITE, Isabel. *Comandos de Libertação Nacional: oposição armada à ditadura em Minas Gerais (1967-1969)*. Dissertação (Mestrado em História e Culturas Políticas) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2009.

LEME, Caroline Gomes. Cinema e sociedade: ditadura militar no Brasil. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2011.

LVOVICH, Daniel; BISQUERT, Jaquelina. *La cambiante memoria de la dictadura: discursos públicos, movimientos sociales y legitimidad democrática*. Buenos Aires: Biblioteca Nacional, 2008.

MARTINS FILHO, João Roberto. A guerra da memória: a ditadura militar nos depoimentos de militantes e militares. *Varia Historia*, Belo Horizonte, n. 28, dez. 2002. Disponível em: <https://www.academia.edu/2022291/A_guerra_da_mem%C3%B3ria_a_ditadura_militar_no_s_depoimentos_de_militantes_e_militares>. Acesso em: 8 mar. 2019.

- MENEZES, Lená Medeiros de. Feminismo(s): reflexões sobre silêncios, resistências e discontinuidades. In: MAGALHÃES, Livia (org.). Lugar de mulher: feminismo e política no Brasil. Coleção Pensar Político. Rio de Janeiro: Oficina, 2017.
- MEZAROBBA, Glenda. Entre reparações, meias verdades e impunidade: o difícil rompimento com o legado da ditadura no Brasil. *Sur*, v. 7, n. 13, dez. 2010.
- MONCAU, Gabriela. Revolução e paixão na vida admirável de Iara Iavelberg. *Revista Adusp*, out. 2013. Disponível em: <<https://adusp.org.br/files/revistas/55/mat06.pdf>>. Acesso em: 02 ago. 2018.
- MONTEIRO, Ygor Pires. Lúcia Murat: trajetos de vida pela ditadura civil-militar – sensibilidades cinematográficas e história pública (1989 – 2012). Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2018.
- MOTTA, Rodrigo Patto Sá. História, Memória e as disputas pela representação do passado recente. *Patrimônio e Memória*, São Paulo, Unesp, v. 9, n.1, janeiro-junho, 2013.
- MOURA, Mariluce. Narrativas sensíveis sobre grupos fragilizados. Entrevista com Ecléa Bossi. *Revista Pesquisa Fapesp*, ed. 218, abril, 2014. Disponível em: <<http://revistapesquisa.fapesp.br/2014/04/24/ecléa-bosi-narrativas-sensíveis-sobre-grupos-fragilizados/>>. Acesso em: 25 mai. 2018.
- NASCIMENTO, Juliana Marques do. “*Amante, amásia, transeira e subversiva*”: as representações de Iara Iavelberg na grande imprensa durante a ditadura civil-militar. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) – Universidade Federal de São Paulo, Guarulhos, 2016.
- NAPOLITANO, Marcos. Recordar é vencer: as dinâmicas e vicissitudes da construção da memória sobre o regime militar brasileiro. *Antíteses*, v. 8, n. 15esp., nov. 2015.
- NOGUEIRA, Jefferson Gomes. Carlos Lamarca no imaginário político brasileiro: o papel da Imprensa na construção da imagem do “Capitão Guerrilheiro”. *Revista Ágora*, Vitória, n. 7, 2008.
- NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. *Proj. História*, São Paulo, vol. 10, dez. 1993.
- OCCHIUZE, Heloisa; PATARRA, Judith; COHEN, Paula (orgs.). *Direitos humanos no Brasil: conferências para educadores*. Rio de Janeiro: MPA, 1986.
- OLIVEIRA, Joelma Alves de. *POLOP: as origens, a coesão e a cisão de uma organização marxista (1961-1967)*. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 2007.
- PAMPLONA, Mariana. *Clandestina, a vida de Iara Iavelberg em dois roteiros*. Dissertação (Mestrado em Multimeios) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2009.
- PATARRA, Judith (org.). *Os médicos de Cangaíba: viver é gostar de gente*. São Paulo: Fênix, 2012.

PEDRO, Joana Maria. Feminismo e gênero na universidade: trajetórias e tensões da militância. *História Unisinos*, n. 9, v. 3, set./dez. 2005.

_____. Narrativas fundadoras do feminismo: poderes e conflitos (1970-1978). *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 26, n° 52, 2006.

PESSOA, Ana D. L. B. *Da Lei de Anistia (1979) ao Programa Nacional de Direitos Humanos – PNDH – 3 (2009): políticas da memória como contribuição à educação em direitos humanos*. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas em Educação em Direitos Humanos) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2017. Disponível em: <<https://repositorio.ufpb.br/jspui/bitstream/123456789/11820/1/Arquivototal.pdf>>. Acesso em: 12 fev. 2019.

PINTO, Antonio Costa; MARTINHO, Francisco Carlos Palomanes. *O passado que não passa: a sombra das ditaduras na Europa do Sul e América Latina*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989.

_____. Memória e identidade social. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, 1992, p. 200-212.

REIS, Ana Regina Gomes dos. *Do Segundo Sexo à Segunda Onda: discursos feministas sobre a maternidade*. Dissertação (Mestrado em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2008.

REIS, Daniel Aarão. Ditadura, anistia e reconciliação. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 23, n. 45, 2010. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2914/1835>>. Acesso em: 14 fev. 2019.

_____. *Ditadura e democracia no Brasil. 1964: 50 anos depois*. Rio de Janeiro: 2014.

_____. *Ditadura militar, esquerdas e sociedade*. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

_____. et. al. *Versões e ficções: o sequestro da história*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1997.

_____.; RIDENTI, Marcelo Siqueira; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (org.). *O golpe e a ditadura militar: 40 anos depois (1964-2004)*. Bauru: Edusc, 2004.

_____.; SÁ, Jair Ferreira de. *Imagens da revolução: documentos políticos das organizações clandestinas de esquerda dos anos 1961-1971*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1985.

RIDENTI, Marcelo. As mulheres na política brasileira: os anos de chumbo. *Tempo Social*, v. 1, n. 1, 1990.

ROCHA, Paula Melani; XAVIER, Cintia. O livro-reportagem e suas especificidades no campo jornalístico. *Rumores*, v. 7, n. 14, jul./dez. 2013. Disponível em: <<http://www.journals.usp.br/Rumores/article/view/69434/72014>>. Acesso em: 31 jan. 2019.

ROLLEMBERG, Denise. A ditadura civil-militar e o tempo de radicalização e barbárie (1968-1974). IN: MARTINHO, Francisco Carlos Palomanes (org.). *Democracia e ditadura no Brasil*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2006.

_____. Carlos Marighella e Carlos Lamarca: memórias de dois revolucionários. FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão (org.). *As esquerdas no Brasil: revolução e democracia*. Vol. 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

_____. Esquecimento das memórias. IN: João Roberto Martins Filho (org.). *O golpe de 1964 e o regime militar*. São Carlos: Ed. UFSCar, 2006.

_____. Esquerdas revolucionárias e luta armada. In: Jorge Ferreira; Lucilia de Almeida Neves Delgado (org.). *O Brasil Republicano: o tempo da ditadura. Regime militar e movimentos sociais em fins do século XX*. 1ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, v. 4, p. 43-91.

_____; QUADRAT, Samantha Viz (org.). *A construção social dos regimes autoritários: legitimidade, consenso e consentimento no Século XX*. Vol. 2: Brasil e América Latina. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

_____; QUADRAT, Samantha Viz (org.). *História e memória das ditaduras do século XX*. Vol. 1. Rio de Janeiro: FGV, 2015.

ROUSSO, Henry. A memória não é mais o que era. IN: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína (org.). *Usos e abusos da História Oral*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2006.

SALES, Jean Rodrigues. *A luta armada contra a ditadura militar: a esquerda brasileira e a influência da revolução cubana*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2007.

_____. A Organização Revolucionária Marxista-Política Operária e a Revolução Cubana nos anos 1960. *História e Perspectivas*, Uberlândia, v. 26, n. 48, jan./jun. 2013, p. 14. Disponível em: <<http://www.seer.ufu.br/index.php/historiaperspectivas/article/view/23309>>. Acesso em: 14 fev. 2019.

SARLO, Beatriz. *Tempo passado: cultura da memória e guinada subjetiva*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2007.

SARTI, Cynthia. Feminismo e contexto: lições do caso brasileiro. *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 16, 2001. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-83332001000100003>. Acesso em: 29 jun. 2018.

SCHMIDT, Benito Bisso. Construindo Biografias ... Historiadores e Jornalistas: Aproximações e Afastamentos. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 10, n. 19, 1997. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2040/1179>>. Acesso em: 16 fev. 2019.

SCHMIDT, Paulo. *Guia politicamente incorreto dos presidentes da República*. Edição atualizada. São Paulo: Leya, 2017.

SCHNEIDER, S. Ditadura militar e literatura “parajornalística”: desconstruindo relações. *Estudos de Literatura Brasileira Contemporânea*, 2014.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil para análise histórica. *Educação & Realidade*. Porto Alegre, vol. 20, nº 2, jul./dez. 1995.

SELIGMANN-SILVA, Márcio. Testemunho e a política da memória: o tempo depois das catástrofes. *Proj. História*, São Paulo, v. 30, jun. 2005.

SILVA, Marcos. Jornalismo retrospectivo e quase-história (imaginem se a ditadura fosse desavergonhada!). *Adusp*, São Paulo, maio 2005. Disponível em: <<https://www.adusp.org.br/files/revistas/34/r34a11.pdf>>. Acesso em: 16 fev. 2019.

SILVA, Mário Augusto Medeiros da. *Os escritores da guerrilha urbana: literatura de testemunho, ambivalência e transição política*. São Paulo: Annablume, 2008.

SILVA, Tauane O. G. Maria do Espírito Santo Tavares dos Santos: a contribuição de uma mulher negra na construção dos movimentos de mulheres e feministas. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 28., 2015, Florianópolis. *Anais...*: Florianópolis: Associação Nacional de História, 2015. Disponível em: <http://www.snh2015.anpuh.org/resources/anais/39/1434415511_ARQUIVO_MariadoEspíritooSantoTavaresdosSantos-acontribuicaodeumamulhernegranaconstrucaodosmovimentosdemulhereseafeministas.pdf>. Acesso em: 17 jun. 2018.

SIQUEIRA, Camilla Karla Barbosa. As três ondas do movimento feminista e suas repercussões no direito brasileiro. In: BEDIN, Gilmar Antonio et. al. XXIV CONGRESSO NACIONAL DO CONPEDI - UFMG/FUMEC/DOM HELDER CÂMARA, 2015, *Anais...* Disponível em: <<https://www.conpedi.org.br/publicacoes/66fsl345/w8299187/ARu8H4M8AmpZnw1Z.pdf>>. Acesso em: 30 jun. 2018.

SOIHET, Rachel. Mulheres e Biografia. Significados para a História. *Locus*, v. 9, n. 1, 2003.

SOUSA, Denise D. de C. *O saber e o sabor da literatura cor-de-rosa: a leitura dos romances das séries Sabrina, Julia e Bianca*. Tese (Doutorado em Interinstitucional em Letras). Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul; Universidade Estadual da Bahia, Porto Alegre, 2014.

TEIXEIRA, Aleluia Heringer Lisboa. “Uma escola sem muros”: Colégio Estadual de Minas Gerais (1956-1964). Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte: UFMG, 2011. Disponível em: <http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/bitstream/handle/1843/FAEC-8GAGQB/tese_uma_escola_sem_muros.pdf?sequence=1>. Acesso em: 21 dez. 2018.

TELES, Janaína de Almeida. As disputas pela interpretação da Lei de Anistia de 1979. *Ideias*, Campinas, v. 1, n. 1, 2010, p. 76. Disponível em:

<<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/ideias/article/view/8649306/15861>>.
Acesso em: 14 fev. 2019.

TORRES, Guilherme Gouvêa Soares. Sobre passados que não passam: a justiça de transição em perspectiva histórica. *Anais... VI Congresso Internacional UFES/Paris-Est: Culturas políticas e conflitos sociais*, 2017. Disponível em:
<<http://www.publicacoes.ufes.br/UFESUPEM/article/view/18061/12237>>. Acesso em: 12 fev. 2019.

WIEVIORKA, Annette. The witness in History. *Poetics Today: International Journal for Theory and Analysis of Literature and Communication*, vol. 27, n. 2, 2006.

ZIMERMAN, David E. *Fundamentos psicanalíticos: teoria, técnica e clínica – uma abordagem didática*. Porto Alegre: Artmed, 2007.

Sites

APARELHO (POLÍTICA). In: *Wikipédia*, 23 ago. 2018. Disponível em:
<[https://pt.wikipedia.org/wiki/Aparelho_\(pol%C3%ADtica\)](https://pt.wikipedia.org/wiki/Aparelho_(pol%C3%ADtica))>. Acesso em: 20 dez. 2018.

BRASIL: Nunca Mais. Disponível em: <<http://bnmdigital.mpf.mp.br/pt-br/>>. Acesso em: 28 jun. 2018.

BRASIL: NUNCA MAIS. *Sumário do BNM 095*. Disponível em:
<<http://bnmdigital.mpf.mp.br/sumarios/100/095.html>>. Acesso em: 31 jan. 2019.

_____. *Sumário do BNM 158*. Disponível em:
<<http://bnmdigital.mpf.mp.br/sumarios/200/158.html#T2>>. Acesso em: 31 jan. 2019.

_____. *Sumário do BNM 186*. Disponível em:
<<http://bnmdigital.mpf.mp.br/sumarios/200/186.html>>. Acesso em: 31 jan. 2019.

CABRAL, Marina. Narração: Tipos de Narrador. *Brasil Escola*. Disponível em:
<<https://brasilecola.uol.com.br/redacao/narracao-tipos-narrador.htm>>. Acesso em: 16 jul. 2018.

COLFFIELD, Carol. Karl Lieblich. *Arquivo Virtual ArqShoah*, s/d. Disponível em:
<<https://www.arqshoah.com/index.php/busca-geral/aei-97-lieblich-karl>>. Acesso em: 17 jun. 2018.

COMO foi o processo de impeachment de Collor? *Guia do Estudante*, 14 abr. 2016. Disponível em: <<https://guiadoestudante.abril.com.br/estudo/como-foi-o-processo-de-impeachment-de-collor/>>. Acesso em: 29 jun. 2018.

JOSÉ DIRCEU. Memória Roda Viva, 29 jun. 1992. Disponível em:
<http://www.rodaviva.fapesp.br/materia/725/entrevistados/jose_dirceu_1992.htm>. Acesso em: 30 jun. 2018.

LAMARÃO, Sérgio. Articulação da oposição: a Frente Ampla. *FGV CPDOC*. Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/Jango/artigos/Exilio/Articulacao_da_oposicao>. Acesso em: 28 jun. 2018.

MOSCA AZUL. In: DICIONÁRIO Online de Português. Disponível em: <<https://www.dicio.com.br/mosca-azul/>>. Acesso em: 25 jun. 2018.

MULHER: 500 ANOS ATRÁS DOS PANOS. Disponível em: <<http://www.mulher500.org.br/romy-martins-medeiros-da-fonseca-1921/>>. Acesso em: 17 jun. 2018.

NORMA CULTA. Discurso indireto livre. Disponível em: <<https://www.normaculta.com.br/discurso-indireto-livre/>>. Acesso em: 17 jun. 2018.

POLOP vem contestar hegemonia dos PCs. *Memorial da democracia*, s./d. Disponível em: <<http://memorialdademocracia.com.br/card/a-polop-contesta-o-dogmatismo>>. Acesso em: 17 jan. 2019.

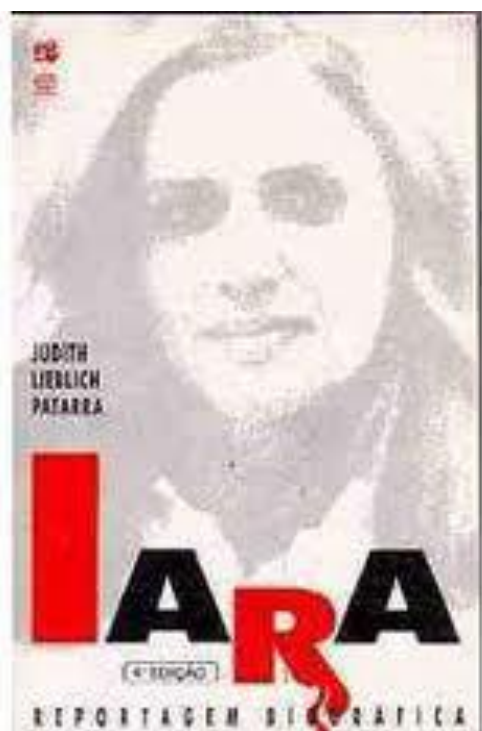
PRÊMIO Estímulo ao Curta-Metragem. ProacSP – Incentivo à Cultura do Estado de São Paulo. Disponível em: <http://www.proac.sp.gov.br/premio_estimulo/principal/>. Acesso em: 30 jun. 2018.

Primeira Pessoa – Histórias que mudam vidas. *Sextante*, s./d. Disponível em: <<http://www.esextante.com.br/selos/primeira-pessoa>>. Acesso em: 17 jan. 2019.

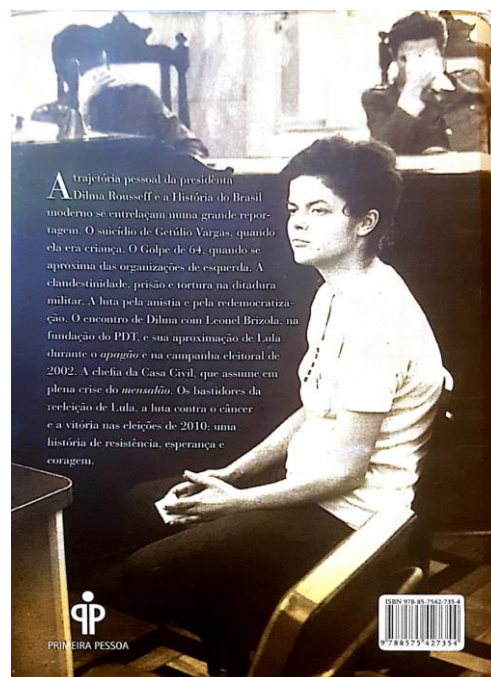
RICARDO Batista Amaral. *Livronautas*, s./d. Disponível em: <<http://www.livronautas.com.br/ver-autor/844/ricardo-batista-amaral>>. Acesso em: 31 jan. 2019.

SUPEREGO. IN: Michaelis Online, s./d. Disponível em: <<https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/superego/>>. Acesso em: 31 jan. 2019.

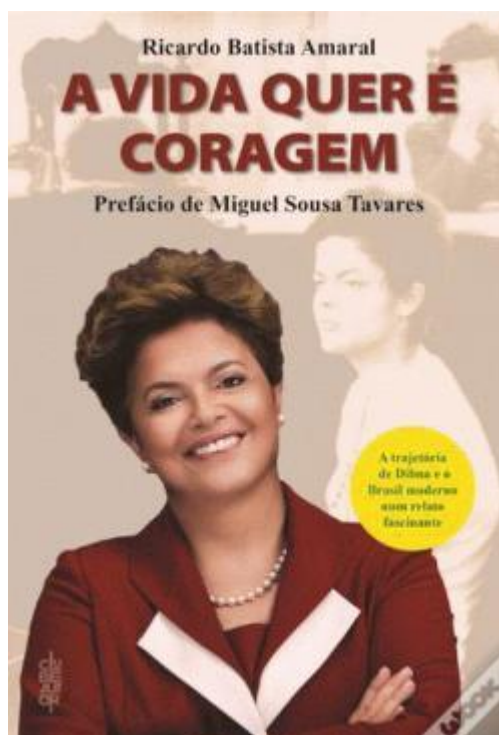
ANEXOS

Anexo A – Capa e contracapa do livro *Iara: reportagem biográfica*, de Judith Patarra

Anexo B – Capa e contracapa de *A vida quer é coragem: a trajetória de Dilma Rousseff, a primeira presidenta do Brasil*, de Ricardo Batista Amaral



Anexo C – Capa da edição portuguesa do livro *A vida quer é coragem: a trajetória de Dilma Rousseff, a primeira presidenta do Brasil*, de Ricardo Batista Amaral



Anexo D – Capa da edição argentina de *La vida pide coraje: la trayectoria de Dilma Rousseff, primera presidenta de Brasil*, de Ricardo Batista Amaral



Biografia de Médici vira libelo para militares

Em tempos de Comissão da Verdade, livro de general defende legado da ditadura

Roldão Arruda

Apesar do título, ninguém deve esperar encontrar no livro *Médici - A Verdadeira História* uma biografia bem acabada do general que governou o Brasil entre 1969 e 1974. Na verdade essa nem parece ser a preocupação principal dos editores e militares que estão promovendo sua divulgação em feiras, círculos militares, na internet.

Lançado formalmente em outubro, quando o Congresso finaliza os acordos que resultariam na Comissão Nacional da Verdade, o livro destina-se sobretudo a interferir nos debates e análises dos anos da ditadura militar que serão reavaliados assim que a comissão for instalada.

A escolha do tema foi precisa. Das vítimas de violações de direitos humanos a historiadores, é unânime a ideia de que os anos mais duros da ditadura foram os de Garrastazu Médici. Em nenhum outro período se encaixa melhor a expressão anos de chumbo. Na avaliação do jornalista Filo Gaspari, autor de quatro livros sobre o regime, a tortura e o extermínio dos opositores

estavam entre suas características principais.

O objetivo da obra, de apresentação modesta, edição descuidada e tom militante, é tentar demolir essa ideia. Para tanto, foca dois outros aspectos marcantes daquela era: o aumento da resistência armada e o significativo crescimento econômico. No primeiro ano de Médici, o PIB cresceu 9%. No terceiro, 11,3%. Viviseu um clima de euforia, com a conquista a Copa do Mundo em 1970, a inauguração da Ponte Rio-Niterói e a abertura da Transamazônica, entre outros fatos do chamado milagre econômico brasileiro.

'Democrata'. Na crista desse otimismo, Médici, descrito como homem "simples, carismático, dono de invulgar simpatia e franca aceitação popular", acrescentava um sonho: a redemocratização. O autor, general Agnaldo Del Nero Augusto, enfatizava-se do início ao fim. Na avaliação dele, Médici só não realizou o sonho por causa da esquerda. Em outras palavras, o grande democrata do período foi o presidente que não esmoreceu na luta para conter os grupos que tenta-



Imagem. Médici afirmava que gostaria de receber o 'prêmio de popularidade'

vam à força submeter o País a uma ditadura comunista.

Com esse ponto definido, o general se dedica ao tema que realmente lhe importa: o ataque aos grupos de resistência, osterroistas. Seus integrantes são descritos como violentos no ataque, mas pusilânimes depois de presos. Segundo Del Nero, boa parte delatava os companheiros, outros se suicidavam, alguns se arrojaram, muitos inventavam histórias de torturas. Nem a presidente Dilma é poupada por fazer parte da organização Collina, que organizou o famoso roubo do cofre do Adhemar, o autor diz que ela poderia explicar o queira com os dólares nunca en-

contrados.

Na defesa escancarada do período mais duro da ditadura, o livro enfim se revela como um ataque preventivo. Contra tudo que pode revivido na Comissão da Verdade.

Dois curiosidades finais: 1) Del Nero morreu em 2009 e a finalização do texto ficou por conta de amigos e familiares. Ele integrou a comunidade militar de informações e era inimigo de Golbery do Couto e Silva, o general considerado o mago da estratégia de reabertura democrática; 2) o livro abre com uma crônica das mais logóssas de Nelson Rodrigues, que admirava Médici, também fã de futebol.

Eleição
O livro sustenta que Médici era tão popular que se elegeria presidente em eleição direta. Mas em 1974, nas eleições para o Congresso, o MDB, partido da oposição, alcançou vitória esmagadora.

Cenário: Marcos Guterman

Louco por futebol, general desejava ser popular

O general Emílio Garrastazu Médici tinha especial preocupação com sua imagem. Ao assumir a Presidência, em outubro de 1969, ele declarou: "Espero que cada brasileiro faça justiça aos meus sinceros propósitos de serviço e confesso lealmente que gostaria que meu governo visesse, afinal, a receber o prêmio de popularidade".

De fato, Médici foi o único dos ditadores do governo militar a ter uma conta considerável de popularidade pessoal, cultivada cuidadosamente por ele a despeito dos esforços da máquina de propaganda do regime para evitar a personalização do poder. Ajudou muito o momento econômico do País, que culminava para ter pleno emprego e cujo PIB se expandia em ritmo de dois dígitos.

O ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que entendeu a líder sindical, atendeu essa qualidade em entrevista ao historiador Ronaldo Costa Couto, no livro *História Inédita da Ditadura e da Abertura* (Record, 1999). "Há gente que pode dizer que foi por conta da dívida externa, milagre brasileiro, e tal, mas o dado concreto é que, naquela época, se tivesse eleições diretas, o Médici ganhava. E foi no auge da repressão política mesmo, o que a gente chama de período mais duro do regime militar. A popularidade de Médici no meio da classe trabalhadora era muito grande."

Mas só o "milagre" econômico não explica essa faceta de Médici. Ele era um fanático torcedor de futebol e construiu uma identidade natural com esse esporte – que, nos anos 70, se tornou a gasolina da integração nacional, eixo do projeto desenvolvimentista dos generais. Ao festejar a conquista do tricampeonato mundial pelo Brasil na Copa do México, Médici resumiu seu desejo: "Na hora em que a seleção nacional de futebol conquista definitivamente a Copa do Mundo, após memorável campanha, na qual só enfrentou adversários do mais alto valor, desejo que todos vejam, no presidente da República, um brasileiro igual a todos os brasileiros".

É HISTORIADOR E JORNALISTA DO ESTADO

Jornalista faz perfil simpático à guerrilheira que virou presidente

'A Vida quer é Coragem', biografia de Dilma, relata sua ascensão do Colíno ao Planalto e elogia seu aprendizado

Gabriel Matzamo

A construção, passo a passo, da figura política da presidente Dilma Rousseff e de sua imagem eleitoral – para estreitar em uma eleição com 57 milhões de votos – é o eixo central do livro *A Vida Quer é Coragem*, que o jornalista Ricardo Amaral acaba de lançar pela editora Primeira Fesca. Da menina de Belo Horizonte, com suas bonecas e uma bicicleta amarela, que virou militante do grupo clandestino Collina e chegou ao Planalto, em outubro de 2010, para ser "a presidente de todos os brasileiros, respeitadas as diferenças de opinião e de orientação política", Amaral relata, com boas histórias, quem é, o que pensa e do que não gosta a atual presidente do País.

O livro já chega à praça com dois "canôes de visita". Um deles, a foto da jovem Estela, ou Vanda, ou Luzia – enfim, Dilma – aos 22 anos, depondo como militante da VAR-Falmares à Justiça Militar do Rio de Janeiro. O outro é uma acusação ao presidente José Serra. Ele teria sido o responsável, na campanha de 2010, por uma intensa campanha de ataques à rival petista. O cabeça dessa operação seria o americano Ravi Singh, que teria organizado "um gigantesco banco de e-mails" usado para se espalhar todo tipo de denúncias. Serra, consultado, já negou tudo.

Esta crítica, que não é a única contra os tucanos, fala por si. Amaral está longe de contar uma história capaz de agradar aos não-petistas. "Procurei um relato objetivo dos fatos", diz ele na introdução, "sem abrir mão de explicitar meu ponto de vista sobre muitos episódios". Não é tarefa fácil para quem, mesmo com 25 anos de jornalismo, foi audi-



Bastidores. Livro traz a história de um aprendizado político

Conflitos

ROBERTO KALLIL
MÉDICO DO SIRIO-LIBANÊS. QUANDO ELA RESISTIU À IDEIA DE FAZER A CIRURGEIA: "Pode ser ministra, mas aqui quem manda é o médico. Vai fazer cirurgia, sim senhor"

ANTONIO PALOCCI
A UM ASSESSOR COM DADOS DE QUEJIDA DE DILMA NA PRESIDENTIA: "Volte para casa. Você não vai mostrar isso para ninguém"

liar direto do ministro Luiz Dulci no governo Lula e trabalhou por alguns meses na Casa Civil de Dilma. Mas pode-se entender que "relato objetivo" vale para as críticas à era FHC – duras, como no episódio do apagão. E o "sem abrir mão..." abrange os erros do PT, entre os quais ele expõe, com vigor, o mensalão.

Na soma final, porém, é um livro para apresentar e defender a presidente. Até da imprensa, que segundo o autor "assumiu, na prática, o poder de julgar e condenar, em sua missão de fiscalizar os poderes da República".

Incompetente. Um dos bons episódios do livro é a prisão de Dilma pela ditadura, em 1969 – que se deveu, diz ele, a um "erro técnico" da militante. Ela foi

duas vezes ao encontro de um contato, e ele não apareceu. Na terceira, a polícia a esperava. "Fui presa porque fui absolutamente incompetente", disse ela do caso, tempos depois.

O livro repassa, sem aprofundar, o episódio do "roubo do cofre do Adhemar" – que outros dois livros, de Tom Cardoso e Alex Solnik, esmiuçaram recentemente. Mas são abundantes, nas suas 300 páginas, os exemplos do jeito direto de ser da biografada. Por exemplo, ao reencontrar o companheiro Cláudio Galeno, de quem se separara, e dizer na lata: "Estou com o Max e vou ficar com ele". Max era Carlos Araújo, seu segundo marido. Dilma ia contra a corrente com a maior naturalidade. Na Copa de 1970, irritou amigos torcendo pela seleção. Depois irritou-os de novo ao aplaudir a decisão de Geisel de ampliar para 200 milhas o mar territorial brasileiro.

À "descoberta" de Dilma por Lula, os tropeços do caso Erenice, o susto do Infonema e a guerra bruta da campanha eleitoral desfilam cheios de detalhes. Um deles, curioso, é o medo como se espalhou a notícia de que ela seria a candidata presidencial. Antonio Palocci soube por Lula. Foi conferir e ela reagiu: "O Palocci, oco ficou maluco?" Palocci foi reclamar com Lula e este lhe disse: "Eu não conversei mesm'p. Nem vou conversar isso com ele".

MAXIMA DISCRICAO

PIAGET

PIAGET A TORINO
Onde inventamos mais tempo do mundo.
Cronômetro de bolso de 1933 em ouro
Onde a tradição encontra o futuro.
Cronômetro de bolso Piaget, 2.300 horas de reserva

www.piaget-atlpiageto.com

GRIFITH: Brasília - Park Shopping Brasília, Tel. 3361.5848 / São Paulo - Shopping Cidade Jardim, Tel. 3552.2828